

Silvia Aparecida de Sousa Fernandes
Yamila Goldfarb
Ana Lúcia de Jesus Almeida
(org.)

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

**Saberes e pesquisas
territoriais na América Latina**

C&A Alfa



DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

**Saberes e pesquisas
territoriais na América Latina**



Silvia Aparecida de Sousa Fernandes
Yamila Goldfarb
Ana Lúcia de Jesus Almeida
(org.)

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

**Saberes e pesquisas territoriais
na América Latina**



Goiânia, GO | 2025

© Autoras e autores – 2025
A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.
Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto nº 1.825,
de 20 de dezembro de 1907.
Comissão Técnica do Sistema Integrado de Bibliotecas Regionais (SIBRE),
Catalogação na Fonte.



C&A ALFA
COMUNICAÇÃO
Presidente
Luiz Carlos Ribeiro
Revisão Geral
Paulo Maretti
Projeto Gráfico
Adriana Almeida

Conselho Editorial
Andréa Coelho Lastória (USP/Ribeirão Preto)
Carla Cristina Reinaldo Gimenes de Sena (UNESP/Ourinhos)
Carolina Machado Rocha Busch Pereira (UFT)
Denis Richter (UFG)
Eguimar Felício Chaveiro (UFG)
Lana de Souza Cavalcanti (UFG)
Loçandra Borges de Moraes (UEG/Anápolis)
Míriam Aparecida Bueno (UFG)
Vanilton Camilo de Souza (UFG)

Fotografia da capa: Bernardo Mançano Fernandes

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
(Elaboração: Filipe Reis – CRB 1/3388)

D451 Desenvolvimento territorial [recurso eletrônico] : Saberes e pesquisas territoriais na América Latina / Silvia Aparecida de Souza Fernandes, Yamila Goldfarb, Ana Lúcia de Jesus Almeida (org.). – Goiânia : C&A Alfa Comunicação, 2024.
323 p.; 16 x 23 cm.

ISBN 978-85-5791-087-4 (Digital)
ISBN 978-85-5791-086-7 (Físico)

1. Geografia agrária. 2. Diversidade – Geografia. I. Fernandes, Silvia Aparecida de Souza. II. Goldfarb, Yamila. III. Almeida, Ana Lúcia de Jesus.

CDU: 910.2

SUMÁRIO

Prefácio – Territorialização em movimento: da terra à construção de conhecimento	10
<i>Rosana Cebalho Fernandes</i>	
Apresentação.....	20

PARTE I **GEOGRAFIA AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL**

1 Geografia agrária de Minas Gerais: geografia de lutas e resistências a caminho da <i>práxis</i>	27
<i>Janaina Francisca de Souza Campos Vinha</i>	
<i>Noeli Welter Taborda</i>	
<i>Carlos Magno Soeiro Mendonça</i>	
2 Fosso digital no campo como agenda de pesquisa da Geografia Agrária Crítica	51
<i>Estevan Leopoldo de Freitas Coca</i>	
3 Territorialização das empresas de agrotóxicos no meio musical: ações e conexões	71
<i>Fábio Simoni Homem de Carvalho</i>	
<i>Ana Lúcia de Jesus Almeida</i>	

4	A produção do espaço geográfico: a contribuição feminista e o movimento de mulheres camponesas.....	89
	<i>Noeli Welter Taborda</i>	
	<i>Janaina Francisca de Souza Campos Vinha</i>	
5	Titulação e desterritorialização? estudo do assentamento Encruzilhada Natalino-RS	112
	<i>Leandro Feijó Fagundes</i>	
	<i>Bernardo Mançano Fernandes</i>	
6	Educação do Campo: resistência e fortalecimento do território camponês	130
	<i>Arlonio Campos</i>	
	<i>Noemí Ramos Vieira</i>	

PARTE II

AMÉRICA LATINA, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS E DEFESA DOS TERRITÓRIOS

7	Movimientos socioterritoriales en la defensa y construcción de la soberanía alimentaria en Caracas – Venezuela	161
	<i>Luis Enrique Ortuño Hernández</i>	
	<i>Bernardo Mançano Fernandes</i>	
8	A luta por outro uso e apropriação da natureza: reforma agrária e agroflorestas na produção de alimentos e territórios saudáveis	193
	<i>Fernanda Aparecida Matheus</i>	
	<i>Carlos Alberto Feliciano</i>	
9	Pueblo chileno y pueblo mapuche, una alianza posible y necesaria	216
	<i>Osvaldo Miguel Sepúlveda Silva</i>	
	<i>Silvia Aparecida de Sousa Fernandes</i>	

10	Antes do território: <i>Ró</i> , Categoria A'uwê/xavante.	239
	<i>Maíra Taquiguthi Ribeiro</i>	
	<i>José Sobreiro Filho</i>	
11	Cultura Ambiental da Comunidade Caiçara da Barra do Una, Peruíbe-SP: vulnerabilidades e alternativas de preservação da pesca artesanal.	273
	<i>José Marcio dos Santos</i>	
	<i>Fábio Fernandes Villela</i>	
12	Gigantes à beira mar: as resistências dos pescadores do litoral oeste do Ceará contra as eólicas estrangeiras	296
	<i>Monalisa Lustosa Nascimento</i>	
	<i>Clifford Welch</i>	
	Sobre os/as organizadores/as.	315
	Sobre os/as autores/as.	317

Prefácio

TERRITORIALIZAÇÃO EM MOVIMENTO

Da terra à construção de conhecimento

ROSANA CEBALHO FERNANDES¹

O presente texto busca socializar alguns aspectos do processo histórico construído pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) num processo de territorialização permanente que possui como foco a desconcentração da terra, a implementação da Reforma Agrária Popular como tática de um projeto estratégico de transformação estrutural da sociedade. Esses objetivos serão efetivamente alcançados através de um conjunto de elementos, dentre eles a educação e a formação política dos sujeitos envolvidos na prática do MST. Um desses territórios educativos é a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), que possibilita uma rede internacional de processos formativos da classe trabalhadora.

Ao longo de suas quatro décadas, o MST existe e resiste em diferentes momentos históricos nos quais a militância Sem Terra vai organizando os territórios de acampamentos, primeira fase da organização das famílias. Posteriormente, nos assentamentos, territórios conquistados,

¹ Coordenadora Geral da Enff (2014-2024). Coordenadora Política da Brigada Internationalista Apolônio de Carvalho na Venezuela (2025). Doutoranda em Educação pela Unicamp.

cujo objetivo principal é organizar a vida das pessoas para viverem dignamente, considerando suas dimensões objetivas e subjetivas.

Ao olhar para a história de construção e consolidação do MST, ainda em meio à ditadura militar-empresarial, contou-se com a força da Igreja Católica, através das pastorais sociais, especialmente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na qual atuavam vários padres, bispos, freiras e leigos que acreditavam na construção de uma sociedade justa e igualitária, de respeito aos direitos sociais e humanos, fundamentados pela Teologia da Libertação. Atuavam diretamente nas comunidades de base, pois estavam inseridos na ala progressista da Igreja, construindo as comunidades eclesiais junto com o povo pobre, parte deles os sem-terra, os que na sua condição social não possuíam terra para trabalhar e viver dignamente com suas famílias. É importante dizer também que a Igreja Luterana, através da Pastoral Popular Luterana (PPL), esteve contribuindo com intenso trabalho na constituição do Movimento.

O MST se apresenta para a sociedade através da ocupação de latifúndio, uma das formas de luta que perpassam a sua história de 40 anos. A ocupação é um ato de questionamento e de denúncia. Questiona a função social da propriedade e denuncia à medida que a função social não esteja sendo respeitada. A ocupação de terra não é uma invenção do MST, pois em vários momentos da história brasileira ela foi reivindicada, como por exemplo na resistência negra, através dos quilombos. No MST ela fortalece a organização de um grupo de famílias sem-terra que entram na luta, saindo do espontaneísmo para a organização do povo, constituindo uma identidade coletiva que é ser Sem Terra (Caldart, 2004).

A gênese do Movimento, no final da década de 1970, se deu pelo aspecto socioeconômico das transformações que a agricultura brasileira sofreu naquele período, pois a introdução da mecanização era característica de uma agricultura capitalista que expulsou do campo milhares de famílias que colocavam a sua mão de obra na produção agrícola. Uma parte dessa população expulsa migrou para regiões de colonização no norte do país. A outra parte foi para os centros urbanos na expectativa do processo de industrialização,

porém já no início da década de 1980 começaram os primeiros sinais de uma crise no setor industrial que se prolongou por toda a década (Stédile, 1999).

Outro fator importante na formação do MST foi o processo de democratização do país, um fator político. A sua gênese ocorre dentro da ampla luta pela democratização da sociedade brasileira. Ou seja, o surgimento do MST ocorre pelos fatores socioeconômico, ideológico e político, não podendo, no contexto histórico de sua origem, ser resultado apenas da vontade das famílias camponesas. Por isso o reconhecimento do valoroso trabalho pastoral da Igreja Católica e Luterana, o apoio da sociedade e a luta dos próprios sujeitos camponeses que constituem o MST.

Nesse processo, percebemos que a luta pela terra no Brasil atravessou diferentes momentos conjunturais, dados especialmente pelos governos federais presentes em cada um deles. Na década de 1980, frisou-se que o enfrentamento se dava entre camponeses expropriados de um lado e proprietários latifundiários de outro, porém a partir da década de 1990, fase impulsora do neoliberalismo, o enfrentamento ocorreu entre a ampla classe trabalhadora e as grandes corporações transnacionais aliadas dos latifundiários, dando origem ao modelo do agronegócio.

Diante disso, pode-se afirmar que a luta pela terra, a partir da década de 1990, se complexificou, dado o processo de urbanização muito recente, mas com a crise, milhões de trabalhadores não encontravam perspectivas nem no campo, nem na cidade; portanto, voltar ao campo era uma condição objetiva que se apresentava para a sua própria existência. A partir de 1985, com o governo da Nova República, o MST impulsionou a luta, explicitada por duas palavras de ordem²: *Sem reforma agrária não há democracia* e *A ocupação é a única solução*. Foi um período de organização e convocação das famílias camponesas para ocupar latifúndios, além de ocupações das sedes do Instituto

2 Palavra de ordem é o termo utilizado pelas organizações populares, especialmente pelo MST, para afirmar um propósito em determinado momento histórico. Isso poderemos verificar quando compreendermos os períodos vivenciados entre um e outro Congresso Nacional do MST.

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tendo como resultado muitas áreas de terras sendo desapropriadas, originando muitos assentamentos e muitas famílias conquistando o sonho do pedaço de terra, ou seja, ampliando territórios da reforma agrária.

O atual período do modo de produção capitalista, em sua fase avançada, fortaleceu seus objetivos de ampliação da taxa de lucros, expropriando a força de trabalho da classe trabalhadora e garantindo o processo de financeirização de valor e mercadorias. No campo, essa realidade se agrava, pois a terra, como meio de produção, está concentrada nas mãos de empreendedores capitalistas, transformada, assim, em mais um meio de acumular lucros. Nessa dinâmica, as famílias camponesas continuam a ser expulsas, necessitando entregar sua força de trabalho, muitas vezes sendo levadas às condições de trabalho análogas à escravidão. Contudo, há resistências permanentes no campesinato brasileiro, existindo às duras ofensivas do modo de produção capitalista na agricultura. Mantêm-se em lutas face às crescentes necessidades dos sujeitos sociais coletivos em várias regiões do país, em aberto conflito envolvendo o avanço do agronegócio, a questão da mineração, entre outros fatores do capital sobre os territórios camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos. É um tempo de terríveis conflitos, como se pode observar no criterioso levantamento organizado a cada ano pela CPT, de ocorrências de trabalho escravo, das execuções sumárias de lideranças, atravessado pela elevação da grilagem de terras aumentando o poder do latifúndio em conivência com o Estado brasileiro.

Aos movimentos populares camponeses cabe organizar os trabalhadores para se contrapor a essa realidade por meio da luta diária pela terra e pela reforma agrária, como ferramenta de transformação, possibilitando alterações na estrutura agrária brasileira. Isso implica em repensar concepções de produção e de trabalho, valorizar o saber camponês, construir a soberania territorial com base numa revisão da noção de propriedade. Compreender a dinâmica dos movimentos populares implica em analisar as mudanças que estes provocam na vida política, econômica e social em determinado momento histórico de uma sociedade, defendendo interesses populares, ocasionando para

isso alguns conflitos na busca de seus objetivos. Esses conflitos, de maneira geral, podem ser entendidos no quadro permanente de tensões e embates desde a luta por direitos historicamente usurpados até o enfrentamento da luta de classes que vislumbram projetos antagônicos de campo e de sociedade.

Os movimentos e organizações populares camponesas, ao organizarem os sujeitos na luta por direitos, reivindicam a democratização de acesso à terra, também buscam em seus territórios as condições reais de construir uma vida digna, respeito à natureza e ao modo de vida camponês. Com esse propósito há necessidade de mudar o modelo de agricultura e implementar uma política de reforma agrária. Para tal feito, necessariamente, deve haver mudanças estruturais no modelo econômico da sociedade. Nesse sentido, o MST concebe a reforma agrária como um conjunto de três elementos principais: terra, capital e conhecimento (Stédile, 2011). E tem construído o programa de Reforma Agrária Popular que possui como principais pilares a produção de alimentos saudáveis, com base na agroecologia, no cuidado com a natureza, nos processos de reflorestamentos, bem como ampliar a elaboração e o acesso às questões culturais e educacionais, dentre outros.

Do ponto de vista interno, o MST fortalece a sua organicidade, compreendendo-a como o jeito de funcionar a sua estrutura, da base às instâncias nacionais, implementação das linhas políticas para os diferentes setores como parte de uma totalidade organizativa, que são incorporados a partir da ampliação do próprio Movimento e das necessidades que os sujeitos humanos apresentam nessa organicidade. Os setores são formas de discutir e implementar ações específicas, desde as demandas apresentadas pela realidade, como a educação, a formação político-ideológica, a produção, a frente de massas, os direitos humanos, até as finanças, o internacionalismo, ampliando nas últimas décadas para o setor de gênero, coletivo de juventude, coletivo LGBT e cultura.

Nesse processo histórico, a bandeira da educação sempre esteve presente desde a organização dos primeiros acampamentos e assentamentos, haja vista que no Brasil essa pauta é histórica. O agravamento desse conflito de classes é evidenciado numa incipiente educação e no fechamento das escolas do campo nas últimas duas décadas. Para os

movimentos camponeses, a luta pela terra e pela reforma agrária não está separada da luta pela educação e outros direitos essenciais da condição humana.

O cenário da educação brasileira, especialmente na educação básica, pouco se alterou nos últimos anos: o elevado índice de analfabetismo, a deficitária estrutura das escolas e a falta de educadores com formação que atendam à demanda são alguns fatores que se agravam quando remetemos às especificidades da realidade camponesa. Com a perspectiva de alterar essa realidade, as organizações e movimentos populares camponeses nas últimas décadas têm construído o projeto de Educação do Campo em contraponto à *educação rural*, pois a primeira está sendo entendida como um direito humano fundamental, em todos os níveis de ensino e para todas as idades. A luta por esse direito é conjugada com a luta pela terra, pela reforma agrária popular e por um projeto transformador da sociedade. Projeto de sociedade que relate a cultura, o trabalho e a participação política, interligando os sujeitos sociais por meio de um processo organizativo de constituir a vida, ampliando sua prática para a emancipação humana.

Na luta por garantia de direitos, a classe trabalhadora é a que sente necessidade de reivindicá-los, considerando que os dominantes agem para converter os seus privilégios em direitos, já que os processos políticos e jurídicos favorecem historicamente a classe hegemônica. Nesse sentido, cabe pensar sobre a relação oposta entre *privilegios* e *carencias* (Chauí, 2001), restringindo a noção de direito para todas as pessoas, possibilitando a constituição de espaços na sociedade civil, como por exemplo a criação de movimentos populares ou sindicais na luta por *igualdade real* de direito, como princípio socialista e não apenas a *igualdade formal*, como princípio liberal.

Na construção e na luta por um projeto de educação que almeje a emancipação humana nos processos de escolarização, e para além deles, o MST investiu esforços na formação política de seus militantes desde os territórios, incluindo as instâncias organizativas da base às instâncias nacionais. A educação política acontece durante todo o processo de luta e vivência dos sujeitos inseridos nos processos de luta, compreendendo o próprio Movimento como uma grande escola. Nessa

perspectiva e como resultado do processo educativo do Movimento é que se constituiu a natureza da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) como uma escola de formação política para os militantes, dirigentes e quadros das organizações populares do mundo.

A ENFF é resultado da capacidade do MST, em conceber espaços que dessem conta de acolher coletivos diversos de pessoas militantes ou dirigentes, para estudar temas específicos e melhor compreender os diferentes estágios e tempos históricos das lutas de classes, temas como questão agrária, funcionamento da sociedade, análise de conjuntura, papel da juventude e das mulheres, agroecologia, cultura e arte, direitos humanos, estudos dos clássicos, geopolítica internacional, dentre outros. É possível afirmar que em cada estado onde o Movimento está organizado (não está presente apenas no Acre, Amapá e Amazonas), existem ao menos um ou dois centros e/ou escolas de formação política, cada qual com as suas demandas específicas.

A decisão de homenagear o prof. Florestan Fernandes aconteceu em uma reunião no ano de 1997. A escolha do nome foi baseada em três características principais: a origem e coerência de classe, a busca pelo conhecimento e a constante preocupação com um projeto estratégico da classe trabalhadora brasileira. Florestan Fernandes é o zelador ideológico da Escola Nacional, pois através de seu legado problematiza a realidade e orienta as atividades formativas para elevar o nível de consciência dos sujeitos na perspectiva de ações para as mudanças estruturais e estratégicas da sociedade, não só do Brasil, mas dos demais países que enfrentam as ofensivas do modo de produção capitalista.

Do aspecto de construção da estrutura física da ENFF, por si mesmo foi um prolongado curso de formação técnica e política com as brigadas de militantes trabalhadores iniciado no ano 2000. Foram aproximadamente mil trabalhadores voluntários que tiveram a oportunidade de trabalhar e estudar no canteiro de obras, sendo que alguns militantes tiveram a oportunidade de se alfabetizar durante o tempo que passaram realizando o trabalho voluntário. Cada brigada, organizada pelo MST de cada Estado, contribuía na obra três ou quatro meses mais ou menos. Nesse período contava com a formação técnica para compreender uma obra de menor impacto à natureza, que é a

construção em solo-cimento. Destaca-se que a Escola começou a funcionar antes da inauguração oficial, pois em 2003, em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), realizou a primeira turma de Especialização em Estudos Latino-Americanos, bem como uma turma de Especialização em Educação do Campo, com parceria entre o Instituto de Educação Josué de Castro e a Universidade de Brasília (UnB). Além dessas turmas, no ano de 2004 aconteceu a primeira turma do curso para dirigentes do MST. A partir de 2005 organizaram-se os cursos de História da Luta de Classes, Sociologia, Pensamento Político Brasileiro e Economia Política. Esses cursos e as suas elaborações são os primeiros passos, que posteriormente resultaram no currículo básico da Escola.

A inauguração da escola, em 2005, foi marcada por um Seminário Internacional sobre a Formação de Quadros, que já estabelecia o caráter internacionalista da ENFF e de seus processos formativos, que resultaram em diferentes cursos: Teoria Política Latino-americana (2007), Formação de Formadores Latino-americanos (2008), Formação de Formadores em Idioma Inglês (2015), Estudos sobre as Revoluções (2017), Teoria Política em Idioma Inglês (2018). Em 2019, se iniciam outras experiências como Teoria Política em Idioma Francês, Método e Metodologia em Idioma Inglês e Curso Internacional de Quadros. Para planejar, organizar e conduzir esse conjunto de cursos, foram estabelecidos diferentes núcleos, sendo o Nacional, que é responsável pelos processos formativos para as organizações populares do Brasil; o Internacional, que é responsável pelas organizações populares dos diversos continentes, iniciando com cursos para a América Latina; e o núcleo Formal, que acompanha as parcerias com as Instituições de Ensino Superior (IES). A partir de 2009, se define pela criação de um núcleo Sindical, atualmente denominado de Urbano Popular, para pensar processos formativos em conjunto com as organizações urbanas.

Ressaltamos que, na última década, as parcerias institucionais se ampliaram com destaque para a pós-graduação, através do Programa de Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (TerritoriAL), junto à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita” (Unesp) e Catedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial,

ambos com sede no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, IPPRI-UNESP, que já possibilitou a realização do curso de mestrado para centenas de militantes de educadores populares vinculados aos territórios camponeses e urbanos. A partir de 2024, avança para turmas de doutorado, elevando o nível de pós-graduação, primeiramente de pessoas que já passaram por alguma turma de mestrado do próprio programa TerritoriAL. Iniciativas como essa são de fundamental importância para a construção de conhecimento prático-teórico que colabore com o projeto de sociedade que estamos construindo, visando um olhar crítico, popular e transformador dos sujeitos e de suas diferentes realidades.

Nesse sentido, é necessário que a escola, no processo de escolarização ou não, considere a dimensão cultural dos sujeitos presentes naquele território, constituindo-a como estratégia para a transformação social, desde que o proletariado superasse o *senso comum* e desenvolvesse uma consciência crítica. A escola, como uma instituição da sociedade, tem como tarefa prioritária construir novos conhecimentos, concepções, organização e propagação das ideias da realidade, cumprindo um papel fundamental na construção da hegemonia, afirmendo a concepção dialética como um espaço de contradições e de superação delas.

Outrossim, a ENFF não é apenas uma escola feita pelos trabalhadores para os trabalhadores, é também uma escola organizada, gerida e conduzida pelos trabalhadores. Nesse sentido, desde o início de suas atividades, constituiu-se a Brigada Permanente Apolônio de Carvalho (BAC), composta por militantes de diferentes estados do Brasil. Ao longo de sua história, dezenas de militantes já passaram pela BAC, deixando sua valorosa contribuição e exemplo de dedicação ao projeto coletivo. Essa trajetória formativa é construída por milhares de militantes e educandos, centenas de educadores voluntários, e sustentada pela solidariedade nacional e internacional, como por exemplo a fundação no ano de 2010 da Associação dos Amigos da Escola Nacional Florestan Fernandes (AAENFF).

Ressaltamos que a educação concebida como um amplo processo de formação humana está intimamente ligada ao cotidiano da vida dos sujeitos. Dessa maneira, a escola deve cumprir a tarefa de relacionar as questões em torno do trabalho, do estudo, de atividades políticas e

culturais, assumindo a dinâmica da vida e não apenas se preparando teoricamente para assumi-la, passando de uma *pedagogia da palavra* para uma *pedagogia da ação*, construindo sujeitos a partir de seu cotidiano. É preciso superar a visão da escola como lugar de mera provisão de conteúdo.

Nessa perspectiva, a ENFF é marcada pela ampliação de suas atividades formativas e, consequentemente, de suas responsabilidades com o conjunto da classe trabalhadora, considerando as dimensões dos valores éticos e humanos que consolidam o vínculo com um projeto emancipatório de sociedade. Tal formação se apropria do referencial do pensamento crítico, da tradição marxista de análise e compreensão da realidade, o que requer, nesse caso, a vivência de princípios e o pertencimento à classe trabalhadora. Pode-se afirmar que a ENFF é um dos resultados da educação política como um princípio, pois desde as primeiras lutas e ocupações de latifúndios, a compressão da necessidade da elevação da consciência dos sujeitos Sem Terra é um componente essencial do Movimento.

Para concluir, enfatizamos que, em 2025, a ENFF completa 20 anos desde a inauguração da estrutura física em Guararema-São Paulo, mas é *uma escola em permanente construção*, como diz o *slogan* da AAENFF. Durante esse tempo, milhares de pessoas tiveram a oportunidade de conhecer e vivenciar a metodologia da Escola como um território educativo que está em permanente movimento: de sujeitos, de práticas e elaborações teóricas. É nessa perspectiva que os artigos da presente obra se apresentam. *Provecho!*

Apresentação

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – TerritoriAL –, com sede no Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Ippri –, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Unesp, São Paulo, teve início em 2013, com a criação do curso de mestrado, área de Geografia vinculado à Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial. Em 2024, celebramos a abertura do doutorado, com o início das aulas no segundo semestre.

Com o livro “Desenvolvimento territorial: saberes e pesquisas territoriais na América Latina”, temos a grata satisfação de apresentar ao público em geral e aos pesquisadores da área de Geografia resultados de pesquisas realizadas por docentes e discentes do TerritoriAL, com a contribuição de educandos e egressos, alguns deles que agora retornam à casa, para a primeira turma de doutorado. Com 12 capítulos, traz a contribuição de pesquisas dissertativas concluídas entre 2022 e 2024, além de resultados de pesquisas de docentes.

Este livro é, assim, resultado de luta e esforço coletivo no processo de formação da classe trabalhadora e, em particular, da formação em nível de pós-graduação de pesquisadores e militantes dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais do Brasil e América Latina.

Organizado em duas partes, traz, na primeira parte, diálogo de saberes e reflexões teóricas sobre Geografia Agrária e os movimentos sociais do campo no Brasil. Na segunda parte, as pesquisas buscam compreender os movimentos sociais da América Latina e a questão indígena.

O primeiro capítulo, “Geografia agrária de Minas Gerais: geografia de lutas e resistências a caminho da práxis”, de Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, Noeli Welter Taborda e Carlos Magno Soeiro Mendonça, apresenta a constituição de uma Geografia de Lutas e Resistências nos estudos agrários geográficos em Minas Gerais, com foco para o debate sobre a importância de uma ciência vinculada à práxis, a partir do entendimento das ações protagonizadas pelo Movimento de Mulheres Campesinas (MMC) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os autores realizaram levantamento, sistematização e análise dos anais e trabalhos do Enga e Singa no período de 2002-2015 e analisaram os trabalhos à luz da teoria do debate paradigmático. Concluem que grande parte dos trabalhos geográficos analisados dialoga com o Paradigma da Questão Agrária (PQA). O tema “Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária” é um dos mais estudados pela Geografia Agrária brasileira, e juntamente com outros temas, como campesinato, agroecologia, educação do/no campo e comunidades tradicionais, expressa o avanço dos estudos críticos, e a construção de uma Geografia comprometida com questões sociais.

No segundo capítulo “Fosso digital no campo como agenda de pesquisa da Geografia Agrária Crítica”, o autor Estevan Leopoldo de Freitas Coca traz uma discussão conceitual sobre a dimensão espacial do fosso digital, considerando o que denomina de “Agricultura 4.0”. Para o autor, o fosso digital é produzido e produz o espaço geográfico num processo repleto de conflitos e contradições, constituindo-se, assim, em um dos elementos que caracterizam a Questão Agrária atual. Alicerçando este debate está a Geografia Agrária Crítica como possibilidade de interpretação e leitura do fosso digital para além do acesso e utilização das tecnologias digitais, considerando também como elas impactam o desenvolvimento de um modo mais amplo.

No capítulo “Territorialização das empresas de agrotóxicos no meio musical: ações e conexões”, de Fábio Simoni Homem de Carvalho e Ana Lúcia de Jesus Almeida, os autores discutem a construção ideológica e a territorialização do agronegócio por meio de ações culturais, como por exemplo o financiamento de eventos artísticos e de cultura

popular. A pesquisa realizada indicou que, dos 153 projetos musicais que receberam recursos pela Lei Rouanet no período de 1996 a 2022, 31 foram patrocinados por empresas multinacionais de agrotóxicos, o que evidencia o interesse do agronegócio em produzir territórios por meio da cultura.

O quarto capítulo, “A produção do espaço geográfico: a contribuição feminista e o Movimento de Mulheres Camponesas”, de Noeli Welter Taborda e Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, investiga a produção do espaço geográfico a partir de um olhar feminista e da construção de espaço e território no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). A pesquisa militante possibilitou a compreensão da produção e organização do espaço geográfico a partir da perspectiva feminista, considerando as categorias classe, gênero e raça/etnia, para compreender as relações sociais e de poder. As autoras concluem que as mulheres camponesas, em seus territórios, buscam entender a vida como uma totalidade, à medida que vão imprimindo uma forma própria de ser e construir novas relações sociais. Nessa luta, pensam o território como processo, um campo de forças e um lugar de exercício das contradições a partir do Feminismo Camponês Popular.

No capítulo quinto, intitulado “Titulação e desterritorialização? Estudo do Assentamento Encruzilhada Natalino – RS”, de Leandro Feijó Fagundes e Bernardo Mançano Fernandes, os autores discutem a contradição entre a conquista da terra e a concessão do Título de Domínio, política de regularização fundiária que pode levar à desterritorialização das famílias assentadas e reconcentração fundiária. Contradicitoriamente, obter o título de propriedade pode significar a perda da terra para as famílias que historicamente lutaram pela reforma agrária e pela conquista do território. A pesquisa traz o histórico de ocupação, conquista da terra e titulação no Assentamento Encruzilhada Natalino, localizado em área de três municípios do estado do Rio Grande do Sul, evidenciando que o título de propriedade levou à venda de lotes, o que pode significar a reconcentração fundiária.

O sexto capítulo, “A Educação do Campo e sua contribuição para o processo de resistência e fortalecimento do território camponês: um estudo a partir do projeto pedagógico da Escola Municipal e Educação

Infantil e Ensino Fundamental – Emeief ‘Assentamento Zumbi Dos Palmares’, Município de São Mateus – ES”, de Arlonio Campos e Noemí Ramos Vieira, os autores investigam de que maneira o projeto de Educação do Campo e a experiência pedagógica desenvolvida na Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares”, contribui com o processo de luta e resistência das famílias assentadas e o fortalecimento da Pedagogia do Movimento, na perspectiva de uma educação libertadora. A pesquisa reuniu dados de campo, por meio de entrevistas e análise documental, e conclui que a Pedagogia do Movimento e a Pedagogia da Alternância possibilitam um conjunto de elementos fundamentais para o processo de formação e de emancipação dos sujeitos em vista da resistência e do fortalecimento da identidade territorial camponesa, ao vincularem a realidade no currículo.

A segunda parte do livro está dedicada à discussão dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais na América Latina, analisando a construção da soberania nos territórios camponeses e indígenas no Brasil, no Chile e na Venezuela.

O sétimo capítulo “Movimientos socioterritoriales en la defensa y construcción de la soberanía alimentaria en Caracas – Venezuela”, de Luis Enrique Ortuño Hernández e Bernardo Mançano Fernandes, analisa o papel dos movimentos socioterritoriais na construção de condições para o desenvolvimento e transformação das forças produtivas na Venezuela, por meio de três processos: a criação de mercados populares, em um contexto de crise econômica, construindo uma “geografia alimentar das comunidades”, a disputa territorial na transformação urbana e periurbana e, finalmente, o retorno ao campo, considerado pelos autores como processo de “recampezação”.

O oitavo capítulo, intitulado “A luta por outro uso e apropriação da natureza: Reforma Agrária e agroflorestas na produção de alimentos e territórios saudáveis”, de Fernanda Aparecida Matheus e Carlos Alberto Feliciano, traz resultados de pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – Universidade Estadual Paulista –, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (Unesp/IPPRI) e doutorado no Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade

Estadual Paulista –, Faculdade de Ciências e Tecnologia (Unesp/FCT). A pesquisa analisa os vínculos entre as práticas agroflorestais desenvolvidas em áreas de assentamentos e a produção de alimentos saudáveis, com base nos princípios da agroecologia. Os pesquisadores identificaram 35 iniciativas empreendidas em áreas de assentamentos, localizadas em 30 comunidades, em 26 municípios, em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos realizadores, articulado com instituições de pesquisa, ensino e extensão.

Analisando a construção do território Mapuche, o nono capítulo “*Pueblo chileno y pueblo mapuche, una alianza posible y necesaria*”, de Osvaldo Miguel Sepúlveda Silva e Silvia Aparecida de Sousa Fernandes, dá ênfase ao papel da educação mapuche no processo de transformação social e territorial. O capítulo traz resultados de pesquisa dissertativa que teve como foco a análise sobre como a educação mapuche, por meio dos conteúdos e práticas, se apresenta como uma oportunidade de transformação social no território Mapuche (Wallmapu) e no Chile.

No décimo capítulo, “Antes do território: *Ró, categoria a’uwẽ/xavante*”, Maíra Taquiguthi Ribeiro e José Sobreiro Filho analisam os conflitos criados entre sociedades distintas e identificam nelas a instrumentalização de diferentes “categorias” espacotemporais. Os saberes dos territórios a’uwẽ e as formas de operacionalização da vida foram contrastados com as categorias da Geografia para evidenciar a imprescindibilidade em transbordar as epistemologias convencionais para explicar a realidade e ir além de modelos teóricos que representam a continuidade da colonização. A pesquisa realizou levantamento bibliográfico, aplicação de entrevistas semiestruturadas, análise e representação de dados para discussão da categoria Ró – Território.

O décimo primeiro capítulo, “Cultura Ambiental da Comunidade Caiçara da Barra do Una, Peruíbe-SP: Vulnerabilidades e Alternativas de Preservação da Pesca Artesanal”, de José Marcio dos Santos e Fábio Fernandes Villela, apresenta a temática dos territórios caiçaras no litoral paulista que abrangem parte da Mata Atlântica do Estado de São Paulo. A pesquisa analisa os conflitos ambientais e a vulnerabilidade da cultura da pesca artesanal na comunidade caiçara da Barra do Una, Peruíbe-SP, que integra o Mosaico de Unidades de Conservação

Jureia-Itatins (MUCJI). Nesse território, comunidades caiçaras tradicionais enfrentam conflitos decorrentes da implementação da legislação de criação das UCs e na Proteção Integral e a disseminação do que os autores denominaram de “cultura ambiental”. Por meio da revisão bibliográfica e de pesquisa participativa, os autores registraram reuniões e rodas de conversa na comunidade e destacam nos resultados a importância de monitoramento e revisão das normas de gestão nas UCs e a utilização de organizações associativas como instrumentos de ação coletiva.

O livro se encerra com o capítulo décimo segundo, intitulado “Gigantes à beira mar: as resistências dos pescadores do litoral oeste do Ceará contra as eólicas estrangeiras”, de Monalisa Lustosa Nascimento e Clifford Andrew Welch. O estudo analisou os impactos da estrangeirização da energia dita renovável no Brasil, em parques eólicos no litoral oeste do Ceará. A pesquisa de campo foi realizada nas comunidades tradicionais pesqueiras de Barra das Moitas e Morro dos Patos, onde foram instalados parques eólicos da CPFL Renováveis, de capital chinês via State Grid. Dentre os impactos diretos estão a produção de ruídos que afetam a pesca e a qualidade de vida das comunidades como resultado desse novo modelo de exploração da natureza. Os parques eólicos são uma ameaça à vida das comunidades, pois em sua grande parte são empresas de capital estrangeiro que não têm nenhum vínculo ou preocupação com as práticas e vidas das comunidades pesqueiras.

Esperamos que este livro seja um marco na construção de uma Geografia Crítica e emancipadora, que contribua para futuros estudos e reconhecimento dos saberes produzidos em territórios e comunidades para além da universidade e na universidade, com novas turmas de doutorado e mestrado em parceria com instituições e comunidades.

Silvia Aparecida de Sousa Fernandes
Ana Lúcia de Jesus Almeida
Bernardo Mançano Fernandes
Davis Gruber Sansolo

Parte 1

GEOGRAFIA AGRÁRIA E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO BRASIL

GEOGRAFIA AGRÁRIA DE MINAS GERAIS

Geografia de lutas e resistências a caminho da práxis

JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS VINHA

NOELI WELTER TABORDA

CARLOS MAGNO SOEIRO MENDONÇA

Notas introdutórias

O presente texto apresenta um diálogo que entrecruzou dois momentos de estudo e pesquisa, articulados especialmente para este ensaio. Um deles partiu dos resultados obtidos na pesquisa *Geografia Agrária de Minas Gerais: análise dos temas e paradigmas*, projeto financiado pela Fapemig, que analisou os temas e paradigmas da Geografia mineira. Esse foi um projeto desenvolvido entre os anos de 2016 e 2019, um dos primeiros que ancoraram as atividades do Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais – NaTERRA. Posteriormente, somaram-se ao projeto a contribuição da pesquisa militante, que iniciou sua construção em 2021, em plena pandemia, fruto das reflexões na disciplina Coletivo de Orientação e Estágio de Pesquisa (Coep) e que aproximaram o referido projeto junto aos educandos e educandas da pós-graduação no TerritoriAL-Unesp.

Portanto, esse trabalho procurou contribuir com a atualização do pensamento geográfico, por meio da identificação e análise dos temas e paradigmas da Geografia Agrária mineira, especialmente no que denominamos de *Geografia de Lutas e Resistências*. Procurou-se

fazer um contínuo e duplo movimento: ao entender que os temas e paradigmas dialogavam com o Paradigma da Questão Agrária (PQA), cuja perspectiva assenta-se no estudo das lutas e confrontos promovidos pelos movimentos socioterritoriais do campo, foi necessário, posteriormente, explorar, diante da *práxis*, as ações desses sujeitos. Assim, a materialidade das estratégias de luta empreendidas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) somou-se à nossa leitura.

Foi proposta uma interpretação da Geografia Agrária através do debate paradigmático. O debate paradigmático constitui-se num método de análise que dá ênfase às posturas ideológicas e políticas na análise do conhecimento geográfico. No caso da Geografia Agrária, o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA) expressam diferentes visões de mundo (Vinha, 2021), sendo a segunda o aporte que conduziu a análise apresentada.

Foi necessário, primeiramente, percorrer os trabalhos completos publicados nos anais dos dois principais eventos da Geografia Agrária brasileira: o Encontro Nacional de Geografia Agrária (Enga) e o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (Singa). O Enga e o Singa são compreendidos como espaços de socialização do conhecimento geográfico, e traduzem-se em eventos de intenso debate paradigmático. Foram criados em épocas, preocupações, interesses e grupos distintos. Com isso, também foi possível nos aproximar dos temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira, como será discutido.

Para esse primeiro momento da pesquisa, foi realizado um exaustivo levantamento, sistematização e análise dos anais e trabalhos do Enga e do Singa no período de 2002-2015 em todas as edições desses dois eventos. Os temas e paradigmas de estudo evidenciaram a diversidade dos estudos agrários e a pluralidade temática e paradigmática do pensamento geográfico. Junto com *Modernização do campo, agronegócio e latifúndio*, o tema *Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária* é um dos mais estudados pela Geografia Agrária brasileira e mineira.

Nos deparamos com trabalhos que reverberaram uma *Geografia de Lutas e Resistências*, uma vez que outros temas, como campesinato,

agroecologia, educação do/no campo e comunidades tradicionais, por exemplo, expressaram o avanço dos estudos críticos, que apreendem as contradições que historicamente a (re)criaram o campesinato, bem como os elementos de luta, enfrentamento, resistência e superação do capital sobre o campo. Revelou-se uma Geografia diversa, ampla, plural e que, em sua essência, está comprometida com questões sociais, expressa na Geografia Agrária pelo PQA.

Num segundo momento, a partir da pesquisa militante, o enfoque foi dado à *Geografia de Lutas e Resistências*. Na busca pela *práxis*, explorou-se as ações protagonizadas pelos movimentos socioterritoriais a partir da ótica dos educandos (as) que foram incorporados à presente pesquisa, os quais deram continuidade à reflexão. Uma análise mais verticalizada sobre o MMC e o MST foi realizada, na procura por construir horizontes de pesquisa que ultrapassassem o mero estudo das ações dos coletivos de luta, mas que se debruçassem no estudo realizado pelos próprios sujeitos que materializam essas mesmas estratégias de luta no campo.

Além dessa parte introdutória e das considerações finais, o texto está organizado em três seções centrais: a primeira apresenta uma breve caracterização das pesquisas, dos pesquisadores (as), das instituições e dos grupos de pesquisa de Minas Gerais; a segunda versa sobre os principais temas da Geografia Agrária, com foco à *Geografia de Lutas e Resistências* construída em Minas Gerais; e a terceira, e última, discute a centralidade desse tema, relacionando-a ao PQA. Associa a produção teórica geográfica com as ações concretas de luta de movimentos socio-territoriais como o MMC e o MST, indicando a importância do fortalecimento de um processo atravessado pela *práxis* nos estudos agrários.

Caracterização das pesquisas, dos pesquisadores (as), das instituições e dos grupos de pesquisa de Minas Gerais

Antes de refletir sobre a *Geografia de Lutas e Resistências*, é importante caracterizar o conjunto de pesquisas, pesquisadores (as), instituições e grupos de pesquisa que foram incorporados na análise delineada nesse trabalho.

Optou-se por pesquisar os dois mais importantes eventos científicos da Geografia Agrária: o Enga e o Singa. São nos eventos científicos, espaços interativos e coletivos que os geógrafos(as) defendem diferentes propostas; portanto, é o *lócus* onde o debate paradigmático pode ser apreendido. Foi realizado um exaustivo levantamento, sistematização e análise dos anais e trabalhos do Enga e Singa no período de 2002-2015. Foram organizados 14 anais, registrados 5.239 trabalhos completos, além de elaborada uma planilha com 15 tipos de informações sobre os trabalhos e autores(as).

Desses 5.239 trabalhos, Minas Gerais é responsável por 632, isto é, 12% do total. Um dos fatores que explicam esse elevado número associa-se à consolidação científica que a região Sudeste historicamente apresentou. Outra questão refere-se ao local de realização do evento. Quando próximo da região, a comunidade acadêmica dos arredores participa mais ativamente do evento. No geral, quando o local é distante da instituição de origem do pesquisador (a), os custos de deslocamento, hospedagem e alimentação são fatores que, aliados à falta de auxílio financeiro, inibem a participação massiva.

Também traçamos o perfil e os níveis de formação relativos aos participantes. Os dados foram tratados de forma ampliada, de modo que cada nível de formação (em andamento ou já concluído) foi sistematizado em três grupos: graduação, mestrado e doutorado. O maior número de trabalhos no período analisado foi a graduação, com 210, seguido por mestrado (112) e doutorado (115). Os eventos são considerados importantes espaços de socialização do conhecimento em Geografia Agrária, pois reúnem acadêmicos (as) com as mais distintas formações e favorecem o diálogo e a construção de saberes (Campos, 2012). Dado o avanço e o desenvolvimento das pesquisas de mestrado e doutorado, há mais possibilidade de esses estarem inclinados à publicação de textos em periódicos especializados, no entanto, explicando o baixo número. Contudo, se somadas as categorias mestrado e doutorado, o número de trabalhos de graduação e pós-graduação é equivalente.

No que diz respeito à participação das instituições, mais de 95% são públicas. Este dado aponta para o protagonismo das universidades

públicas, centros de excelência na produção do conhecimento geográfico. As universidades públicas estão baseadas no tripé ensino, pesquisa e extensão, condição que conduz a mudanças significativas nos processos de ensino e aprendizagem, e pode colaborar de forma efetiva para a formação acadêmica. Além de universidades, participaram a Escola Família Agrícola, os Centros e institutos federais.

A universidade que mais comparece é a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com 336 trabalhos, sinalizando para o seu importante papel na construção científica da Geografia Agrária no estado – que é quase seis vezes superior à universidade da capital mineira, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que ocupa o 2º lugar na publicação de trabalhos. Ainda comparece em destaque a Universidade Federal de Montes Claros (55), a Universidade Federal de Alfenas (47), a Universidade Federal de Juiz de Fora (45), a Universidade Federal de Viçosa (35) e a Universidade Federal de São João del-Rei (17) (Quadro 1).

Quadro 1 – Principais universidades de Minas Gerais
– Geografia Agrária (2002-2015)

	Universidade	Nº total de publicações
1	UFU	336
2	UFMG	59
3	UNIMONTES	55
4	UNIFAL	47
5	UFJF	45
6	UFV	35
7	UFSJ	17

Fonte: Anais do Enga e do Singa (2002-2015).

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha, 2019.

Juntas, essas universidades concentram 535 trabalhos, cerca de 85% do total dos trabalhos de MG. Sem dúvida, essa expressão coloca em evidência o protuberante papel da universidade pública na produção e difusão da ciência brasileira, nesse caso, dos estudos agrários

geográficos. Em 2016, a PEC-55, assinada pelo ex-presidente Michel Temer, congelou os investimentos públicos na educação por 20 anos. Junto com o contingenciamento de recursos federais às universidades de 2019, certamente essas duas questões trarão grandes rebatimentos à Geografia, implicando sensivelmente na produção científica nacional.

Tais estudos são realizados, em sua maioria, por pesquisadores (as) que estão organizados em grupos de pesquisa. Foi notório o protagonismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) nos encontros, através do Laboratório de Geografia Agrária (Lagea). Foi criado em 1997 no Departamento de Geografia da UFU com a finalidade de desenvolver projetos de pesquisa, ensino e extensão. O Lagea agrupa também o Núcleo de Estudos Agrários e Territoriais (Neat), vinculado ao diretório de Grupos de Pesquisa. O Neat está estruturado junto ao Lagea desde 1997. O Neat é liderado pelo pesquisador João Cleps Junior.

No grupo há treze linhas de pesquisas cadastradas: “Agricultura Camponesa e Produção Familiar”, “Comunidades Rurais e Populações Tradicionais”, “Desenvolvimento e Economia Solidária”, “Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais”, “Educação do Campo”, “Educação do Campo e Juventude Rural”, “Gestão do Espaço Rural e Meio Ambiente”, “Modernização Agrícola e Agronegócio”, “Políticas Públicas e Agricultura Sustentável”, “População, Território e Políticas Públicas”, “Questões Teórico-metodológicas da Geografia Agrária”, “Reforma Agrária e Assentamentos Rurais” e “Território, Identidade e Territorialidades”.

Outro grupo responsável por grande parte da produção de trabalhos é o Laboratório de Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa, ligado institucionalmente ao Departamento de Geografia do Instituto de Geociências (IGC) da UFMG, que atualmente abrange o Núcleo Terra & Sociedade de Estudos em Geografia Agrária, Agricultura Familiar e Cultura Camponesa do CNPq. A Unifal também vem avançando consideravelmente no debate agrário, apresentando 47 trabalhos. O grupo com maior relevância na produção de trabalhos é o Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (Geres).

Feita essa breve caracterização, passamos para as principais temáticas da Geografia Agrária entre 2002-2015, revelando uma *Geografia de Lutas e Resistências* presente em Minas Gerais.

Atualizando as temáticas da Geografia Agrária mineira: Geografia de Lutas e Resistências

Se retomadas as temáticas da Geografia Agrária brasileira apontadas por Ferreira (1998) para a década de 1990, muitas delas ainda permanecem em destaque, como é o caso de um dos temas mais estudados pela Geografia Agrária mineira: *Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária*, com 78 trabalhos. Esse tema representa mais de 12% do total dos trabalhos, e indica que os estudos críticos, pautados no PQA, com a concepção do enfrentamento e superação ao capitalismo, ganharam volume neste início de século. É também a temática mais representativa do que denominamos, neste texto, de *Geografia de Lutas e Resistências*.

Os trabalhos versam sobre processo de luta pela terra como forma de resistência e (re)criação do campesinato brasileiro; a atuação dos movimentos sociais/socioterritoriais, com enfoque para as estratégias de espacialização, territorialização e desterritorialização; o destaque para o conceito de território; ocupações de terra; violência no campo; os assentamentos e os acampamentos como espaços de luta e resistência; política de reforma agrária; juridicização e criminalização da luta e dos movimentos; conflitos com o agronegócio e o latifúndio, a produção para o mercado e subsistência nos assentamentos; os modos de vida, identidade e cultura; sustentabilidade; acesso a crédito, assistência técnica e políticas públicas; territorialidades e territorialização; produção agropecuária e formação e mobilização política.

Dentro dessa temática, há muitos trabalhos que versam sobre os assentamentos rurais. A maioria dedicou-se a estudos de caso, procurando destacar a especificidade de determinado assentamento. Procurou-se mostrar os impactos e as mudanças provocadas pela implantação de assentamentos, bem como a sua importância social e econômica para a dinâmica dos municípios e a reordenação territorial;

assentamentos como estratégias de (re)territorialização campesina, as formas de luta e resistência; assentamentos como territórios camponeses, as formas de organização, produção e comercialização; as estratégias de desenvolvimento territorial rural; sustentabilidade socioeconômica; as expressões da identidade e da cultura camponesa nos assentamentos; as construções e as significações das famílias sobre seus lotes; as relações de trabalho; o uso dos recursos hídricos e a relação dos assentados com a preservação; os saberes populares; as redes de sociabilidade política; aspectos da territorialidade camponesa; a oferta de infraestrutura, assistência técnica e crédito rural; a diversidade produtiva e o desenvolvimento sustentável.

Com 79 trabalhos, *Modernização do campo/agronegócio e latifúndio* foi outra temática mais estudada em Minas Gerais. Prourou-se denunciar os mitos sobre o desenvolvimento do agronegócio; os impactos ambientais; os riscos contra a biodiversidade; a expansão e territorialização do capital e das *commodities*; o agronegócio como fator determinante para a criação e expansão das cidades e, por conseguinte, para a reorganização espacial; a reestruturação produtiva; a transgenia; a análise da territorialização e territorialidade agroindustrial; as redefinições técnico-produtivas do capital; o sistema de logística e transportes; as mudanças na estrutura fundiária; a agroexportação; o mercado de terras; a expansão da fronteira agrícola. Além do agronegócio, porém em menor proporção, também foram identificadas pesquisas sobre a persistência do latifúndio e da grilagem, considerada base fundante para o desenvolvimento do agronegócio e do latifúndio.

Outra temática que revela a *Geografia de Lutas e Resistências* é *Agricultura camponesa e familiar*, com 43 trabalhos. Nessa temática foram aglutinadas pesquisas concernentes à importância da agricultura familiar para o desenvolvimento territorial; sistemas agrícolas familiares; dificuldades e estratégias de produção agrícola e agropecuária; alternativas de renda; trabalho familiar sobre os moldes da reprodução ampliada do capital, com destaque para a expansão da cana; subordinação ao capital; territorialidades e territorialização do campesinato; reprodução das relações não capitalistas de produção e as contradições do capital; lutas e resistências; aspectos socioeconômicos; trabalho

coletivo; agroindústria pequena e artesanal; dimensão cultural, com ênfase na religiosidade e identidade; recampenização; programas de crédito; assistência técnica; tecnologias sociais; modo de vida e relações sociais e econômicas de comunidades rurais; formas de organização social e produtiva; conhecimentos tradicionais; vilas rurais; sustentabilidade e ecologia.

A sexta temática mais estudada em Minas Gerais foi *Educação e educação do/no campo*, com 41 trabalhos. É uma temática que cresceu consideravelmente nos últimos anos, com discussões que relacionam a educação do/no campo com: desenvolvimento rural, projetos de educação do agronegócio, educação ambiental, campesinato e escolas; ensino de geografia, evasão escolar, contribuições da arte e da literatura, educação do campo como território; representações sociais e cultura camponesa; políticas públicas educacionais; práticas educativas, currículo, material didático; formação de educadores; experiências de cursos técnicos e superiores; olhares e percepções de educadores e educandos; pedagogia da alternância; fechamento das escolas do campo; tecnologias voltadas ao ensino e movimentos sociais na construção do projeto de educação popular.

A temática sobre as *Comunidades Tradicionais* somou 37 trabalhos. Tais estudos focalizaram questões como: o papel dessas comunidades na preservação e conservação ambiental; seus conflitos com a criação das unidades de conservação, das reservas ecológicas os impactos das políticas públicas; as práticas silvipastoris e agroflorestais adotadas; a produção agropecuária; a economia solidária; as relações de gênero e etnia; as relações de trabalho; os movimentos sociais; as transformações espaciais e das práticas sociais e culturais; a (re)construção da identidade cultural e da territorialidade; os modos de vida e práticas culturais; a relação dos saberes tradicionais para a promoção da sustentabilidade; a regularização fundiária; o desenvolvimento econômico e socioambiental; os processos de expropriação e resistência; as políticas públicas; as formas de geração de renda; o etnodesenvolvimento; e a importância do território.

Há também as temáticas consideradas tendências, como *Gênero*, que embora esboce um peso relativamente pequeno, cresceu a partir

de 2011, agrupando um total de 11 trabalhos. Outra tendência é o conjunto de trabalhos sobre *Agricultura orgânica e agricultura agroecológica*, com 19 trabalhos, temática que demonstrou aumento a partir do Singa de 2007. A agricultura agroecológica também é pauta dos movimentos camponeses e associa-se à soberania e segurança alimentar, uma vez que a procura por alimentos saudáveis pautada em práticas que valorizem o saber camponês e respeitem a natureza é problemática em evidência na atualidade. A agroecologia põe em xeque o modelo proposto pelo agronegócio, se baseia nos princípios ecológicos e manejo de agroecossistemas sustentáveis, valorizando a complexidade dos agroecossistemas. Essas duas temáticas despontam como tendências da Geografia Agrária não tanto pelo seu quantitativo real, mas pela sua introdução e debate nos últimos eventos.

Agroenergia, barragens e mineração também constitueu-se, a partir de 2008, em tendência nos estudos agrários mineiros, apresentando 17 trabalhos. São trabalhos que analisaram: impactos socioambientais; expropriação, lutas e resistência de comunidades rurais, indígenas e tradicionais; avanço dos biocombustíveis (incluídos os assentamentos rurais); relações com a agricultura camponesa; identidade e memória de comunidades atingidas; políticas públicas; degradação ambiental; questão da água e da natureza; atuação dos movimentos sociais e relações industriais.

A tabela abaixo faz uma síntese e mostra as 26 temáticas de estudo da Geografia Agrária de Minas Gerais neste início de século (Tabela 1):

Tabela 1 – Ranking das categorias temáticas da Geografia Agrária mineira (2002-2015)

Temas		N. de trabalhos
1	Modernização do campo, agronegócio e latifúndio	79
2	Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária	78
3	Dinâmicas da natureza e questão ambiental	56
4	Campo/cidade e rural/urbano	54
5	Agricultura familiar e agricultura camponesa	43
6	Educação e educação do/no campo	41
7	Comunidades tradicionais	37
8	Estado, políticas públicas e desenvolvimento	33
9	Mudanças e dinâmicas socioespaciais	26
10	Abordagens teórico-metodológicas	25
11	Agricultura orgânica e agricultura agroecológica	19
12	Agroenergia, barragens e mineração	17
13	Êxodo rural e migração	17
14	Produção agropecuária	17
15	Disputas e conflitos	16
16	Geocartografia, geoprocessamento e geotecnologias	12
17	Gênero	11
18	Comunidades indígenas	9
19	Relações de trabalho	8
20	Cooperativismo e associativismo	7
21	Pluriatividade	7
22	Renda, mercados e comercialização	7
23	Soberania alimentar e segurança alimentar	6
24	Turismo	3

	Temas	N. de trabalhos
25	Uso e ocupação do solo	2
26	Juventude	1
27	Outras	1
	Total	632

Fonte: Anais do Enga e Singa (2002-2015).

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha (2019).

As temáticas mineiras são equivalentes às estudadas em escala nacional, alternando-se a ordem entre as mesmas (Vinha, 2018; Vinha, 2021a). *Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária* e *Modernização do campo, agronegócio e latifúndio* são, também, as duas principais da Geografia Agrária brasileira, demonstrando que o estado vem acompanhando as discussões que permeiam o território nacional (Tabela 2).

Tabela 2 – Ranking das categorias temáticas da Geografia Agrária brasileira (2002-2015)

	Temas	N. de trabalhos
1	Luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária	944
2	Modernização do campo, agronegócio e latifúndio	491
3	Estado, políticas públicas e desenvolvimento	437
4	Dinâmicas da natureza e questão ambiental	395
5	Agricultura familiar e agricultura camponesa	391
6	Campo/cidade e rural/urbano	286
7	Comunidades tradicionais	278
8	Educação e educação do/no campo	275
9	Mudanças e dinâmicas socioespaciais	243
10	Abordagens teórico-metodológicas	205

	Temas	N. de trabalhos
11	Agricultura orgânica e agricultura agroecológica	195
12	Relações de trabalho	122
13	Agroenergia, barragens e mineração	121
14	Produção agropecuária	107
15	Geocartografia, geoprocessamento e geotecnologias	91
16	Cooperativismo e associativismo	87
17	Gênero	84
18	Turismo	82
19	Disputas e conflitos	81
20	Êxodo rural e migração	69
21	Pluriatividade	60
22	Renda, mercados e comercialização	55
23	Comunidades indígenas	54
24	Soberania alimentar e segurança alimentar	34
25	Juventude	25
26	Uso e ocupação do solo	15
27	Outras	12
Total		5.239

Fonte: Anais do Enga e Singa (2002-2015).

Organização: Janaina Francisca de Souza Campos Vinha (2019).

Como dito, a discussão sobre os processos de luta é uma das temáticas apontadas por Ferreira (1998) que permanecem em destaque e indica que os estudos críticos ganharam notoriedade neste início de século. Isso demonstra a necessidade de se analisar o campo brasileiro a partir das contradições do desenvolvimento do capitalismo no campo. A temática se refere às lutas presentes no campo, à resistência e ao protagonismo dos movimentos sociais no país e suas reivindicações.

A centralidade desse tema – *Luta pela Terra, Movimentos Sociais e Reforma Agrária* –, além de impulsionar a construção de uma *Geografia de Lutas e Resistências*, revela um debate pautado na luta de classes, e junto de tantos outros elucidados aqui, aponta para uma visão de mundo bastante presente na Geografia Agrária – PQA. Sendo assim, nas próximas linhas, discutimos como PQA pode ser a chave analítica tanto para o entendimento da produção teórica geográfica quanto para as ações de luta dos movimentos socioterritoriais, culminando num movimento atravessado pela *práxis*. Avançamos para a compreensão das lutas dos movimentos socioterritoriais, representados aqui pelo MMC e pelo MST, os quais buscam, de diferentes formas, resistir contra o sistema capitalista, o que se demonstra, respectivamente, pela proposta do Feminismo Camponês Popular e da Reforma Agrária Popular.

O Paradigma da Questão Agrária (PQA) como visão de mundo da Geografia Agrária: *práxis*, lutas e enfrentamentos dos movimentos socioterritoriais

Desde já, é preciso indicar que compreender a Geografia Agrária diante da abordagem paradigmática é uma questão de método (Campos, 2012). Traduz-se numa opção teórico-metodológica inerente da atividade científica que os intelectuais lançam como aporte. O método é “um sistema intelectual que permite, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista. Este não é um dado em si, um dado *a priori*, mas uma construção. É nesse sentido que a realidade social é intelectualmente construída” (Santos, 1996, p. 62). Assim, o método é construído, tem caráter processual e não aprisiona o conhecimento, pelo contrário, sua escolha deve ser encarada com liberdade e autonomia, isto é, distante dos dogmas e das doutrinas.

Nesse caso, a escolha baseia-se num entendimento de mundo e realidade que prioriza enxergar as contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo, o qual expropria, subordina, explora, expulsa e violenta os sujeitos. Compreende que a estrutura desse sistema é, em sua gênese, desigual, desvelando movimentos que também desencadeiam um cenário de lutas, resistências e enfrentamentos,

capazes de (re)criar os sujeitos. Olhar o campo sob esse prisma é uma visão de mundo que percebe a latência de se estudar a questão agrária e suas questões estruturantes no interior do capitalismo, ou seja, é uma visão que compartilha do PQA.

Todavia, antes de adentrar o debate paradigmático, mais uma vez, reafirma-se nesse trabalho que a leitura proposta não busca enclausurar trabalhos e estudiosos na “réguas” dos paradigmas, mas compreender uma parcela significativa da produção científica geográfica brasileira à luz da teoria marxista, ancorado na luta de classes. “O debate paradigmático é ameaçador às posturas colonialistas de centros tradicionais de produção e difusão do conhecimento, os quais não intentam dialogar, mas monopolizar toda e qualquer tentativa que advenha das ‘periferias acadêmicas’” (Vinha, 2021, p. 73).

A perspectiva do PQA está na transformação da sociedade, no enfrentamento e na superação do capitalismo, sendo a luta pela terra uma das estratégias contra o capital. Ao aceitar a conflitualidade, não se limita à lógica do capitalismo, sendo o enfrentamento a este modo de produção a condição para a (re)criação do campesinato, dos povos originários e tradicionais. Pesquisas que trazem a perspectiva da luta pela terra, como movimentos sociais/socioterritoriais, assentamentos rurais, ocupações de terras, disputas territoriais, políticas públicas e manifestações, por exemplo, revelam o enfrentamento à lógica imposta. São pesquisas que não se restringem à reprodução econômica, mas enveredam para a reprodução da existência do campesinato enquanto sujeitos políticos, capazes de promover mudanças e transformações.

A partir de tais proposições, para avaliar a Geografia Agrária, comprehende-se que, para os pesquisadores que concebem que o campo deve ser transformado, com a superação (mesmo sem perspectivas) do capitalismo, incorporando estratégias de resistência e enfrentamento, o paradigma é o PQA. É exatamente essa visão de mundo compartilhada pelo grupo que denominamos na seção anterior de *Geografia de Lutas e Resistências*, considerada a principal temática dos estudos agrários geográficos no Brasil e em Minas Gerais.

Não obstante, partimos da concepção dialética do mundo que acredita que não se faz pesquisa sem a realidade, assim como não se

produz teoria sem prática. As questões postas no interior do saber científico, em especial aquelas relacionadas às problemáticas da classe trabalhadora, devem ser realizadas, cada vez mais, em parceria com os sujeitos e movimentos sociais de resistência, luta, enfrentamento, descolonialidade e contra-hegemonia política, cultural, econômica e ambiental (Saquet, 2021).

Como forma de nos aproximarmos da práxis, concordamos com Saquet:

Na práxis territorial, a participação social precisa ser construída de maneira dialógica e continuada (Freire, 2011 [1974], 2011 [1996]; Saquet, 2015 [2011]), reconhecendo e valorizando as diferenças, as identidades, as classes sociais, as necessidades das pessoas, os anseios, os sonhos, os objetivos de cada sujeito e de cada família, bem como seus conhecimentos e técnicas. Participamos discutindo e cooperando; cooperamos debatendo e participando da transformação dos sujeitos (pesquisadores e pesquisados) e dos territórios-lugares (Saquet, 2021, p. 56).

A práxis territorial valoriza e respeita os saberes e conhecimentos populares. Comprometida com a luta de classes, tem o potencial de ressignificar a pesquisa e transformar a sociedade. É feita tão somente com a participação social dos sujeitos, num movimento cooperativo e solidário. A *filosofia da práxis*, de Antonio Gramsci (2014), inspira a práxis territorial, imbuída de um processo tecido entre a cultura popular e a cultura elitzizada.

Nesse sentido, como afirmado nas notas introdutórias deste ensaio, é importante destacar que a pesquisa militante como elemento da práxis foi adotada, pois esta, “para além da reflexão teórica, as críticas teórico-metodológicas e epistemológicas, geraram ricas articulações entre a teoria e a prática” (Bringel; Varella, 2016, p. 482). O termo *pesquisa militante* designa um amplo e diverso espaço de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora que busca aliar a reflexão crítica e teórica com a prática das lutas populares. É um processo multidirecional que articula intelectuais, pesquisadores (as), movimentos sociais, comunidades e organizações políticas, com o objetivo de fortalecer o

protagonismo popular e de contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária, livre de todas as opressões e dominações.

A pesquisa militante recoloca, em um patamar emancipador e legítimo, as investigações que envolvem a produção de conhecimento, a ação política e a mudança da realidade social. Trata-se, em suma, de investigações socialmente engajadas e politicamente posicionadas, que buscam, a partir da produção do conhecimento, entender a realidade para transformá-la (Bringel; Varella, 2016). No que diz respeito ao pesquisador ou à pesquisadora militante, apontam que estão “indissociavelmente conectados à sociedade e a suas contradições, atuando, através de suas ações, sobre a realidade para perpetuá-la ou para modificá-la” (Jaumont e Varella, 2016, p. 447). Ainda segundo os autores, “o intelectual pode tomar posição no sentido de direcionar, legitimamente, sua intencionalidade na produção de conhecimentos para a superação dessa condição brutal de exploração e dominação”. Portanto, a pesquisa militante permite que militantes pesquisadores(as), camponeses(as) e sujeitos políticos realizem uma análise mais crítica da realidade, visando a transformação social.

Dessa forma, as lutas e enfrentamentos que centralizam as discussões das pesquisas que compartilham do PQA devem, como num movimento de mão-dupla, seguir sendo elaboradas e ressignificadas pelos sujeitos do campo, das águas e das florestas. Por isso, consideramos importante apresentar, a seguir, algumas dinâmicas de luta e resistência protagonizadas por movimentos socioterritoriais, entre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), descritas pelos(as) próprios(as) educandos(as) que participam desses mesmos movimentos. Pautados no PQA, apontam para a necessidade de enfrentar o modo de produção capitalista no campo e construir projetos baseados no feminismo camponês popular e na reforma agrária popular.

A luta das mulheres por terra, agroecologia e políticas públicas é condição para se (re)criar e (re)existir diante do capitalismo que, para avançar, necessita explorar a força de trabalho e os bens naturais. É num contexto do desenvolvimento contraditório do capitalismo que, nos anos 1970 e 1980, a resistência do povo foi sendo construída nos territórios. No contexto da agricultura, somada a cultura patriarcal e

racista, são perversos os efeitos na vida das mulheres. Para além da luta pela reabertura democrática no país, a luta pela terra, a necessidade de oposição sindical e a permanência no campo também vinham sendo forjadas pela classe trabalhadora.

Foi então que diversos movimentos foram se constituindo na década de 1980 no Brasil, dentre eles o MMC em 1983 e o MST em 1984. No Brasil, o MMC foi o primeiro movimento autônomo e feminista de mulheres no campo. Ao longo dos 40 anos de existência, protagonizou inúmeras ações, visando a libertação das mulheres de todas as formas de exploração, opressão e discriminação, na construção de um projeto popular de agricultura agroecológica feminista e de transformação da sociedade.

De acordo com Paludo e Daron (2012), “a luta central do MMC é contra o modelo neoliberal e machista e pela construção do socialismo. Com base nesses princípios, são definidas as seguintes bandeiras: projeto popular de agricultura, ampliação dos direitos sociais, participação política da mulher na sociedade e projeto popular para o Brasil”. Ainda, de acordo com as autoras, “outro elemento pode ser destacado como opção do movimento no atual momento histórico brasileiro: a luta por um projeto de agricultura camponesa, preservando a ótica feminista, em contraposição ao agronegócio” (Paludo e Daron, 2012, p. 485-486).

No construir-se historicamente, o MMC buscava a transformação dessa sociedade, reafirmando na sua consolidação, em 2004, os princípios de ser “camponês, feminista, de classe e popular”. No marco da nacionalização, assume a palavra feminista em seus escritos, no entanto, a atuação feminista se dá na construção da libertação e emancipação das mulheres, reafirmando a necessidade de mudanças e trazendo a luta histórica das mulheres por direitos à terra, à vida e à política agrícola, a partir do Feminismo Camponês Popular. Sua construção propõe a transformação das relações sociais entre as pessoas e, destas, com a natureza, fortalecendo a luta de classes e o enfrentamento ao sistema capitalista, patriarcal e racista.

A construção do feminismo no MMC se dá de forma articulada, pessoal e coletiva. Traz a responsabilidade individual e organizada da luta das mulheres, o respeito às diferenças, a construção de novas

relações entre homens e mulheres e com a natureza, a solidariedade, o amor à luta, o companheirismo e a capacidade de indignar-se diante das injustiças. Transforma a indignação em ação concreta, mística, feminista e revolucionária (Anzilago, 2014; Cinelli, 2012; MMC, 2018).

O Feminismo Camponês Popular, de acordo com Seibert; Rodrigues (2017, p. 12), ao pontuar seu nascimento na luta pela terra e pelo território das populações indígenas, camponesas e negras, propõe um projeto popular de produção de alimentos e identifica as causas da dominação e exploração das mulheres camponesas latino-americanas. As mulheres que constroem esse feminismo, nos diferentes lugares, têm como identidade comum a relação com a terra, o território e a produção de alimentos.

Entende o território como um espaço de bem viver, e apontam que a luta das mulheres se dá não só pela exploração do trabalho, dos bens naturais, das sementes, da terra, dos corpos e os territórios, mas fazem deles mercadorias com objetivo de lucrar cada vez mais, o que reforça a produção da desigualdade. Nessa dimensão, entendem a terra como território sagrado, herdado da ancestralidade. Apontam para valores imateriais que propõem significados de sustentação e reprodução do viver-bem.

Esse feminismo parte da análise e discussão do que vivenciam, enquanto mulheres, em todas as dimensões da vida. Para as camponesas, compõe a produção de alimentos saudáveis, a construção da agroecologia, o conhecimento do corpo, o respeito às formas de viver a afetividade, a sexualidade, os direitos e a luta contra o agronegócio. Apresenta, também, a dimensão do cuidado como tarefa coletiva, pois faz parte da vida.

O MST também se constitui em um movimento socioterritorial camponês fundado nas causas sociais, e possui como principal bandeira a luta pela reforma agrária popular. No MST, seus militantes, suas formas de organização e atuação possibilitaram a milhares de homens e mulheres do campo a conquista da terra. Para tanto, a luta se estende para além da reforma agrária, e ocorre também por políticas públicas.

Para isso, ao longo dos anos, foram se constituindo na organização de inúmeros setores dentro do Movimento. Mariano e Paz (2018) afirmam:

O MST foi aprendendo que a luta pela terra é muito mais que sua expressão literal. Nela está contida a organização da vida em suas diversas dimensões. É a partir dessa compreensão que se estruturam os setores e coletivos dentro do Movimento: educação, formação, saúde, produção, frente de massa, gênero, cultura, comunicação, relações internacionais e juventude.

Para além dos setores e coletivos acima, vale destacar, também, a existência do Coletivo LGBT Sem Terra, consolidado em 2017 no MST. Desde então, além de se somar nas mais diversas atividades e ações do Movimento como um todo, vem desenvolvendo cursos de formação política e ideológica para LGBTs assentadas e acampadas em territórios da reforma agrária organizados pelo MST.

O MST organiza suas lutas de acordo com suas necessidades, buscando o desenvolvimento territorial e a vida digna no campo. Fernandes (2012, p. 498) afirma que o MST “nasceu da ocupação da terra e se reproduz por meio da espacialização e da territorialização da luta pela terra”. É uma luta na qual os sujeitos que vivem no/do campo têm enfrentado diversas formas de subordinação impostas pelo sistema capitalista.

Como forma de enfrentamento ao capitalismo e seu projeto, ao agronegócio, ao latifúndio e à mineração, para além da terra, o MST luta por soberania alimentar e pela produção de alimentos saudáveis, por meio da agroecologia, por moradia, infraestrutura, saúde e educação. Sobre isso, em se tratando das ações do campesinato contra o capital que expropria territórios, aliena e explora as forças de trabalho da classe trabalhadora do campo, Fernandes (2012) afirma que

as reações do MST foram importantes para mudar as políticas agrárias e contribuíram para a diversidade na produção de alimentos saudáveis e para a realização da vida com liberdade, sendo as pessoas mais importantes do que a produção de mercadorias. Essas reações vão de encontro aos objetivos do agronegócio, que expropria milhares de camponeses para expandir seus monocultivos (*Ibid*, p. 501).

As referidas reações foram e ainda são imprescindíveis no processo de luta do campesinato. A reforma agrária popular, projeto de

desenvolvimento territorial e melhoria de vida dos sujeitos que vivem no e do campo, “deverá organizar agroindústrias cooperativas, mudar a matriz tecnológica de produção para a agroecologia, democratizar o acesso à educação em todos os níveis e priorizar a produção de alimentos sadios” (Fernandes, 2012, p. 501).

As lutas dos movimentos socioterritoriais do campo, aqui representados pelo MMC e MST, são de suma importância na luta de classes. Nesse processo de conflitualidade e disputa contínua por território, poder econômico e ideológico, buscaram formas de resistir contra o sistema capitalista. Os gritos de ordem (“Lutar, construir reforma agrária popular” e “Reforma, por terra, arte e pão”) traduzem essa visão de mundo e, como visto, apontam para o PQA.

Como já exposto, as lutas vão se adaptando de acordo com as necessidades, a exemplo da pandemia da covid-19, que teve seu início no Brasil em março de 2020. De acordo com Taborda e Mendonça (2022, p. 208), a covid-19, “crise sanitária ocasionada pela pandemia do coronavírus, através do vírus SARS-CoV-2”, trouxe muitos desafios para a classe trabalhadora, dentre eles “a intensificação das problemáticas de uma sociedade baseada nas relações capitalistas, patriarcais, racistas e homofóbicas”. Desafios que se estenderam também na luta pela terra.

No que se refere à covid-19 e aos desafios impostos para os sujeitos do campo, das florestas, das águas e das cidades, tal situação se agravou devido ao governo negacionista, patriarcal, racista, genocida e irresponsável do ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro. A postura adotada pelo então governo federal, para além de desrespeitar os conhecimentos científicos, contrariava “as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS)”, em nome do lucro, colocando o capital acima da vida da população brasileira (Taborda; Mendonça, 2022, p. 208).

Diante do exposto, o MST e MMC, dentre outros movimentos e organizações socioterritoriais do campo e da cidade, buscaram novas formas de articulações em prol da classe trabalhadora, construindo estratégias de luta para enfrentar os desafios da pandemia e as ações impostas pela classe dominante, lutas que podem ser observadas através da valorização da agroecologia, da produção de alimentos saudáveis e diversificados, das ações de solidariedade como distribuição de alimentos,

materiais higiênicos e de proteção pessoal (como máscaras, plantas medicinais), além de cafés e refeições. Só o MST doou mais de 1 milhão de marmitas para pessoas em situação de rua, sem contar as doações de sangue. Também houve muita luta por auxílio emergencial, vacina, acesso às políticas públicas, democracia e o enfrentamento a todas as formas de violência, exploração e opressão, a partir dos roçados, das redes sociais e das ruas. Todas, sem exceção, foram lutas que possibilitaram esses movimentos a se reinventar, lutar e construir o poder popular!

Considerações finais

Este trabalho fez uma reflexão sobre os temas e paradigmas da Geografia Agrária mineira, a partir do debate paradigmático, revelando a constituição de uma *Geografia de Lutas e Resistências*. Grande parcela dos trabalhos geográficos analisados dialoga com o Paradigma da Questão Agrária (PQA). A luta pela terra, movimentos sociais e reforma agrária foi a temática mais estudada, demonstrando o avanço dos estudos críticos que compreendem que o desenvolvimento do capitalismo no campo é permeado por contradições que possibilitaram historicamente a (re) criação do campesinato. São estudos que se direcionam para o entendimento da luta, do enfrentamento, da resistência e superação, comprometidos com as problemáticas e os conflitos sociais. Juntamente com outros temas, como campesinato, agroecologia, educação do/no campo e comunidades tradicionais, denotam a construção de uma Geografia comprometida com questões sociais – *Geografia de Lutas e Resistências*.

No entanto, em nossas trajetórias individuais e coletivas, percebemos que, mais do que compreender a produção teórica, era imprescindível avançar no debate sobre a importância de uma ciência vinculada à *práxis*. Ainda que de forma embrionária, iniciamos este estudo a partir do emprego da pesquisa militante, rumo ao entendimento das ações do MMC e do MST presente na Geografia. As lutas desses movimentos socioterritoriais do campo mostraram sujeitos que, de diferentes formas, resistem e enfrentam o sistema capitalista, demonstrado, respectivamente, pela proposição do Feminismo Camponês Popular e da Reforma Agrária Popular.

Como parte de um exercício intelectual, este ensaio, embora finalizado, tem o intento de continuar acompanhando a Geografia Agrária nos próximos anos e, por isso, coloca-se aberto ao diálogo. Não é único, tampouco universal ou totalizante, mas defende a importância científica e política de estudos forjados a partir da *práxis*, rumo a uma Geografia que construa e interprete o espaço da/para a classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

- ANZILAGO, Julciane Inês. **Mulheres camponesas em movimento:** sua organização e resistência no Assentamento Fernando Silva em Porangatu – Goiás. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Julciane Inês Anzilago – Presidente Prudente [s.n.], 2014. 86f.
- BRINGEL, Breno; VARELLA, Renata V. S. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. *Revista Digital de Direito Administrativo*, v. 3, n. 3, p. 474-489, 2016. Disponível em: www.revistas.usp.br/rdda Acesso em: 15 jun. 2021.
- CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária:** análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 389 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista (Unesp, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2012.
- CINELLI, Catiane. **Programa de sementes crioulas de hortaliças: experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas.** 2012. 113 p. (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Ijuí, 2012.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). In: **Dicionário da Educação do Campo.** CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- FERREIRA, Darlene Aparecida. **O mundo rural sob o ponto de vista geográfico:** a trajetória da geografia agrária brasileira da década de 30 à de 90. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere.** 6 v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata V. S. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Direito e Práxis.** Rio de Janeiro,, n.

13, 2016 p. 414-464. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21833> Acesso em: 16 jun. 2021.

MARIANO, Alessandro; PAZ, Thaís Terezinha. Diversidade sexual e de gênero no MST: primeiros passos na luta pela liberdade sexual. In: NOGUEIRA, Leonardo; ERIVAN, Hilário; PAZ, Thaís Terezinha; MARRO, Kátia (org.). **Hastemos a bandeira colorida:** diversidade sexual e de gênero no Brasil. 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC. Deliberações do Movimento de Mulheres Camponenses – Brasil. Uma Afirmação de Muitas Histórias. **Documento tese do MMC.** Brasília, 2004.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – MMC. **Feminismo Camponês e Popular**, Ed. Passografic, Passo Fundo, 2018.

PALUDO, Conceição; DARON, V. L. P. Movimento de Mulheres Camponenses (MMC Brasil). In: CALDART, Roseli Salet; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. Uma Geografia (i)material voltada para a práxis territorial popular e descolonial. **Revista Nera**, v. 24, n. 57, p. 54-78, Dossiê I ELAMSS, 2021.

SEIBERT, Iridiani Graciele; RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. A aproximação teórica entre o feminismo camponês e popular e o marxismo latino-americano. In: **Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, 8., 2017, Curitiba. Anais eletrônicos [...]. Disponível em: <https://singa2017.files.wordpress.com>. Acesso em: 15 jun. 2021.

TABORDA, N. W.; MENDONÇA, C. M. S. QUESTÃO DE GÊNERO: as mulheres e LGBTs no campo, ações de enfrentamento à covid-19. **CAMPO-TERRITÓRIO:** revista de geografia agrária, v. 17, n. 47, p. 207-231, out., 2022.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Temas e paradigmas da Geografia Agrária brasileira:** tendências e perspectivas. Relatório de pesquisa. Uberaba: CNPq, 2018.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Temas e paradigmas da Geografia agrária brasileira: contribuições do debate paradigmático aos estudos agrários. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 34, p. 71-86, 2021.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Geografia de lutas e resistências no Triângulo Mineiro: estudos agrários e debate paradigmático. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 22, n. 79, p. 262-275, 2021a. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/58750>. Acesso em: 20 nov. 2023.

FOSO DIGITAL NO CAMPO COMO AGENDA DE PESQUISA DA GEOGRAFIA AGRÁRIA CRÍTICA

ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA

Uma das características do capitalismo na terceira década do século XXI tem sido a sua digitalização (Beaunoyer; Dupéré; Guitton, 2020; Fraser, 2020). Fazem parte das tecnologias digitais que têm distinguido esse período a Inteligência Artificial (IA), a Internet das Coisas, a robotização, sensores, informações armazenadas em nuvens, dentre outros. Por seu escopo e complexidade, a chamada 4a Revolução Industrial emerge como capaz de alterar expressivamente a vida da humanidade (Schwab, 2016). Isso gera não apenas novas sociedades, inclusa a exploração do trabalho – especialmente por meio da plataformização ou uberização –, como também novos elementos na produção do espaço e nos processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, de modo que são criadas novas desigualdades ao mesmo tempo que outras já existentes são reforçadas.

No campo, a 4^a Revolução Industrial tem gerado a chamada Agricultura 4.0 (Dayoğlu; Turker, 2021; Klerkx; Rose, 2020; Liu *et al.*, 2020; Rose; Chilvers, 2018), a qual é vista como a próxima Revolução Agrícola (Hackfort, 2021) ou como o principal acontecimento na agricultura desde a Revolução Verde (Rotz *et al.*, 2019). A Agricultura 4.0 é composta por três dimensões: i) seu *hardware* (robôs, sensores e

maquinário agrícola de modo geral); ii) seu *software* (edição genética e Biologia Sintética); e iii) suas *fintechs* (tecnologias financeiras como *blockchains* e criptomoedas) (Mooney, 2020). Diversos estudos têm destacado que a Agricultura 4.0 não rompe com a concentração corporativa que caracteriza a agricultura e a alimentação no capitalismo (e.g., Birner; Daum; Pray, 2021; Carolan, 2017, 2020; Fraser, 2020; Sott *et al.*, 2020); ao contrário disso, ela intensifica o regime alimentar corporativo (McMichael, 2009, 2023). Não à toa, instituições com mandato global (e.g., FAO, 2019) e acadêmicos (e.g., Carolan, 2017; Rotz *et al.*, 2019) têm chamado a atenção para a ampliação do *digital divide* (fosso digital) no campo. Esse fosso digital teria por característica a concentração de tecnologias digitais em poder do agronegócio, o que reforça a hegemonia do modo capitalista de produção no campo e a subalternidade da agricultura camponesa e indígena. Ou seja, o fosso digital expressa novos tensionamentos nas disputas por territórios e pelo modelo de desenvolvimento da agricultura.

Apesar da importância do tema para a compreensão da Questão Agrária contemporânea, poucos estudos têm sido desenvolvidos sobre ele na Geografia Agrária brasileira. Existem diversos trabalhos que usam as tecnologias digitais para expressar processos geográficos, a exemplo da cartografia por meio dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e até mesmo a cartografia social. Contudo, não se avança na discussão sobre como o espaço produz e é produzido pela digitalização, ou então não existe diálogo com as abordagens recentes sobre as *Digital Geographies* (Geografias Digitais) (Ash; Kitchin; Leszczynski, 2018). Isso fica evidente quando consultamos os temas de mesas-redondas e conferências dos principais eventos de Geografia Agrária do país como o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (Singa) e o Encontro Nacional de Geografia Agrária (Enga). Assim, existe uma lacuna de estudos que visem entender a digitalização da agricultura desde a Geografia Agrária com base na realidade brasileira. Pouca atenção é dada a este tema que possui grande relevância na composição da Questão Agrária atual. Por isso, com este artigo viso discutir possibilidades de leitura do fosso digital com base na Geografia, considerando esse processo como parte da produção do espaço e da constituição e/ou mudanças nas territorialidades no campo.

Tendo a natureza de um ensaio, o presente trabalho é resultado de ações de pesquisas e ensino que tenho desenvolvido sobre o tema. A respeito da pesquisa se destacam os seguintes projetos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (Netasa), vinculado ao Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (Geres), da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG): i) “Agronegócio, campesinato e tecnologias digitais no campo: um estudo sobre a Região Geográfica Intermediária de Varginha”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig); e ii) “Concertações políticas e transição agroecológica no Sul e Sudoeste de Minas Gerais”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sobre o ensino, cooperou para a escrita do artigo a experiência como docente das disciplinas “Tecnologias Aplicadas ao Desenvolvimento Territorial”, ministrada a alunos de mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e “Questão Agrária, Agroecologia e Soberania Alimentar”, ministrada aos alunos de mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO), da Unifal-MG.

Além da presente introdução e das considerações finais, o trabalho possui outras três partes. Primeiro, é feita uma discussão sobre a Agricultura 4.0 no contexto do regime alimentar corporativo. São destacadas tendências de atuação das grandes corporações no processo de digitalização da agricultura, enfatizando a concentração de poder que resulta desse contexto. Na sequência é desenvolvido um debate sobre o conceito de fosso digital como parte da agricultura digital. Enfatizo a importância de se ler o fosso digital não apenas na perspectiva do acesso e utilização das tecnologias, mas no benefício que isso pode trazer para quem delas se apropriar. Essa discussão vem ao encontro do que tem sido denominado como terceiro nível da abordagem sobre o fosso digital (Morales; Albero; Molina, 2010; Van Dijk, 2020). Por fim, é feita uma problematização sobre os processos geográficos e o fosso digital. Aqui, destaco como o fosso digital gera novos padrões de produção do espaço, ocasionando novas ou modificadas territorialidades no campo, o que faz com que esse elemento seja considerado nas definições sobre a Questão Agrária contemporânea.

Agricultura 4.0 no contexto do regime alimentar corporativo

A Agricultura 4.0 tem sido promovida num estágio de acumulação do capitalismo que se caracteriza pela hegemonia do regime alimentar corporativo (Coca, 2016; McMichael, 2009, 2015, 2023). Ele é qualificado pela financeirização e mercantilização dos bens essenciais à vida – especialmente a comida e a terra – seguindo a lógica da globalização neoliberal. Como consequência, faz parte dele o paradoxo entre a fome e a obesidade, muitas vezes convivendo nas mesmas regiões (FAO, 2022). Isso se dá por meio da subserviência de instituições com mandato global, a exemplo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC) aos interesses do império (Harvey, 2005; Peet, 2009). Tais instituições atuam de acordo com as proposições do mercado capitalista, criando obstáculos para o exercício pleno do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Patel, 2012).

Ao mesmo tempo que países do Sul global são forçados a aderir às políticas de livre mercado, desestabilizando sua agricultura por meio, por exemplo, da eliminação de subsídios, grandes corporações com sede no Norte global passam a concentrar cada vez mais o poder sobre a agricultura e a alimentação (Murphy; Burch; Clapp, 2012). Como consequência, o regime alimentar corporativo avança *pari passu* a neoliberalização dos territórios (Santos; Silveira, 2004), de modo que os Estados não vão muito além da função de gestores dos interesses do capital. Esse é o motivo pelo qual, num país como o Brasil, o agronegócio se consolida como principal modelo de desenvolvimento para o campo em virtude de vultosos investimentos setoriais por parte do Estado (Pompeia, 2021), a exemplo da articulação entre o desenvolvimento da logística e o escoamento de *commodities* agrícolas (Becker, 2004).

Um dos elementos que igualmente exemplificaram a dinâmica concentradora e cruel do regime alimentar corporativo deu-se durante a crise imobiliária e financeira de 2006-2008, responsável por desdobramentos em diversos setores da economia. Ao mesmo tempo que a inflação colocava em risco os estoques de alimentos e a segurança e

soberania alimentar, especialmente no Sul global, e os índices de fome cresciam de modo célebre, grandes corporações tinham vultosos lucros com o aumento do preço das *commodities* agrícolas (Bello, 2009; Murphy; Burch; Clapp, 2012). Isso elucida como no capitalismo, de modo geral, e na agricultura mais especificamente, a produção da riqueza ocorre concomitantemente à produção da miséria. Além do mais, tal fato deixa claro como na maior parte dos casos os interesses das grandes corporações vão no sentido contrário ao bem comum no contexto do regime alimentar corporativo, reforçando a necessidade de se debater iniciativas que visam materializar os direitos humanos.

Contudo, a despeito de ser caracterizada como um conjunto de inovações com potencial para mudar por completo o jeito de fazer agricultura, a agricultura digital não tem demonstrado o interesse ou então a capacidade de desconcentrar o poder das corporações na agricultura e na alimentação (Hackfort, 2021). Pelo contrário, majoritariamente ela tem sido promovida para e por grandes corporações como parte do fenômeno de globalização neoliberal. Até mesmo quando ela é aplicada com boas intenções (diminuir o uso de agrotóxicos ou otimização do uso da terra para evitar o desmatamento, por exemplo), os efeitos nocivos correlatos à concentração de poder são notáveis (Lioutas; Charatsari; Rosa, 2021), pois intensificam a subalternização da agricultura camponesa e indígena. Não obstante, como demonstrado pelo ETC Group (2022), a Agricultura 4.0 tem destacado novas dinâmicas corporativas na agricultura. Uma das principais dentre elas reside no fato de que além de corporações tradicionalmente voltadas para atividades agrícolas (Jonh Derre e Syngenta, por exemplo), grandes empresas que não possuíam a agricultura no seu escopo passaram a se interessar pela agricultura digital, como é o caso da Microsoft, da Amazon, da Google e da Alibaba (ETC Group, 2022).

Um dos principais fatores que têm motivado grandes corporações a investirem na agricultura digital é a importância que os dados possuem para o funcionamento do capitalismo contemporâneo (Bronson, 2022), o que deve ser entendido como uma questão aberta no estudo sobre as dinâmicas de poder no espaço agrário (Bronson; Knezevic, 2016). Alguns autores chegam a afirmar que vivemos a era dos dados

(e.g., Miller, 2021). Empresas como a John Deere, que investe em Big Data desde 2001, atualmente têm equipado todos os seus tratores com sensores para que eles possam não apenas desenvolver as atividades produtivas “tradicionalis”, mas ainda produzir dados sobre o solo e as culturas produzidas (Bronson, 2022). A Monsanto, por sua vez, implementou uma plataforma chamada *Integrated Field Systems* (Sistemas Integrados de Campo – IFS), que traz um conjunto de ferramentas para coletar e analisar dados sobre as unidades de produção agrícolas (Bronson; Knezevic, 2016). Fraser (2019) vai além, ao dizer que os dados são o novo solo, tamanha sua relevância para a geração de riqueza por meio das atividades agrícolas. De tal modo, verifica-se que ao investirem em tecnologias digitais na agricultura, empresas com *background* agrícola ou não passam a ter acesso a dados sobre solo, produção, trabalho e outros, o que faz com que elas ampliem sua concentração de poder numa sociedade em que cada vez mais esse tipo de informação tem importância na orientação das dinâmicas sociais e produtivas.

Não à toa, um debate proeminente entre os estudiosos da agricultura digital tem sido a respeito do controle sobre os dados e também sobre como eles podem impactar o jeito de fazer agricultura. Visser *et al.* (2021) chamam a atenção para um possível *precision trap* (armadilha da precisão) na agricultura. Isso ocorreria na medida em que a confiança “cega” nos dados emergiria como responsável pela eliminação das conferências e balanços por parte dos agricultores, tornando-os mais vulneráveis, mesmo que eles não se deem conta disso. Outros autores, como é o caso de Bronson e Knezevic (2016), ao defenderem que os Big Data não são um problema apenas tecnológico, mas também político e social, enfatizam que ainda não está claro quem exerce o controle sobre os dados gerados por tecnologias digitais produzidas por grandes corporações, o que pode até mesmo colocar em risco o futuro da agricultura familiar, pois a tendência é que ela se torne cada vez mais subalterna em relação ao agronegócio. Fairbain e Kish (2023), por sua vez, em pesquisa sobre a *Global Open Data for Agriculture and Nutrition* (Dados Abertos Globais para a Agricultura e a Alimentação – Godan), demonstram que até mesmo iniciativas que visam promover políticas de dados abertos podem trazer valores neoliberais como a

inovação pensada na perspectiva do mercado, o aumento da produção agrícola por meio de monoculturas e a eficiência e o empoderamento individual em detrimento do comunitário.

Esses estudos demonstram que existem muitos limites e desafios para que a digitalização da agricultura rompa com o padrão de concentração que tem sido implementado pelo regime alimentar corporativo. Isso a caracteriza como uma inovação que não produz mudanças estruturais, tendendo a reafirmar o contexto de subalternização da agricultura camponesa e indígena e de hegemonia do agronegócio.

Os três níveis de pesquisa e compreensão sobre o fosso digital

Sabendo da necessidade de avançar na compreensão sobre as contradições das tecnologias digitais, nesta seção é apresentado um debate sobre o conceito de fosso digital. Com base no relatório escrito por Morales *et al.* (2010) e no livro de Van Dijk (2020) é feita uma problematização sobre como os três níveis de abordagem desse conceito indicam diferentes tendências na discussão sobre como a digitalização reflete as desigualdades que fazem parte do processo de produção do espaço, especialmente no contexto atual. Esses níveis são entendidos como sequências lineares, mas com diferentes possibilidades de compreensão sobre o conceito.

No regime alimentar corporativo, a agricultura camponesa e indígena tem sido submetida a um conjunto de pressões combinadas exercidas por grandes corporações que funcionam como “impérios alimentares” (Van der Ploeg, 2008). Um dos principais resultados disso tem sido a centralização de mercados por parte do agronegócio e a inviabilidade econômica de unidades de produção camponesas, acelerando o êxodo rural (Mazoyer; Roudart, 2006) e o desenvolvimento de uma agricultura sem agricultores. Com a emergência da digitalização da agricultura tem sido crescente o número de relatórios e artigos acadêmicos que problematizam uma possível acentuação dessas desigualdades em diversas escalas (nacional, local e regional, por exemplo) (e.g., Clapp; Ruder, 2020; FAO, 2019; McMichael, 2023; Rotz *et al.*, 2019). Parafraseando Foucault (2005), Carolan (2017) chega a dizer que a

agricultura digital tem dado às corporações que a promovem o poder de escolher quem vai viver e quem vai morrer.

Sob tais condições, as discussões sobre o fosso digital que já vinha sendo feito para problematizar a digitalização na sociedade de modo mais amplo passam a ser feitas também para analisar a realidade agrária de modo mais específico. Nesse sentido, é lida não apenas com base na localização dos estabelecimentos agrícolas, mas também nos diferentes modelos de desenvolvimento que compõem o campo.

As primeiras referências ao que viria a ser o conceito de fosso digital datam do ano de 1995, quando a *National Telecommunications and Information Administration* (Administração Nacional de Telecomunicações e Informação) (1995) abordou a realidade dos Estados Unidos com base nos “*have and have nots*” (tem e não tem). Apoando-se nessa definição, um conjunto de matérias de jornal publicadas no mesmo ano de 1995 chamava a atenção para um fosso digital no acesso a telefones celulares e outras tecnologias digitais nos Estados Unidos, especialmente se comparados o campo e a cidade (Van Dijk, 2020). Também contribuiu para a difusão do termo sua utilização durante um discurso realizado por Bill Clinton (Partido Democrata), então presidente dos Estados Unidos, no ano de 1996 (Ganesh; Barber, 2009).

Tinha início, assim, o **primeiro nível** dos estudos sobre fosso digital (Van Dijk, 2020). A principal característica dessas primeiras abordagens era o “*have and have nots*”, de modo que buscava-se abordar quem tinha acesso às tecnologias digitais e quem não tinha. Isso poderia ser pensado e discutido numa perspectiva espacial, a exemplo do campo e da cidade e de países do Norte e do Sul global, assim como numa perspectiva interna às sociedades (raça, gênero e outros). Um dos principais trabalhos que exemplificam o primeiro nível dos estudos sobre o fosso digital foi produzido por Noris (2001), que estudou o acesso à internet em 179 países. De acordo com a autora, naquele momento era visível a existência de um fosso entre o que ela chama de países industrializados e sociedades em desenvolvimento. Assim, ao mesmo tempo em que os dados destacavam um *global digital divide* (fosso digital global), eles também permitiam, conforme a autora, a consideração de um *social digital divide* (fosso digital social). Outro exemplo de trabalho

sobre o primeiro nível de estudos a respeito do fosso digital é o de Parayil (2005). Para o autor, o começo do século XXI presenciava o avanço do “capitalismo de informação”, que teria como uma de suas características o fosso digital gerado por aqueles que têm e os que não têm acesso às tecnologias que marcam esse período. Ambos os trabalhos ilustram uma característica desse primeiro nível de estudo sobre o termo *fosso digital*, que é se limitar ao acesso físico, especialmente no que se refere aos computadores e a internet (Van Dijk, 2020).

O **segundo nível** de estudos sobre o fosso digital emergiu em meados da primeira década do século XX, quando autores como Mossberger *et al.* (2003) e Van Dijk e Hacker (2003) passaram a defender que somente o acesso físico não seria suficiente para a definição do conceito, pois ele era mais complexo e diverso. Os primeiros autores se basearam em dados de abrangência nacional nos Estados Unidos para defender que o acesso físico não era suficiente para se entender o fosso digital. Por isso, propuseram quatro elementos adicionais para a abordagem sobre o fosso digital, quais sejam: a incapacidade de alguns cidadãos acessarem informações por causa de fatores demográficos como sexo, raça, deficiência e localização; as habilidades no uso das tecnologias; as oportunidades econômicas e a existência da democracia, entendida como a capacidade dos cidadãos de participarem da governança das tecnologias de informação e comunicação. Os segundos trouxeram como preocupação a necessidade de se avançar na problematização não apenas na existência ou não do acesso às tecnologias digitais, mas também na natureza em que isso se dá. Desse modo, fica evidente que com o segundo nível dos estudos sobre o fosso digital seria necessário levar em consideração também saber usar as tecnologias digitais, ou seja, o conceito passou a ter uma dimensão relacionada à *digital literacy* (alfabetização digital), assim como os elementos sociais, políticos e econômicos que fazem parte disso.

Por sua vez, o **terceiro nível** dos estudos sobre o fosso digital começa a ser constituído na segunda década do século XXI, tendo o trabalho de Morales *et al.* (2010) como marco inicial (Van Dijk, 2020). Além do acesso físico e da capacidade ou não de usar as tecnologias digitais, passam-se a discutir também os benefícios que as pessoas

podem ter ou não ao se apropriarem dessas inovações. Dentre as oportunidades que podem ser bloqueadas pelo fosso digital como oportunidades de emprego, educação, acesso à saúde, interação social e entretenimento (Ragnedda; Muschert, 2017; Van Deursen *et al.*, 2017). De acordo com Van Deursen e Helsper (2015), ao considerarmos um terceiro nível do fosso digital podemos avançar na compreensão sobre os fatores diretos que fazem com que quem acesse e saiba utilizar as tecnologias digitais amplie seu poder na sociedade, pois passamos a trabalhar também com os *outcomes* (resultados). Em outros termos, o que temos é um contexto em que a desigualdade digital reforça as desigualdades sociais (Van Dijk, 2020).

Se tomamos o exemplo do campo, fatores que podem ser relacionados a este terceiro nível do fosso digital incluem: o cada vez menor interesse dos jovens pela agricultura; o acesso a novos mercados criados pela digitalização, como é o caso de alguns tipos de redes de *Community Supported Agriculture* (Agricultura Apoiada pela Comunidade); o acesso a informações sobre técnicas produtivas; o conhecimento sobre possíveis externalidades, como é o caso do tempo etc. Portanto, pelo estudo deste terceiro nível do fosso digital é possível avançar na compreensão sobre as dinâmicas e tensionamentos que caracterizam a Questão Agrária atual, dando novos conteúdos às disputas pelos territórios agricultáveis entre os modelos de desenvolvimento.

Assim, toma-se a dimensão da desigualdade como elemento central da discussão sobre o fosso digital no campo (Van Dijk, 2020). Num contexto em que cada vez mais pessoas se aproximam das tecnologias digitais, seja por vontade própria ou até mesmo pela forma como elas são impostas à sociedade, o conceito de fosso digital ajuda-nos a trabalhar com as desigualdades que vão além do acesso e do uso dessas inovações. Assim, mesmo que a agricultura camponesa e indígena possa ter contato com as tecnologias digitais, o debate sobre fatores como o acesso aos dados produzidos, o protagonismo corporativo e o controle de mercados pode ajudar no entendimento dos novos tensionamentos da Questão Agrária. Além de elementos clássicos como as relações de trabalho e o acesso e/ou permanência na terra, a Questão Agrária tem sido produzida num contexto de digitalização do espaço que não pode

ser negligenciado por quem pretender abordar os conflitos e as contradições que caracterizam o campo hodiernamente. Aqui reside a importância de estudos que abordem a Geografia das tecnologias digitais, indo além da sua definição apenas como ferramenta operacional, mas também como ferramenta analítica.

A Geografia Agrária Crítica no estudo sobre o fosso digital no campo

Procurando acompanhar o movimento da realidade e as novas dinâmicas que impactam a agricultura e a alimentação, a Geografia Agrária brasileira tem passado por mudanças temáticas permanentes nos últimos anos, fato que envolve uma diversidade de métodos, teorias, metodologias, pesquisadores, grupos de pesquisa e modelos de publicação (Vinha; Fernandes, 2019). Não obstante, enquanto alguns tópicos ganham maior notoriedade, outros demoram mais para ser incorporados por pesquisadores dessa subárea. Os motivos dessa disparidade vão desde os interesses das agências de pesquisa e programas de pós-graduação até a visão de mundo dos pesquisadores e coletivos do pensamento que produzem a Geografia Agrária. Assim, a escolha por pesquisar um tema é sempre política, contudo, envolve fatores que vão além das decisões individuais, pois estão condicionadas ao financiado da pesquisa e à forma como funcionam as universidades no Brasil.

Baseado no que Marques (2018) denomina como Geografia Agrária Crítica – conjunto de trabalhos de Geografia Agrária que visam romper com o positivismo e o neopositivismo na Geografia –, nesta seção problematizo a ausência do tema do fosso digital nos trabalhos desenvolvidos por pesquisadores dessa subárea. Defendo a necessidade de abordá-lo não apenas por meio de uma perspectiva descritiva dos *have and have nots* ou da *digital literacy*, mas como resultado dos conflitos e contradições que permeiam a digitalização, que é um dos elementos da Questão Agrária atual. Assim, proponho uma leitura das tecnologias digitais com base no terceiro nível dos trabalhos sobre o fosso digital, evidenciando como as discrepâncias no uso dessas inovações impacta, acima de tudo, na determinação dos modelos de desenvolvimento do campo.

A carência de trabalhos feitos na Geografia Agrária sobre as tecnologias digitais vem na contramão do interesse que outras áreas da Geografia têm tido em relação à 4^a Revolução Industrial. Geógrafos trabalham com tecnologias digitais desde a criação dos primeiros computadores, sendo esse um dos elementos que permitiram o desenvolvimento da Geografia Teórico-Quantitativa, por exemplo (Ash; Kitchin; Leszczynski, 2018). Contudo, nos últimos anos, ao mesmo tempo que os processos de digitalização se tornaram mais amplos e complexos, também emergiram novas expressões da incorporação desse tema pelos geógrafos, de modo que as tecnologias digitais são usadas não apenas como ferramenta, mas também como lente teórica. Ash, Kitchin e Leszczynski (2018) apontam para três tipos de abordagens que geógrafos têm desenvolvido sobre a digitalização: a) as geografias do digital; b) as geografias produzidas pelo digital; e c) as geografias produzidas através do digital. Assim, o estudo do digital pela Geografia vai desde propostas com teor mais pragmático ou operacional, em que o digital aparece mais como ferramenta (Sistemas de Informação Geográfica – SIG, por exemplo), até outras que possuem maior apelo analítico, pois baseiam-se na forma como o espaço produz e é produzido pela digitalização.

Sabendo dessa diversidade de abordagens da importância do tema para a sociedade como um todo na atualidade, emerge o questionamento: por quais caminhos a Geografia Agrária Crítica pode seguir para ser mais efetiva na incorporação das tecnologias digitais como parte da sua agenda de pesquisa? Assim, apesar de não buscar apontar motivos pela não incorporação do tema pela Geografia Agrária, viso destacar como as tecnologias digitais são importantes para que ela dê conta de explicar a Questão Agrária atual, ao mesmo tempo que fornece um conteúdo teórico e metodológico que também ajuda na elucidação dos conflitos que caracterizam o terceiro nível de abordagens sobre o fosso digital.

Baseada não apenas mas principalmente no materialismo-histórico-dialético, a Geografia Agrária Crítica se caracteriza por ler o espaço agrário como resultado dos tensionamentos ocasionados pela territorialização da agricultura capitalista e da resistência de camponeses e

indígenas a esse processo. Por meio dela, considera-se que o capitalismo é hegemônico na orientação dos rumos da agricultura e da alimentação, fato que faz com que ele avance de modo violento e constante sobre outros territórios, desterritorializando povos e comunidades que vivem em condição de subalternidade, especialmente no Sul global. Contudo, o capitalismo não é visto como uma totalidade pela Geografia Agrária Crítica, de modo que a agricultura capitalista, hoje representada pelo agronegócio, e a agricultura camponesa e indígena disputam as terras agricultáveis, caracterizando o campo como permeado por disputas territoriais (Fernandes, 2008). Somente tendo esse tipo de entendimento é que podemos trabalhar com o conceito de fosso digital numa perspectiva ampla e plural, caso contrário veríamos a Agricultura 4.0 como parte de uma homogeneização do espaço gerada pelo capitalismo e responsável pela eliminação de camponeses e indígenas.

O que se propõe aqui, portanto, é que o tema do fosso digital não seja trabalhado de modo acrítico ou até mesmo ingênuo, o que ocorre, especialmente, em duas ocasiões: i) quando as tecnologias digitais são vistas como uma solução real e definitiva para as desigualdades sociais, o uso indiscriminado de agrotóxicos e a devastação ambiental do campo; ou ii) quando se adota uma interpretação determinista do desenvolvimento tecnológico, julgando que ele e seus problemas estruturais são inevitáveis no contexto de solidificação das relações capitalistas de produção. Essas interpretações falham ao não enfatizarem a conflitualidade como elemento central do desenvolvimento (Fernandes, 2008).

As tecnologias digitais são expressões da inovação tecnológica numa sociedade que é dividida em classes sociais, de tal modo que elas são parte das novas dinâmicas de exploração e controle do trabalho via plataformização e da obtenção de lucros ampliados por parte de grandes corporações que atuam no setor, as chamadas Big Techs. A Agricultura 4.0 gera novas territorialidades, acentuando a exploração do trabalho e o controle produtivo por meio de operações que se baseiam na aquisição e controle de dados por parte de empresas que nem sempre tiveram a agricultura como objeto central de suas atividades. Além do mais, a agricultura digital é produzida e produz

o espaço geográfico numa relação que se caracteriza por novas formas de sociabilidade e de reprodução do capitalismo, tendo em conta que ela é parte integrante de processos perversos de rapinagem capitalista, como é o caso da acumulação por espoliação (Harvey, 2005). Esses elementos são parte da expressão perversa dessas inovações que, devido ao fato de elas serem promovidas, majoritariamente por grandes empresas, faz com que essa seja uma dinâmica quase que exclusiva do capitalismo no campo.

Contudo, ao mesmo tempo, a agricultura camponesa e indígena também têm visto a necessidade de se articular a essas inovações para poder competir não apenas por mercados, mas também por territórios. Podem ser citados dois exemplos, que vão nesse sentido: i) a implementação do aplicativo Arvoredo, pelo MST, como parte da sua iniciativa de monitorar o plantio de árvores em áreas de reforma agrária, como assentamentos e acampamentos; e ii) a utilização de *drones* para mapeamento de áreas de conflito social e ambiental, como forma de dar visibilidade a impactos causados pelo agronegócio ou então à capacidade regenerativa que a agricultura agroecológica apresenta.

Considerar essa diversidade de expressões ajuda a Geografia Agrária Crítica a trabalhar com a realidade de que o fosso digital não pode ser explicado apenas pela descrição, mas pelos elementos visíveis e invisíveis – territórios materiais e imateriais (Fernandes, 2008) – que compõem a conflitualidade no campo. Temos uma nova Questão Agrária, que ao contrário dos pressupostos clássicos, não testemunha o desaparecimento do campesinato via destruição ou diferenciação. O campesinato resiste ao avanço do capitalismo no campo por meio de um conjunto de estratégias que nem sempre lhe garantem uma autêntica autonomia. Contudo, elas são suficientes para que, ao menos, ele aponte para outros caminhos que vão além daquele que é imposto pelo capitalismo. Ao trabalhar esses tensionamentos, a Geografia Agrária Crítica pode oferecer valiosas contribuições para a consolidação do terceiro nível de abordagem sobre o fosso digital.

Considerações finais

Como parte das mudanças pelas quais a sociedade tem passado no atual estágio de acumulação do capitalismo, destaca-se a revolução digital. Cada vez mais atividades cotidianas e também aquelas que são estruturais para o funcionamento da economia se tornam dependentes de tecnologias digitais, dando novas dinâmicas à forma como nos relacionamos com as pessoas e com a natureza. No campo, tais mudanças aparecem por meio da Agricultura 4.0. Apesar de seus defensores a pontuarem como capaz de contribuir para a solução de limites estruturais do regime alimentar corporativo, como a fome, o uso indiscriminado de agrotóxicos e a devastação ambiental, na verdade ela tem se caracterizado apenas como uma nova etapa da exploração agrícola pelo capitalismo, pois tem sido promovida por grandes corporações ou Big Techs, muitas das quais com origem diferente da agricultura e da alimentação. Fatores como o controle dos dados produzidos pelos agricultores, o alto custo para acessar essas inovações e os cadeados colocados pelas empresas nos produtos com tais características fazem com que a lógica concentradora que marca a agricultura no capitalismo não seja rompida com as tecnologias digitais. De modo contraditório e desigual, camponeses e indígenas também buscam orientar suas atividades de acordo com essas inovações, contudo, numa velocidade absurdamente inferior àquela com a qual ela é implementada pelo agronegócio.

Sabendo desse contexto, o artigo trouxe como contribuição uma reflexão sobre a incorporação do tema do fosso digital como parte da agenda de pesquisa da Geografia Agrária Crítica na atualidade. Foi demonstrado que a Geografia Agrária Crítica pode contribuir com a superação dos limites das abordagens do primeiro e segundo nível sobre o fosso digital, pois destaca como as desigualdades na implementação das tecnologias digitais repercutem na construção da Questão Agrária atual. Assim, é possível ler como o fosso digital está relacionado aos fatores estruturais que permeiam as disputas por territórios entre as agriculturas camponesa e indígena e do agronegócio.

Evidentemente, a importância do tema cria uma agenda de pesquisas ainda a ser explorada e trabalhada que traz uma gama de

possibilidades aos pesquisadores da área. Além de análises comparativas entre os modelos de desenvolvimento da agricultura, o estudo do fosso digital também pode ajudar a caracterizar as espacialidades e territorialidades que são produzidas pelas agriculturas camponesa e indígena e do agronegócio como parte do contexto de digitalização da agricultura. Essas leituras podem concorrer com aquelas que têm permeado trabalhos desenvolvidos por pesquisadores de outras áreas do conhecimento e que caem em limites interpretativos graves por serem demasiadamente encantadas com o potencial das tecnologias digitais ou então lê-las como parte de uma tendência de totalização das relações capitalistas no campo.

Agradecimentos

O desenvolvimento deste trabalho só foi possível devido ao financiamento da pesquisa “Agronegócio, campesinato e tecnologias digitais: um estudo sobre a região geográfica intermediária de Varginha”, pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig). Também sou grato pela atenciosa leitura feita por Rodrigo de Paulo Souza e Silva e Adriano Pereira Santos.

REFERÊNCIAS

- ASH, James; KITCHIN, Rob; LESZCZYNSKI, Agnieszka. Digital Turn, Digital Geographies? *Progress in Human Geography, Sage Journals*, v. 42, n. 1, p. 25-43, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0309132516664800>. Acesso em: 10 fev. 2023.
- BEAUNOYER, Elisabeth; DUPÉRÉ, Sophie; GUITTON, Matthieu J. Covid-19 and Digital Inequalities: Reciprocal impacts and mitigation strategies. *Computers in Human Behavior*, v. 111, p. 106424, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0747563220301771>.
- BECKER, Berta. **Logística e território:** expansão do agronegócio da soja na Amazônia: LBA–Fase II do Projeto Dimensões Humanas – Relatório final. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2004.
- BELLO, Walden. **London, the food wars.** London: Verso Books, 2009.
- BIRNER, Regina; DAUM, Thomas; PRAY, Carl. Who Drives the Digital Revolution in Agriculture? A review of supply-side trends, players and challenges. *Applied Economic Perspectives and Policy*, v. 43, n. 4, p. 1260–1285, 2021.

Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/aipp.13145>. Acesso em: 14 out. 2023.

BRONSON, Kelly. **The immaculate conception of data:** agribusiness, activists, and their Shared Politics of the future. Montreal: McGill-Queen's Press-MQUP, 2022.

BRONSON, Kelly; KNEZEVIC, Irena. Big Data in food and agriculture. **Big Data & Society**, v. 3, n. 1, p. 2053951716648174, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2053951716648174>. Acesso em: 19 out. 2023.

CAROLAN, Michael. Agro-digital Governance and life itself: food politics at the intersection of code and affect. **Sociologia Ruralis**, v. 57, p. 816-835, 2017.

CAROLAN, Michael. Automated agrifood futures: robotics, labor and the distributive politics of digital agriculture. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 1, p. 184-207, 2020.

CLAPP, Jennifer; RUDER, Sarah-Louise. Precision technologies for agriculture: digital farming, gene-edited crops, and the politics of sustainability. **Global Environmental Politics**, v. 20, n. 3, p. 49-69, 2020.

COCA, Estevan. **A soberania alimentar através do Estado e da sociedade civil:** o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a Rede Farm to Cafeteria Canada (F2CC), no Canadá. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente, 2016.

COCA, Estevan; XAVIER, Gabriela Taíse Poiati; BERTACHI, Marcos Vinícius. Geografia Agrária Crítica e Pesquisa Militate: apontamentos teórico-metodológicos. In: MOVIMENTOS SOCIAIS E REFORMA AGRÁRIA, 2021, João Pessoa/Virtual. **Anais do XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia**. João Pessoa/Virtual: Editora Realize, 2021. p. 1-14.

DAYOĞLU, Mehmet Ali; TURKER, Ufuk. Digital transformation for Sustainable Future-agriculture 4.0: a review. **Journal of Agricultural Sciences**, v. 27, n. 4, p. 373-399, 2021.

ETC GROUP. **Food barons 2022. Crisis profiteering, digitalization and shifting power:** Mapping the corporate power in big food. Durham: ETC Group, 2022.

FAIRBAIRN, Madeleine; KISH, Zenia. Setting data free: the politics of open data for food and agriculture. **New Media & Society**, v. 25, n. 8, p. 1935-1959, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/14614448231174520>. Acesso em: 19 out. 2023.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Digital technologies in agriculture and rural areas:** status report. Rome: FAO, 2019. Briefing Paper.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS . **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022:**

repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio et al (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008. p. 173-224.

FOUCALT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRASER, Alistair. Land Grab/data Grab: precision agriculture and its new horizons. **The Journal of Peasant Studies**, v. 46, n. 5, p. 893-912, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2017.1415887>.

FRASER, Alistair. The digital revolution, data curation, and the new dynamics of food sovereignty construction. **The Journal of Peasant Studies**, v. 47, n. 1, p. 208-226, 2020.

GANESH, Shiv; BARBER, Kirsty F. The Silent Community: organizing zones in the digital divide. **Human Relations**, v. 62, n. 6, p. 851-874, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0018726709104545>. Acesso em: 9 ago. 2023.

HACKFORT, Sarah. Patterns of inequalities in digital agriculture: a systematic literature review. **Sustainability**, v. 13, n. 22, 2021. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/13/22/12345>.

HARVEY, David. Oxford, **The new imperialism**. Oxford: Oxford University Press, USA, 2005.

KLERKX, Laurens; ROSE, David. Dealing with the Game-changing Technologies of Agriculture 4.0: how do we manage diversity and responsibility in food system transition pathways? **Global Food Security**, v. 24, p. 100347, 2020. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211912419301804>.

LIOUTAS, Evangelos D.; CHARATSARI, Chrysanthi; ROSA, Marcello De. Digitalization of Agriculture: a way to solve the food problem or a trolley dilemma? **Technology in Society**, v. 67, p. 101744, 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160791X21002190>.

LIU, Ye et al. From Industry 4.0 to Agriculture 4.0: Current status, enabling technologies, and research challenges. **IEEE Transactions on Industrial Informatics**, v. 17, n. 6, p. 4322-4334, 2020.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Geografia agrária crítica: um pouco de história. **Geousp Espaço e Tempo (online)**, v. 22, n. 3, p. 504-514, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/153292>. Acesso em: 1 nov. 2023.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **A history of world agriculture**: from the Neolithic age to the current crisis. New York: NYU Press, 2006.

- McMICHAEL, Philip. A comment on Henry Bernstein's way with peasants, and food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 1, p. 193-204, 2015.
- McMICHAEL, Philip. A Food Regime analysis of the "World Food Crisis". **Agriculture and Human Values**, v. 26, n. 4, p. 281-295, 2009.
- McMICHAEL, Philip. Critical agrarian studies and crises of the world-historical present. **The Journal of Peasant Studies**, p. 1-33, 2023.
- MILLER, Michelle. Big Data, information asymmetry, and food supply chain management for resilience. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, v. 11, n. 1, p. 171-182, 2021.
- MOONEY, Pat. **La insostenible Agricultura 4.0. Digitalización y poder corporativo en la cadena alimentaria**. Cidade do México: ETC Group, 2020.
- MORALES, José Manuel Torres; ALBERO, Cristóbal Torres; MOLINA, Oscar. La brecha digital: un análisis de las desigualdades tecnológicas en España. **Fundacionsistema**, n. 2018, p. 3-22, 2010. Disponível em: <https://fundacionsistema.com/la-insercion-laboral-de-los-titulados-universitarios-en-el-marco-del-espacio-europeo-de-ensenanza-superior-the-labour-integration-of-university-graduates-in-the-european-space-of-superior-education/>. Acesso em: 29 out. 2023.
- MOSSBERGER, Karen; TOLBERT, Caroline J; STANSBURY, Mary. **Virtual inequality: beyond the digital divide**. Washington: Georgetown University Press, 2003.
- MURPHY, Sophia; BURCH, David; CLAPP, Jennifer. **Cereal Secrets: the world's largest grain traders and global agriculture**. London: Oxfam International, 2012.
- NATIONAL COMMUNICATIONS AND INFORMATION ADMINISTRATION. **Falling through the Net: a survey of the "have nots" in rural and urban America**. Washington, 1995.
- NORIS, Pippa. **Digital divide: civic engagement, information poverty, and the internet worldwide**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- PARAYIL, Govindan. The digital divide and increasing returns: contradictions of informational capitalism. **The Information Society**, v. 21, n. 1, p. 41-51, 2005.
- PATEL, Rajeev C. Food sovereignty: power, gender, and the right to food. **PLoS Medicine**, [s. l.], v. 9, n. 6, [n. p.], 2012.
- PEET, Richard. **Unholy Trinity: the IMF, World Bank and WTO**. [S. l.]: Bloomsbury Publishing, 2009.
- POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.

- RAGNEDDA, Massimo; MUSCHERT, Glenn W. **Theorizing digital divides.** Milton Park: Routledge, 2017.
- ROSE, David Christian; CHILVERS, Jason. Agriculture 4.0: broadening responsible innovation in an era of smart farming. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 2, p. 87, 2018.
- ROTZ, Sarah *et al.* Automated pastures and the digital divide: how agricultural technologies are shaping labour and rural communities. **Journal of Rural Studies**, v. 68, p. 112-122, 2019.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SCHWAB, Klaus. **The Fourth Industrial Revolution.** Cologny/Geneva: World Economic Forum, 2016.
- SOTT, Michele Kremer *et al.* Precision Techniques and Agriculture 4.0 Technologies to Promote Sustainability in the Coffee Sector: state of the art, challenges and future trends. **IEEE Access**, v. 8, p. 149854-149867, 2020.
- VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Ufrgs Editora, 2008.
- VAN DEURSEN, Alexander . A. M. *et al.* The compoundness and sequentiality of digital inequality. **International Journal of Communication**, v. 11, p. 452-473, 2017.
- VAN DEURSEN, Alexander J. A. M.; HELSPER, Ellen J. The third-level digital divide: who benefits most from being online? In: COMMUNICATION AND INFORMATION TECHNOLOGIES ANNUAL. Emerald Group Publishing Limited, 2015. p. 29-52.
- VAN DIJK, Jan. Cambridge. **The digital divide.** Cambridge: Polite Press, 2020.
- VAN DIJK, Jan; HACKER, Kenneth. The digital divide as a complex and dynamic phenomenon. **The Information Society**, v. 19, n. 4, p. 315-326, 2003.
- VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos; FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios paradigmáticos na construção do pensamento geográfico agrário brasileiro. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 163-189, 2019.
- VISSE, Oane; SIPPEL, Sarah Ruth; THIEMANN, Louis. Imprecision Farming? Examining the (in) accuracy and risks of digital agriculture. **Journal of Rural Studies**, v. 86, p. 623-632, 2021.

TERRITORIALIZAÇÃO DAS EMPRESAS DE AGROTÓXICOS NO MEIO MUSICAL

Ações e conexões

FÁBIO SIMONI HOMEM DE CARVALHO

ANA LÚCIA DE JESUS ALMEIDA

Este artigo tem por objetivo ressaltar alguns elementos da dissecação “Investidas das empresas de agrotóxicos no meio musical: imposição mercadológica para a territorialização do agronegócio”, realizada no Programa em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Sabe-se que as grandes empresas do agronegócio que atuam em nosso país se apresentam como essenciais à sociedade brasileira, não só se autodeclarando como a principal “locomotiva da economia”, mas também como empresas compromissadas com o meio ambiente. Basta conferir os textos, relatórios e anúncios nos *sites* de cada uma dessas empresas, as propagandas veiculadas nos meios de comunicação, os livros de referência publicados pelos adeptos do agronegócio etc.

Um desses livros, intitulado *Agro é paz: análises e propostas para o Brasil alimentar o mundo*, lançado em 2018 e organizado pelo ruralista e ex-ministro da agricultura Roberto Rodrigues, é um Plano de Estado apresentado aos candidatos à presidência em 2018. E na apresentação, feita pelo organizador do material e coordenador geral deste Plano, o texto traz, dentre outras alegações, o argumento de que o agronegócio é

sustentável simplesmente por desenvolver tecnologias que aumentam a produtividade por hectare e, assim, poupar áreas do desmatamento (Rodrigues; 2018), mesmo desmatando outras extensas áreas de vegetação nativa, como evidenciam os dados das últimas décadas analisados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)¹, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e por organizações não governamentais, a exemplo da ONG americana Mighty Earth e da ONG holandesa Aidenvironment. Segundo um relatório produzido por essas ONGs, entre março de 2019 e março de 2021, as empresas JBS, Marfrig Global Foods, Bunge, Minerva Foods, Cargill, Cofco INTL, Archer Daniels Midland (ADM), ALZ Grãos, Loius Dreyfus Company (LDC) e Amaggi desmataram juntas, só nos biomas Amazônia e Cerrado, 388.657 hectares, sendo 219.215 hectares desmatados ilegalmente (Soy; 2021).

Somente esses números já seriam suficientes para contrapor tanto esse argumento de “poupar áreas do desmatamento” quanto as propagandas ambientalistas das grandes empresas do agronegócio. O que falar, então, se analisados os vários outros impactos ambientais decorrentes, como degradação dos solos, assoreamento de córregos e rios, extinção de animais, aquecimento global etc. E o que se segue após todos esses desmatamentos, na maioria das vezes, é o processo de produção agropecuária em larga escala, onde o uso intenso de agrotóxicos contamina o solo, as águas, os alimentos e afeta a saúde da população, causando verdadeiros desastres conforme apontam vários estudos. Um deles é o livro de Pignatti *et al*, lançado em 2021, *Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil*² que reúne trabalhos de mais de trinta pesquisadoras e pesquisadores.

Da mesma forma que o compromisso com a sustentabilidade ambiental é propagandeado pela maioria das grandes empresas do agronegócio, o apoio à cultura também faz parte do portfólio de várias delas. Isso amplia a relação dessas empresas com a sociedade e permite que elas não só divulguem suas marcas, mas também construam uma imagem

1 Disponível em:<http://www.inpe.br/faq/index.php?pai=6>

2 Disponível para download em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/livros/desastres-socio-sanitario-ambientais-do-agronegocio-e-resistencias-agroecologicas-no>

positiva de si mesmas. Essa imagem positiva, por sua vez, favorece as articulações empresariais e o *lobby* político, contribuindo também com o aumento contínuo tanto da venda de agrotóxicos quanto dos danos sócio-sanitários-ambientais causados pela aplicação desses produtos.

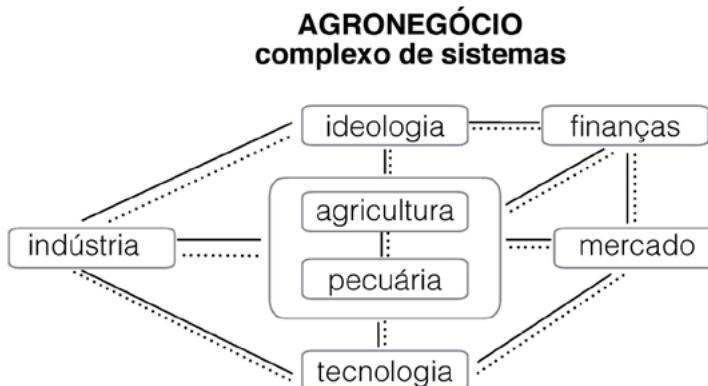
E essa atuação das grandes empresas do agronegócio no espaço da cultura acontece por meio de patrocínios diretos com utilização do dinheiro público, visto que as empresas também se valem de parcerias com governos estaduais e municipais e, é claro, de políticas públicas como a Lei Rouanet. E no caso das investidas no meio musical brasileiro, além das empresas do agronegócio, inclusive as empresas de agrotóxicos, algumas duplas sertanejas frequentemente se mostram em suas redes sociais e em veículos da imprensa como defensores do agronegócio e, às vezes, até mesmo como fazendeiros ligados à produção agropecuária, a exemplo de Sérgio Reis, Leonardo, Zezé Di Camargo, Fernando e Sorocaba. Estes, no caso, já participaram de projetos musicais financiados por empresas de agrotóxicos. Mas se valem também de financiar concertos, *shows*, turnês, *lives*, gravações das músicas de artistas e grupos de diversos gêneros e formações musicais. E ao pesquisar sobre tais financiamentos podem ser constatados circuitos, festivais, premiações, eventos com as temáticas LBGT, feminista e racial, concertos com participação de músicos de mais de 15 orquestras (de câmara, sinfônicas e até parassinfônicas), apresentações de muitos corais (infantis, inclusive), de vários tipos de bandas e grupos de música instrumental e cantada, de *jazz*, *rock*, forró, choro, MPB, de artistas solo da música erudita e artistas solo da música popular, como Milton Nascimento, Yamandu Costa, Renato Borghetti, Renato Teixeira, Almir Sater, Caju e Castanha, Paula Lima, Roberta Sá, Hermeto Pascoal, João Donato, Badi Assad, Sá e Guarabira, Karol Conka, Gaby Amarantos, Ludmilla, Martinho da Vila, Arlindo Cruz, Linn da Quebrada e Johnny Hooker. E se valem de mais um tanto de artistas conhecidos e de muitos outros menos famosos, passando inclusive pela música folclórica, pelas escolas de samba e até pela música comunitária feita por imigrantes estrangeiros residentes no Brasil. Além dos variados projetos socioculturais de capacitação e treinamento na área musical que as empresas de agrotóxicos também vêm patrocinando enquanto estratégia de expansão.

Territorialização das empresas de agrotóxicos

A territorialização é um processo de multiplicação de territórios, também chamado de expansão. Ao multiplicar territórios, a territorialização forma um processo multidimensional que multiplica espaços, suas ações e objetos (Santos, 1996). A territorialização das empresas de agrotóxicos pode ser evidenciada, também, pelo constante crescimento das taxas de lucro dessas empresas. Só no Brasil, segundo o atlas *Geografia da assimetria: o ciclo vicioso de pesticidas e colonialismo na relação comercial entre o Mercosul e a União Europeia*, publicado pela geógrafa e pesquisadora Larissa Mies Bombardi, o uso de agrotóxicos aumentou 71,46% entre 2010 e 2019 (Bombardi, 2021).

E bastaria ler uma matéria de 10 de outubro de 2022 do site AgroPages, referência internacional de mídia *on-line* exclusivamente dedicada ao negócio de agroquímicos. Com o título “Classificadas as 20 maiores empresas globais de agroquímicos em 2021” (tradução nossa), o primeiro parágrafo da matéria já anuncia o sucesso de venda de agrotóxicos: “olhando para a lista, as 20 maiores empresas alcançaram crescimento em meio às repercussões da pandemia da covid-19 e à complexa situação internacional” (Wang, 2022).

Destas 20 empresas de agrotóxicos listadas pelo site AgroPages, 11 têm filiais no Brasil: Syngenta, Bayer, Basf, Corteva, UPL, FMC, ADAMA, Sumitomo, Nufarm, Rainbow e Nissan. A territorialização comercial se deve em boa medida pelas ações e conexões entre corporações e estados (*lobby político*). Um exemplo é o que faz o Instituto Pensar Agro (IPA), instituto mantido por 38 entidades que operam em função da indústria dos agrotóxicos. Essas ações e conexões foram demonstradas por Fernandes *et al.* (2018), compreendendo o agronegócio como um complexo de sistemas, composto pela agricultura e pecuária, indústria, mercado, finanças, tecnologia e também o sistema ideológico, onde encontra-se o Instituto Pensar Agro, como exemplificado na figura Agronegócio – Complexo de Sistemas.

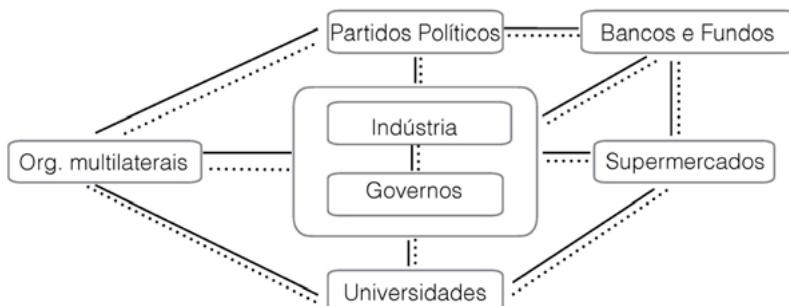
Figura 1 – Agronegócio – Complexo de Sistemas

Fonte: FERNANDES, B. M.; CASSUNDÉ, J. R. de O.; PEREIRA, L. I. <http://www.okara.ufpb.br>

Esse complexo de sistemas está organizado em um complexo em rede, o que ajuda ainda mais a compreender as ações e conexões, ou seja, o *lobby* político do agronegócio com outras instituições, como partidos políticos, governos, universidades, organizações multilaterais etc., exemplificado na figura Agronegócio – Complexo em Rede.

Figura 2 – Agronegócio – Complexo em Rede

**AGRONEGÓCIO
complexo em rede**



Fonte: FERNANDES, B. M.; CASSUNDÉ, J. R. de O.; PEREIRA, L. I. <http://www.okara.ufpb.br>

De acordo com a matéria de 21 de maio de 2019, “Multinacionais são financiadoras ocultas da Frente Parlamentar da Agropecuária”³, do site “De Olho nos Ruralistas – Observatório do agronegócio no Brasil”, até essa data o IPA não tinha site oficial e havia poucas informações públicas sobre as atividades que mantinha (o site foi criado em 2021⁴). Mas a matéria apurou alguns valores dos recursos repassados para a Frente Parlamentar da Agropecuária, “oriundos da contribuição de 38 associações mantenedoras do IPA” e “que pagam uma mensalidade de pelo menos R\$ 20 mil cada uma. Isso significa R\$ 760 mil no caixa por mês” (Arroyo, 2019). Uma dessas associações, por exemplo, é a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), que vem atuando a favor da venda de agrotóxicos desde a sua criação em 1974. E, conforme aponta o documento da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco),

a Andef integra ainda uma rede de associações que compõem a CropLife Latin Americ, presente em 18 países da América Latina para representar os interesses de nove multinacionais que atuam de forma articulada neste continente no desenvolvimento de “*defensivos agrícolas, biotecnologia e sementes*”: Arysta LifeScience, Syngenta, FMC, Bayer, Dow AgroScience, Monsanto, Dupont, BASF e Sumitomo Chemical. A CropLife Latin Americ é uma das seis associações regionais que formam a Rede Global da CropLife International, que articula a atuação dessas multinacionais no planeta (Carneiro, 2015, p. 441).

Esse financiamento à Frente Parlamentar Agropecuária é uma das evidências das ações e conexões, nesse caso um *lobby* político feito para implementar convênios e decretos governamentais que reduzem impostos para empresas de agrotóxicos, como o Convênio n. 100, de 1997, e o Decreto n. 5630, de 2005 (Folgado, 2021), e flexibiliza normas, como o Novo Marco Regulatório para Agrotóxicos, publicado pela Anvisa em 2019 (Lima, 2020), dentre outras estratégias.

3 Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinacionais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria/>.

4 Disponível em: <https://www.pensagro.org.br/>. Acesso em: 20.08.2023.

Não são poucos os danos sócio-sanitários-ambientais causados pela utilização de agrotóxicos, de acordo com os pesquisadores Pignati, Soares e Leão. Inclusive os autores chamam a atenção para as pesquisas, no que tange à saúde pública:

Em uma revisão sistemática relacionada a pesquisas sobre agrotóxicos e efeitos na saúde humana no mundo dos últimos vinte anos, foram encontrados 7.419 estudos e, destes, se detalhou 448 pesquisas epidemiológicas de correlação estatística positiva, dos quais 243 evidenciaram os cânceres, 58 foram sobre neurotoxicidade, 33 sobre pneumotoxicidade, 45 sobre embriotoxicidade, 31 sobre toxicidade para o desenvolvimento físico e mental e 38 estudos sobre desreguladores endócrinos (Mostafalou e Abdollahi, 2017 *apud* Pignati, 2021, p. 101).

Diante dessas pesquisas, portanto, segundo Sara Mostafalou e Mohammad Abdollahi, autores desta revisão feita no artigo “Pesticidas: uma atualização da exposição humana e toxicidade”, existem várias evidências sobre o possível risco da exposição a agrotóxicos na incidência de doenças como “câncer, Alzheimer, Parkinson, esclerose lateral amiotrófica, asma, bronquite, infertilidade, defeitos congênitos, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, autismo, diabetes, e obesidade”⁵.

Observa-se que no meio acadêmico também existe uma disputa quanto às categorias, aos conceitos e às concepções ideológicas, políticas e científicas referentes ao tema dos agrotóxicos. Por exemplo, a categoria “risco” remete à noção da possibilidade de ocorrer ou não a contaminação e, no caso das pulverizações, as pesquisas evidenciam que não tem como não ocorrer (Oliveira; Beserra; Pignati, 2021).

Ainda assim, mesmo em disputa, as pesquisas científicas, além de divulgadas por revistas especializadas, também são publicadas por iniciativas jornalísticas, como o site “Por Trás do Alimento”, que em 2019 publicou a reportagem *Coquetel*, com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios”. Nesta reportagem, a pesquisa mostra que

5 Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27722929/>. Acesso em: 22.08.2023.

as empresas de abastecimento de 1.396 municípios detectaram todos os 27 pesticidas que são obrigados por lei a testar. Desses, 16 são classificados pela Anvisa como extremamente ou altamente tóxicos e 11 estão associados ao desenvolvimento de doenças crônicas como câncer, malformação fetal, disfunções hormonais e reprodutivas. Entre os locais com contaminação múltipla estão as capitais São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Manaus, Curitiba, Porto Alegre, Campo Grande, Cuiabá, Florianópolis e Palmas (Aranha; Rocha, 2019).

Sobre a contaminação por agrotóxicos das nossas águas, em relação ao Limite Máximo de Resíduo (LMR) permitido no Brasil e na União Europeia, de acordo com o livro *Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia*, da pesquisadora Larissa Mies Bombardi, no caso do Glifosato, que é o agrotóxico mais vendido no Brasil, o LMR permitido aqui é 5.000 (cinco mil) vezes maior do que na União Europeia. Um número tão absurdo que faz parecer baixo o LMR permitido para ser encontrado na água do herbicida 2,4-D, o segundo agrotóxico mais vendido no País: 300 vezes maior do que nos países da Europa. E do mesmo modo que acontece com a água, o LMR do Glifosato permitido no Brasil para ser encontrado nos alimentos também chama a atenção. No café, por exemplo, é 10 vezes maior que na União Europeia. Já na cana-de-açúcar, 20. E na soja, 200 vezes superior. E são muitos os exemplos de outros agrotóxicos, como o Malationa, cujo LMR no brócolis é 20 vezes maior no Brasil que na União Europeia, e no feijão é 200 vezes superior (Bombardi, 2017).

Além da contaminação através das águas e dos alimentos que atinge a população em geral, seja do campo ou da cidade, quem mais sofre com os agrotóxicos são os trabalhadores e as trabalhadoras rurais que manuseiam os produtos para fazer a aplicação, além de crianças, jovens, adultos e idosos que presenciam as pulverizações aéreas. Ainda de acordo com a autora Larissa Mies Bombardi (2017), de 2007 a 2014 mais de 25 mil casos de intoxicação por agrotóxicos de pessoas do campo foram notificados pelo Ministério da Saúde (MS), o equivalente a 8 intoxicações por dia. Isso considerando a estimativa de que “*para cada caso de intoxicação notificada, tenham-se outros 50 não notificados*

(...). Por conseguinte, é possível que tenha havido 1.250.000 (um milhão e duzentas e cinquenta mil) intoxicações por agrotóxico de uso agrícola neste período” (Bombardi, 2017, p. 54).

E a maior parte desses agrotóxicos é pulverizada por aviões, tratores ou pelas mãos de trabalhadoras e trabalhadores rurais. Além de contaminar a água que todos nós bebemos, contamina também o ar, o solo, a fauna e a flora de todo o bioma. E são inúmeros os exemplos que evidenciam cientificamente essa poluição ambiental, divulgados tanto em revistas especializadas quanto em matérias jornalísticas, como por exemplo: “Agrotóxicos contaminam água da chuva e de poços artesianos em Mato Grosso”⁶; “Morte de meio bilhão de abelhas é consequência de agrotóxicos”⁷; “Pulverização aérea de agrotóxicos mata abelhas e peixes, e adoece comunidades rurais”⁸; ou, ainda, “Agrotóxicos: empresas são acusadas de intoxicar comunidade em Pompéu”⁹.

Em relação aos exemplos de publicações científicas, vale citar aqui algumas referências que os pesquisadores Luã Kramer de Oliveira, Lucimara Beserra e Wanderlei Antonio Pignati mencionaram no artigo “Processo de poluição química rural e exposição impositiva por agrotóxicos”:

Estudos realizados no estado de Mato Grosso demonstram a poluição por agrotóxicos em águas superficiais e sedimentos (Cunha, 2003; Miranda et al., 2008; Ribeiro et al., 2013; Possavatz et al., 2014; Lima et al., 2020; Oliveira, 2016), em águas subterrâneas (Carbo et al., 2008; Moreira et al., 2012; Nogueira et al., 2012), na chuva, no ar (Laabs et al., 2002; Santos et al., 2011; Beserra, 2017), nos alimentos (Montanari Corrêa, 2019) e em

-
- 6 Disponível em: <https://www.redebrasilitatual.com.br/ambiente/agrotoxicos-contaminam-agua-da-chuva-e-de-pocos-artesianos-em-tres-cidades-do-mato-grosso/>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- 7 Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/morte-de-meio-bilhao-de-abelhas-e-consequencia-de-agrotoxicos/>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- 8 Disponível em: <https://www.redebrasilitatual.com.br/ambiente/pulverizacao-aerea-de-agrotoxicos-mata-abelhas-peixes-e-adoece-comunidades-rurais/>. Acesso em: 10 mar. 2023.
- 9 Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2022/07/29/interna_geiras,1382877/agrotoxicos-empresas-sao-acusadas-de-intoxicar-comunidades-em-pompeu.shtml. Acesso em: 10 mar. 2023.

seres humanos (Belo *et al.*, 2012; Palma *et al.*, 2014). A poluição ambiental por agrotóxicos, portanto, é intrínseca às pulverizações nas produções agrícolas químico-dependentes e é facilmente observável (Oliveira; Beserra; Pignati, 2021, p. 56).

Por fim, com o intuito de reforçar ainda mais a quantidade de evidências, vale destacar que a dissertação que deu origem a este artigo referencia outras pesquisas. Também são listados 14 livros lançados nos últimos anos, 15 notícias de irregularidades e infrações cometidas pelas empresas de agrotóxicos, que além de causarem danos sócio-sanitários-ambientais de forma legal, também o fazem de forma ilegal. Essas notícias são veiculadas pela imprensa e por órgãos públicos como a Anvisa, o Ibama e o Ministério Público, relacionadas com sonegação de dados, contaminação com uso irregular de agrotóxicos, agrotóxicos adulterados, agrotóxicos com data de validade vencida, propaganda enganosa em *outdoor* e outras.

Territorialização das empresas de agrotóxicos no meio musical

Antes de entrar nas investidas propriamente ditas, cabe ressaltar um elemento que pode ser considerado como determinante para a relação entre as empresas de agrotóxicos e o meio musical: a cultura transformada em negócio a partir da implementação das políticas neoliberais. Isso porque tais políticas incentivaram as grandes empresas, os institutos e as fundações privadas a não só investir em cultura como também defender essa ideia de que a cultura tem que ser sustentada pela iniciativa privada:

A década de 1980 assistiu a uma transformação política fundamental nos Estados Unidos e no Reino Unido. Após a ascensão de Margaret Thatcher e Ronald Reagan ao poder, respectivamente em 1979 e 1981, os dois governos e seus aliados passaram a defender energicamente a doutrina da livre empresa em seus mandatos sucessivos, levando firmemente para a direita o discurso político. (...) ‘Limitação do governo’, ‘desregulamentação’, ‘privatização’ e ‘cultura empresarial’, de várias formas e graus, eram as

palavras-chave da época e o padrão ideológico do regime político nos dois lados do Atlântico (Wu, 2006, p. 27).

No Brasil, o ponto emblemático dessa neoliberalização da economia entregando a cultura para a iniciativa privada é o lançamento no primeiro ano do Governo Fernando Henrique Cardoso da cartilha *Cultura é um bom negócio* (Ministério da Cultura, 1995), onde o Governo estimula a classe empresarial a investir em projetos culturais via lei de incentivos fiscais. Este material escancara a ideia neoliberal de que as políticas estatais para a cultura não têm que ser voltadas para os interesses da população como um todo e, sim, para as grandes empresas, o que diminuiu ainda mais o orçamento público para a área cultural, mesmo quando o financiamento vem dos recursos públicos através do incentivo fiscal e de parcerias com os governos. E sobre essa diminuição, basta, por exemplo, analisar o montante do orçamento público federal destinado à cultura de 2000 a 2012. Segundo o pesquisador Álvaro Santi,

embora o percentual aplicado pela União tenha aumentado de forma sustentada (chegando pela primeira vez a 0,1% em 2012), a média federal para o período 2003-2012 foi de apenas 0,06%, dezoito vezes menor do que a dos municípios, de 1,04%. A média dos estados ficou em 0,42% (Santi, 2015, p. 90-91).

Visto isso, sobre as investidas das empresas de agrotóxicos no meio musical brasileiro são apresentados na dissertação os dados, as informações, os projetos e os eventos musicais que atestam e justificam o objetivo da pesquisa. Via Lei Rouanet, são 153 projetos musicais que receberam dinheiro de 31 empresas de agrotóxicos de 1996 a 2022. Quanto às parcerias dessas empresas com governos estaduais e municipais, são 15 exemplos de eventos musicais. E de patrocínio direto das empresas de agrotóxicos aos artistas da área musical, são 22 exemplos.

Em relação às investidas via Lei Rouanet, as intenções dessas empresas podem ser exemplificadas por um texto na página do Facebook da empresa de agrotóxico Agrícola Horizonte Ltda., em 27 de julho de

2016. Em trechos da postagem que noticia o evento “Concerto de música erudita ‘Fiz da Vida uma Canção’”, lê-se o seguinte:

Viabilizado pela Agrícola Horizonte e Candon, através da Lei Rouanet de incentivos fiscais, na noite de 20/07/16, Marechal Cândido Rondon recebeu o concerto de música erudita brasileira que reuniu a Soprano Luiza Wuaden e 08 dos melhores músicos paranaenses, com a presença de mais de mil pessoas no auditório Ecos da Liberdade. (...) No seu pronunciamento, a coordenadora da programação, Marlise Ricardi, conclamou mais empresas com o regime de tributação pelo lucro real a apoiarem eventos culturais utilizando a lei de incentivos fiscais. No dia que antecedeu os concertos, a Soprano Luiza Wuaden participou de dois *workshops* em Marechal Cândido Rondon. Um com os alunos de música da Associação Beneficente Cristo (ABEC), todos crianças, e outro com o coro juvenil municipal, onde foram trocadas experiências, incentivando os alunos dos dois grupos a seguirem seu caminho na música, independente do estilo, e a acreditarem no seu talento. Várias pessoas da comunidade se manifestaram pelas redes sociais elogiando os concertos e agradecendo pela oportunidade de participar deste grande momento cultural que encantou a todos (Concerto, 2016).

Assim, sobre os 153 projetos musicais que receberam dinheiro via Lei Rouanet de 31 empresas de agrotóxicos (Tabela 1), vale destacar: as temporadas, concertos, plano anuais, bianuais e projetos culturais de mais de 15 orquestras brasileiras; o patrocínio da empresa de agrotóxico Iharabras à turnê de comemoração de 50 anos de carreira do Milton Nascimento por sete cidades brasileiras com palestras sobre a obra de Milton em paralelo aos *shows*; o patrocínio da empresa Basf à circulação do espetáculo infantil TUM PÁ do grupo Barbatuques por capitais brasileiras com apresentações e oficinas em cada localidade visitada; vários tipos de festivais, como o Festival Feira Preta 2020, também patrocinado pela Basf, o Festival Gente da Terra patrocinado pela empresa Ourofino (música instrumental regional brasileira); três edições do Santos Jazz Festival (empresa Ultrafértil) e quatro do Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga (empresa Agripec), dentre outros. Além de circuitos, como o Circuito Brasil de Viola Instrumental, o

Círculo Terra Musical e o Círculo Gaúcho – Erudito e Instrumental, todos estes patrocinados pela empresa Syngenta, e premiações, como o 1º Prêmio Pretas Potências (empresa Basf) e o Prêmio de Música Instrumental de Viola I e II (empresa Syngenta). Vale o destaque também para as investidas via Lei Rouanet das empresas de agrotóxicos em sete Escolas de Samba, uma delas patrocinada três vezes.

Tabela 1 – Empresas de agrotóxicos que investiram em música via Lei Rouanet e total investido por empresa, 1996-2022

Empresas de agrotóxico	Total investido
1. Iharabras S/A Industrias Quimicas	R\$ 8.854.427,91
2. Syngenta Proteção de Cultivos Ltda	R\$ 6.262.094,00
3. Basf S.A.	R\$ 4.470.127,92
4. Monsanto do Brasil Ltda.	R\$ 3.240.145,00
5. FMC Química do Brasil Ltda	R\$ 2.162.271,00
6. Ultrafértil S.A.	R\$ 2.020.781,20
7. Agrícola Horizonte Ltda	R\$ 936.926,97
8. UPL do Brasil Ind. e Com. de Insumos Agropecuários AS	R\$ 787.454,86
9. Agripec Química Farmacêutica S/A	R\$ 756.092,00
10. Ourofino Química Ltda	R\$ 672.000,00
11. Dow Química S.A.	R\$ 660.000,00
12. Bequisa Industria Química do Brasil Ltda	R\$ 485.724,00
13. Dupont do Brasil S/A	R\$ 420.000,00
14. Nortox S.A	R\$ 420.000,00
15. Bayer S/A	R\$ 340.500,00
16. Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda	R\$ 292.620,00
17. Agroquima Produtos Agropecuários Ltda	R\$ 210.000,00
18. Consagro Agroquímica Ltda	R\$ 200.000,00

Empresas de agrotóxico	Total investido
19. Aprovar Agropecuária Comércio e Representações Ltda	R\$ 164.118,08
20. Macdermid Agricultural Solutions Comércio de Produtos Agrícolas Ltda	R\$ 152.208,00
21. Sumitomo Chemical do Brasil Representações Limitada	R\$ 150.000,00
22. Chemtura Indústria Química do Brasil Ltda	R\$ 136.152,60
23. Fiagril Ltda	R\$ 125.000,00
24. Sul Defensivos Agrícolas Ltda	R\$ 75.815,69
25. Ameribrás Indústria e Comércio Ltda	R\$ 27.800,00
26. Caltec Química Industrial S/A	R\$ 27.000,00
27. Agroimport do Brasil Ltda	R\$ 20.000,00
28. Diniz Sementes e Defensivos Ltda	R\$ 17.700,00
29. Milenia Agrociencias	R\$ 15.000,00
30. Sana Agro Aérea Sociedade Simples	R\$ 13.536,92
31. C.A. Rural Distribuidora de Defensivos Ltda	R\$ 7.884,76
TOTAL	R\$ 34.103.380,91

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações disponíveis no Portal de Visualização do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura - VerSalic.

Em relação aos 15 exemplos de parcerias das empresas de agrotóxicos com governos estaduais e prefeituras, pode ser destacado o patrocínio da empresa Bayer ao Projeto Guri, que é um programa do Governo do Estado de São Paulo que atende de forma gratuita, segundo o seu site, “mais de 60 mil crianças e adolescentes por ano, em 384 polos de ensino, localizados em 282 cidades do Estado de São Paulo”¹⁰. E vale o destaque também para o patrocínio a eventos com temáticas LGBT, como o Presença Festival 2023, patrocinado pela Bayer e pela Prefeitura do Rio de Janeiro, e a 20ª Parada do Orgulho LGBT+, patrocínio da empresa Dow Química em parceria com o Governo do Estado da Bahia

10 Disponível em: <https://www.projetoguri.org.br/>.

e a Prefeitura de Salvador. Assim como vale o destaque para feiras agropecuárias, como a Agrotins 2023, patrocinada por sete empresas de agrotóxicos em parceria com o Governo de Tocantins, e o 1º Agro Show, patrocinado pela empresa Agroquima em parceria com a Prefeitura de Jussara (GO), onde foram realizados *shows* dos artistas Rionegro e Solimões, Humberto e Ronaldo e Jennifer Scheffer.

Por fim, sobre os 22 exemplos de patrocínios diretos, vale destaque para a festa de comemoração de 70 anos da empresa de agrotóxicos Dupont, animada por um *show* das cantoras Roberta Sá e Paula Lima, e os lançamentos de videoclipes, um com a dupla Zezé Di Camargo e Luciano, patrocinado pela Iharabras, e outro com Renato Teixeira, patrocinado pela empresa Basf. Neste segundo caso, além do videoclipe, a Basf patrocinou também cinco regravações da mesma música em ritmos tradicionais da cultura popular brasileira como boi, maracatu, cururu, cateretê e chamamé.

Outro patrocínio direto da Basf que vale ressaltar é o do desfile da Escola de Samba Unidos da Vila Isabel no carnaval de 2013. Além desses, vale o destaque também de outros patrocínios da Bayer, como um videoclipe da cantora Ludmila, que foi selecionada, segundo a Bayer, por “*conversar com diferentes públicos*”, o lançamento de *playlists* em parceria com o Spotify para relaxar em procedimentos ginecológicos, e o lançamento em parceria com a Rede Globo e a GNT de uma campanha pela liberdade feminina, feita com as cantoras Karol Conká e Gaby Amarantos.

Considerações Finais

De acordo com o estudo “Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil”, publicado em 2020 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mesmo considerando a dificuldade de se chegar em números precisos em relação à área produtiva e vendas no varejo, “*se calcula que a área agrícola ocupada pela produção orgânica no Brasil, em 2017, ultrapassou 1,13 milhão de hectares (representando 0,4% da área agricultável brasileira)*” (Lima; Galiza; Valadares; Alves, 2020, p. 29).

Somente a partir desse dado já é possível ter uma ideia de que as empresas responsáveis pela produção e comercialização de agrotóxicos estão diretamente ligadas à produção de praticamente tudo o que a população brasileira come. Afinal, é de se imaginar como se dividem os outros 99,6% de área agricultável do país, mesmo sabendo que o extrativismo, por exemplo, ou a apicultura ou o pastoreio em terras não agrícolas também podem fazer parte de uma produção orgânica de alimentos.

Embora existam importantes iniciativas de distribuição de orgânicos espalhadas pelo país, como feiras de pequenos agricultores, feiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outros movimentos sociais, lojas especializadas nas cidades como o Armazém do Campo, iniciativas como a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA), clubes de compra etc., o fato é que os agrotóxicos também são vendidos para boa parte dos pequenos e médios agricultores, o que faz com que praticamente toda a nossa alimentação seja produzida com agrotóxicos. Por isso, um dos objetivos deste estudo foi mostrar que não faltam pesquisas e evidências sobre os danos socio-sanitários-ambientais causados pela aplicação de agrotóxicos nas plantações.

Mesmo com as pesquisas e as evidências, em meio a infrações e irregularidades, as empresas de agrotóxicos seguem normalmente com suas atividades ano após ano, não só se articulando politicamente, como também vendendo cada vez mais, aumentando as taxas de lucro e tendo também como estratégia as investidas em projetos musicais, o que permite, como foi falado, construir uma imagem positiva de si mesmas. Essa relação positiva com a sociedade, por sua vez, certamente favorece as articulações no meio empresarial e o *lobby* político para, dentre outras coisas, alterar e implementar leis, normas, decretos e resoluções que favoreçam a manutenção e o aumento contínuo das vendas de agrotóxicos.

Diante disso, portanto, se faz urgente e necessária uma pressão social e política cada vez maior da sociedade, exigindo dos governos políticas públicas que favoreçam tanto uma produção agroecológica quanto uma quantidade satisfatória de políticas públicas para trabalhadores e trabalhadoras no campo cultural. Assim, um dos desafios

que aqui se colocam é a mobilização e a organização da sociedade para a disputa por mais recursos públicos para a agroecologia e para a cultura. Outro desafio que anda junto com a disputa por recursos é ampliar a mobilização e a organização da sociedade civil para também propor, elaborar e executar os projetos e as políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Ana; ROCHA, Luana. “Coquetel” com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios. 15 abr. 2019. **Por trás do alimento.** Disponível em: <https://portrasdoalimento.info/2019/04/15/coquetel-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios/>. Acesso em: 23 jul. 2022.

ARROYO, Priscila. Multinacionais são financiadoras ocultas da Frente Parlamentar da Agropecuária. **De olho nos ruralistas:** observatório do agronegócio no Brasil. Disponível em:

<https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinacionais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria/>. Acesso em:

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia.** São Paulo: FFLCH – USP, 2017. *Disponível em:* <http://arks.princeton.edu/ark:/88435/dsp01pz50h024q>.

BOMBARDI, Larissa Mies. Geography of Asymmetry: the vicious cycle of pesticides and colonialism in the commercial relationship between Mercosur and the European Union. **The Left**, Belgium, 2021. Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/link/review?uri=urn%3Aaaid%3Ascds%3AUS%3A5587d57e-d34a-4618-95a2-c291d30d47ab#pageNum=3>.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (orgs.). **Dossiê ABRASCO:** um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CONCERTO de música erudita “Fiz da Vida uma Canção” reúne mais de mil pessoas em Marechal Cândido Rondon. 27 jul. 2016. **Agrícola Horizonte Ltda.** Disponível em: <https://www.facebook.com/page/219525398168896/search/?q=m%C3%BAtica>. Acesso em: 11 ago. 2022.

FERNANDES, Bernardo Mançano. CASSUNDÉ, José Ricardo de Oliveira; PEREIRA, Lorena Izá. Movimentos socioterritoriais no Matopiba e na Chapada do Apodi: exemplos da questão agrária neoliberal do século XXI. **Revista OKARA: Geografia em Debate**, João Pessoa-PB, v. 12, n. 2, p. 533-548, 2018. DGEOC/CCEN/UFPB. Disponível em: <http://www.okara.ufpb.br>.

FOLGADO, C. A. R. Desoneração tributária dos agrotóxicos e das *commodities* agrícolas: impactos na economia pública, saúde e meio ambiente. In: PIGNATTI,

Wanderlei A. et al. **Desastres sócio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2021.

LIMA, Mirna Bispo Santiago. **Aspectos sociobiodiversos do novo marco regulatório para agrotóxicos publicado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Direito. Universidade Católica de Salvador (UCSal). Salvador, 2020.

LIMA, Sandra Kitakawa; GALIZA, Marcelo; VALADARES, Alexandre; ALVES, Fabio. **Produção e consumo de produtos orgânicos no mundo e no Brasil**. Texto para discussão. Rio de Janeiro: Ipea, 2020.

OLIVEIRA, Luã Kremer de; BESERRA, Luciana; PIGNATI, Wanderlei A. Processo de poluição química rural e exposição impositiva por agrotóxicos. In: PIGNATI, Wanderlei A. et al. **Desastres socio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2021.

PIGNATI, Wanderlei A.; SOARES, Mariana Rosa; LEÃO, L. H. C. A cadeia produtiva do agronegócio, danos ambientais, acidentes de trabalho, agrotóxicos, doenças e pandemias: um resumo. In: PIGNATI, Wanderlei A. et al. **Desastres socio-sanitário-ambientais do agronegócio e resistências agroecológicas no Brasil**. São Paulo: Outras Expressões, 2021.

RODRIGUES, Roberto (org.). **Agro é paz: análises e propostas para o Brasil alimentar o mundo**. Piracicaba: Esalq, 2018.

SANTI, Álvaro. Evolução dos orçamentos públicos da cultura no Brasil do século XXI. In: Lia Calabre et al. **Anais do VI Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 26 a 29 de maio de 2015, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SOY & Cattle Deforestation Tracker: Conversion in Traders' and Meatpackers' Supply Chains in Brazil. **Mighty Earth**, 2021. Disponível em:

<https://www.mightyearth.org/soy-and-cattle-tracker/>.

WANG, Liao. Top 20 global agrochemical companies in 2021 ranked | All top 20 companies achieving robust growth,12 Chinese Enterprises Contribute to 40% of Total Sales. **AgNews**, 10 out. 2022. Disponível em: <https://news.agropages.com/News/NewsDetail---44255.htm>. Acesso em: 10 fev. 2023.

WU, Chin-tao. **Privatização da cultura**: a intervenção corporativa na arte desde os anos 1980. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A contribuição feminista e o Movimento de Mulheres Camponesas

NOELI WELTER TABORDA

JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS VINHA

Notas introdutórias

Este texto apresenta uma abordagem acerca da produção do espaço geográfico por meio das teorias feministas. Ele é fruto da pesquisa realizada pela autora para o Mestrado em Geografia do programa TerritoriAL. Nossa pretensão é dar voz e visibilizar a ciência produzida pelas mulheres, ciência essa que possibilita construir estratégias de luta diante dessa sociedade fortemente marcada pela cultura patriarcal, racista e capitalista.

Nossa referência se baseia nos estudos em geografia realizados por pesquisadoras dessa área. Também aspiramos apresentar elementos sobre a compreensão e produção do espaço e território no MMC através de nossa trajetória militante, dos estudos já realizados por militantes e das entrevistas feitas com dirigentes do Movimento. Temos por objetivo evidenciar a contribuição das mulheres nessa construção e ao mesmo tempo dialogar com autoras(es) que permitem compreender a definição de espaço.

Além da parte introdutória e das considerações finais, o texto está organizado em duas secções centrais: a primeira apresenta a

produção do espaço geográfico a partir da perspectiva de gênero. Entendemos que a produção do espaço é permeada por relações de poder. A partir das categorias classe, gênero e raça/etnia, elementos que compõem a luta feminista, é possível compreender as relações sociais e de poder estabelecidas na forma de organização do espaço.

E a segunda versa sobre o entendimento acerca do território como um espaço de contradições e disputas e a resistência protagonizada pelas mulheres organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas. Compreendemos que o território é um lugar de conflito e enfrentamento, ao mesmo tempo de direito ao bem-viver. Nesse sentido, as mulheres camponesas em seus territórios buscam entender a vida como uma totalidade, na medida em que vão imprimindo uma maneira própria de ser e construir novas relações. Nessa luta, pensam o território como processo, um campo de forças e um lugar de exercício das contradições a partir do Feminismo Camponês Popular.

Produção do espaço geográfico e gênero

Para iniciar esta subseção, trazemos um célebre trecho da obra de Milton Santos (1996, p. 50): “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Ao ser modificado, através das ações de mulheres e homens, torna-se um espaço social, que se materializa com a existência humana, tornando-se então uma dimensão da realidade. Segundo Henri Lefebvre,

na acepção ampla, os homens enquanto seres sociais produzem sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. Nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido. A “natureza”, ela mesma, tal como se apresenta na vida social aos órgãos dos sentidos, foi modificada, portanto, produzida. Os seres humanos produziram formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, ideológicas (Lefebvre, 2006, p. 105-106).

O autor aponta que “o espaço social manifesta sua polivalência, sua ‘realidade’ ao mesmo tempo formal e material” (2006, p. 128). Ou seja, é um “produto que se utiliza, que se consome, ele é também meio de produção, redes de trocas, fluxo de matérias-primas e de energias que recortam o espaço e são por ele determinados” (2006, p. 128). Ao ser produzido como tal, o autor apresenta que ele não pode se separar das forças produtivas, nem da divisão do trabalho social que o modela, nem das técnicas e do saber, nem da natureza, do Estado e das superestruturas.

Percebe-se, então, que o espaço, ao ser produzido pelas ações humanas, se apresenta como um campo de forças desiguais. O autor Lefebvre (2006) aponta que as lutas de classe, bem como o Estado, transformam o espaço. Essas relações são permeadas pelo poder, o que dialoga também com o autor Claude Raffestin, que afirma: “Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais” (Raffestin, 1993, p. 158).

Ao trazermos presentes as definições do espaço por meio desses autores, percebe-se que é possível compreender e construir a geografia sob diferentes formas, o que permite dialogar com Bernardo Mançano Fernandes (2005), quando este mostra que espaço geográfico e território, mesmo que diferentes, são o mesmo. Todo “território é um espaço, nem sempre geográfico”, podendo ser também social. O espaço geográfico de uma nação é território, e em seu interior há diferentes territórios, o que Rogério Haesbaert (2004) denomina de multiterritorialidades. Sobre território trataremos mais à frente.

Se as ações humanas realizadas produzem as relações sociais e essas se apresentam como uma força desigual, parece fundamental partir de um olhar feminista para compreender a produção do espaço geográfico. Recorremos à autora Maria Lopes Reis quando nos apresenta que “discutir o conceito de gênero, a partir da construção histórica da opressão feminina dentro do contexto da sociedade de classe e no processo de organização do espaço geográfico, permite unir a categoria de gênero ao conceito de espaço” (Reis, 2015, p. 1).

A mesma autora aponta que é possível abordar as relações de gênero como agentes estruturantes na construção do espaço, e a Geografia

enquanto uma ciência que deve ampliar suas reflexões sobre essas relações, entendendo-as como parte das práticas espaciais que permite desvendar a base da organização geográfica das sociedades e a estrutura de poder entre os gêneros. Entendemos, portanto, o espaço geográfico como campo, materialidade e representação da ação humana através do trabalho no sentido amplo. Não somente como ação mecânica sobre a matéria e sua reconfiguração como objeto ou mercadoria, um trabalho percebido como ação material e imaterial. Nesse sentido, entendemos o espaço como uma projeção humana, objetivação da vida, sentido de sua existência, sendo os territórios apropriações concretas exercidas por essas ações (práxis).

Portanto, diante de tal constatação, percebe-se que o espaço produzido dentro da sociedade capitalista se encontra intensamente hierarquizado. Citamos a divisão em classes, raça, etnicidade e gênero, bem como divisão social e sexual do trabalho, o que configura a sua diferenciação política, dinâmica e multifacetada. De acordo com Reis (2015), o movimento feminista, a partir do desenvolvimento histórico geográfico, contesta a geografia hegemônica, que por sua vez é marcada por privilégios de sexo e raça.

Esse processo apresenta a relevância dos estudos feministas no campo da geografia. Na década de 1980, esses foram influenciados pela perspectiva marxista e pelo entendimento do patriarcado, vinculando as lutas de classe às desigualdades de gênero. De acordo com a autora, as geógrafas feministas dessa tendência teórica entendiam que para compreender as relações de dominação e subordinação era preciso tratar gênero de forma intrínseca às lutas de classe. Ou seja, não há como superar as formas de exploração se não considerar capitalismo e patriarcado como um sistema estruturante da sociedade.

O patriarcado é composto por relações hierarquizadas, em que seres humanos possuem poderes desiguais. Ressaltamos que o racismo precisa ser considerado como mais um elemento dessa estrutura, pelas desigualdades nas relações de raça/etnia. A posição das mesmas é contrária às ideias da universalidade do saber geográfico. Era necessário estabelecer novas versões científicas que pudessem dar visibilidade a grupos repudiados pelo conhecimento hegemônico.

Joseli Maria Silva e Márcio José Ornat indicam que, “já nos anos oitenta, há artigos envolvendo geografia e mulheres, como os trabalhos de Silva (1984) e Dantas (1987), cujas temáticas estavam voltadas para a análise do trabalho feminino na produção rural” (Silva; Ornat, 2020, p. 5).

A autora Rosa Ester Rossini (1993) também reflete sobre geografia e gênero a partir da análise da mulher, como força de trabalho no campo. Rossini salienta que o conceito de gênero ainda é um tema pouco explorado na geografia, porque a mulher não se constitui em categoria de análise nesta área. “O objeto de geografia é, em primeiro lugar, o espaço” (Rossini, 1993, p. 1). Segundo a autora, a mulher, através do seu trabalho, produz e reproduz o espaço.

Não podemos esquecer também que, as mulheres, ao longo da história, fazem parte dos processos de transformação. Nos anos de 1970 e 1980, elas têm contribuído e protagonizado diversos momentos de luta durante o período de reabertura política e democrática, em diversos países da América Latina, como indicam Silva e Ornat:

A organização feminina, foi marcante nos processos de democratização dos países latino-americanos, notadamente nos finais dos anos setenta e oitenta, trazendo a luta por direitos sexuais, civis, políticos, econômicos, jurídicos. O tradicional desprezo pela produção das geografias feministas produzidas há mais de quarenta anos e o silenciamento em torno dos privilégios de gênero nas abordagens espaciais por parte das correntes hegemônicas da geografia latino-americana acabaram sendo impossíveis de serem mantidos frente à explícita e material geograficidade das mulheres nestes últimos anos. O campo científico da geografia na América Latina foi paulatinamente sendo permeado pelas pesquisas de gênero e sexualidades, evidenciando crescimento acentuado em países como Brasil, Argentina e México, bem como o surgimento de jovens pesquisadores(as) no Equador, Colômbia e Chile (Silva; Ornat, 2020, p. 3).

Identificamos que o feminismo tem papel importante no reconhecimento da base geográfica da vida social, a qual não pode ser completamente explicada sem conhecer o contexto espacial. A partir das categorias classe, gênero e raça/etnia, elementos que compõem a luta

feminista, é possível compreender as relações sociais e de poder, estabelecidas na forma de organização do espaço. De acordo com Reis, o feminismo na Geografia permite aprender “a reconhecer a natureza pelo gênero das estruturas e padrões territoriais” (2015, p. 20).

Para a autora, a categoria gênero, com enfoque no feminismo, tem sido importante para identificar “as desigualdades materiais entre homens e mulheres em diferentes partes do mundo para uma nova convergência de interesses na linguagem, simbolismo, significado e representação” (2015, p. 20). Ao analisarmos o espaço geográfico a partir de uma perspectiva de gênero e das relações, é possível viabilizar imenso progresso na diversificação do objeto de estudo da ciência geográfica. De acordo com a autora Helena Copetti Callai,

a geografia propõe a leitura da realidade através daquilo que é específico do seu trabalho, que é o espaço construído. Um espaço territorializado que faz parte da vida das pessoas, que é por ela construído, através da sua ação, mas também considerando a sua passividade, a sua não ação. O espaço é o palco que serve de sustentáculo para as ações, mas ao mesmo tempo ele interfere, possibilitando, impedindo ou facilitando estas ações. O espaço é um território vivo (Callai, 2004, p. 4).

É nessa perspectiva do espaço como um território vivo que pretendemos seguir, ou seja, realizar um diálogo com a produção do espaço geográfico a partir dos territórios de luta e resistência feminista construídas pelas camponesas organizadas no MMC e sobre como estas compreendem o território. Portanto, parece importante apresentar alguns elementos sobre o conceito de território, as contradições e disputas que se apresentam e ao mesmo tempo identificar a resistência organizada no campo.

Território, contradições e disputas: resistência organizada pelo MMC

O território se forma no espaço, resultado de uma ação realizada pelos sujeitos que o compõem. Conforme vimos na seção anterior, essas ações são permeadas pelas relações sociais de poder, que através de sua diversidade permitem a criação de vários tipos de territórios. Para Fernandes (2005), os territórios

são descontínuos em pontos e redes, formados por diferentes escalas e dimensões. Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial (Fernandes, 2005, p. 28).

De acordo com o referido autor, “a mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade determina a construção de territórios concretos” (2005, p. 28). Entende-se, portanto, que na geografia o território é considerado uma totalidade, sendo então multidimensional. Ao ser reproduzido e materializado pelas relações sociais, ele produz espaços e territórios em movimentos permeados por conflitos, contradições e desigualdades.

Diante dessa constatação, nos perguntamos: seria o Movimento de Mulheres Camponesas um território? Como a luta e resistência feminista pode contribuir para a construção de territórios (i)materiais? Para responder essas questões é importante recorrer a Fernandes (2005), quando afirma que o espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespaciais ou socioterritoriais e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espacializados).

Pelos estudos e leituras realizadas e de acordo com Fernandes (2005), esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido *lato*, por sua materialidade, ação, estabelecimento e

dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs).

Para o autor, os movimentos socioterritoriais não apenas têm o território como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais, criando seus próprios espaços e territórios através das relações sociais ao tratar dos seus interesses.

Compreendemos, então, o movimento social como um território que está baseado em relações sociais, portanto são (i)materiais de acordo com Janaina F. S. C. Vinha (2014). A materialidade se concretiza na conquista pela terra, como um território fixo, por exemplo. A imaterialidade se constitui no projeto de sociedade que se almeja construir, por meio do pensamento, do conhecimento e da práxis¹ (teoria/prática-teoria). Portanto, é preciso compreender que, ao realizar as ações para transformação da realidade, os movimentos socioespaciais e socioterritoriais agem a partir dos espaços e dos territórios, indissociando elementos materiais e imateriais.

Fernandes (2005) enfatiza que é preciso compreender as formas de organização dos movimentos, tomando como referência o espaço, o território e o lugar, produzidos por suas ações por meio das relações sociais. Com essa compreensão, buscamos olhar para o MMC e identificar quais são os territórios produzidos pelas mulheres camponesas organizadas. Para isso, recorremos à pesquisa bibliográfica e documental realizada.

Para compreender o território que nos cerca, tanto Helleith Saffiotti (2013) como Itamara P. de Almeida e Cleidineide Pereira de Jesus (2020) chamam atenção para a necessidade de ler a realidade e, nela, a luta das mulheres, considerando as categorias de classe, gênero e raça. Michela Katiuscia Calaça possibilita compreender e apontar elementos a respeito da sociedade em que vivemos:

¹ Para um maior aprofundamento sobre a práxis, sugerimos a obra de Adolfo Sánchez-Vázquez (1980).

Partimos da compreensão de que vivemos na modernidade política: sociedade que se construiu a partir de um processo longo de transformações filosóficas, culturais e econômicas. É na construção da modernidade que ocorre a brutal acumulação primitiva (Marx, 2011; Federici, 2017) que sustentou a consolidação da hegemonia burguesa, com a implantação do capitalismo. Mas modernidade não pode ser sinônimo de capitalismo, pois ela se constrói articulando três sistemas de exploração do trabalho que se alimentam e se complementam, formando aquilo que se denomina de racionalidade moderna. São eles: a expropriação massiva dos meios de produção (terra); a exploração do trabalho das pessoas que não detêm os meios de produção pelos que as detêm; a exploração do trabalho das mulheres e sua desvalorização, com a imposição de que seja realizado gratuitamente em nome de uma suposta diferença baseada na natureza (Federici, 2019a), a partir da divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009); e a exploração do trabalho de pessoas não brancas que são inferiorizadas, seja sob o discurso da “necessidade de civilizar” os não “civilizados”, seja sob a construção da desumanização de uma grande parte da humanidade, no intuito de escravizá-las (Calaça, 2021, p. 40-41).

Nessa constatação de Calaça (2021), percebemos o quanto essa sociedade que é capitalista, patriarcal e racista opõe, explora e discrimina a classe trabalhadora, em especial as mulheres, e, de forma muito mais cruel, as mulheres negras. As mulheres camponesas organizadas, ao construírem a luta de resistência feminista, buscam compreender e considerar as relações de poder existentes na sociedade, o que as leva a entender que é preciso trazer presentes as opressões desse sistema. Sirlei A. K. Gaspareto (2018, p. 198) afirma que “é preciso analisar as relações políticas, econômicas, sociais e culturais, que em cada espaço-tempo orientam e dão sentido à vida no território”.

Para as mulheres camponesas, não é possível construir sua liberação sem olhar para a complexidade das relações que estão presentes em cada local. É a partir dessa visão que, ao recorrer às escritas de militantes do MMC, percebemos que constroem sua resistência e fundamentam seus territórios através do tripé organização, formação e lutas, e dessa forma se constituem em um movimento socioterritorial. Renata Gadelha defende que

o MMC se caracteriza como um movimento socioterritorial como definido por Fernandes (2005) e Pedon (2009), pois, em suas lutas, busca a conquista de diferentes territórios (terra, política, conhecimento, corpo etc.) e tem a sua existência condicionada à manutenção de sua territorialidade. O território é elemento fundador de suas identidades, e é na sua relação e trabalho diferenciado com a terra/natureza (espaço), a partir de seus corpos e conhecimentos próprios, que as mulheres se definem como camponesas e realizam as lutas em defesa de seus modos de vida, cultura, terra, formas de conhecimento etc. (Gadelha, 2021, p. 4).

Para o MMC, compreender melhor o espaço relacional e os fundamentos do sistema capitalista, patriarcal e racista que impõem relações de poder permite potencializar a luta por direitos. O avanço nas políticas públicas, a construção de novas relações e o fortalecimento do projeto de agricultura camponesa agroecológica trazem presente o Paradigma da Questão Agrária. De acordo com Fernandes (2005), o PQA é uma visão de mundo que acredita que os resultados de um conjunto de problemas são gerados pelo processo de acumulação capitalista e pelo desenvolvimento da agricultura e da pecuária, em particular.

Vinha (2014) aponta que na Geografia Agrária defende-se que o debate científico é um debate político-ideológico, partindo de dois paradigmas que enxergam o desenvolvimento do campo de formas distintas: Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e o Paradigma da Questão Agrária (PQA)” (Vinha, 2014). De acordo com a autora,

o PCA comprehende que o modelo de desenvolvimento do campo depende da integração ao sistema capitalista e deve correr paralelamente às estruturas de mercado e controle do Estado. As desigualdades ocasionadas pelo sistema são conjunturais e devem ser superadas por meio de políticas públicas que possibilitem a “integração” do “agricultor familiar” ao mercado capitalista. O PCA possui duas tendências: da agricultura familiar, que acredita na integração das famílias ao capital, e do agronegócio, que não acredita na agricultura familiar, entendendo-o como categoria deve ser eliminada para que o campo alcance patamares maiores de crescimento econômico e social (Vinha, 2014, p. 77).

Ainda com relação ao PCA, a autora aponta que

o método do PCA alicerça-se nos processos determinantes e dominantes do capital, transformando (metamorfoseando) o sujeito camponês para adequá-lo e inseri-lo no mercado, isto é, transformá-lo em agricultor familiar. O camponês possui cultura e economia incompleta e parcial, impossibilitando sua participação em mercados completos gerados pela economia capitalista. O futuro do camponês está na sua transformação em agricultor familiar. Abordagem econômica ganha centralidade, e o mercado é o elemento de compreensão das relações sociais, com forte destaque para a produção de mercadoria. O camponês dá lugar a um novo sujeito social, os agricultores familiares, produtores modernos, altamente tecnificados e integrados ao mercado (Vinha, 2021, p. 77).

Por outro lado, no PQA não se nega a participação no mercado, mas de acordo com a referida autora,

defende-se que ela se faça concomitante à promoção da luta pela terra e pela reforma agrária. A perspectiva está na transformação da sociedade, no enfrentamento e na superação do capitalismo, sendo a luta pela terra uma luta contra o capital. Esse paradigma possui duas tendências: da proletarização, que enfatiza as relações entre capital e trabalho, e do campesinato, que preconiza as relações sociais camponesas e os processos de luta e enfrentamento ao capital. Por aceitar a conflitualidade, o escopo de análise deste paradigma não se limita à lógica do capital. O enfrentamento a este modo de produção é condição para a (re)criação do campesinato. Pesquisas que trazem a perspectiva da luta pela terra, como movimentos sociais/socioterritoriais, assentamentos rurais, ocupações de terras, disputas territoriais, políticas públicas e manifestações, por exemplo, revelam o enfrentamento à lógica imposta. São pesquisas que não se restringem à reprodução econômica e enveredam para a reprodução da existência do campesinato enquanto sujeitos políticos, capazes de promover mudanças e transformações (Vinha, 2021, p. 77).

As autoras Iridiani Seibert e Sandra R. Rodrigues (2017) apresentam que para o capital se ampliar é fundamental aumentar o poder econômico, capitalista e imperialista. Dessa forma, para ter o controle e a concentração de todos os bens naturais contidos na terra, utilizam de meios violentos para se apropriar da terra e do território das populações indígenas, camponesas e negras, elementos esses que evidenciam a visão do PCA. As camponesas, ao contrário, entendem o território de forma diferente. Para elas, território é um lugar de reprodução da vida de forma plena, no qual seja possível viver em harmonia com a natureza, entendendo-o também como um espaço onde a construção de novas relações humanas é possível.

Para a autora Julciane Inês Anzilago, há um entendimento do território sob o olhar das camponesas, em contraponto ao capital, pois

para as monoculturas o valor é outro porque este é comercializado e recebe valor monetário, dinheiro, fazendo com que esse espaço que por algum tempo foi de produção de alimentos e diversidade, se coloca como território do capital. O capital se territorializa, entendendo o território como espaço de poder, homogeneiza e individualiza a produção e as relações de produção, se apropria da força de trabalho, do lucro da produção que se materializa na circulação. As mulheres camponesas rechaçam pelo fato de serem autônomas em sua produção de autoconsumo e domínio sobre o território utilizado, negando o capital, reafirmando a importância desses espaços de produção para reprodução familiar das camponesas (Anzilago, 2014, p. 65).

Nesse contexto de disputa e contraponto ao agronegócio, percebe-se que para as mulheres do campo e para o campesinato há muitos desafios. Rodrigues (2019) apresenta o campesinato como complexo e contraditório, com diversas abordagens. Para compreendê-lo, faz-se necessária, na atualidade, a construção teórica sobre suas formas de organização e as relações que se estabelecem no desenvolvimento do modo de produção capitalista, que se apresenta de forma hegemônica. No entanto, encontra na reinvenção, conforme já dito acima, formas de resistência, na qual camponesas(es), trabalhadoras(es) constroem alternativas para enfrentar essa realidade.

De acordo com Gaspareto (2018, p. 72), “as experiências alternativas às práticas inovadoras de agricultura e a agroecologia são consideradas realidades vivas de resistência e contraposição ao capitalismo”, e essas experiências são ressignificadas pelas mulheres camponesas em movimento. Elas recorrem a aprendizados trazidos de sua infância, buscando dar novos sentidos para construir um projeto popular de agricultura camponesa feminista.

Nos desafios que se colocam, a desigualdade no acesso à terra está presente na vida das mulheres camponesas. Nos debates realizados pelo MMC, muitas relatam que para elas destinam-se um pequeno espaço para produzir a diversidade de alimentos, plantas medicinais, frutíferas, bem como a produção de pequenos animais. Camélia (2023)², em sua entrevista, reforça isso: “Para as mulheres sobram os piores lugares na unidade de produção para produzir alimentos”. Esse espaço chamado de horta ou quintal produtivo³ pode ser identificado como o território da práxis.

De acordo com Gaspareto (2018), “as mulheres camponesas passam a dar sentido político/formativo para a “horta” e as “sementes”, a partir do programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas promovido pelo MMC em Santa Catarina. Desse pequeno território se dá a resistência e o enfrentamento ao capital que transforma tudo em mercadoria, já que as camponesas reafirmam a produção na perspectiva da agroecologia:

Assim destacamos inicialmente algumas considerações em relação aos conceitos de território tendo em vista que este/s se constitui enquanto

2 Entrevista virtual, concedida em 16 de fevereiro de 2023. O nome fictício foi escolhido pela entrevistada.

3 “Eles são a própria conexão entre teoria e prática. [...] Estamos referindo-nos a práxis, que, no caso das mulheres camponesas, se efetiva no permanente trabalho de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas, plantas e ervas medicinais, frutíferas, nativas, flores e pequenos animais. Trabalho feito e coordenada pela mulher onde se encontra grande diversidade de alimentos, saberes, conhecimentos de combinar e consorciar com arte e beleza o cultivo da biodiversidade. Ao mesmo tempo, vão estudando e qualificando-se por meio dos processos formativos permanentes” (Collet; Gaspareto, 2021, p. 6).

lugar da práxis. É um conceito que também está em disputa. É no território que interagem diferentes sujeitos e ali eles próprios fazem-se ao mesmo tempo em que vão construindo significados para suas experiências. No século XXI, elementos novos vão se colocando, na medida em que vai se construindo uma maior tomada de consciência sobre o território pelo mundo todo. Entram em cena outras concepções a partir da dimensão territorial dos processos produtivos, culturais, sociais, entre outros (Gaspareto, 2018, p. 196).

No processo de tomada de consciência, da construção de novas relações, é que as mulheres, ao enfrentar o patriarcado, também enfrentam o modelo de produção. Conforme Catiane Cinelli, “essa resistência acontece a partir da organização no Movimento de Mulheres Camponesas, a qual podemos conceber como um espaço-tempo da libertação” (Cinelli, 2012, p. 53). Segundo Gaspareto, “as mulheres camponesas em movimento começaram a estudar e a discutir sobre os modelos de desenvolvimento da agricultura”.

Assim, partindo do “território das mulheres”, foi feito o enfrentamento com projetos do capital que repercutiram no pensar/fazer em seus espaços camponeses e rurais (Gaspareto, 2018, p. 148). De acordo com Vinha, podemos afirmar que o conhecimento, o pensamento e a produção das ideias são elementos da imaterialidade, dimensão que constituem os territórios. E estes estão intimamente conectados à realidade material, contida nos modelos de desenvolvimento para o campo. Gaspareto (2018) afirma que as múltiplas vozes, saberes e experiências das mulheres sempre coexistiram em seus territórios. Assim, as camponesas constroem relações a partir da totalidade, compreendendo-se como parte de um todo.

Entendem, então, o território como um espaço de disputa cotidiana na vida das mulheres, o que se apresenta também na entrevista realizada com Anatália (2022)⁴:

4 Entrevista concedida de forma virtual em 22 de abril de 2022. Anatália Melo Alves, militante do PCBR, lutou contra a ditadura e foi assassinada no Dops. Esse nome foi escolhido pela entrevistada.

Se pensar no território como um espaço, né, como, é, ali que a luta se constrói, é ali que as mulheres se constroem feministas, é ali que elas vão construindo a experiência que a gente chama de feminismo camponês popular.

De acordo com Anzilago (2014, p. 40),

no decorrer do tempo e com as experiências implantadas na prática de luta e de resistências das camponesas, as mulheres vão construindo a resistência ao modelo do agronegócio e pelos territórios soberanos, construindo novos valores, assumidos pelas mulheres e forçando a mudança na sociedade.

Sob esse aspecto, o próprio território torna-se resistência camponesa “quando a sua forma-conteúdo contrapõe-se à forma-conteúdo do agronegócio” (Gaspareto, 2018, p. 148), e é nesse lugar que se “enfrentam as amarras do patriarcado”, quando defendem a vida por meio da alimentação saudável, entre outros. “São microrresistências”⁵.

Percebe-se que construir as microrresistências para as mulheres organizadas em movimento exige posicionamento firme de enfrentamento às transnacionais, “que invadem o território nacional, desterritorializando povos, culturas, saberes. No oito de março de 2006, ocorreu a ação da Aracruz Celulose em Barra do Ribeiro – Rio Grande do Sul” (Gaspareto, 2018, p. 149), considerada, conforme veremos mais à frente, como uma das ações mais audaciosas construída pelas mulheres camponesas em defesa de seus territórios, culturas e modos de vida.

Edcleide R. da Silva e Deborah M.S. Santos (2020), ao escreverem sobre as lutas camponesas, em especial as Ligas Camponesas, apresentam o território na dimensão geográfica. As autoras afirmam que o campo herda a marca das relações capitalistas, patriarcais e escravocratas e fazem referência ao poder do coronelismo, da política de cabresto, do uso da força praticadas nos engenhos e canaviais, relações que no

5 As microrresistências podem ser entendidas como a possibilidade de conquistar o acesso à terra. Quando conquista o poder de planejar e decidir o que, como, para quem, quanto plantar (Taborda; Cinelli; Collet, 2021, p. 7).

decorrer dos tempos se redimensionaram, se refinam, se reproduzem no cotidiano e pesam sobre as mulheres.

As autoras, ao apresentarem essa compreensão, trazem a importância da conscientização sobre as raízes da violência, da dominação, da discriminação. Percebe-se que esse entendimento contribui para que no MMC sejam organizadas e protagonizadas lutas de denúncia e enfrentamentos às estruturas sociais que sustentam o papel secundário da mulher e dos povos do campo, da floresta e das águas. Ao mesmo tempo, são traçadas lutas de resistência feminista como formas de enfrentamento ao modelo de sociedade vigente.

Almeida e Pereira de Jesus (2020) também refletem sobre essa concepção de sociedade e apresentam o território como espaço de viver. Apontam que a luta das mulheres se dá nessa sociedade que não só explora o trabalho, os bens naturais, as sementes, a terra, os corpos, os territórios, mas também faz deles mercadorias com objetivo de lucrar cada vez mais, o que reforça a produção da desigualdade.

As autoras Edcleide R. Silva, Gabriela Santos, Glaciene Pereira e Margarida Santos (2020), ao analisarem o território a partir dos povos originários e das mulheres, entendem a terra como território sagrado, herdado da ancestralidade. Apontam para valores imateriais que propõem significados de sustentação e reprodução do viver-bem. Afirmam que, “enquanto Movimento de Mulheres Camponesas, somos contra o genocídio indígena e temos essas mulheres como exemplo de luta, de resistência e de construção de uma sociedade pautada na defesa do território e da soberania alimentar, livre da repressão neoliberal, monopolizada e latifundiária” (Silva *et al.*, 2020, p. 60).

A importância da mulher camponesa, em movimento, e sua atuação no MMC, nos faz apresentar uma afirmação de Ana Ester Ceceña, quando salienta:

A maioria dos movimentos na atualidade encontra seu sentido no território e é desse lugar que se subeleva. O território como espaço de inteligibilidade do complexo social em que a história é traçada do inframundo até o cosmos e abrange todas as dimensões do pensamento, a sensibilidade e a ação. Lugar onde reside a história que vem de longe para nos ajudar a

encontrar os caminhos do horizonte. Desse lugar onde a terra adquire forma humana e toma corpo nos homens e mulheres, os da cor da terra, [...] de milho, de mandioca, de trigo e arroz. Do território cultural, do território complexo onde são geradas as práticas e as utopias, os sentidos da vida e da morte, os tempos e os universos de compreensão. É aí onde se constrói a esperança, onde são rasgados os sonhos quando não se consegue mantê-la (Ceceña, 2008, p. 36).

Essa constatação de Ceceña nos leva a entender o território como o lugar em que a história se dá. Nesse sentido, torna-se o espaço no qual se vivenciam as relações mais profundas de conexão da vida em todos os sentidos. Parece-nos ser um diferencial do Feminismo Camponês Popular no MMC, pois é nesse construir de uma sociedade transformada, a partir de novas relações entre as pessoas e de harmonia com a natureza, que as mulheres camponesas se contrapõem à sociedade capitalista, patriarcal e racista.

Enfrentam o capitalismo no campo o qual enxerga os bens naturais, terra, água, minérios, fauna, flora como possibilidades de exploração e acumulação de riquezas. Compreendem que o território é um lugar de conflito e enfrentamento, ao mesmo tempo de direito ao bem-viver. Nesse sentido, as mulheres camponesas em seus territórios compreendem a vida como uma totalidade, imprimindo uma forma própria de ser e construir novas relações.

Nessa luta entendem o território como processo, um campo de forças e um lugar de exercício das contradições. “É assim que o território vai sendo reconfigurado. Não podemos negar que as grandes empresas transnacionais continuam invadindo os territórios” (Gaspareto, 2018, p. 201).

Concordamos com a referida autora, ao afirmar que somente um processo com capacidade de mexer e alterar as consciências, que é feito na práxis, apresenta possibilidades de transformações/mudanças. “Ele se dá na contradição. Divide pessoas, grupos, famílias. Explicita interesses, concepções, saberes, conhecimentos, projetos de vida e de sociedade. Se efetiva na defesa do território, pois é nele que a vida se faz” (Gaspareto, 2018, p. 224).

A forma como as mulheres fazem a luta é diferente da dos homens, pois há outra relação de acordo com Anatália (2022):

A gente faz todas as lutas que a vida no campo, na floresta e nas águas nos obriga a fazer, né, a luta em defesa dos territórios, pelas sementes, pela agroecologia, porque acho que, que é diferente e aí talvez marcar essa coisa das lutas que as mulheres fazem muitas vezes é a forma e o conteúdo do que a gente faz, eu acho que uma mulher não luta por reforma agrária da mesma forma que o homem, por mais que ocupe a terra, aqui essa luta tem um impacto e um significado diferente na nossa vida, é quando a gente tá debatendo agroecologia, tá propondo experiências, tá é resgatando sementes, eu acho que o debate das sementes mostra muito isso, assim, não é, qualquer coisa é sempre uma luta por isso, mais o enfrentamento do machismo, mais o enfrentamento muitas vezes entre inclusive os companheiros nas relações.

O excerto apresentado acima mostra a realidade concreta das mulheres no fazer da luta, pois ao enfrentarem o capitalismo, precisam igualmente enfrentar o machismo e o racismo, pois há uma relação intrínseca na estrutura capitalista, patriarcal e racista da sociedade.

Há uma relação dialética e necessária entre as lutas de classe, gênero e étnico racial. Se por um lado, a construção de uma sociedade socialista que somente considere o fim da propriedade privada e a socialização dos meios de produção, sem eliminar as hierarquias de poder nas relações entre mulheres e homens, e as opressões étnico/raciais, será uma revolução pela metade, pois a luta de classe não é suficiente para erradicar todas as formas de violência e discriminação na sociedade (Seibert, 2019, p. 152).

Nesse fazer diferente e enfrentar, o cuidado com as sementes e com a agroecologia é fazer a luta dentro da própria casa, mas também defender a identidade, a cultura, os valores, e nisso as mulheres têm uma sensibilidade maior, aponta Violeta (2022)⁶:

⁶ Entrevista concedida de forma virtual em 30 de abril de 2022. Nome fictício escolhido pela entrevistada.

Defender a nossa própria identidade das mulheres do campo, esse reconhecimento, dentre outras coisas, a nossa cultura, alguns costumes, né, que tão inseridos dentro da nossa cultura camponesa, o resgate também disso que tá se perdendo é, a própria questão das sementes, resgates dessas sementes, é, eu vivo uma situação que aprendo muito e que eu vejo o quanto nós mulheres temos uma sensibilidade para determinadas coisas que os homens não têm, aqui em casa, a, a, minha mãe, não deixa meu pai usar o veneno para limpar o quintal e precisa defender isso aqui dentro de casa, né, é uma luta muito grande, porque por ele, ele mete veneno em tudo e não tá nem aí, e ela diz não, aqui você não vai colocar veneno, então é só um exemplo, né, de como a gente tá o tempo todo, né, construindo as nossas ações dentro dos nossos espaços, né, começando dentro da própria casa.

Os aspectos apresentados trazem elementos de como as mulheres se compreendem nessa sociedade. Destacamos o fazer-se da consciência pela luta nos processos formativos, organizativos que possibilitam essa mulher camponesa pensar sobre si, o meio, as relações de poder. Esse transformar nos espaços do território vai resultando e sendo evidenciado em mudanças que passam por outras compreensões de sociedade, na medida em que vão construindo suas bandeiras de resistência feminista camponesa popular e vão desconstruindo concepções, olhares e práticas.

As mulheres, de forma organizada, pautam a luta por direitos, por emancipação, pelo enfrentamento de todas as formas de violência e discriminação. Constroem, elaboram e defendem políticas públicas que permitem fortalecer cada vez mais o projeto popular de agricultura camponesa agroecológica feminista. Esse projeto é pautado na defesa das sementes, da água, da sociobiodiversidade, ou seja, a defesa do ambiente como um todo, territórios das mulheres camponesas, pois tudo isso diz respeito a suas/nossas vidas. Pela condição de gênero, se revelam outras preocupações, reverberando na construção de territórios (i)materiais que congregam saberes e práticas assentados em preceitos feministas e agroecológicos na luta por uma sociedade mais digna e justa.

Compreendemos, portanto, que todas as ações construídas pelas mulheres camponesas ao longo da trajetória de mais de 40 anos constituem-se em territórios (i)materiais do MMC. Entre eles citamos as marchas, abaixo-assinados, entrega de pautas, acampamentos, reuniões, entre outros que resultaram na conquista de direitos sociais. A agroecologia, a produção de alimentos saudáveis e diversificados a partir dos quintais produtivos e a denúncia da problemática do agronegócio (ação na Aracruz Celulose 2006) resultaram num projeto popular de agricultura camponesa agroecológico feminista.

A produção científica militante, “territórios das mulheres”, o conhecimento produzido pelas mulheres do MMC é um importante tipo de território, portanto, todas as ações permitem superar a compreensão do território como uno, singular e imutável. Chamamos a atenção para a importância desses territórios (i)materiais (Vinha, 2013) que, no caso das mulheres do MMC, vêm sendo baseados no Feminismo Camponês Popular. “Não são territórios porque lutam por um pedaço de terra ou teto, mas porque estabelecem relações de poder ao disputar poderes explicativos sobre o espaço” e, ao se materializarem na pesquisa, apresentam posturas “político-ideológicas na interpretação do espaço agrário” (Vinha, 2014, p. 5).

Nesse sentido, as mulheres camponesas em seus territórios buscam entender a vida como uma totalidade, na medida em que vão imprimindo uma maneira própria de ser e construir novas relações. Nessa luta, pensam o território como processo, um campo de forças e um lugar de exercício das contradições a partir do Feminismo Camponês Popular.

Considerações finais

Este trabalho fez uma reflexão acerca da produção do espaço geográfico por meio das teorias feministas e da construção de espaço e território a partir do Movimento de Mulheres Camponesas. Nossa pretensão foi dar voz e visibilizar a ciência produzida pelas mulheres. Ciência essa que possibilita construir estratégias de luta diante dessa sociedade fortemente marcada pela cultura patriarcal, racista e capitalista.

Identificamos que o feminismo tem papel importante no reconhecimento da base geográfica da vida social, a qual não pode ser completamente explicada sem conhecer o contexto espacial. A partir das categorias classe, gênero e raça/etnia, elementos que compõem a luta feminista, é possível compreender as relações sociais e de poder e as desigualdades existentes entre homens e mulheres estabelecidas na forma de organização do espaço.

Ao analisarmos o espaço geográfico a partir de uma perspectiva de gênero e das relações, é possível viabilizar imenso progresso na diversificação do objeto de estudo da ciência geográfica, pois ela propõe a leitura da realidade através do espaço construído, entendendo-o como um território vivo um espaço de contradições e disputas. Um lugar de conflito e enfrentamento, ao mesmo tempo de direito ao bem-viver. O fazer-se da consciência pela luta nos processos formativos, organizativos que possibilitam a essa mulher camponesa pensar sobre si, o meio, as relações de poder. Esse transformar nos espaços do território vai resultando e sendo evidenciado em mudanças que passam por outras compreensões de sociedade, na medida em que vão construindo suas bandeiras de resistência feminista camponesa popular e vão desconstruindo concepções, olhares e práticas.

De forma organizada, elas pautam a luta por direitos, por emancipação, pelo enfrentamento de todas as formas de violência e discriminação. Constroem, elaboram e defendem políticas públicas que permitam fortalecer cada vez mais o projeto popular de agricultura camponesa agroecológica feminista. Pela condição de gênero, se revelam outras preocupações. Portanto, as mulheres camponesas em seus territórios buscam entender a vida como uma totalidade, na medida em que vão imprimindo uma maneira própria de ser e construir novas relações. Nessa luta, pensam o território como processo, um campo de forças e um lugar de exercício das contradições a partir do Feminismo Camponês Popular, reverberando na construção de territórios (i)materiais que congregam saberes e práticas assentados em preceitos feministas e agroecológicos na luta por uma sociedade mais digna e justa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Itamara; JESUS, Cleideneide Pereira de. Feminismo camponês popular: uma abordagem antirracista. In: MEZADRI, Adriana Maria et al. (org.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 75-85.
- ANZILAGO, Julciane Inês. **Mulheres Camponesas em Movimento:** sua organização e resistência no assentamento Fernando Silva em Porangatu – Goiás. 2014. 86 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Julciane Inês Anzilago-Presidente Prudente [s.n.], 2014.
- CALAÇA, Michela Katiuscia. **O feminismo camponês popular:** resistência e revolução / Michela Katiuscia Calaça. – Campina Grande, 2021. 452 f.: il. Color. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.
- CALLAI, Helena Copetti. O estudo do lugar como possibilidade da construção da identidade e pertencimento. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/HelenaCallai.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.
- CECEÑA, Ana Esther. Sujeitando o objeto de estudo, ou da subversão epistemológica como emancipação. In: CECEÑA, Ana Esther (org.). **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- CINELLI, Catiane. **Programa de sementes crioulas de hortaliças:** experiência e identidades no Movimento de Mulheres Camponesas. 2012. 113 p. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), Ijuí, 2012.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA**, São Paulo, Presidente Prudente, ano 8, n. 6, p. 24-34, jan./jun. 2005.
- GADELHA, Renata Rocha. História e Lutas da Territorialização do Movimento de Mulheres Camponesas de Minas Gerais. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 158-184, 2021.
- GASPARETO, Sirlei A. K. **Pedagogia da semeadura:** a construção de saberes pelo Movimento de Mulheres Camponesas no Programa de Sementes Crioulas. São Paulo: Editora Dialogar, 2018.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006.

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.
- REIS, Maria Lopez. Estudos de Gênero na Geografia: uma análise feminista da produção do espaço. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 11-34, jul./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2015.29067>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/29067>. Acesso em: 22 mar. 2023.
- ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, SP, v. 23 (Supl. 1), 1-58, 1993.
- SAFFIOTI, Heleith. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. São Paulo: Editora Expressão Popular. São Paulo, 2013. 528 p.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.
- SEIBERT, Iridiani Graciele. **Feminismo camponês popular:** contribuição das mulheres camponesas na luta de transformação social. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparados Sobre as Américas) – Programa de Pós-graduação de Estudos Comparado para as Américas, Ciências Sociais, Universidade de Brasília/UnB, Brasília, 2019.
- SEIBERT, Iridiani Graciele; RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. A aproximação teórica entre o feminismo camponês e popular e o marxismo latino-americano. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 2017, Curitiba. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em:
- SILVA, Edcleide da Rocha; SANTOS, Gabriela Maria Cota dos; PEREIRA, Glaciene Vareiro; SANTOS, Margarida de Oliveira dos. Mulheres indígenas em defesa do território e da identidade. In: MEZADRI, Adriana Maria et al. (org.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 49-61.
- SILVA, Edcleide da Rocha; SANTOS, Deborah Muriele Sousa. As ligas camponesas e a luta que marca os Movimentos do Campo. In: MEZADRI, Adriana Maria et al. (org.). **Feminismo camponês popular:** reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2020. p. 63-73.
- SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José. Geografias feministas na América Latina: desafios epistemológicos e a decolonialidade de saberes. **Journal of Latin American Geography** [s. l.], v. 19, n. 1, p. 163-171, jan. 2020.
- VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. Temas e paradigmas da geografia agrária: análise sobre a produção Paulista. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: https://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404476538_ARQUIVO_Janaina_ENG_2014.pdf. Acesso em: 9 set. 2023.

TITULAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO?

**Estudo do assentamento
Encruzilhada Natalino-RS**

LEANDRO FEIJÓ FAGUNDES

BERNARDO MANÇANO FERNANDES

Quais os significados da titulação dos assentamentos de reforma agrária? São processos que possibilitam o acesso ao Título de Domínio em que as famílias passam a ser proprietárias de seus lotes. O desejo de possuir um documento que garanta a propriedade pode significar a perda da terra. Essa contradição pode ser o começo da desterritorialização, ou seja, da expropriação e reconcentração da terra. Este é um tema fundamental para quem sempre lutou pela reforma agrária, ou seja, tanto para muitas famílias que lutaram pela terra quanto para o MST. Este artigo tem como referência a dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (Ippri) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia, no ano de 2024. Com este texto pretendemos contribuir com a compreensão das razões, motivações e consequências dos processos de titulação em áreas da reforma agrária, tendo como estudo de caso o assentamento Encruzilhada Natalino.

O assentamento Encruzilhada Natalino é uma referência na história do MST e da reforma agrária. São lutas de mais de meio século

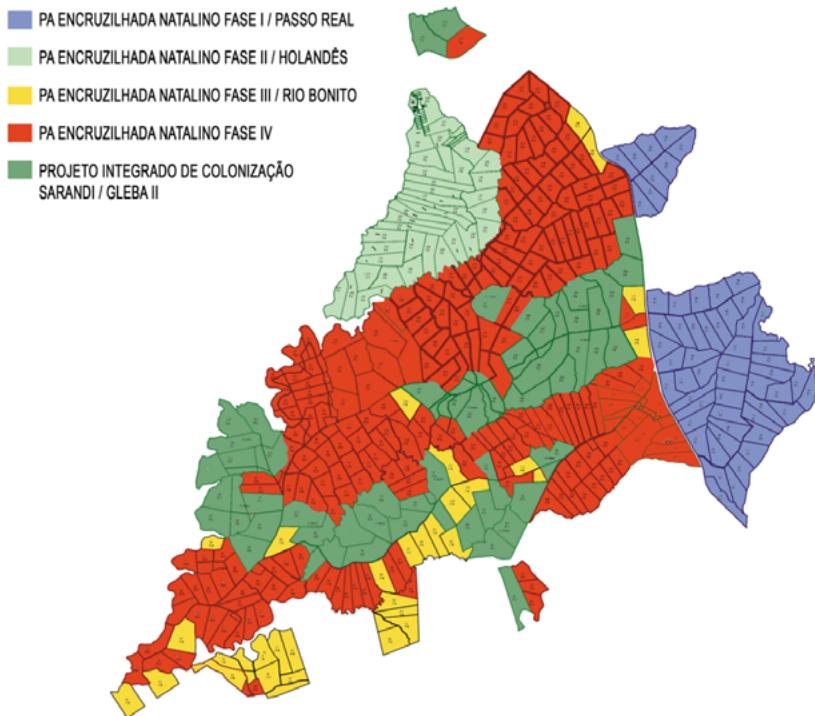
pela democratização do acesso à terra, que estão em risco de reconcentração. As lideranças do MST têm debatido o problema da reconcentração da terra porque é a instituição que mais atua para a realização da reforma agrária. A história da reforma agrária no Brasil tem sido a história da luta pela terra, que agora, com as atuais políticas de titulação, passa a ser também a luta de resistência na terra. A luta pela reforma agrária em nosso país territorializou entre a década de 1980 e o ano de 2024 em torno de 80 milhões de hectares (Fernandes, 2013), com assentamento de aproximadamente 1 milhão de famílias. Os resultados apresentados neste trabalho comprovam que é urgente repensar o processo de titulação de terras dos assentamentos de reforma agrária para evitar uma rápida reconcentração. É necessário um debate nacional sobre os tipos de títulos para evitar o efeito perverso de querer ter o domínio e perder a terra. Este é um trabalho necessário para o desenvolvimento territorial do nosso País com a defesa da reforma agrária.

Assentamento encruzilhada natalino

O assentamento Encruzilhada Natalino¹ localiza-se nos municípios de Sarandi, Coqueiros do Sul e Pontão, no estado do Rio Grande do Sul, onde estão assentadas 354 famílias. Esse território foi criado pelo Incra em 1986 após a ocupação da Fazenda Annoni em 1985 por 1.500 famílias vinculadas ao MST. Entretanto, o processo de territorialização para o estabelecimento do assentamento definitivo de todas as famílias durou oito anos e está dividido em quatro “Fases”. No mapa 1, demonstramos a territorialização das famílias conforme a fase. Informamos que o assentamento envolve o Projeto Integrado de Colonização (PIC) Sarandi Gleba II, criado no ano de 1975 pelo Incra, com 58 famílias, que foram desalojadas pela instalação da barragem do Passo Real. Essas famílias não fizeram parte desta pesquisa.

¹ Para conhecer mais esta luta, que se tornou referência para o MST, ver Fernandes, 2000, p. 54-60; Stedile e Fernandes, 2005, p. 24-39; Fernandes, 2023; Fagundes, 2024.

**Mapa 1 – Distribuição espacial das fases do assentamento
Encruzilhada Natalino e PIC Sarandi – Gleba II**



Fonte: Base cartográfica do Incra, elaboradA no ano de 2023 por Leandro F. Fagundes.

As primeiras 57 famílias, assentadas em janeiro de 1987, são consideradas Fase I do PA Encruzilhada Natalino e assim como as do PIC Sarandi, também são oriundas da Barragem do Passo Real, não tendo vínculos com o MST; na Fase II, de maio de 1987, foram assentadas 35 famílias ligadas ao MST, que formam atualmente a Comunidade Novo Sarandi; na Fase III, ainda em 1987, foram assentadas 30 famílias compostas por ex-empregados da fazenda, filhos de parceiros e arrendatários que moravam no interior da área; não tendo ligação com o MST, essas famílias estão distribuídas no assentamento, mas a maior parte delas forma atualmente a Comunidade Rio Bonito; por último, foi a Fase IV, que ocorreu somente em março de 1993, com 232 famílias organizadas pelo MST. Esta última fase é formada por quatro

comunidades: 81 famílias formam a Comunidade 16 de Março, 63 famílias formam a Comunidade Santa Lúcia, 43 famílias formam a Comunidade Nossa Senhora Aparecida e 45 famílias formam a Comunidade Nossa Senhora de Fátima. Na Tabela 1 destaca-se a distribuição das famílias que são objetos da pesquisa, conforme as fases, comunidade e município.

**Tabela 1 – Distribuição das famílias no assentamento
Encruzilhada Natalino**

Fase	Ano	Comunidade	Município	Família
I	1987	Passo Real	Pontão-RS	57
II	1987	Novo Sarandi	Sarandi-RS	35
III	1987	Rio Bonito	Coqueiro do Sul-RS e Pontão-RS	30
		16 de Março	Pontão-RS	81
IV	1993	Santa Lúcia	Pontão-RS e Sarandi	63
		Nossa Senhora Aparecida	Pontão-RS	43
		Nossa Senhora de Fátima	Pontão-RS	45
Total de famílias				354

Fonte: Organizada pelo autor, 2023.

O processo de titulação no assentamento encruzilhada natalino

O primeiro momento de títulos emitidos no assentamento Encruzilhada Natalino, que ainda está em curso, ocorreu em 2001 durante o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999 a 2002). O discurso governamental nesse momento era emancipar os assentamentos mais antigos, tendo como justificativa a falta de recursos e a pouca estrutura operacional do Incra. O critério adotado para emancipar as famílias, levava em consideração principalmente o tempo de existência do assentamento, acreditando que nos assentamentos mais

antigos já havia acontecido a liberação de créditos às famílias e instalação de infraestrutura nas comunidades.

Para convencer o MST, o governo cogitava a possibilidade de criar novos assentamentos, pois caberia no orçamento futuro da instituição. O governo Fernando Henrique chegou a emitir títulos de forma isolada no PA Encruzilhada Natalino. Contudo, devido à pressa do Incra em realizar a emancipação do assentamento, descuidou-se de procedimentos necessários para concretizar a ação. Um desses procedimentos foi o nivelamento das informações junto aos cartórios de registro, pois havia discordância entre os cartórios de Passo Fundo, Sarandi e Carazinho na forma de regularizar o Título de Domínio.

Muitas famílias que solicitaram o título de domínio nesse período (2000/2001) não conseguiram cumprir com os pagamentos anuais, devolveram o título ou não o retiraram no correio, um dos meios pelos quais era emitido o documento no período. O processo de titulação teve várias ações das famílias até 2007, e essa demanda veio com mais força a partir de 2015, com várias famílias solicitando mais de uma vez ao Incra. Isso ocorreu pela insegurança das famílias em não conseguir pagar, aliada aos problemas enfrentados nos trâmites burocráticos. Nesse período, as famílias interessadas tiveram apoio integral da prefeitura de Pontão, que passou a orientá-las para resolução dos problemas. Esse movimento político pró-titulação, aliado a processos judiciais promovidos por algumas famílias contra o Incra, impulsionou o processo de titulação.

O segundo momento aconteceu com o golpe que retirou a Presidenta Dilma da presidência da República e a entrada de Michel Temer (2016 a 2018). O governo Temer, na tentativa de acelerar as titulações, revisou os procedimentos para conceder o Título de Domínio, colocando como prioritário para as áreas da reforma agrária, e retirando o direito de escolha do assentado entre o Título de Domínio (TD) e a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), o que era permitido antes de 2017. Esse governo, através do Projeto de Lei de Conversão – PVL 12/2017 – se livra da obrigatoriedade de cumprir com a infraestrutura de acesso a estrada, luz, crédito instalação, entre outras metas necessárias às comunidades. Outra alteração prevista diz respeito ao

prazo mínimo de 10 anos, que impedia a família titulada de vender a terra. Com a PVL 12/2017, passou a contar, não mais a partir da emissão do Título de Domínio, e sim a partir do Contrato de Concessão de Uso (CCU) que a família recebe no momento em que aderiu ao Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

O Incra exige o cumprimento da lei que prevê a titulação, contudo, os servidores do Incra admitem que “a forma como procedeu-se nos últimos anos foi atropelada, principalmente nos governos Temer e Bolsonaro” (Informação verbal)². Nesse cenário de disputa encontram-se as interpretações dos agentes públicos executores da política pública. Os servidores do Incra-RS têm diferentes interpretações a respeito da titulação, e embora esteja prevista em lei, a maioria dos funcionários se preocupa com a condição real de renda e infraestrutura das famílias e consideram isto um elemento importante para definir a titulação de um assentamento(Informação verbal)³.

A maior parte das famílias do PA Encruzilhada Natalino cumpriam com esses requisitos, como acesso ao crédito de instalação (moradia, investimento produtivo) e infraestrutura social (sede comunitária, escola, posto de saúde, estradas, acesso a água). Nesse sentido, a maioria dos servidores do Incra-RS concordavam com a titulação do PA Encruzilhada Natalino. Entretanto, há servidores que manifestam a preocupação sobre o futuro dessa área. Alguns acham que o mercado de terras pode absorver reconcentrando terra, mas isso faz parte do processo. Outros servidores trazem a dimensão do perigo que pode significar para a sociedade brasileira e consideram que o Estado deveria impedir a reconcentração. (Informação Verbal)⁴

Quando perguntado ao servidor do Incra sobre os mecanismos previstos para evitar a re-concentração de terra, a resposta foi que “somente consta uma barreira cartorial, prevendo na futura matrícula uma

2 Informação mencionada pelo servidor 01, durante entrevista no dia 06/03/2023 na sede do Incra-RS.

3 Informação mencionada pelos servidores 01 e 02, durante entrevista no dia 06/03/2023 na sede do Incra-RS.

4 Informação mencionada pelos servidores 01, 02, 03 e 04, durante entrevista no dia 06/03/2023 na sede do Incra-RS.

vedaçõ^o⁵. Tal vedaço é a única forma de evitar a incorporação desse imóvel, fruto do PNRA, a uma outra área superior a quatro módulos fiscais, ou a reconcentração de lotes até quatro módulos fiscais. Segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural, os municípios de Coqueiros do Sul e Pontão o módulo fiscal corresponde a 16 hectares, portanto, até 64 hectares poderia estar numa matrícula, e no município de Sarandi, o módulo fiscal é de 20 hectares, o que corresponde a 80 hectares.

O MST procurou alertar a sua base assentada dos perigos da titulação, colocando o seu ponto de vista sobre o processo em curso. Todavia, a intenção da direção do MST de trazer informações para as famílias foi atropelada pelo discurso fácil da propriedade privada, defendida veementemente por aqueles que desejavam o título. Para as lideranças do MST, o debate sobre a titulação poderia produzir uma condição de superação do problema da insegurança jurídica que se tem com o Contrato de Concessão de Uso. As famílias mais humildes sempre sofreram para garantir a posse da terra no Brasil, seja por ameaças, pelos grandes proprietários ou pela pressão econômica. Para o MST, a proposta do governo criou uma falsa segurança nas famílias de que com a matrícula em seu nome a terra é delas e ninguém vai tirá-la.

O Título de Domínio para a Direção Estadual do MST-RS não resolve o problema da reforma agrária, pois acaba criando um estímulo à venda, ao colocar essas áreas no mercado de terras. Tal estímulo se complementa com a política pública voltada à produção de *commodities* agrícolas, que necessitam de extensão de áreas para viabilizar-se. Para o MST, a dimensão da reforma agrária, além de contribuir para democratizar a terra, permite acesso ao trabalho, devolvendo ao povo seu próprio território, por isso defendem a CDRU, mantendo a terra como pública, o que ajuda a preservar a soberania do país. É por isso

5 Conforme artigo 22 da Lei n. 8.629/1993, artigo 34 do Decreto n. 9.311/2018 e o artigo 25 da Instrução Normativa do INCRA n. 97/2018, procedo à presente averbação para dizer que o imóvel desta matrícula, por se tratar de lote decorrente de Projeto de Assentamento da Reforma Agrária, não poderá ser incorporado ao outro imóvel rural cuja área final ultrapasse 04 (quatro) módulos fiscais (retirado da certidão emitida pelo Registro de Imóveis, ano 2022).

que o MST defende um título sobre o lote, com direito à herança, mas que a venda seja proibida (Entrevista 05)⁶

A titulação e seus efeitos no território

Atualmente, há questões no PA Encruzilhada Natalino que não são contempladas pela atual legislação da titulação, como por exemplo transmitir títulos para áreas coletivas. No caso das cooperativas de produção coletivas, as parcelas/lotes só podem ser tituladas individualmente, gerando um problema a ser resolvido, pois não existe forma de dividir aquilo que está consolidado coletivamente,

O Incra, baseado na legislação atual, coloca que todas as parcelas consideradas oficialmente como coletivas ou comunitárias, quer sejam de produção, lazer, uso religioso, preservação ambiental ou outra natureza, são objeto de ofício à prefeitura local, e a legislação atual não prevê a doação para cooperativa ou associação local. Isto é um obstáculo às famílias que possuem bens coletivos, gerando um impasse na comunidade.

Outra situação que merece cuidado nas áreas reformadas são as APPs, estas, segundo o Incra-RS, devem ser incorporadas quando do parcelamento do solo do PA ou quando da atualização do georreferenciamento ao lote(s) lindeiro(s). Já as áreas de reserva legal também devem ser, preferencialmente, incorporadas aos lotes lindeiros. Quando isto não for possível, deverão compor parcela/lote individual a ser cedido a uma associação, destinado para Unidade de Conservação, ou ainda para constar como fração ideal no TD individual. O que, na visão do MST, pode em determinados casos onerar a família, se a área tiver passivo ambiental.

A questão da titulação não era propriamente debatida internamente no assentamento; por outro lado, o governo federal buscava titular e essas ações vinham ao encontro de algumas famílias assentadas. Nas entrevistas, percebeu-se que algumas questões proporcionaram a titulação, entre elas: A existência de compra e venda⁷ de lotes, a titulação facilita

6 Entrevista realizada no dia 14/03/2023, com liderança Estadual do MST-RS

7 Existem famílias que saíram da área indígena e compraram lote de terra na Annoni após a implantação do assentamento e outros casos de troca mediante resarcimento de investimentos.

esta operação; famílias que não tinham sucessão familiar, com idade avançada; e a insegurança jurídica sobre o lote, pois teve momentos que o Incra colocou todos que têm alguma atividade remunerada fora da propriedade, como professor, vereador, entre outros, em situação irregular, sendo ameaçados de perderem o lote.

Para a maioria das famílias, o título de domínio não interferia na sua vida camponesa, a exemplo de um grupo familiar que foi assentado no PA Encruzilhada Natalino (Comunidade 16 de Março), e nunca foram interessadas em participar dos processos organizativos do assentamento, tendo uma lógica mais tranquila de conduzir a vida: desenvolviam suas atividades para a subsistência, pescavam, caçavam, vendiam o excedente, bem ao contrário das outras famílias que estavam buscando atividades econômicas. Tais famílias eram de certa forma discriminadas pelas demais, um preconceito pela lógica de condução da vida. Estes nunca cogitaram vender a terra ou buscar títulos. Os filhos casaram, alguns saíram e retornaram, construíram casas na área dos pais e permanecem na mesma lógica. Atualmente, alguns integrantes dessas famílias trabalham no frigorífico da Cooptar, integrando-se na comunidade (relato de entrevista/informação verbal transcrita pelo autor)⁸.

Todavia, para outras famílias a titulação poderia contribuir com a tomada de créditos. Durante a pesquisa, verificou-se que montantes de recursos superiores a R\$ 80.000,00⁹ as famílias não conseguiam financiar, tendo dificuldades de dar garantias aos agentes bancários, mesmo que a maioria das famílias desejasse a titulação, significando para elas uma garantia material do bem.

As famílias entrevistadas temem pela concentração da terra, pois percebem que aos poucos o assentamento vai ficando com menos famílias, seja pelo processo de arrendamento aliado à troca de residência fixa para a cidade, seja pela venda do lote e saída em definitivo da área.

Para as famílias que tinham interesses específicos de aumentar sua área produtiva ou se desfazer dela veio a titulação, sendo

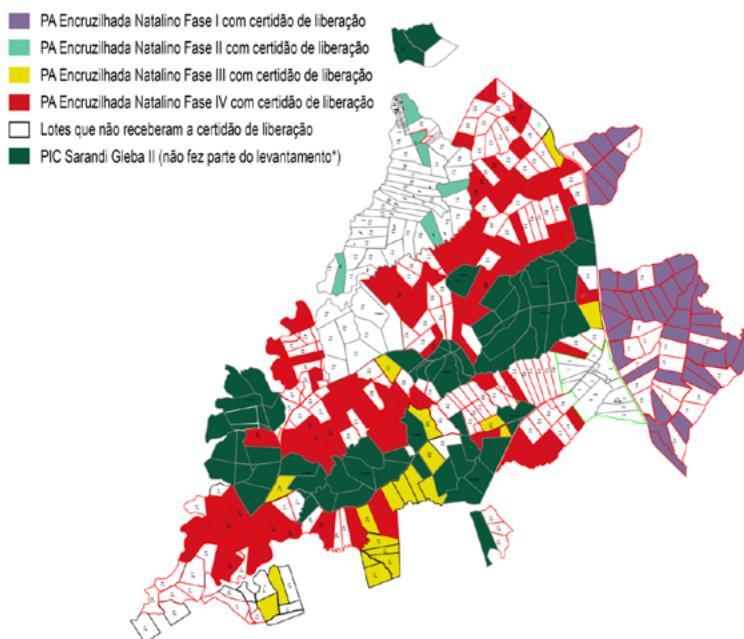
⁸ Trabalho de campo realizado no dia 01/04/2022.

⁹ Valores reajustados para o momento da pesquisa.

manifestado o seu interesse junto ao Incra em várias oportunidades. Também os agentes externos ao assentamento, como a prefeitura e os políticos de plantão; entre estes, os vereadores discursaram em favor da titulação para terem ganhos eleitoreiros, vendendo facilidades para as famílias que desejasse o título.

A Direção do MST, tanto estadual como na região, não teve força para fazer o debate, foi vencida pelo oportunismo de plantão, na maioria das vezes, puxado por lideranças locais, com apoio de famílias do próprio assentamento. Em alguns casos, as famílias, para obter o Título de Domínio, exigiram em juízo. Nesse longo processo de emissão dos títulos, das 354 famílias do assentamento aproximadamente 233 famílias têm o Título de Domínio, mas nem todas têm a Certidão de Liberação/Cláusulas Resolutivas. Esta certidão somente 176 famílias possuem (Mapa 2), não tendo nenhum vínculo contratual com o Incra.

Mapa 2 – Espacialização dos lotes com cláusulas resolutivas no assentamento PA Encruzilhada Natalino.



Fonte: Base cartorial do Incra; elaborado no ano de 2023 por Leandro F. Fagundes.

O território após a liberação da certidão das cláusulas contratuais

As informações obtidas no trabalho de campo possibilitaram aprofundar o destino dos lotes das 176 famílias que não têm nenhum vínculo contratual com o Incra. É importante destacar que, como em qualquer comunidade rural, com o passar dos anos, o contexto familiar é alterado, sonhos são realizados e expectativas são frustradas, seja no contexto social ou econômico. Com o envelhecimento das famílias camponesas, é imprescindível a sucessão familiar; entretanto, de uma forma geral falta um olhar do estado para este processo sucesório no campo.

Por outro lado, as famílias buscam reproduzir-se inserindo-se no contexto socioprodutivo da região, como já descrevemos anteriormente, buscando auferir uma renda para si e seus filhos. Ao não viabilizar-se economicamente com a renda agrícola, os membros da família buscam fora do lote a sua renda. Ao manter-se o quadro de falta de perspectiva de reprodução social camponesa, as famílias ficam desestimuladas e acabam optando por arrendar parte do lote ou sair do campo, na maioria das vezes em condições de vulnerabilidade econômica. Contudo, também há casos em que a família faz uma opção de mudar de atividade econômica, ou os filhos escolhem ou são levados a optar por outra profissão, e os pais resolvem sair da comunidade, mudando-se para a cidade.

Ressalta-se que morar fora da comunidade, ou seja, do PA Encruzilhada Natalino, não significa que a família vendeu a terra, pois existem casos em que essa foi a opção familiar, geralmente vinculada a ficar mais próximo da infraestrutura propiciada no meio urbano. Passadas três décadas de assentamento, identificam-se famílias que prosperaram cultivando grãos, na maioria das vezes ampliando suas áreas de cultivo; outras optaram por leite, hortaliças, piscicultura, processos de agroindústria, entre outras atividades, mas o predomínio é a soja, com o plantio na entressafra de trigo.

Os motivos, razões e circunstâncias que fazem as famílias se desfazerem da conquista são diversos, tais como dividir a herança entre os familiares ou separação do casal, avanço da idade e ausência de

sucessão familiar, opção por mudar de atividade econômica e falta de perspectiva econômica da família no lote. O estímulo à venda está também pela possibilidade de receber um valor significativo pela terra. Neste último período, o valor do hectare na região é de aproximadamente R\$ 100.000,00. A esses valores os lotes não são comercializados por menos de 1,5 milhão. Geralmente são comprados em sacas de soja e pagos com as safras futuras de forma parcelada.

A produção da soja no PA Encruzilhada Natalino desdobra-se em complexas relações de trabalho entre camponeses e agronegócio, contribuindo, em muitos casos, com a desterritorialização dos camponeses. Nas entrevistas realizadas no assentamento, observou-se que muitas famílias não se propuseram a mudar a lógica de produção já estabelecida na região, uma vez que a soja vem sendo a cultura predominante do agronegócio no Rio Grande do Sul, tendo bons preços e facilidade na comercialização. Contudo, não há espaço para todos nesta atividade. Aqueles que se destacam necessariamente necessitam aumentar a escala de produção, primeiramente na forma de arrendamento, e posteriormente com a compra de terra.

A perda da autonomia do território passa pela relação do camponês com a terra, via processos produtivos, ou seja, pelo uso que o camponês dá à terra. A territorialização se efetiva quando o camponês tem domínio sobre as ações que são efetivadas no lote. Ao transferir esse direito para o arrendatário, este é que passa a determinar quando, como e onde plantar. O proprietário troca a liberdade da decisão sobre os cultivos pelo arrendamento, primeiro passo para a desterritorialização.

Para compreender melhor o fenômeno da desterritorialização, levantaram-se informações junto às famílias que já quitaram as parcelas e receberam o título com a liberação das cláusulas resolutivas. O total das famílias assentadas nas quatro Fases do PA Encruzilhada Natalino é de 354. Destas, somente 176 famílias solicitaram e receberam a liberação junto ao Incra-RS da certidão das cláusulas resolutivas. Desses 176, 124 famílias continuam como proprietárias da área e 52 famílias venderam sua propriedade (lote), o que corresponde a 29,5% da amostra. A Tabela 2 demonstra as informações obtidas.

Um dado que merece destaque é que a Fase I, Comunidade Passo Real, proporcionalmente ao número de famílias tituladas em definitivo da comunidade, foi a fase em que mais se vendeu, 42,5% dos lotes; seguida sucessivamente das famílias da Fase III, Comunidade Rio Bonito, com 27,7% dos lotes; para as da Fase IV, que corresponde às Comunidades 16 de Março, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida e Santa Lúcia, o percentual é de 25,6%; e da Fase II, Novo Sarandi, é de 20% dos lotes.

As famílias da Fase III eram proprietárias de terras e tiveram suas áreas inundadas pela Hidrelétrica do Passo Real. A luta pela terra era uma forma de compensação, por parte do governo, daquilo que tinham perdido; portanto, lutavam pelo direito da propriedade. Com o passar dos anos as relações da comunidade foram se enfraquecendo. Isso aliado à falta de perspectiva de reprodução social e diante da possibilidade de venda da terra, muitas famílias optaram por sair da comunidade.

As famílias do Rio Bonito também estavam na luta pela reparação da perda do seu sustento, pois eram ex-empregados ou plantadores da Fazenda Annoni, e buscavam uma indenização junto ao Estado. Em relação a essas duas comunidades, o fator econômico (compensação) da terra esteve presente em todos os momentos da sua luta, o que pode explicar, como um dos motivos, o alto percentual.

**Tabela 2 – Titulação e desterritorialização
do PA Encruzilhada Natalino**

Fases	Nº de famílias do PA	Nº de famílias tituladas	Nº da amostra	Mora no lote/é proprietário	Vendeu o lote
I	57	40	40	23	17
II	35	5	5	4	1
III	30	18	18	13	5
IV	232	113	113	84	29
Total	354	176	176	124	52

Fonte: Organizada pelo autor, 2023.

Na Tabela 3 identifica-se o uso que cada proprietário está dando à terra. Utiliza-se dela única e exclusivamente com seu trabalho, ou usa o arrendamento como forma de obter a renda da terra. Nas informações obtidas, identificou-se que, das famílias que mantêm a propriedade da terra, 27 aproximadamente 21,7%, arrendam a terra, ou parte desta, para o cultivo de grãos (soja, trigo,...). Destaca-se, que aproximadamente 16 famílias, das que arrendam, moram na cidade, o que aponta para o caminho da desterritorialização, pois além de perderem o vínculo produtivo com a terra, soma-se a perda dos laços com a comunidade.

Pelas informações obtidas, o percentual de cada fase no quesito arrendamento está distribuído da seguinte forma: 25% na Fase II, Novo Sarandi; 23% na Fase III, Rio Bonito; 21,7% na Fase I, Passo Real; e 21,4% na Fase IV, Comunidades 16 de Março, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora Aparecida e Santa Lúcia. Percebe-se que, embora haja uma diferença percentual, a prática do arrendamento é realizada em todas as comunidades; dependendo do momento do levantamento, podem-se alterar os percentuais entre as fases.

Tabela 3 – Arrendamento – Desterritorialização do PA.
Encruzilhada Natalino

Fases	Nº de famílias do PA	Nº de famílias tituladas	Nº da amostra	Mora no lote/é proprietário	Arrenda
I	57	40	40	23	5
II	35	5	5	4	1
III	30	18	18	13	3
IV	232	113	113	84	18
Total	354	176	176	124	27

Fonte: Organizado pelo autor, 2023.

Das 176 famílias da amostra da pesquisa, 52 famílias venderam sua propriedade (lote), entretanto; dessas famílias, nove compraram área em outro lugar, o que corresponde a 17,3% das famílias que

procuraram manter o vínculo com a terra. Embora essas famílias tenham adquirido outra área, não significa que estão se reproduzindo como camponeses. Em alguns casos as áreas adquiridas foram de tamanho menor, o que na maioria das vezes dificulta a reprodução social da família. Por outro lado, há famílias que compraram em áreas de assentamentos antigos ou no próprio PA Encruzilhada Natalino.

Dos 52 lotes vendidos obteve-se informação do destino de apenas 45 lotes (Tabela 4); destes, 22 lotes foram vendidos para camponeses e 23 lotes, para granjeiros, geralmente produtores de soja da região ou comerciantes com poder aquisitivo para investir na compra de terras. O granjeiro tem como característica a produção em escala maior e, estando mais integrado à cadeia produtiva das *commodities* agrícolas, possui máquinas e implementos para viabilizar economicamente a sua atividade e procura expandir suas áreas de cultivo.

**Tabela 4 – Lotes vendidos – Desterritorialização do PA.
Encruzilhada Natalino**

Fases	Vendeu o lote	A família vendeu o lote e comprou em outra área	Nº da amostra	O lote foi vendido para uma família camponesa	O lote foi vendido para um granjeiro
I	17	4	15	5	10
II	1	0	1	1	0
III	5	0	4	3	1
IV	29	5	25	13	12
Total	52	9	45	22	23

Fonte: Organizado pelo autor, 2023.

Merece destaque que tanto na Fase I como na Fase IV há focos de concentração de terras na mão de granjeiros, porém não necessariamente os lotes estão titulados e com a liberação das cláusulas resolutivas. Na Fase III alguns lotes lindeiros a parceleiros do PIC Sarandi foram adquiridos por estes, para colocar o filho ou simplesmente para aumentar a propriedade. Embora em menor número, existem casos de camponeses

sem terra, ou com pouca terra, que cultivavam nas áreas indígenas onde compraram lotes da reforma agrária, assim como a procura de sitiantes que desejam morar no campo. Porém, dos 22 lotes adquiridos por campões, a sua maioria é comprada pelos vizinhos, para que os filhos sigam na terra, ou simplesmente aumentem a área de cultivo.

Tem ocorrido a venda de parcelas da área dividindo o lote, diminuindo o que seria uma fração considerada necessária para uma família viabilizar-se. Essas vendas geralmente não são escrituradas, apenas o comprador agrega a área comprada à sua. Todos esses fenômenos levam uma concentração de terra, mas não na dimensão que possa desconfigurar integralmente a estrutura agrária; no entanto, também não podemos afirmar que o processo em curso da desterritorialização está longe de estancar, muito pelo contrário, pode ser acelerado com a conclusão da titulação no restante da área.

Considerações finais

Nossa pesquisa demonstrou que metade das famílias que receberam os títulos de domínio foi desterritorializada, o que demonstra um processo expropriatório de um modelo de desenvolvimento que não reconhece o campesinato como modo de vida legítimo, colocando os campões reféns do mercado de *commodities* agrícolas. Somem-se a isso as novas mudanças jurídicas que permitem a diminuição do tempo para negociação de um lote da reforma agrária, assim como a modificação dos critérios a serem preenchidos pelo comprador. Esse afrouxamento das regras da titulação leva à concentração de terras, onde é permitido na incorporação do lote a outro imóvel rural. O Estado previu somente uma cláusula na matrícula como garantia para que não ultrapasse quatro módulos fiscais, mas nada impede que as áreas sejam matriculadas em diferentes registros e colocadas em nome de terceiros.

O MST buscou alertar dos perigos existentes com a titulação em definitivo, argumentando que essa proposta do governo cria uma falsa segurança de que, com a matrícula em seu nome, a terra é da família e ninguém vai tirá-la. Contudo, o que define a permanência das famílias é a perspectiva de reprodução social, e nesse sentido é indispensável

um projeto de desenvolvimento que insira o modo de produção camponês. Como vimos, esse processo de titulação na região teve respaldo do poder público local, articulado com os governos estadual e principalmente nacional. Para a direção do MST, a proposta ideal seria a Concessão Real de Uso que protegia as famílias mais humildes da desterritorialização.

A titulação é mais um estímulo à venda do que uma permanência no campo. Por outro lado, é compreensível o desejo das famílias que buscam uma segurança, assim como aquela família que deseja buscar outras vivências que não sejam no campo. Porém, é papel do Estado garantir que essas terras estejam envolvidas com a produção de alimentos, sendo necessárias na atual realidade brasileira. Uma proposta que incorpora campo e cidade, numa perspectiva agroecológica, respeitando os processos organizativos dos camponeses, é o que busca o MST. É nessa perspectiva que surge a proposta da Reforma Agrária Popular, como tentativa de construir esse diálogo com a sociedade, a fim de buscar parceiros para um projeto camponês.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 2018. **Decreto n. 9.311, de 15 de março de 2018.** Dispor sobre o processo de seleção, permanência e titulação das famílias beneficiárias do programa nacional de reforma agrária. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9311&ano=2018&ato=213ETR65UeZpWT541>. Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.** Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra. **Lei n. 8.629/1993.** Comentada por Procuradores Federais. 2. ed. revisada e atualizada. Brasília: Incra, 2018.

FAGUNDES, Leandro Feijó. **Titulação e desterritorialização? Estudo do PA Encruzilhada Natalino nos municípios de Coqueiros do Sul, Sarandi e Pontão-RS.** 2024. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe – TerritoriAL do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, IPPRI da Universidade Estadual Paulista, Unesp, São Paulo, 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma / Emir Sader (org.). São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso Brasil 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Encruzilhada Natalino: Ronda Alta-RS** In: Lugares de memórias dos trabalhadores. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023. v. 1, p. 225 - 228.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

Resistência e fortalecimento do território camponês¹

ARLONIO CAMPOS
NOEMIA RAMOS VIEIRA

Nos anos de 1980 ocorreram transformações significativas na economia mundial, o que refletiu em mudanças na realidade socioeconômica brasileira. No campo brasileiro, com o fim da ditadura militar, o clima de abertura política contribuiu para o surgimento de novos movimentos populares de lutas por melhores condições de vida. Nesse contexto, no campo surgem movimentos sociais de luta pela terra, como foi o caso do surgimento do MST em 1984.

Nesse processo, movido pela necessidade de formação e de escolarização, os sujeitos que faziam a luta pela terra passaram a fazer luta pelo direito à escola e a uma educação voltada aos interesses dos camponeses e seus territórios, diferindo-se da educação rural proposta pelo estado burguês. Como expressão dessa luta, surge a Educação do Campo.

Nesse sentido, a compreensão da luta pela educação no contexto da luta pela terra passa pelas dimensões fundantes da Educação do Campo e dos marcos históricos que incidiram sobre a constituição da sociedade brasileira, sociedade esta que deixou os camponeses de fora do processo

¹ Estudo a partir do projeto pedagógico da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares”, Município de São Mateus – ES.

educativo. Assim, a partir da década de 1970, se intensifica a luta por direitos protagonizadas pelos camponeses que se constituem enquanto sujeitos coletivos, na luta coletiva por terra, por escola, pela superação do analfabetismo e por um projeto de educação popular e libertadora.

Organizada e motivada pelo MST, a Educação do Campo nasce e se consolida com a participação e forte protagonismo das famílias camponesas Sem Terra. Embora existissem outras experiências, o MST recriou as bases e fundamentos do que é a Educação do Campo. A partir do acúmulo das experiências formativas, de organização, de lutas e de resistências, as famílias perceberam que a luta pela terra perpassa a luta pela aquisição de um pedaço de terra. Para avançar, foi necessário cobrar do poder público o direito a uma escola de qualidade no campo, o direito de pensar o projeto educativo, indicar ou escolher os educadores para atuar nas escolas de assentamentos, debater sobre o currículo, o calendário e a gestão escolar.

Assim, compreender o processo histórico de constituição da Educação do e no campo brasileiro passa pela compreensão do processo histórico de luta e resistência que constituíram o trabalho de educação do e no MST, suas bases teóricas e seus princípios políticos, filosóficos e pedagógicos.

É aqui que o presente trabalho se justifica e se mostra relevante, as reflexões realizadas doravante objetivam contribuir com o debate e com a solidificação do projeto e a uma educação voltada aos interesses dos camponeses e seus territórios, diferindo da educação rural proposta pelo estado burguês. Uma educação cujos princípios pedagógico-metodológicos e políticos venham contribuir para o processo de resistência e fortalecimento do território camponês.

Trata-se da apresentação dos resultados de uma pesquisa cujo objetivo central foi o de analisar e compreender como a Educação do Campo e a experiência pedagógica desenvolvida na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental – Emeief – “Assentamento Zumbi dos Palmares” contribuíram para o processo de resistência e fortalecimento do território camponês.

A indagação propulsora e norteadora da pesquisa foi: de que maneira o projeto de Educação do Campo e a experiência pedagógica

desenvolvida na Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares” pode contribuir com o processo de luta e resistência das famílias assentadas e com o fortalecimento da Pedagogia do Movimento na perspectiva de uma educação libertadora?

Cabe lembrar que a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Emeief) “Assentamento Zumbi dos Palmares” é fruto da luta e resistência da classe trabalhadora camponesa, que, motivada em ocupar e conquistar a terra, percebeu a necessidade de ocupar, também, a escola, pois, historicamente, os territórios camponeses têm enfrentado desafios no campo das políticas públicas e de direitos e com a educação não foi diferente.

As motivações, inquietações e aspirações que levaram a essa questão de pesquisa estão na relevância e atualidade do tema e na necessidade de sistematizar as experiências e práticas pedagógicas para que possam subsidiar os debates na perspectiva do fortalecimento do processo de resistência cultural dos territórios camponeses

Metodologia

De caráter qualitativo, por meio da pesquisa participante, o estudo teve como base teórico-metodológica o Materialismo Histórico-Dialético, observando que, na pesquisa, a construção do conhecimento tem origem na prática social e destina-se a ela. Por compreendermos que esse processo metodológico oferece os instrumentos necessários e adequados para melhor desvelamento do objeto da pesquisa, concordamos que a pesquisa qualitativa

se preocupa nas ciências sociais com o nível de realidade que não pode ser quantificada, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (Minayo, 1994, p. 21).

Na maior parte dos casos, a pesquisa participante é um momento de trabalhos de educação popular realizados junto com e a serviço

de comunidades, grupos e movimentos sociais, em geral, populares (Brandão; Borges, 2007, p. 55).

Buscamos analisar a prática pedagógica da Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares”, na qual estivemos inseridos enquanto educadores vivenciando o seu cotidiano e contribuindo coletivamente no processo de luta e de resistência.

Nesse sentido, na pesquisa participante,

o compromisso social, político e ideológico do/da investigador(a) é com a comunidade, é com pessoas e grupos humanos populares, com as suas causas sociais. Mesmo em uma investigação ligada a um trabalho setorial e provisório, o propósito de uma ação social de vocação popular é a autonomia de seus sujeitos na gestão do conhecimento e das ações sociais dele derivadas (Brandão; Borges, 2007, p. 55).

Assim, é importante frisar que no processo de investigação científica não existe neutralidade, uma vez que os pesquisadores utilizam conceitos que expressam visões de mundo diversas e que constroem os distintos projetos de desenvolvimento do campo (Fernandes, 2006, p. 37). O pesquisador é antes de tudo uma construção social, um sujeito coletivo histórico que faz parte de uma totalidade e tem uma visão de mundo sobre as coisas que o cercam.

Uma das funções da pesquisa participante é envolver e possibilitar o protagonismo emancipatório, individual e coletivo. Deve considerar “a realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações” (Brandão; Borges, 2007, p. 54).

Nesse sentido, para a coleta de dados, realizamos o aproveitamento das respostas da aplicação de um questionário semiestruturado a sete educadores (cinco professores e duas pedagogas) da escola.

O questionário buscou extrair dos entrevistados os seguintes dados: trajetória acadêmica e profissional; o olhar sobre a proposta política e pedagógica desenvolvida pela escola & sua relação com o fortalecimento e resistência do território camponês; as bases e referências teóricas utilizadas no planejamento e organização do trabalho

pedagógico (aulas, acompanhamento pedagógico e outras); e os principais desafios no desenvolvimento da proposta política e pedagógica da escola.

Realizamos a revisão documental da escola a partir da análise das atas das reuniões da equipe escolar – Associação Escola Comunidade (AEC) – e das assembleias das famílias, do documento Projeto Político Pedagógico (PPP) e de alguns cadernos pedagógicos utilizados para registro do planejamento e acompanhamento das atividades e das mediações pedagógicas desenvolvidas com as educandas e os educandos.

O objetivo da análise documental foi analisar como se deu o processo histórico de constituição da escola, os princípios filosóficos, políticos e pedagógicos que norteiam o trabalho da escola e o desenvolvimento do trabalho pedagógico com o Tema Gerador por meio do método do Plano de Estudo.

Considerando o período que atuamos enquanto educadores na escola objeto deste estudo, no desenvolvimento da pesquisa foram realizadas e utilizadas observações dos relatos orais dos educadores e das atividades políticas e pedagógicas desenvolvidas no cotidiano escolar.

No que diz respeito à revisão bibliográfica, fizemos a leitura e a análise do conteúdo de obras acadêmico-científicas relacionadas aos conceitos geográficos, sociológicos, da ciência política e da pedagogia que dialogam com os conceitos da Questão Agrária, Educação do Campo, Pedagogia do Movimento, Pedagogia da Alternância, Pedagogia Socialista, Pedagogia do Capital (Educação Rural), Pedagogia do Oprimido e Território e Campesinato. Vale ressaltar que algumas reflexões foram realizadas a partir da participação em cursos, encontros presenciais e virtuais.

A análise dos resultados obtidos a partir da pesquisa foi realizada por meio da compilação, interpretação e síntese dos dados e informações obtidas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação do Campo

O trabalho de educação no MST começou a partir da necessidade concreta das famílias Sem Terra de garantir escolas de qualidade para seus filhos nas áreas de acampamento e de assentamento. Aos poucos, foi sendo incorporada como uma tarefa de organização, justificando-se então a criação de um Setor de Educação específico para dar conta não só da luta pela escola, mas também da implementação de uma proposta de educação que valorizasse a história da luta pela terra, e atendesse aos interesses sociais das pessoas e das famílias que fazem essa história. Ao ampliar a luta por escola, ampliou-se concomitantemente a reflexão pedagógica sobre a escola que se desejava.

Com a constituição das escolas nas áreas de assentamentos e de acampamentos, a preocupação se volta para a construção de uma escola e um projeto educativo que convergia para a luta dos trabalhadores. Nesse sentido, em 1987, constituiu-se o Setor de Educação do MST que se debruça sobre o desafio permanente do estudo e da experimentação de como fazer essa escola diferente, considerando as experiências de vida dos sujeitos que lutam pela terra.

Essas reflexões foram sistematizadas no Caderno de Educação do MST nº 08 (1996), em que estão registrados os princípios norteadores do processo educativo do Movimento desde o início de sua existência. De acordo com sua Proposta Educativa, os princípios filosóficos do MST são: 1) educação para a transformação social; 2) educação para a cooperação; 3) educação voltada às várias dimensões da pessoa humana; 4) educação com valores humanistas e socialistas; 5) educação, formação e transformação do ser humano.

Esses princípios filosóficos direcionam a educação no/do Movimento, acompanhada dos seguintes princípios pedagógicos: 1) relação teoria/prática; 2) realidade como base de produção dos conhecimentos; 3) atitudes e habilidades de pesquisa; 4) conteúdos formativos socialmente úteis; 5) educação para e pelo trabalho; 6) vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7) vínculo orgânico entre

educação e cultura; 8) gestão democrática; 9) autoorganização dos educando/educandas e coletivo de educadores/educadoras; 10) combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais (MST, 1996).

Por fim, segundo o conteúdo do referido caderno, os três elementos fundamentais da Educação do Campo são: o protagonismo da educação do campo tem que ser dos sujeitos do campo; a educação tem que partir e precisa ser vinculada à cultura camponesa, contrapondo-se à lógica da educação rural; a educação do campo tem que estar articulada, vinculada a outros processos de educação e, também, projetos de sociedade.

O conceito de Educação do Campo tem raiz na materialidade histórica na luta pela terra, seja a luta do campesinato na desapropriação dos latifúndios, seja nas demarcações indígenas e quilombolas, seja dos extrativistas e ribeirinhos. “O que os trabalhadores do campo estão buscando construir é uma educação que sirva, ao mesmo tempo, de instrumento de transformação e de emancipação humana, nascida no embate direto com o capital” (Souza, 2017, p. 97-98).

Por essa ótica, podemos compreender que a Educação do Campo não é descolada de sua materialidade, pois é o campo em movimento. Isso quer dizer que não há uma única lógica de organizar a vida e a produção no campo, na agricultura. Assim, o conceito de Educação do Campo surge no bojo da luta e da disputa de classes, entre projetos de desenvolvimento contraditórios, divergentes e antagônicos que refletem diretamente no modo de vida dos povos do campo, conhecidas como: agricultura camponesa e o agronegócio.

O agronegócio é a expressão do capital no campo. Como vimos anteriormente, sob a lógica do capital financeiro se tornou hegemônico no campo brasileiro e tem demonstrado profundas contradições. Sua expansão e territorialização não se dá apenas nos espaços tradicionais de interlocução da questão agrária, mas também em áreas como a Cultura e a Educação (Chã, 2018, p. 49). Para difundir a sua ideologia, expandir e territorializar-se no campo, uma das estratégias utilizadas pelo agronegócio é a Educação Rural.

A Educação Rural é uma proposta de educação elaborada pelos órgãos oficiais para atender as demandas de escolarização das

populações do campo, tendo como referência o produtivismo, ou seja, o campo somente como lugar da produção de mercadorias e não como espaço de vida (Fernandes; Molina, 2005). Essa proposta foi imposta às comunidades camponesas, alienada dos interesses e das especificidades do campesinato, “tendo sido um elemento que contribuiu ideologicamente para provocar a saída dos sujeitos do campo para se tornarem operários na cidade” (Oliveira; Campos, 2012, p. 241).

Na contraposição ao modelo dominante do agronegócio está a agricultura camponesa. Um modelo de produção que, com menor quantidade de terras e créditos, produz mais de 70% dos alimentos consumidos pelo povo brasileiro (IBGE, 2017). Utiliza formas alternativas de produção que impactam menos os ecossistemas naturais, valoriza e respeita a diversidade cultural dos povos do campo. Seus sujeitos são os povos do campo, das florestas e das águas, trabalhadores do campo e da cidade, organizações e movimentos socioterritoriais que especificamente no final dos anos 1990 contribuíram para o fortalecimento e a emergência da proposta educativa que tomou proporções multiescalares, conceitualmente denominada de Educação do Campo, o que vem mudando a realidade socioespacial do campo brasileiro, pois, de acordo com Caldart (2012),

projeta futuro quando recupera o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência, quando concebe a intencionalidade educativa na direção de novos padrões de relações sociais, pelos vínculos com novas formas de produção, com o trabalho associado livre, com outros valores e compromissos políticos, com lutas sociais que enfrentam as contradições envolvidas nesses processos (Caldart, 2012, p. 265).

Onde a Educação do Campo não está territorializada predomina uma postura individualista, hierárquica, uma relação autoritária entre as pessoas, uma visão de mundo baseada na destruição dos territórios.

Nos territórios onde a Educação do Campo atua produzindo conhecimentos, percebemos que as pessoas estão mais qualificadas, o território potencializou a produção de alimentos e, também, de

mercadorias, as famílias estão organizadas em cooperativas e associações, estão mais conscientes, são mais solidárias e participativas.

A escola rural e a escola do campo se diferem e essa diferença perpassa pela construção de um novo entendimento da educação que os trabalhadores e trabalhadoras do campo desejam.

Trata-se de uma educação *dos* e não *para* os sujeitos do campo. Feita sim através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem. [...] Por isso, este novo movimento *por uma educação do campo* se afirma como um basta aos “pacotes” e à tentativa defazer das pessoas que vivem no campo instrumentos de implementação de modelos que as ignoram ou escravizam. Basta também desta visão estreita de educação como preparação de mão de obra e a serviço do mercado (Caldart, 2002, p. 28).

Contudo, é a partir das lutas da classe trabalhadora camponesa que tem origem “a Educação do Campo, *fenômeno da realidade atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses das comunidades camponesas” (Caldart, 2012, p. 257, grifos da autora).

A Educação do Campo nasceu como mobilização, pressão de movimentos sociais por uma política educacional para as comunidades camponesas. Nasce da combinação da luta dos Sem Terra, da luta e da resistência do conjunto de comunidades camponesas por seu território, sua identidade e seu projeto educativo.

A luta dos camponeses por educação foi, também, a luta para que as políticas educacionais pensadas historicamente neste país a partir da lógica extensionista e verticalizada que marcaram a educação rural pudesse ter a participação e o envolvimento dos sujeitos beneficiados por ela.

Ou seja, esses camponeses, ao lutarem pela educação, querem dar-lhe forma e conteúdo (Souza, 2017).

Assim como na Pedagogia do MST, a Educação do Campo, em sua concepção originária, vai além da escola. Ela compreende, também, a organização comunitária, a cooperação, a construção da coletividade,

as ações culturais, as ações de solidariedade de classe, as brincadeiras, as assembleias e as lutas. Tudo isso é educação do campo numa perspectiva de emancipação humana. A educação do MST, que forja a ferro e a fogo a Educação do Campo, articula: territorialização (ocupação) – organização social e coletiva – pertença e identidade – participação do sujeito na construção da história.

A metodologia da Educação do Campo se contextualiza nos princípios teóricos e metodológicos da Pedagogia do Movimento e da Pedagogia da Alternância.

A Pedagogia do Movimento compreende o processo histórico de formação do movimento da luta pela terra como matrizes pedagógicas para a construção de uma escola como lugar da formação humana, não apenas como um lugar de instrução, e de formação de indivíduos aptos para o mercado de trabalho.

Ao se envolver com a dinâmica da luta pela terra, a escola se transforma e ajuda os educandos a transformarem o seu olhar sobre si mesmos, sobre o MST, e a reconhecerem que estudar está além de estar no espaço escolar recebendo conteúdo sem muito sentido. Nesses termos, a escola contribui para que o MST atente para zelo e respeito à infância Sem Terra. Nesse contexto, a escola ajuda o MST a olhar para a educação, e o Movimento ajuda a escola a repensar sua concepção de educação (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, 2005, p. 239).

De acordo com Caldart (2000), a construção prática e teórica da Pedagogia do Movimento firmou esse olhar de pensar a escola na relação com a totalidade pedagógica que precisa ser organizada e intencionalizada.

Nesse sentido, o assentamento e o acampamento podem e precisam ser educativos, pedagogizados/intencionalizados pelos sujeitos que compõem esse lugar e a escola como parte dessa grande totalidade com tarefas específicas. A autora assegura que o acesso ao conhecimento é uma das tarefas da escola, e especialmente pensando nas novas gerações, ele precisa se realizar como processo de formação humana, pensado de fato enquanto um ambiente educativo. Isso significa dizer que o ambiente educativo precisa descentralizar e perpassar o olhar da sala de aula, ou seja, a escola precisa ser pensada como um grande

ambiente educativo e as matrizes nos ajudam a pensar concretamente o que seria esse ambiente.

No que tange à Pedagogia da Alternância, trata-se de uma metodologia de ensino-aprendizagem na qual o processo educativo é compartilhado entre os sujeitos do meio, os pais e os formadores da escola (Camacho, 2014, p. 391).

Trata-se de uma forma de organizar a aprendizagem em dois tempos-espaços integrados: o Tempo Escola e o Tempo Comunidade. Isso surge como uma forma de associar a educação com a organização da produção agrícola e os valores intrínsecos as relações de trabalho no campo (Caldart, 2004)

De acordo com Piatti,

a Pedagogia da Alternância acontece em dois tempos e em dois espaços: o tempo-escola (momento de educação formal na escola) e o tempo-comunidade (momento de educação na comunidade, na vida diária). É uma formação humanista, conta com diferentes instrumentos que garantem a sua função, a articulação de tempos e espaços educativos, o estabelecimento de relações entre os envolvidos no processo educativo e a relação com o trabalho (2014, p. 51).

Para a autora, a metodologia da alternância permite que o jovem potencialize a sua aprendizagem, uma vez que ele tem “condições de articular o que é de seu cotidiano aos conceitos sistematizados na educação formal, uma vez que reconhece a necessidade de concretizar as suas experiências em tempos e espaços diversos” (Piatti, 2014, p. 51).

No momento de educação na comunidade e na vida diária, qual seja, o tempo-comunidade, o estudante aproxima-se da família, observa com olhar investigativo o local onde vive, o que traz à tona o sentimento de pertença e o reconhecimento de sua identidade

Há que se considerar que a Pedagogia da Alternância possui finalidades e princípios. As finalidades são a formação integral da pessoa, a educação, a orientação e a inserção socioprofissional, e os princípios são representados pela relação vida e escola, as relações de trabalho e a experiência considerada como suporte de formação (Gimonet, 2007).

Piatti ressalta que a “alternância representa a possibilidade de reconhecer os sujeitos em toda a sua existência social, portanto, olhar, ouvir e sentir as pessoas que residem no campo é reconhecer o campo e seus sujeitos, suas lutas e desafios. O que fazem? O que não fazem? Como? Para quê? Para quem? O que sabem?” (2014, p. 56)

Identidade Camponesa: Uma Construção Socioterritorial

Partindo do pressuposto de que a identidade camponesa é uma construção socioterritorial, e está em disputa por forças sociais antagônicas,

os povos do campo e da floresta têm como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e que possibilitam a permanência na terra. Esses grupos sociais, para se fortalecerem, necessitam de projetos políticos próprios de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental. E a educação é parte essencial desse processo (Fernandes; Molina, 2004, p. 36).

Nos territórios do campesinato, os sujeitos possuem uma identidade cultural própria, arraigada na maneira de viver e de trabalhar na terra constituindo sua territorialidade. Camacho (2019) discorre que a vivência do trabalho familiar é uma característica central desses sujeitos, pois

terra/território, família e trabalho constituem o tripé do processo de recriação camponesa”. [...] o trabalho familiar se constitui em tarefas cotidianas cuja obrigação avança cotidianamente com a idade. É produto da necessidade material de reprodução familiar, mas também uma construção simbólica, tendo um caráter socioeducativo de reprodução da cultura camponesa (Camacho, 2019, p. 165).

Nesse sentido, um projeto educativo dos camponeses deve levar em consideração o modo de vida e a identidade territorial camponesa. De acordo com o mesmo autor, uma das tarefas da Educação do Campo

é construir uma pedagogia a partir das especificidades da territorialidade do campesinato que está inserido no interior da totalidade das relações sociais sob o modo de produção capitalista globalizado (Camacho, 2019, p. 166).

A territorialidade pode ser compreendida como o resultado das identidades territoriais. Nas palavras de Camacho (2019, p. 167), “a territorialidade é o conjunto das práticas dos sujeitos em relação à realidade material. Nesse sentido, a identidade territorial camponesa faz a resistência às relações sociais impostas pela globalização. São sujeitos diversos, singulares e coletivos que historicamente resistem às mais variadas formas de opressão, exclusão, exploração e desenraizamento impostos pela hegemonia do sistema capitalista global.

O fortalecimento e a resistência do território camponês passam pela construção e pelo fortalecimento da identidade socioterritorial camponesa e do sentimento de pertença dos sujeitos, pois a identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence (Santos, 1999, p. 10). Nesse sentido, o camponês só se realiza enquanto tal por meio dos elementos que lhe pertencem e garantem a produção e reprodução da sua existência, sendo o território/terra, o trabalho familiar, a produção de alimentos para o autossustento da família e a venda de excedentes.

A identidade territorial camponesa é, assim, formada pelo “chão mais a identidade camponesa”. O território camponês é o espaço de vida do camponês, ao mesmo tempo, espaço de produção e de existência, pois é uma unidade de produção e consumo familiar e, concomitantemente, o local de residência da família, que contribui com a maior parte da produção de alimentos saudáveis, consumidos pelas populações rurais e urbanas. O território camponês é sítio, o lote, a propriedade familiar, assim como também é a comunidade, o assentamento (Camacho, 2019, p. 168).

A construção da identidade é um processo essencialmente socio-territorial, “pois [...] todas as relações humanas acontecem no território, por isso, a territorialização é inerente ao ser humano (Camacho, 2019, p. 167). Para Haesbaert, a dimensão espacial e a territorialidade são

componentes indissociáveis da condição humana. O mesmo autor afirma que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território” (Haesbaert, 1999, p. 172). Isso ocorre no interior de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta; logo, o espaço geográfico se constitui em uma parte primordial dos processos de identificação social dos sujeitos (Haesbaert, 1999 *apud* Camacho, 2019, p. 167).

Fernandes argumenta que cada território é uma totalidade. As relações sociais e escalas geográficas são elementos que diferenciam os territórios que formam a totalidade. Essas totalidades são multidimensionais e só são completas nesse sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc. (Fernandes, 2005, p. 29).

Nessa perspectiva, Santos (1999, p. 9) comprehende que território é uma totalidade complexa formada de relações de solidariedade e de conflitualidade, perpassando a ideia de que território é apenas um conjunto de sistemas naturais e de sistema de coisas superpostas. O autor destaca que o território é o espaço onde todas as ações humanas acontecem, reproduzidas, material ou simbolicamente, pelo ser humano. Ou seja,

o território é o lugar em que se desembocam todas as ações humanas, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto, é, *onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência* (Santos, 1999, p. 11, *apud* Camacho, 2019, p. 166) (grifo do autor).

O território é o todo e a partir da sua multidimensionalidade, nas diferentes escalas geográficas, contrapõe a ideia de território, visto apenas enquanto superfície e espaço de governança. Nesse sentido, a terra, o assentamento, a produção de alimentos, os recursos hídricos, a escola, as pessoas, o conhecimento, a cultura e a identidade são espaços e territórios na sua totalidade.

Assim, afirmar o modo de vida e a identidade territorial campesina enquanto partes integrantes do projeto educativo dos camponeses

significa contribuir para o processo de fortalecimento e resistência da cultura camponesa e dos seus territórios. O processo de resistência material e cultural está na origem da Educação do Campo e ao mesmo tempo na formação das identidades territoriais no campo.

A Educação do Campo é uma Educação Territorial (Fernandes, 2006, 2008). Essa afirmação se traduz no direito dos povos do campo de pensar o mundo a partir do lugar onde vivem, do chão onde pisam, dos seus territórios e da sua realidade. Para garantir a identidade territorial, [...] é preciso pensar a realidade desde seu território, de sua comunidade, de seu município, de seu país, do mundo. Não se pensa o próprio território a partir do território do outro. Isso é alienação (Fernandes, 2004, p. 36).

Vale salientar que, nos territórios do campesinato, os sujeitos são protagonistas da produção espacial e de suas territorialidades. Nesse sentido,

são espaços construídos a partir de uma ‘lógica camponesa’. Esses espaços, em sua multidimensionalidade são produtos e produtores da identidade territorial camponesa. [...] Logo, sem territorialização camponesa não há territorialização da Educação do Campo (Camacho, 2019, p. 170).

Considerando que o campo é um território multidimensional, a Educação do Campo precisa estar conectada com essa multidimensionalidade que envolve os sujeitos camponeses no espaço, seja ela política, ambiental, cultural, econômica ou mesmo na disputa/confílio com outras forças políticas, econômicas, como o estado, o agronegócio, o latifúndio, o capital e a cidade.

Assim, cabe à Educação do Campo compreender as especificidades do campo no interior da totalidade do modo de produção capitalista, tendo em vista que, para a existência dos territórios camponeses e para a territorialização da Educação do Campo, também se faz necessário romper com a lógica capitalista de produção.

De acordo com Caldart (2004, 2012), a Educação do Campo é, necessariamente, projeto de oposição ao agronegócio e isso se dá pelo processo de resistência à desterritorialização, ou seja, na disputa territorial e na luta de classes contra os latifundiários e empresários

do agronegócio. Assim, a reprodução da Educação do Campo nos territórios e nas escolas de assentamento passa necessariamente pela resistência e pelas conquistas de novos territórios. E isso só é possível por meio da territorialização da Reforma Agrária, por meio da luta dos sujeitos.

Para Camacho (2019), a efetivação da identidade territorial camponesa significa um campo com qualidade de vida, com pessoas, com moradia, com saúde, educação, lazer, cultura, alimentos saudáveis, cooperativas, trabalho, onde as pessoas possam viver dignamente. É essa perspectiva de Educação do Campo defendida, construída e cobrada pelos povos do campo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trabalho com tema gerador e suas contribuições para o fortalecimento da identidade territorial camponesa

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Emeief) “Assentamento Zumbi dos Palmares” está localizada no Assentamento de mesmo nome, a quatro quilômetros da Rodovia BR-381, na altura do KM 53, distrito de Nestor Gomes, município de São Mateus, norte do estado do Espírito Santo. É uma área de Reforma Agrária conquistada pelas famílias organizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em que, após o processo de ocupação, a imissão de posse foi concedida no dia 13 de dezembro de 1999 por meio da Portaria Incra/SR – 20/nº 010 (MST, 2012).

Ligada à Rede Municipal de Ensino, a escola oferta a Educação Infantil, Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental. Atualmente, contribui no processo de formação de 140 educandos e educandas que vivem e trabalham no próprio assentamento e em comunidades vizinhas.

A Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares” surge no contexto da luta pela terra, como parte do projeto educativo do Movimento e ao longo da sua história foi se constituindo como instrumento de luta e de resistência das famílias camponesas por meio de uma formação que

contribuísse no desenvolvimento mais pleno do ser humano, no seu processo de humanização e visão crítica da sociedade na qual faz parte.

No decorrer da sua trajetória histórica de luta e de resistência, várias Mediações Pedagógicas da Pedagogia da Alternância foram incorporadas, adaptadas e ressignificadas na proposta pedagógica da Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares”. Esses elementos acontecem em diferentes momentos da vida escolar: pesquisa da realidade, tema gerador, caderno da realidade, trabalho prático e cooperação, visita às famílias, viagens de estudo, planejamento coletivo, oficinas e avaliação (Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares”, 2013, p. 34).

No que diz respeito aos processos de produção de conhecimento, a principal característica de uma Escola do Campo é a preocupação em integrar a realidade aos processos de ensino e de aprendizagem. Dessa forma, busca-se promover a ligação dos conteúdos escolares a serem estudados com as tensões e contradições presentes na realidade, como objeto permanente de compreensão e de reflexão. Nesse sentido, no âmbito da produção do conhecimento, as principais transformações a serem buscadas referem-se à construção de práticas pedagógicas capazes de trazer para a atualidade as condições de produção material da vida para dentro da sala de aula e da Escola do Campo (Pistrak, 2013).

Uma das principais estratégias promovidas pela Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares” é integrar a atualidade no desenvolvimento dos conteúdos curriculares previstos para a Educação Infantil e cada ano do Ensino Fundamental. Para isso, a escola elabora Temas Geradores que orientarão a realização de Planos de Estudos, que a partir de trabalhos de pesquisa visam diagnosticar a realidade. Pesquisa foi feita pelos educandos junto aos pais ou responsáveis.

Sobre essa pesquisa, Telau (2015) ressalta que

o instrumento que recebe o nome do método é um roteiro de entrevista elaborado pelos estudantes e educadores que têm a finalidade de iniciar o estudo de um tema. Essa entrevista é realizada com pessoas da família ou comunidade de origem do estudante, de acordo com a abrangência estabelecida no planejamento. Suas respostas são tratadas pelos estudantes que as organizam didaticamente para uma socialização no coletivo da

turma. No momento da socialização, que é denominada pela Pedagogia da Alternância de “Colocação em Comum”, estudantes e educadores debatem as constatações e formulam as problematizações, chamadas de “Pontos de Aprofundamento” ou “Novas Hipóteses”. Os itens levantados pela turma e educadores são a base para o estudo do tema em questão, pois representam o conhecimento que as pessoas acumulam sobre os temas (constatações) e as lacunas que esse conhecimento possui (pontos de aprofundamento ou novas hipóteses (Telau, 2015, p. 37).

O MST, a partir da sua prática educativa, comprehende que uma educação contextualizada e emancipatória só é possível por meio da construção coletiva com e pelos sujeitos camponeses a partir dos interesses e da realidade dos seus territórios. Nesse sentido, no contexto escolar, percebemos que, para realizar essa educação, são necessárias pedagogias e métodos que ajudam a refletir criticamente as contradições da realidade e encontrar nela a solução para a superação dos problemas.

Assim, ao longo da sua existência a Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares” vem desenvolvendo a sua práxis pedagógica a partir das contribuições e da experiência do trabalho com o Tema Gerador de Paulo Freire por meio do método do Plano de Estudo.

Na prática da Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares”, a aplicação do Tema Gerador é realizada por uma dupla de educadores que no início do ano letivo são nomeados para realizar o acompanhamento pedagógico² de uma ou mais turmas, sendo responsáveis pelo planejamento, coordenação e avaliação das atividades vivenciais a serem desenvolvidas com os educandos durante o decorrer do ano letivo.

2 Denominados de “acompanhantes de turma”, esses educadores são responsáveis pelas seguintes tarefas: elaborar o cronograma e garantir a execução das atividades-vivências/mediações pedagógicas; planejar e aplicar o Plano de Estudo; organizar o plano de curso da turma com os pontos de aprofundamento do Plano de Estudo; produzir e monitorar o mapa conceitual dos pontos de aprofundamento; orientar e avaliar os educandos na realização dos relatórios e na organização do Caderno da Realidade; acompanhar e orientar a turma nos momentos de auto-organização (chegada e saída da escola; almoço; lazer; realização das tarefas e autosserviços domésticos; trabalho prático no setor agropecuário; entre outras).

Como parte do planejamento inicial, os educadores são orientados a realizar um diagnóstico socioeconômico dos educandos que compõe a turma. Os dados levantados são utilizados para a leitura da realidade e caracterização dos Temas Geradores. Esse diagnóstico contribui, também, para os educadores novatos compreenderem a realidade na qual a escola está inserida. As informações são sistematizadas e socializadas durante as reuniões de planejamento coletivo da equipe de educadores.

A partir do Tema Gerador é realizado a aplicação do método do Plano de Estudo. O método do Plano de Estudo, tem sido utilizado como estratégia pedagógica e metodológica relevante para a inserção da atualidade no currículo. Além disso, cria a oportunidade de a escola desenvolver diferentes ações planejadas para enfrentar os desafios encontrados a partir da realização desses diagnósticos – resultado da pesquisa do Plano de Estudo.

Como exemplo do desdobramento desses processos, podemos citar a realização de Atividades Vivenciais (que fazem parte das Mediações Pedagógicas) interdisciplinares que superam a fragmentação do conhecimento na EMEIEF “Assentamento Zumbi dos Palmares”, como: visitas de estudos, palestras, oficinas emísticas (como exemplos das atividades vivenciais, temos: atividades sobre “a preservação e recuperação das nascentes, através das técnicas de reflorestamento do Assentamento Zumbi dos Palmares”; palestras e minicurso sobre “o uso de agrotóxicos e seus impactos no meio ambiente e na saúde das famílias da região”; oficinas de “produção de caldas para o manejo dos insetos e doenças das culturas perenes da região”; e oficinas de “experimentação com hortaliças de ciclo longo e curto” e “culinária”.

Estas Atividades/Mediações buscam ampliar os níveis de consciência das crianças e adolescentes do Ensino Fundamental sobre os desafios a serem enfrentados na busca da construção de estratégias coletivas de trabalho. Na Pedagogia da Alternância essas atividades são classificadas como Mediações Pedagógicas.

As mediações pedagógicas compreendem um conjunto de instrumentos e atividades didáticas que visam articular o processo de formação

contínua entre tempos e espaços escola-família-comunidade. Sem as mediações pedagógicas a Alternância pode se tornar uma relação fria, distante, desarticulada entre esses tempos-espacos. O tempo na família-comunidade não é de férias ou recesso (Justino; Begnami, 2022, p. 63).

Na Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares”, as Medições Pedagógicas são realizadas por meio das atividades de planejamento semanal e anual: no plano de formação que organiza conteúdos vivenciais e escolares; nas atividades de pesquisa; nas atividades que traduzem relação de saberes, relação escola-família – comunidade, interação grupal, institucional, avaliação, entre outras.

Assim, toda sequência de Alternância que envolve o tempo-espacó escolar articulado ao tempo-espacó família-comunidade é organizada e articulada por um tema gerador que orienta uma pesquisa empírica na comunidade, a partir de uma temática previamente organizada (Begnami; Justino, 2022, p. 63-64).

Durante o tempo-escola desenvolvem-se as aulas tendo como ponto de partida as problematizações que surgem dessa pesquisa.

Nessa direção, outros tempos/espacos formativos são propostos no processo educativo, bem como a sua realização prática, na Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares”. Esses tempos são:

Tempo/espacó do estudo

Utilizado para o processo de reflexão sistematizada, mediada pelos educadores dos eixos temáticos, produtos da problematização da colocação em comum da pesquisa da realidade, com a finalidade de ampliar o conhecimento dos fenômenos a partir dos componentes curriculares, tendo como base inicial as situações-problemas da realidade local e expandindo histórica e geograficamente para realidades regionais, nacionais e mundiais. Esse tempo/espacó de formação acontece em sala de aula ou em outros ambientes *da escola*, tendo o acompanhamento do educador como orientador e problematizador desse tempo/espacó de acordo com a organização curricular. Na imagem abaixo, os educadores realizaram a palestra em uma barraca de lona, elemento

simbólico das famílias Sem Terra. Esse espaço educativo foi criado com objetivo de provocar nos educandos e educadores a reflexão sobre o processo histórico de luta e conquista da terra/território.

Tempo/espaço de formação

O sentimento de pertencimento em um espaço deve fazer parte de uma educação que tem a intencionalidade de desenvolver a totalidade do ser. Esse ato educativo quando sistematizado pedagogicamente promove a humanização das pessoas. Para alcançar tal dimensão do ato formativo, os estudantes da Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares” participam de um tempo/espaço que acontece no período inicial e no momento de finalização do dia. Esse momento é repleto de mística, onde os estudantes organizados nos seus núcleos expressam as palavras de ordem, palavras que contêm em si uma força de resistência e sonhos.

Tempo/espaço de trabalho

Momento de vivência coletiva e do trabalho como princípio educativo para isso, os estudantes, num sistema de auto-organização, realizam tarefas e serviços que contribuem com o sentimento do cuidar dos espaços. Esse ato não é apenas um momento do fazer mecânico, mas um ato que tem reflexão, planejamento, coordenação dos estudantes e mediação dos educadores, ou seja, um momento pedagogizado.

Tempo/espaço das místicas

É um dos momentos que mais transcendem a intencionalidade do ato educativo como instrumento de resistência dos camponeses, um tempo/espaço cheio de simbologia da luta e da arte camponesa, que acontece em momentos especiais e de forma planejada, como: acolhida aos estudantes, abertura do tema gerador dos trimestres, motivação da auto-organização dos estudantes, momentos de avaliação da equipe escolar, datas das lutas camponesas, ornamentação do espaço escolar, noites

culturais, assembleia das famílias, entre outros. Os momentos de mística acontecem semanalmente no ambiente da escola e expressam as questões do campo, da agroecologia, da educação do campo, das lutas camponesas e dos movimentos sociais. A mística é um “mecanismo de celebrar, de cultivar o projeto político, por intermédio dos símbolos, da cultura, da memória, dos sonhos. A mística ensina a cultivar o projeto” (Pizetta, 2007, p. 96). Muito presente nos sujeitos camponeses e na própria origem do MST, a mística traz a unidade junto aos símbolos, às manifestações, às celebrações, aos hinos, à bandeira, aos gestos, construindo o sentimento de unidade, de justiça (Stédile, 2021).

Tempo/espaço comunidade

o processo de ensino-aprendizagem da Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares” tem uma metodologia que contempla a integração entre o meio em que vive o estudante e o ambiente escolar. Essa articulação possibilita a contextualização no processo de produção do conhecimento. O tempo/espaço da comunidade é a base de investigação e observação dos fenômenos a serem problematizados e estudados pelos conteúdos curriculares; assim, esse tempo/espaço é o ponto de partida no processo de ensino-aprendizagem.

Tempo/espaço de avaliação da vida de grupo

O cotidiano da escola do “Assentamento Zumbi dos Palmares” tem uma diversidade de momentos onde os estudantes exercitam experiências coletivas e de protagonismo, o ambiente escolar permite a liberdade responsável e ocorre o aparecimento dos vícios e desvios nos comportamentos e atitudes cotidianas que interferem nos momentos coletivos. No sentido de superar esses valores na vida de grupo dos estudantes e contribuir com a formação de novos valores para serem vividos na sociedade, acontece semanalmente a avaliação semanal, momento do exercício da crítica e autocrítica.

Tempo/espaço da organicidade

Com o objetivo de proporcionar aos estudantes a tomada de consciência organizativa, eles vivenciam experiências da auto-organização e da tomada de decisão, que colaboram significativamente com o processo de gestão da escola, evidenciando o protagonismo por meio da organização de coletivos nos quais exercitam o planejamento e o desenvolvimento de atividades coletivas.

A diversidade de tempos/espaços formativos, enquanto princípio pedagógico, visa desenvolver na formação das crianças e adolescentes situações em que o mundo escolar se posiciona em interação com o mundo que os rodeia. Nesse contexto, busca articular universos considerados opostos ou insuficientemente interpenetrados, o mundo da escola e o mundo da vida, a teoria e a prática, o abstrato e o concreto.

Assim, ao apresentar uma nova dinâmica de interação entre os sujeitos do projeto educativo, a formação em Alternância possibilita em seu bojo uma problemática complexa em termos de relações construídas entre o meio escolar e o meio familiar.

Nesse contexto, a escola, como instituição é uma construção social e histórica, como destacam os autores abaixo:

Na forma que a conhecemos hoje (de escola pública, em tese para todos) foi inventada nos séculos 16-17. Ela não é apenas um efeito ou reflexo das relações sociais capitalistas; ela participou da construção da nova ordem urbana, burguesa, capitalista. Há uma estreita relação entre forma escolar, forma social e forma política. Seu percurso encarna/reproduz as contradições sociais que nascem fora dela e ela vai sempre tender ao polo socialmente hegemônico se não houver uma forte intencionalidade na outra direção. E não haverá uma transformação mais radical da escola fora de um processo de transformação da sociedade. No entanto, mudanças significativas que conseguirmos fazer na escola podem ajudar no próprio processo de transformação social mais amplo, desde que feitas na perspectiva da formação dos construtores ou sujeitos deste processo (Caldart, 2012, p. 67).

Dessa forma, as mudanças significativas que forem implementadas na escola podem ajudar no processo de transformação social, desde que feitas na perspectiva de consolidação da luta dos diversos povos do campo.

Além da diversidade de tempos educativos e dos objetivos próprios a cada um deles, chama atenção na Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares” a incorporação de outra dimensão fundamental: a necessária formação de valores que deve vir junto com a oferta dos conteúdos curriculares, dando, assim, uma característica de um projeto de educação que busca no seu processo educativo a humanização das pessoas.

Considerações finais

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas para participar de práticas com ela coerentes (Freire, 2000, p. 33).

Este trabalho de pesquisa e estudo objetivou analisar e compreender como a Educação do Campo e a experiência pedagógica desenvolvida na Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares”, localizada no Assentamento Zumbi dos Palmares, município de São Mateus/ES, contribui para o processo de resistência e fortalecimento do território camponês.

Essa experiência está em constante movimento de construção coletiva e ao longo da sua existência vem oportunizando aos sujeitos o acesso ao direito de estudar no lugar onde vivem, através de uma proposta educativa vinculada à realidade e que contribui para o processo de construção e fortalecimento da identidade territorial camponesa.

No entanto, os desafios superados historicamente por essa escola para se manter aberta e funcionando no campo revelam um processo intenso de luta e de resistência que demandou formação política dos sujeitos, organização e articulação com os movimentos e organizações sociais do campo. Conquistar a escola do assentamento significava a territorialização dos direitos ao conhecimento,

à cultura, à memória e à identidade. O MST foi e continua um importante educador e protagonista nesses processos de conquista de dignidade e humanização.

Nesse sentido, a luta por uma sociedade livre, justa e solidária é histórica e só se materializará com a realização de uma ampla reforma agrária, de caráter popular, contribuindo para a construção da soberania nacional. E, para isso, é fundamental que a terra seja democratizada, pois só assim cumprirá a sua função social e garantirá a permanência e a reprodução das comunidades campesinas no campo, sejam elas, camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, seringueiras ou quaisquer outras.

Na perspectiva da Reforma Agrária Popular, a Educação do Campo vem demonstrando ser uma das estratégias de luta, resistência e reprodução das comunidades e dos povos do campo. Onde a Educação do Campo não está territorializada, predomina uma postura individualista, hierárquica, uma relação autoritária entre as pessoas e uma visão de mundo baseada na destruição dos territórios. Nos territórios onde a Educação do Campo atua produzindo conhecimentos, percebemos que as pessoas estão mais qualificadas, o território potencializou a produção de alimentos e, também, de mercadorias, as famílias estão organizadas em cooperativas e associações, estão mais conscientes, são mais solidárias e participativas.

Uma educação que disputa e transforma o espaço, que acreditamos fortalecer o território camponês a partir da valorização dessa realidade (camponesa) e da formação de uma consciência crítica e mais humana. Assim, podemos afirmar que a escola cabe dentro da Educação do Campo, mas a Educação do Campo, enquanto um projeto de sociedade, no sentido mais amplo, suas dimensões estão para além das paredes e muros da escola e, nesse sentido, as cooperativas, associações, a luta, a organização interna, a formação política e a Escola do Campo são fundamentais para o avanço e fortalecimento dos territórios.

Contudo, percebemos no projeto de Educação do Campo da Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares” alguns elementos que compõem as dimensões da transformação da escola rural em uma escola do campo, a serviço do fortalecimento do território camponês,

sendo: a vinculação concreta com as lutas pela Reforma Agrária Popular; a contraposição ao agronegócio exportador e explorador; a defesa da agroecologia como opção de vida no campo; a transformação da sociedade; as mudanças no modo de produção e socialização do conhecimento, tendo a realidade como elemento condutor da organização curricular, com a valorização e a incorporação dos saberes dos sujeitos camponeses; a presença constante da comunidade e dos movimentos sociais nas ações de planejamento, execução e avaliação dos processos pedagógicos desenvolvidos pela escola. Ou seja,

é um projeto de educação que reafirma como grande finalidade da ação educativa ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade de que faz parte; que compreende que os sujeitos se humanizam ou se desumanizam sob condições materiais e relações sociais determinadas (Caldart, 2002, p. 32).

No entanto, constatamos alguns limites e contradições na materialização e na territorialização do projeto de educação do campo da Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares”. Essa escola é uma instituição vinculada ao sistema público municipal, mas fruto da luta, do trabalho, da organização, da coletividade e da resistência das famílias camponesas assentadas. Carrega na sua origem e na sua proposta educativa elementos políticos e pedagógicos contraditórios, antagônicos e divergentes à proposta ofertada pelo estado, hegemonicamente capitalista, que incide sob as decisões políticas, pedagógicas e organizativas da escola e na imposição de programas curriculares descontextualizados com a realidade sociocultural e econômica das famílias camponesas.

Isso se traduz em uma relação conflituosa, de enfrentamentos e de disputas entre projetos de sociedade. Assim, percebemos que a luta, a pressão e a mobilização constante são elementos fundamentais no processo de territorialização do projeto de Educação do Campo ao passo que territorializa também os direitos às políticas públicas essenciais ao fortalecimento do território camponês.

No contexto da Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares”, a Pedagogia do Movimento e a Pedagogia da Alternância possibilitam um conjunto de elementos fundamentais para o processo de formação e de emancipação dos sujeitos em vista da resistência e do fortalecimento da identidade territorial camponesa, ao vincularem a realidade no currículo.

E esse processo é claramente percebido no chão da escola através do trabalho com o Tema Gerador e o método Plano de Estudo; das místicas; do sistema de auto-organização que permeia todos os espaços do cotidiano escolar; dos momentos de estudos realizados em vários espaços educativos; na forma como a escola se relaciona com as famílias, comunidades, associações, cooperativas e movimentos sociais; e nas ações de organização e luta travadas em defesa dos territórios fundamentais a sua existência e humanização, como a educação, a cooperativa, a moradia, a produção, a cultura e o lazer, desse modo, contribuindo para a territorialização da Reforma Agrária Popular.

Durante a pesquisa constatamos, também, alguns desafios, comuns às escolas do campo, entre os quais se destaca o fato de a maior parte dos educadores e educadoras que vêm trabalhar na Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares” desconhecer a realidade do campo, além do rodízio de profissionais decorrente da falta de concurso público específico para a Educação do Campo, e muitos se desafiam a trabalhar nessa escola por ser a opção de emprego que resta.

Isso implica no desafio permanente de promover a formação desses profissionais, principalmente pelo surgimento de diversas concepções divergentes na equipe, que culminam em conflitos com relação aos princípios do Projeto Político Pedagógico desenvolvido pela escola. Entretanto, muito desses profissionais se engajam no processo educativo e superam velhas concepções de educação, assim a escola se torna um espaço de aprendizagem de novos valores.

Constatamos que o projeto de educação desenvolvido pela escola, não dá conta de todas as necessidades que garantam uma vida digna para os seus estudantes, assim, por falta de políticas públicas para os territórios ocupados pelos assentamentos, falta uma política de educação na região em vista de permitir que os jovens continuem estudando na comunidade.

Dessa forma, a ausência de um curso de Ensino Médio que permitisse a continuidade do processo de formação a partir dos princípios da Pedagogia do Movimento e da metodologia da Pedagogia da Alternância é uma grande fragilidade na região. Além de outras necessidades importantes para a permanência dos jovens no campo, como: área de lazer, oportunidades de emprego e geração de renda para os jovens.

Considerando que a Educação do Campo em seu sentido amplo não cabe dentro da escola, mas a escola a partir da Educação do Campo se constitui em importante estratégia na construção da Reforma Agrária Popular e no fortalecimento e resistência do território camponês, destacamos que este trabalho não deu conta de identificar e discutir todas as dimensões e contribuições do projeto de Educação do Campo da Emeief “Assentamento Zumbi dos Palmares” na territorialização da identidade camponesa e no processo de construção da Reforma Agrária Popular.

REFERÊNCIAS

- BEGNAMI, João, Batista; JUSTINO, Érica Fernanda. **Formação por Alternância na Educação do Campo**. Marília (SP): Lutas Anticapital, 2022.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 6, p 1-23, jun. 2007.
- CALDART, Roseli Salete. O MST e a escola: concepção de educação e matriz formativa. In.: CALDART, Roseli Salete (org.). FETZNER, Andréa Rosana; RODRIGUES, R.; CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012a. p. 257-273.
- CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: EPSJV; Expressão Popular, 2012b. p. 546-552.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. Educação do Campo e territórios/territorialidades camponesas: terra, família e trabalho. In: MOLINA, Mônica Castagna; MARTINS, Maria de Fátima Almeida (org.). **Formação de formadores**: reflexões

sobre as experiências das licenciaturas em educação do campo no Brasil. São Paulo: Autêntica Editora, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo.**

Presidente Prudente: Unesp, 2014, 806 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2014.

CASALI. D.; PIZETTA. A. J. A formação do campesinato e as mudanças recentes na agricultura capixaba. In: SOUZA, A. P. et al. (org.). **A reforma agrária e o MST no Espírito Santo:** 20 anos de lutas, sonho e conquista de dignidade. Vitória/ES: MST, 2005. p. 29-72.

CHÃ, Manuela Ana. **Agronegócio e indústria cultural:** estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FERNANDES, Bernardo; MOLINA, Mônica. O campo da educação do campo. **Núcleo de estudos, pesquisa e projetos de reforma agrária.** Presidente Prudente, 2005. nardo Mançano. Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Educação do campo e pesquisa:** questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil.** Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

HAESBAERT, Rogerio. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDALH, Zeny (org.). **Manifestações da cultura no espaço.** Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1999. p. 169-189.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Dossiê – MST Escola:** Documentos e Estudos 1990-2001. Caderno de Educação. n. 13 – edição especial. Veranópolis: Iterra, 2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Princípios da educação no MST.** Caderno de Educação, n. 8. São Paulo, 1996.

OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de; CAMPOS, Marília. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 239-246.

PIATTI, Célia Beatriz. Pedagogia da alternância: espaços e tempos educativos na apropriação da cultura. *Boletim Gepep*, v. 3, n. 5, p. 48-64, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOUZA, Rubneuza Leandro de. **Educação do campo como política pública:** (neo)desenvolvimentismo e hegemonia no Brasil (2003-2016). 2017. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2017.

STÉDILE, João Pedro. Questão agrária. In: DIAS, Alexandre Pessoa *et al.* (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação.** Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Editora Expressão Popular, 2021.

TELAU, Roberto. **Ensinar, Incentivar, Mediar:** dilemas nas formas de sentir, pensar e agir dos Educadores dos CEFFAs sobre os processos de ensino/ aprendizagem. 2015. 179f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

Parte 2

AMÉRICA LATINA, PRODUÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS E DEFESA DOS TERRITÓRIOS

MOVIMIENTOS SOCOTERRITORIALES EN LA DEFENSA Y CONSTRUCCIÓN DE LA SOBERANÍA ALIMENTARIA EN CARACAS – VENEZUELA

LUIS ENRIQUE ORTUÑO HERNÁNDEZ

BERNARDO MANÇANO FERNANDES

La revolución bolivariana en el 1998 y posterior a la refundación de la patria que se materializó a través de la aprobación de la constitución en 1999, desató la furia de la derecha nacional e internacional y del gobierno de los Estados Unidos (EE.UU.) con el interés supremo de reinstalar el modelo neoliberal y frenar el avance y el auge de la revolución bolivariana como ejemplo soberano en la región sudamericana. De ahí se ha desatado un conjunto de formas, métodos y acciones para desestabilizar el proceso venezolano desde adentro y desde afuera del territorio de Venezuela.

En la lucha anticapitalista, la nación venezolana tiene construido la soberanía, enfrentando los retos y las contradicciones de su postura contra hegemónica. En este contexto, el sistema agroalimentario también está cambiando. Este capítulo analiza las acciones de los movimientos socioterritoriales en la defensa y construcción de la soberanía alimentaria en Caracas – Venezuela. La producción de alimentos saludables por y para la población fue estudiado en los tiempos de pandemia desde el Municipio Libertador de Caracas. Los movimientos socioterritoriales formados por el pueblo producirán espacios alimentarios, constituyendo una geografía alimentaria bolivariana.

Estos procesos correrán en una guerra económica, creando mercados populares y se apropiando de las dimensiones territoriales como analizamos en las partes siguientes. Este trabajo fue posible por la militancia bolivariana, que resultó en la participación conjunta de construcción de la geografía alimentaria de las comunidades. En la primera parte, explicamos cómo los movimientos socioterritoriales crean las condiciones para el desarrollo y la transformación de las fuerzas productivas hacia un nuevo modelo productivo. En la segunda parte, presentamos la disputa territorial en la transformación urbana y periurbana. Y, en la tercera parte, analizamos un nuevo proceso de la transformación que es la recampesinización, como una vuelta al campo y a la ciudad para alcanzar la soberanía alimentaria.

Los movimientos socioterritoriales en el desarrollo y la transformación de las fuerzas productivas hacia un nuevo modelo productivo

La formación territorial tiene en la dimensión económica el modo de producción, que es la relación en que la sociedad se organiza para producir sus condiciones de vida. El modo de producción hegemónico es el capitalismo en sus diferentes fases o etapas en las cuales ha sido instalado en casi todo el mundo, y en el sentido contra hegemónico está el socialismo, en ese sentido la lucha contra hegemónica es territorial y se ha desarrollado en todas las dimensiones.

Esta pugna entre el modo de producción socialista y capitalista, dicho en otras palabras, es la expresión de la lucha de clase. El capitalismo vio sepultadas las ideas del socialismo a raíz de la disolución de la Unión Soviética incluso se determinó el fin de la historia, es decir el fin de la lucha. Con el triunfo electoral de la revolución bolivariana en 1998 trae a la palestra mundial la necesidad de continuar la lucha entorno a las revoluciones y en la idea del socialismo, y con ella se ha desatado una guerra total multidimensional desde el inicio del proceso político hasta la actualidad, como ya se ha hecho mención anteriormente.

Una de las causas principales de esta disputa, según el análisis que se ha presentado, responde a la base económica o a las condiciones

económicas de Venezuela a raíz del petróleo. Las fuerzas productivas y las relaciones de producción en Venezuela estaban en el siglo XX al servicio vil del capitalismo mundial y regían a su semejanza el destino político y económico del país con influencia directa o total en la industria petrolera y en el siglo XXI con triunfo del proceso bolivariano hubo una irrupción de esas relaciones o en la forma en que se daban.

Esa irrupción determina la necesidad de activar una nueva fuerza productiva con una orientación al modelo a construir, que se define a raíz de la declaración del carácter socialista y antiimperialista del proceso revolucionario (Chávez, 2005). Esta declaración tiene mucha significancia para el contexto mundial, no debe interpretar el carácter o la declaración del proceso bolivariano, con la idea de la construcción del socialismo en sí, es decir haber declarado el carácter socialista de la revolución no significa que se haya construido el socialismo ni mucho menos superado el modo de producción capitalista. Superar el modelo actual conlleva la destrucción del capitalismo como modo de producción hegemónico, y la construcción de un nuevo modelo de producción que supere las desigualdades y contradicciones del actual.

La premisa del socialismo del siglo XXI expuesto por Chávez en el 2005 (Tabla 1), se fue alimentando en el contexto de la lucha hasta finales del 2011. Logrando una síntesis de las características del modelo Venezolano podemos encontrar siete categorías del socialismo del siglo XXI (Chávez, 2011): 1) la dimensión espiritual; 2) la dimensión política; 3) la dimensión social; 4) la dimensión económica; 5) la dimensión territorial; 6) la dimensión internacional del mundo multicéntrico y pluripolar; 7) la dimensión ambiental. En la propuesta rescata los aportes del socialismo científico, del socialismo indoamericano, pero también de las luchas históricas de los pueblos con una raíz indígena, negra, campesina, patriótica, feminista, de todos los sectores apuntando que la lucha es de clase y ante esa lucha la configuración de nuevo bloque histórico que hiciera frente ante los retos y construcción del nuevo modelo (Chávez, 2011).

Tabla 1 – Aspectos claves del socialismo del siglo XXI según autores principales en el contexto mundial

	Política	Económica
Vidal, Ansaldi y Cea	Democracia directa, participativa, protagónica	Nuevas formas de producción e intercambio
Dieterich	Democracia directa y participativa: decisión permanente de la mayoría en los asuntos públicos de la nación	Víctimas del capitalismo neoliberal a escala global. Plurales sujetos
Harnecker	Democracia social y política: autogobierno popular. Protagonismo y participación	Plurales Sujetos
Lebowitz	Participación y democracia.	Trabajador, Productor en el centro del sistema socialista

Aspectos claves del socialismo del siglo XXI según autores principales en el contexto mundial

Mészáros	Igualdad sustantiva. Participación democrática	Igualdad sustantiva: propiedad colectiva de los medios de producción	Cuidado de los recursos del planeta	Productores libremente asociados
Monedero	Construcción colectiva de una nueva ciudadanía	El pueblo empoderado, multicultural y plurinacional	Trabajador produce lo material y el mundo de la vida (lo subjetivo)	Respeto medioambiental Comunidades controlan al Estado

Fuente: Vidal, Ansaldi y Cea. 2018. Adaptación al cuadro.

Estos autores (Dieterich, Harnecker, Lebowitz, Mészáros y Monedero) están cerca al proceso o planteamiento del comandante Chávez, y resaltan cinco ideas fuerzas o nociones fundamentales acerca de la propuesta del socialismo del siglo XXI, las cuales son: “Democracia, Sujetos Históricos, Formas de Producción e Intercambio, Naturaleza y Planificación” (Vidal, Ansaldi y Cea, 2018).

En el contexto de la construcción un nuevo bloque histórico pasa por comprender también y analizar la acción contrarrevolucionaria para desestabilizar el proceso de construcción y como hemos explicado anteriormente la lucha incesante por el poder político y económico forma una prioridad para la agenda del capitalismo mundial, el cual se irá agudizando a raíz del agotamiento del recurso principal que mueve al mundo hoy, el petróleo.

Ante este reto cabe preguntarnos hoy hacia dónde marchan las fuerzas productivas surgidas y recreadas en los últimos 18 años. Marx y Engels (2000) definirán las fuerzas productivas como el conjunto de elementos que permite la producción de los bienes materiales de la sociedad, es decir la producción de vida o de los elementos que garantizan la vida. Esos elementos están conformados por la fuerza de trabajo del hombre y la mujer y los medios de producción, estos a su vez están compuestos por los medios de trabajo y los objetos de trabajo.

En tal sentido y desde la perspectiva de la agricultura urbana se tiende a configurar o a nuclear un sujeto territorial alimentado de la clase proletaria y de la clase campesina, el agricultor urbano ejerce su rol de clase proletaria ya que está integrado como obrero en su espacio laboral habitual e integra el rol de clase campesina en la labor de cultivar los alimentos para el autoconsumo y para la comunidad. En este proceso el productor agrourbano y agrourbana no solamente es agricultor sino también es artesano y tecnólogo popular, ya que, para la característica del proceso venezolano a raíz de la guerra económica, debe adaptar construir o asegurar la base material y tecnológica para el desarrollo agropecuario.

De tal manera que el productor agrourbano y agrourbana tiene una cosmovisión de lo urbano y sus luchas, pero también del campesino y de sus luchas. Esta fuerza productiva tiende, en esta conexión

de lo rural y urbano, a tener una nueva relación con su entorno es decir con la naturaleza, el patio de la casa, el área verde individual o colectivo de la comunidad, algún terreno que estaba en la cercanía, tiende a transformarse en el espacio productivo. Este elemento lo abordaremos el siguiente segmento.

Transforma así sus relaciones sociales internas y externas, tiene una visión diferente a raíz de la práctica agrícola, incluso valoriza en término productivo elementos que antes considera obsoleto o basura, en el ejercicio de producir sus propios medios como lo es los insumos, herramientas u otros elementos. En términos concretos los residuos de origen vegetal que antes desechaban ahora son incorporados a través de la tecnología popular como elemento esencial en la actividad agrícola.

Desde la relación con y en la comunidad, tiende a incorporarse como sujeto esencial en la distribución de alimentos bajo diferentes formas de intercambio, desde el trueque solidario con referencia al valor de uso de los productos, o en intercambio comercial de costo del producto a escala monetaria e incluso o distribución por fuerza laboral, garantizando a su vez la participación de las diferentes personas de la comunidad. El incorporar esta producción en lo local permite competir contra la especulación del comercio capitalista, a pesar de que la producción en la ciudad tiene su un ritmo y no es constante, en los tiempos que se incorpora esta producción permite configurar las formas de intercambio antes mencionadas.

Para los movimientos socioterritoriales que abrazan la idea de la agricultura urbana se activan como fuerza productiva contribuyendo a la soberanía alimentaria desde las pequeñas experiencias. “La soberanía del Estado está garantizada por la soberanía de las múltiples fuerzas sociopolíticas que garantizan el Estado” (Fernandes, 2009). En tal sentido estas fuerzas sociopolíticas para la realidad de Caracas se agrupan en el sistema de fuerza Caribe, llamado así por voluntad de sus integrantes, un concepto que retoma la fuerza como principio de movimiento y que enarbola el sentir de las luchas del pueblo Caribe de las tribus que inicialmente ocupaban el territorio de Caracas, es una instancia que vincula el poder popular comunas, movimientos socioterritoriales y socioespaciales (mujeres, juveniles, trabajadores,

profesionales y técnicos, motorizados, transportistas, ecologistas, animalistas, productores, campesinos, partidos políticos, médicos, consejos comunales, comunas, comité de tierra, comité de servicios, comité de salud, movimientos de familias, movimientos pobladores y viviendo venezolanos, movimientos de las misiones y grandes misiones socialistas), el gobierno municipal, articulados bajo un solo plan donde participan e inciden en la transformación integral de la ciudad.

En el campo de la producción agrourbana la mejor experiencia se ha constituido en la capacidad organizativa y compromiso que tienen los movimientos socioterritoriales para resistir los embates del capitalismo, que en Venezuela tiene sus repercusiones a través de la guerra económica. La transformación de una Caracas consumidora hacia una Caracas productiva implica “transformar as relaciones sociales e de producción en el campo y ciudad (Rosset; Barbosa, 2019, p. 46). En tal sentido se registraron algunas experiencias que apuntan a este objetivo, no solamente de producción sino en la distribución de alimentos.

El plan a pueblo, este plan es un esfuerzo colectivo que contemplaba la distribución de alimentos programada casa a casa, a través de redes de mercados populares, sin intervención del estado. La producción del campo distribuida en la ciudad de manera organizada que correspondía según cantidad de habitantes, la coordinación pueblo a pueblo, entre comunas campesinas y comunas urbanas de Caracas. Este plan constituye un cambio en las relaciones de producción donde priva la necesidad de la población y no la necesidad del mercado. Y esto pasa con la unión de todos los movimientos socioterritoriales, hombres y mujeres en la conquista de ese sagrado derecho a la alimentación.

Nosotros veíamos, ya en 2013, que vendría una guerra económica como la que vino después, y partimos del principio de que solo el pueblo salva al pueblo, entonces nos pusimos a planificar, a vincular el campo con la ciudad, a los productores que practican la agricultura familiar campesina con los consumidores, con las comunas, los consejos comunales y los trabajadores en el tema de la alimentación (Sputnik, 2023).

Plan que inicia en Carache, estado Trujillo, en la tierra de santos sabios y guerreros según su gentilicio, el plan pueblo a pueblo convertido en un movimiento socioterritorial que recibe “de manera oficial el premio de Soberanía Alimentaria 2019, el cual otorgó la Alianza Estadounidense de Soberanía Alimentaria (USFSA), por su sigla en inglés” (MPPRE, 2019), llegando a distribuir 3.5000 toneladas de alimento y llegando a impactar a 450.000 personas de las comunas de Caracas. Pero experiencias como estas se extendieron a los largo y ancho del país, generando un debate en la disputa territorial ¿puede una comuna de la ciudad poseer o hacer uso de tierras en otras regiones del país?

En estas luchas por la soberanía alimentaria podemos encontrar, en la figura 1, la experiencia del Frente Francisco de Miranda (FFM) una movimiento territorial que tiene presencia en los 23 estados del país y el Distrito Capital, es una de las primeras organizaciones nacidas en la revolución en el años 2003 creadas por el Comandante Chávez y por el Comandante Fidel, que agrupa a hombres y mujeres de todas las edades, principalmente jóvenes convencidos y convencidas en la consolidación de la Revolución Bolivariana y toma como sí el proyecto revolucionario expresado en el Plan de Patria.

Figura 1 – Experiencia productiva de agricultura urbana en el Urbanismo Hugo Chávez FFM de la parroquia El Valle en Caracas



Fuente: Ortuño, 2020.

El espacio de producción del Urbanismo Hugo Chávez, ubicado en la parroquia El Valle a las entradas de Caracas al suroeste ha sido un proyecto recuperado e impulsado por el FFM con participación de los y las integrantes de la comunidad, donde gracias al esfuerzo colectivo la producción es distribuida por el CLAPS del Urbanismo a precios solidarios y sin intermediarios directo al pueblo casa a casa. En este proyecto hay proceso de siembra de rubros de ciclos cortos como el cilantro, cebollín, lechuga, pepino, cría de conejo, gallinas ponedoras, y se estima que anualmente se producen 600 kilogramos.

Experiencias como estas se encuentran en el 50% de los urbanismos de Caracas, el cual ha sido impulsado como política pública por el Ministerio del Poder Popular para la Agricultura Urbana – MPPAU y los movimientos socioterritoriales que en vínculo con las estructuras territoriales integra como punto de unión a los diversos actores en la producción de alimentos.

El Movimiento Agrourbano Siembra Venezuela (figura 2) es un movimiento socioterritorial que articula su trabajo organizativo y productivo en comunidades con pequeñas extensiones de terreno para el desarrollo de agricultura urbana. Este movimiento desarrolla un proyecto de integración comunitaria y producción agroalimentaria en el corazón de la ciudad de Caracas, llamado, “Arpa Colectiva 2020” haciendo agricultura sustentable con enfoque agroecológico, ubicado en el urbanismo Ojos de Chávez de la parroquia San Agustín en las adyacencias de la AV. Bolívar.

La producción de este espacio es distribuida en la comunidad, con el lema “producimos dignidad”. Este proyecto, no solamente produce alimentos en sí, sino que se transforma en un espacio de formación en el punto círculo de la comunidad, y funge además como una tienda agroecológica donde se distribuye plántulas y bioinsumos producidos en el espacio. Se constituye a su vez en aula productiva abierta permanentemente y funge como articulador entre los diferentes movimientos agroecológicos en la ciudad.

Figura 2 – Experiencia productiva del Movimiento Agrourbano en el Urbanismo Ojos de Chávez en la parroquia Santa Rosalía en Caracas



Fuente: Ortúñoz, 2021.

En este espacio se estima que más 1.000 personas han participado en los procesos formativos y de sensibilización que brinda el aula productiva en 6 años desde el año en torno al tema agroecológico, vinculando a hombres y mujeres y niños y niñas principalmente realizando procesos de extensión escolar en las escuelas más cercanas del espacio de producción. Se ha producido cerca 2.5 toneladas de alimentos en este periodo, entre rubros de ciclo corto: pepino, cilantro, cebollín, tomate, pimentón. Durante la pandemia se convirtió en un punto de referencia de producción de plantas medicinales, bajo el método bici-delivery llegó distribuir más de 1.000 kit medicinal “anti-covid” que contenía: malojillo, toronjil, atamel, orégano orejón, tormillo.

El Área de Producción Agroalimentaria (ARPA) Cacique Tiuna (figura 3) es una experiencia que expresa el mejor esfuerzo vinculado entre poder popular y gobierno local, está ubicada en la entrada suroeste de la ciudad, en el Urbanismo Cacique Tiuna. Cuenta con una superficie de 26 hectáreas aproximadamente, las cuales están en proceso productivo 16 hectáreas. Esta comunidad producto de la guerra económica se vio en la necesidad de volver al campo productivo, y se

volcaron a transformar el territorio en ocio en territorios productivos. En esta experiencia ya tienen 6 años que iniciaron el proyecto y ya hoy son referencia a escala nacional de agricultura urbana.

Figura 3 – Experiencia productiva de agricultura urbana en el ARPA Cacique Tiuna en la parroquia Coche en Caracas



Fuente: Ortuño, 2021.

Los movimientos socioterritoriales que participan en el mismo son: Guerrero de la Montaña, Colinas de Cacique, La Esperanza, Ezequiel Zamora, La Quebradita, Cómptela Sembrando, Juventud Productiva, Comité Local de Abastecimiento y Producción Socialista (CLAPS) Cacique Tiuna, los cuales se aglutina en el Consejo de Campesino Cacique Tiuna, donde planifican actúan y evalúan cada una de las acciones a desarrollar en el territorio en torno a la producción de alimentos.

En el tema productivo desarrollan proceso de siembra de: café, maíz, caraota, cambur, yuca, ñame, lechosa, aguacate, tomate, pimentón, ají, repollo, zanahoria, en este sentido se registra una producción estimada entre 15 a 20 toneladas en el 2022 de manera general. En la producción animal se encuentra: conejo, gallinas ponedoras, pollo de engorde, porcino, caprino, en este sentido se registra una producción estimada entre 6 a 8 toneladas en el año 2022. La producción es

distribuida en la comunidad en ferias comunales directo del productor al consumidor un porcentaje definido por el Consejo de Campesino es distribuido en las dos escuelas de la comunidad como aporte. En este ARPA se registra que en el periodo de la pandemia llegó a distribuir más de 10.000 toneladas a los Hospitales Sanitarios instalados en Caracas para la atención de las personas contagiadas por el coronavirus durante el año 2020. De tal manera que hay un fuerte sentido del momento histórico y deseo de cooperar por parte de los productores del ARPA Cacique Tiuna.

Figura 4 – Vivero de la Escuela Agroecológica
Luis Rodríguez Araque del FFM



Fuente: Ortúño, 2021.

El Vivero de Escuela Agroecológica Luis Rodríguez Araque, ubicado en la parroquia Caricuao al suroeste de la ciudad, este espacio es destacado para plantación de semillas de ciclo corto que son distribuidas en el Plan Agricultura Familiar bajo la modalidad agricultura urbana para la producción y autoconsumo de las familias. También se producen abonos y biofertilizantes orgánicos que son distribuidos en la ciudad, además de dar talleres de formación sobre todo lo referente a la producción agroecológica y agrourbana a la población de Caracas.

En este espacio desde su reapertura en el 2019 han generado espacios de sensibilización que ha contado con participación de 1800 personas aproximadamente de diferentes movimientos socioterritoriales de Venezuela. Y en el plano internacional ha sido una experiencia que ha permitido la sensibilización agroecología de más de 200 militantes de diferentes movimientos socioespaciales del mundo, provenientes de: Haití, México, Brasil, Ecuador, Colombia, Argentina, Uruguay, Jamaica, Estados Unidos, Canadá, República Dominicana, Trinidad y Tobago, Cuba, Francia, España, Rusia, Zambia, Túnez, China, Palestina, Indonesia, Sudáfrica.

**Figura 5 – Experiencia de agricultura urbana en la parroquia
El Paraíso, en la azotea del urbanismo OPPE 56**



Fuente: Ortuño, 2021.

Esta experiencia es muy emblemática ya que se desarrolla en la terraza del edificio entregado por la Gran Misión Vivienda Venezuela, lo impulsa el Partido Socialista Unido de Venezuela que también se ha sumado a la batalla productiva con proyectos pequeños como estos para el consumo local y familiar. En este proyecto la producción cae del cielo, ya que cuando cosechan los rubros sembrados van bajando piso a piso entregando casa a casa la producción a las familias del urbanismo.

El proyecto Todas las Manos a la Siembra, más que un proyecto en los momentos actuales, se ha constituido como un movimiento socioespacial y socioterritorial en las unidades educativas, con diferentes experiencias productivas en las escuelas y liceos del país. El mismo garantiza un vínculo territorial entre las fuerzas socioterritoriales y socioespaciales con las unidades educativas, garantizando la activación de la fuerza productiva experimentando y ensayando con proyectos alternativos en la producción, distribución y consumo de alimentos.

Es por ello que, en el Proyecto Todas las Manos a la Siembra se busca fortalecer el tejido productivo y de distribución con experiencias conuqueros, pequeños empresarios, mercados populares y bodegas comunitarias a lo largo y ancho del país. En este planteamiento se asume la producción en pequeña escala haciendo énfasis en su comercialización y consumo local. La producción en pequeña escala y con distribución local permite el ahorro en flete, reduce la merma, atenúa la repotenciación vehicular de los transportes de carga, contribuye al no deterioro de la vialidad, ayuda al acceso a una mejor calidad de producto.

La disputa territorial en transformación urbana y periurbana

La realidad venezolana en el contexto de la disputa territorial se enfrasca en el debate paradigmático de la construcción de la comuna. En tal sentido el debate en la transición del Estado burgués al Estado comunal se enfrasca en las contradicciones de clases y del modo de producción. Para efecto de esta investigación sumaremos el debate de la construcción de la soberanía alimentaria en la ciudad de Caracas con relación a la agricultura urbana, que se vincula con la democratización de la ciudad y el derecho a una ciudad segura y productiva.

Caracas, específicamente el municipio Libertador (figura 6), tiene un ordenamiento territorial de 22 parroquias dentro del primer territorio, existe a su vez 119 ejes de gobierno comunitario surgidos en el 2018 que se mantiene hasta la actualidad que son asumidos desde los movimientos socioterritoriales, también están 108 Comunas en construcción y 2600 comunidades CLAPS en el segundo territorio (Datos suministrados por la Alcaldía del Municipio Libertador). Son instancias de gobierno local una expresión de la organización de los movimientos socioterritoriales donde se aterrizzan las políticas públicas del gobierno nacional, contribuye al desarrollo local de la comunidad y disputan el primer territorio como espacios de gobernanza.

Figura 6 – Parroquias con experiencias productivas de agricultura urbana con superficie de una a 10 hectáreas

Tema: Agricultura Urbana en Caracas. Mapa Caracas. Año. 2023.
Fuente: Alcaldía del Municipio Bolivariano Libertador, Caracas.



Fonte:

Estas instancias tanto los Ejes de Gobierno Comunitario, el Sistema de Fuerzas Caribe, las Comunas, los Comités Locales de Abastecimiento Producción, constituyen una ofensiva revolucionaria en la mudanza y construcción desde Estado actual hacia el Estado Comunal, que sin duda pasa por la transformación radical del espacio y del territorio. Es una estrategia por la hegemonía en el territorio, hacia una nueva geometría del poder. Cada uno de estos territorios tiene sus propias relaciones, interacciones, controversias, disputas, “nos muestran las múltiples territorialidades” (Fernandes, 2008). Comprender esto pasa por entender cada uno de estos territorios, sus formas y componentes. He ahí una fortaleza de los movimientos socioterritoriales.

En la disputa territorial, los movimientos socioterritoriales en vínculo con el gobierno local y nacional van tejiendo nuevas formas de relación e interacciones hacia la transformación del estado burgués al Estado comunal, un Estado con nuevos territorios y territorialidades que dan paso o surgen desde el cambio cultural, social, económico y político en todas direcciones de abajo arriba y de arriba abajo y de abajo hacia adentro. Es multidimensional, este principio de multidimensionalidad (Fernandes, 2008) donde cada sujeto en su instancia socioterritorial conoce y profundiza en su territorio, toman elementos de él para transformarlo según la realidad, las potencialidades, debilidades y sueños o esperanzas.

La agricultura urbana, tal como la accionamos en Venezuela, promoviendo la democratización de la ciudad, resta condiciones de reproducción de un modelo de minorías y exclusiones. Pone sobre la mesa la discusión sobre el modelo de desarrollo, y por tanto desata antagonismos, tensiones y disputas (Freites y Granada, 2017, p. 34).

Dos debates que se encuentran por necesidad real territorial, la construcción de la comuna en la democratización territorial hacia una vida más justa y humana, con nuevas formas de relaciones socioterritoriales, y la agricultura urbana hacia el derecho universal de la alimentación bajo un enfoque más saludables y más amigables con la naturaleza.

En la vía hacia la Caracas productiva y comunal, los movimientos socioterritoriales son un pilar fundamental en esta construcción, la

relación entre poder popular y gobierno permite sobreponer y agudizar las contradicciones y los conflictos territoriales (Fernandes, 2008). Estas contradicciones y conflictos dan paso a nuevas formas, relaciones e interacciones desde el territorio. Como por ejemplo la activación de nueva fuerza productiva en la ciudad, la configuración de nuevas relaciones de poder a partir del poder que se va constituyendo a raíz de la comuna. La territorialización en la superación de estas contradicciones permite, en el ejercicio real, avanzar hacia la soberanía alimentaria y en la construcción de comunas, son ejemplo de avances y de conquistas socioterritoriales que trascienden las formas y relaciones establecidas, dando paso poco a poco de lo nuevo, el Estado comunal.

Que se entiende por comuna, según lo expresa el artículo 5 de la Ley Orgánica de las Comunas la define:

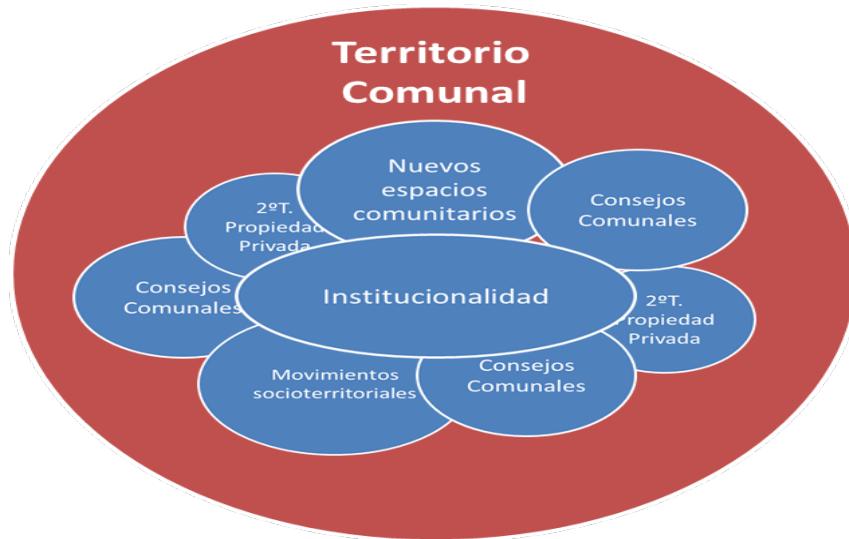
Es un espacio que, como entidad local, es definida por la agregación de comunidades vecinas con memoria histórica compartida, rasgos culturales, usos y costumbres, que se reconocen en el territorio que ocupan y en las actividades productivas que le sirven de sustento, y sobre todo el cual ejercen los principios de soberanía y participación protagónica como expresión del Poder Popular, en concordancia con régimen de producción social y el modelo de desarrollo endógeno y sustentable, contemplado en el Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (LOC, 2010).

El modelo de ciudad construido en el siglo XX que responde a la protección de la propiedad privada, el derecho de la armonía y servicios de la ciudad a las clases alta de la sociedad, determinado de esta manera las formas de relacionamiento, esta concepción aún irrumpe en el debate actual hacia el tránsito comunal, la comuna promueve un modelo de ciudad del derecho colectivo y de justicia social de las grandes mayorías.

Como muestra figura 7 el debate comunal está inmerso un conjunto de instancias del primer y segundo territorio, del territorio material e inmaterial (Fernandes, 2009), un debate que no es solo con el grupo afecto a la comuna, sino es un debate donde participen el sistema de fuerza presente en el territorio, y que sobre todo genere superar las

relaciones sociales de producción existente y dar construcción a las nuevas relaciones sociales, a nuevas comunidades a nuevas comunas.

Figura 7 – Territorio comunal



Fuente: LOC, 2010. Elaboración propia.

Esas comunidades socialistas, así lo entiendo yo, deben ser las comunas. La comuna debe ser el espacio sobre el cual vamos a parir el socialismo. El socialismo desde donde tiene que surgir es desde las bases, no se decreta esto; hay que crearlo. Es una creación popular, de las masas, de la nación; es una “creación heroica”, decía Mariátegui. Es un parte histórico, no es desde la Presidencia de la República. [...] No habíamos nacido aquí ninguno de nosotros y ya Mao Tse Tung andaba haciendo comunas, impulsando con el pueblo bajo este principio: “La comuna popular es una creación de las masas”. ¿No les parece que esta consigna de Mao deberíamos repetirla por todas partes? (Chávez, 2009, p. 3)

La comuna irrumpió en el primer y segundo territorio, donde los movimientos socioterritoriales, organizados en el principio de participación protagónica construyen a partir de sus realidades concretas un nuevo territorio. Su agregación es por definición territorial social

económico cultural y político, es una realidad que parte de la historia o de la geohistoria. En la misma ley en el artículo 6 establece como propósito fundamental la edificación del estado comunal, en otra palabra tiene como propósito desconstruir, demoler, el estado burgués actual, y pasa por configurar una nueva geometría del poder (Fernandes, 2009). Citando Milton Santos, sí es el “territorio es el lugar donde fluyen todas las acciones, todas las pasiones, todos los poderes, todas las fortalezas, todas las debilidades”, las transformaciones entonces deben gestarse desde el mismo territorio como se manifiesta en la comuna socialista.

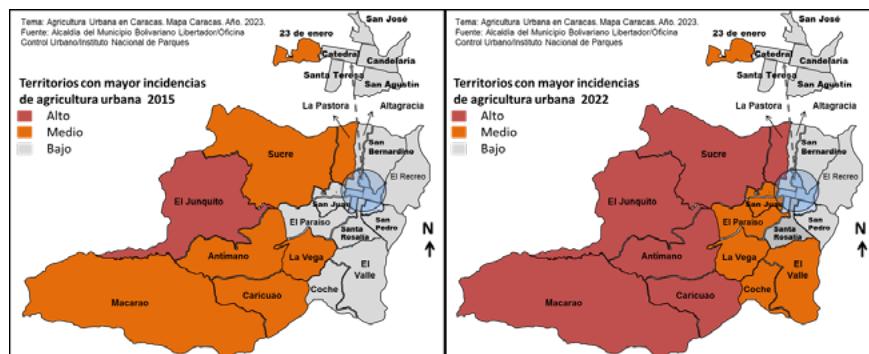
Durante algunos años, la práctica de la agricultura se desarrolló a media escala en la Ciudad de Caracas, teniendo como principal cultivo café y cacao como rubros comerciales desde inicios del siglo XVI hasta finales de XIX (Cunill, 2012). Pero de acuerdo al crecimiento exponencial de la ciudad y de la población estas prácticas fueron quedando abandonadas desde el inicio del siglo XX, al asumirse como modelo de desarrollo el capitalismo exportador de petróleo. Solo muy pocas áreas con experiencias productivas agrícolas quedaron en la ciudad, la misma se tornó a ser la principal ciudad consumidora del país (Figueroa, 1989).

Por ser la ciudad más poblada del territorio Nacional, Caracas es una de las más afectadas por las agresiones coercitivas y unilaterales de la guerra económica. Partiendo de este escenario adverso, ha surgido la necesidad en desarrollar una ofensiva popular desde seno de las comunidades organizadas y de los movimientos socioterritoriales en la producción de sus alimentos en diferentes zonas de la ciudad. Por tal motivo, se ha diseñado un conjunto de estrategias que se suscriben dentro de los preceptos filosóficos y prácticos de la agricultura urbana y periurbana. Ciudades como Caracas, donde su desarrollo urbanístico se realizó de forma discriminada por las razones ya explicadas, representa un reto y requiere de un gran esfuerzo de las fuerzas socioterritoriales y de la colaboración del gobierno nacional, regional y local.

El cambio de paradigma, de una Caracas de concreto y dependiente de la producción del interior de país, hacía una ciudad con capacidad real de producir sus propios alimentos a partir del año 2001, pasa por comprender la agricultura urbana como un eje estratégico en la

soberanía alimentaria que da vida a una nueva cultura productiva que rompe relaciones de dependencia en lo material y lo simbólico, fortalece las fuerzas populares, permite la emergencia de ciudades con garantía plena a sus pobladores de acceso, la democratización del suelo urbano y el acceso a producir, distribuir y consumir sus propios alimentos como demostrado en la próxima figura.

Figura 8 – Evolución de la agricultura urbana en Caracas



Fuente: Alcaldía del Municipio Bolivariano Libertador/Oficina Control Urbano/Instituto Nacional de Parques. Elaboración propia.

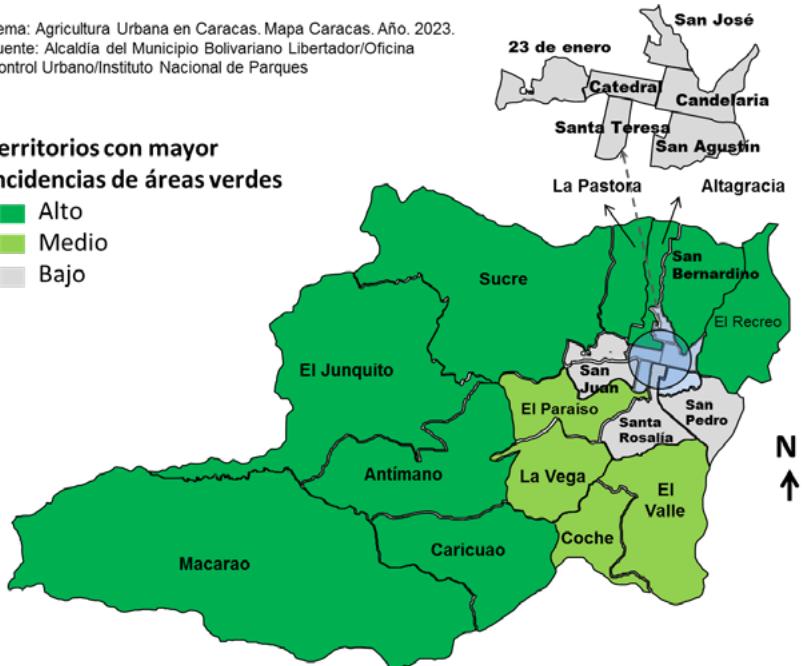
De acuerdo a esta realidad, evaluamos a continuación como ha sido la expansión o crecimiento de la agricultura urbana en la ciudad de Caracas en los últimos cinco años, desde dos índices principales: la superficie potencial agrícola (SPA), por una parte y la superficie agrícola ocupada (SAO), por otra (figura 9). Estos dos índices nos permiten, no solo conocer el potencial y contrastarlo con la realidad, sino además conocer ese proceso profundizar o indagar en cómo es la relación hombre naturaleza ha generado la transformación de paisaje urbano.

Figura 9 – Territorios con incidencias de áreas verdes de Caracas

Tema: Agricultura Urbana en Caracas. Mapa Caracas. Año. 2023.
 Fuente: Alcaldía del Municipio Bolivariano Libertador/Oficina
 Control Urbano/Instituto Nacional de Parques

**Territorios con mayor
 incidencias de áreas verdes**

- Alto
- Medio
- Bajo

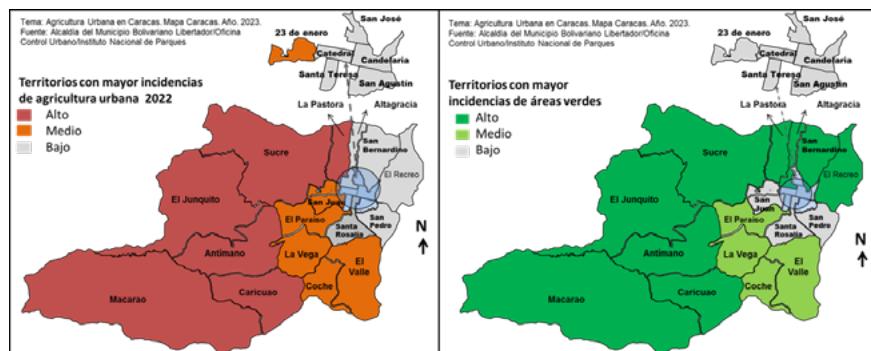


Fuente: Alcaldía del Municipio Bolivariano Libertador/Oficina Control Urbano/Instituto Nacional de Parques, elaborado por el autor.

En estas primeras imágenes observamos la superficie potencial para el desarrollo agrícola y las parroquias donde se ubican estas superficies (figura 10). Podemos mencionar, además, que estas parroquias coinciden con las que concentran mayor población de Caracas como lo son: Sucre, El Valle, Antímano, La Vega, Coche y Macarao; y que concentran aproximadamente el 52% de la población según datos Instituto Nacional de Estadística de Venezuela (INE). A su vez, son las parroquias con más presencia de barrios en zonas montañosas de la ciudad, donde se concentra además la población de la clase obrera, los cuales fueron obligados en el siglo XX a instalarse en esas áreas sin planes urbanísticos, control o apoyo del estado.

De acuerdo con las figuras 3 y 4, se aprecia que las parroquias con mayores incidencias en la agricultura coinciden con las parroquias que dentro de su territorio concentran superficies en áreas verdes de la

Figura 10 – Contraste de territorios con incidencias de AUP y áreas verdes en Caracas



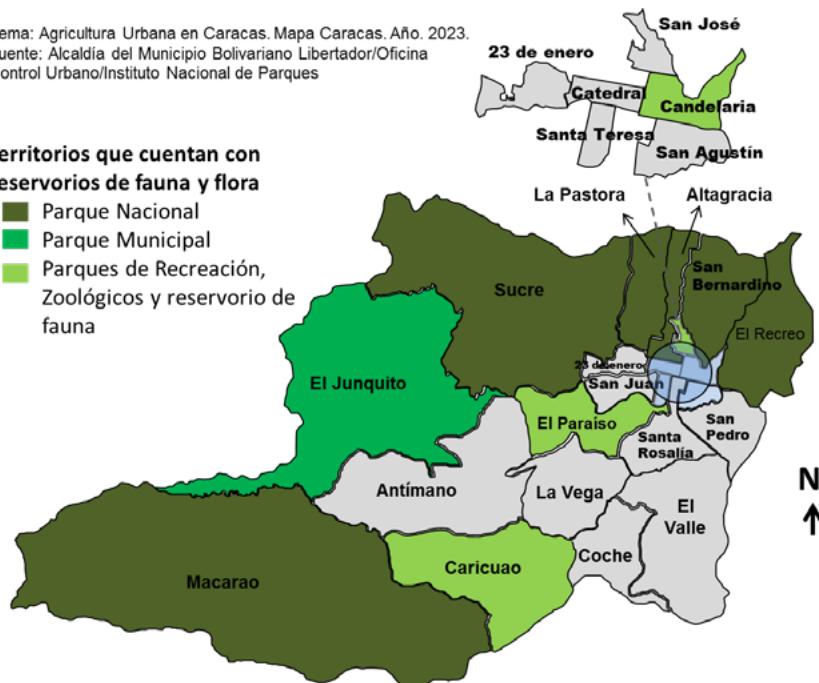
Fuente: Alcaldía del Municipio Bolivariano Libertador/Oficina Plan Siembra Caracas, Imagen del autor.

Figura 11 – Territorios que cuentan con reservorios de fauna y flora

Tema: Agricultura Urbana en Caracas. Mapa Caracas. Año. 2023.
Fuente: Alcaldía del Municipio Bolivariano Libertador/Oficina Control Urbano/Instituto Nacional de Parques

Territorios que cuentan con reservorios de fauna y flora

- Parque Nacional
- Parque Municipal
- Parques de Recreación, Zoológicos y reservorio de fauna



Fuente: Alcaldía del Municipio Bolivariano Libertador/Oficina Control Urbano/Instituto Nacional de Parques, elaborado por el autor.

ciudad. Estos territorios verdes están en ABRAE principalmente se concentran Parque Nacionales, Recreacionales, Zoológicos, Jardines Botánicos como presentado en la figura siguiente.

En la figura anterior, podemos observar la distribución del primer territorio con presencia de ABRAE, las parroquias Sucre, La Pastora, Altamira, San Bernardino y El Recreo están en vinculación constante con el Parque Nacional Waraira Repano; la parroquia Macarao con el Parque Nacional Macarao, la parroquia El Junquito con el Parque municipal El Junquito; ya las parroquias Caricuao, El Paraíso, Candelaria cuentan con superficies menores que se distribuyen entre Zoológicos, Jardines Botánicos y Parques de recreación, estas últimas a pesar de no contar con grandes superficies son importantes dentro del paisaje de la ciudad, y por su vínculo con la flora y la fauna citadina.

El crecimiento de experiencias de la agricultura urbana concentraba antes del 2013 según datos publicados por (Alban, 2017) 29,8 ha en 13 experiencias productivas en 6 parroquias, para el año 2020 superan en la ciudad de Caracas 192,8 ha en 137 experiencias en 17 parroquias productivas, por lo menos de lo que se tiene levantamiento de información. La tendencia va en aumento, en ese sentido se han desarrollado, desde el primer territorio (de gobernanza) y segundo territorio (socio-territorial), estrategias como lo son las Áreas de Referencias de Producción Agroalimentaria (ARPA) que reúne potencialidades en: suelo, agua, vialidad y lo más importante organización socioterritorial.

En los últimos cinco años, producto de varios factores internos y externos, principalmente vinculados por los efectos de la guerra económica, se ha visto la necesidad de la transformación del territorio urbano a territorios productivos. Lo cual ha acelerado las fuerzas socio-territoriales en el empoderamiento de formas y modos de producción de alimentos. A pesar del crecimiento desproporcionado de la población Caracas, se ha mantenido el paisaje natural de grandes reservas y protección de la naturaleza.

Esa transformación del territorio conlleva a la transformación per sé del paisaje, (Santos, 1996, citado por Sansolo, 2007). “A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e

natureza.” Ese conjunto de relaciones socioterritoriales que establecen los seres humanos con y entre la naturaleza en la variación y transformación del territorio también han ido transformando su paisaje. Esas relaciones sociales han variado en diferentes períodos históricos de la ciudad, según lo que hemos analizado, desde lo primitivo a lo colonial, de lo colonial al desarrollismo capitalista y del capitalismo a la transición al socialismo.

Recientemente la concepción de ciudad y de su territorio está en un profundo debate y disputa, desde el surgimiento de las ciudades y/o territorios comunales, hay un proceso de territorialización y desterritorialización, abandonar la vieja concepción, colonia y sus estructuras, de parroquias y alcaldías a la concepción comunal, que asume la bandera del poder popular, el poder del pueblo, donde ejerce protagónicamente sus transformaciones desde el territorio. El comandante Chávez lo define: el pueblo que puede. Este debate está sumergido en la ciudad plena de Caracas.

Recampesinación, una vuelta al campo necesariamente para alcanzar la soberanía alimentaria

En esta sección mostraremos el proceso de transformación cultural de los habitantes de Caracas y su origen natal, profundizaremos también en como la necesidad real de la alimentación desencadenó despertar nociones culturales como agricultores, y como se manifiesta la concepción de recampesinación en las nuevas fuerzas productivas. Para ellos es necesario analizar, de acuerdo a cuestión agraria venezolana, la transformación del aparato productivo que sufrió el país a inicio del siglo XX con la aparición del petróleo, este sustituyó rápidamente la actividad agrícola, transformando a su vez la vida orgánica del país.

Como reflejo de las drásticas transformaciones en la estructura de la economía, aumentaron aún más las dificultades de los trabajadores del campo y la población urbana creció súbita y excesivamente. “En 1926, vivían en la zona rural un 85% de los 3,1 millones de habitantes; en 1971, un 27% de los 11 millones y en el 2001, un 11,6% de los 24,7 millones” (Wexell, 2009).

El movimiento migratorio, emprendido con mayor intensidad a partir de los años treinta y fortalecido hasta los años sesenta, no ocurrió debido al atractivo de la vida urbana, ni a la ilusión de altos salarios en los campos petroleros, sino principalmente por el estado de miseria a que lo había llevado el despojo y la explotación de que era víctima el campesino (De la Plaza, 1974, p. 23).

Este proceso se conoce en la historia venezolana como el éxodo campesino, miles de miles de familias se vieron obligados abandonar sus creencias, culturas y tierras para incorporarse como trabajadores en las grandes ciudades del país. Generando así dos situaciones concretas: uno el abandono de las tierras productivas y la producción de alimentos por la clase campesina; dos la sobre población en las principales ciudades del país dando nacimiento a la clase proletaria, desdibujados de la clase campesina originaria fueron sometido a un conjunto de normas del mundo precapitalista.

Con el nacimiento del proletariado comienza una etapa en el desarrollo social venezolano definida por una nueva estructura y pugnas de naturaleza diferente a las ocurridas en el pasado, que estuvieron caracterizadas, desde la sexta década del siglo XIX hasta ese momento, por las contradicciones entre la burguesía comercial y los terratenientes, de la pequeña burguesía urbana y de la población rural enfeudada frente a los terratenientes y la burguesía comercial. La integración del proletariado en esa estructura precapitalista, cambió el contenido de las luchas sociales venezolanas (Brito, 1996, p. 34).

Durante todo el siglo XX se propuso diferentes iniciativas para el desarrollo de una política productiva, bajo una consigna muy significativa, “sembrar el petróleo” consigna acuñada por el presidente Isaías Medina Angarita, el cual será constituido en un verdadero reto para la economía venezolana durante todo el siglo hasta la actualidad.

Una de estas iniciativas fue la Ley Agraria promulgada en el año de 1945, donde además se promulgó una nueva ley de hidrocarburos, esta ley tuvo como objetivo principal “la transformación de la realidad

en el campo, a través del combate al latifundio y la entrega de tierras a trabajadores rurales. Estableció que se concediera tierras a través de la adquisición y la expropiación” (Wexell, 2009).

La promulgación de esta ley de reforma agraria donde establecía el derecho a los campesinos a ser dotados de tierra y sumados a las leyes e iniciativas que permitían el desarrollo del país priorizando lo nacional, “fue suficiente para que las fuerzas latifundistas e imperialistas se concertaran para derribar al gobierno existente y poner freno al movimiento nacionalista” (De la Plaza, 1974).

Se realizaron en total tres proyectos de ley de reforma agraria en el siglo XX, muchas con falsas promesas que terminaron beneficiando al capital extranjero y agraviando a la clase campesina, lo que conlleva a la organización territorial para la defensa de su territorio y el desarrollo de una gran revolución. El cantautor del pueblo Alí Primera le dedicó un verso, “campesino amigo busca la clase obrera y haz con ella la revolución”.

El resultado de la política durante todo el siglo XX fue el empobreciendo de las capas bajas de la sociedad, por un lado, la clase proletaria en su agonía por sobrevivir sucumbió en las miserias al margen de los derechos sociales y el derecho a la ciudad, y en ese mismo sentido la clase campesina cada vez más desclasada desterritorializada, esto conllevo al estancamiento de la fuerza productiva y el desamparo de un apolítica real para su activación.

En ese sentido la ciudad se configuró en la conexión campo ciudad y viceversa, de tal manera que crecieron generaciones tanto en la ciudad como en el campo, hay cosas que jamás se pueden borrar, en la “epigenética” se concentra el conocimiento acumulado por generaciones. Y justamente ahí la cultura, los saberes populares y la cosmovisión de la clase campesina se mantuvieron, y en tiempo de crisis esos conocimientos brotan como la semilla en la tierra buscando la luz solar que es la energía principal del planeta que nos mueve. Como hemos dicho anteriormente con el triunfo del proceso bolivariano demandó la activación de nueva fuerza productiva.

Con la llegada de la revolución bolivariana floreció la clase campesina, se rescató el concepto como clase social, la identidad e

idiosincrasia una clase social que estuvo siempre en lucha. Sin embargo, los efectos de la guerra económica convocan al poder popular a seguir creando nuevas fuerzas productivas. En ese sentido el productor agrourbano forma de ese nuevo actor social, que como se ha dicho en el segmento anterior, está nucleada, su composición siendo productor le da una connotación de la clase campesina sin dejar de ser obrero.

La agricultura urbana como método abraza la idea de recampesinización, diversificando los métodos productivos que hacia nuevos enfoques agroecológicos. “El concepto de “capital ecológico” invoca la adición de valor como fin y resultado de esta concepción de la agricultura campesina” (McMichael, 2016, p. 197). En ese sentido “El “capital ecológico”, por lo tanto, representa una forma de alternativa de valoración como núcleo de la empresa agropecuaria”. La transformación de la base tecnológica en los sistemas agroalimentarios es una acción vital que genera a su vez soberanía sobre los medios de producción.

En el contexto del II Congreso Venezolano de Agroecología, celebrado en los espacios del Instituto de Altos Estudios de la Salud “Arnoldo Gabaldón” de la ciudad de Maracay del 26 al 28 de octubre del 2016 . Entre las ideas fuerzas que concluyeron ese encuentro de debate, discusión y construcción resaltan dos tres elementos que son vitales para esta discusión y están entrelazados en el debate paradigmático: Semilla – Agroecología – Recampesinización:

- a) Desarrollar procesos de promoción y consolidación para el reconocimiento y conservación de las semillas criollas y autóctonas que producen las familias campesinas, indígenas y afrodescendientes;
- b) Desarrollar sistemas de producción agroecológica en el ámbito local y comunal que reconozca la bioterritorialidad;
- c) Propiciar la autonomía campesina y transformación agraria con producción agroecológica entendida como un proceso de recampesinización.

El proceso de recampesinización permite profundizar la clase campesina y sus luchas junto a la clase obrera, y surge como necesidad

de la realidad venezolana la vuelta al campo para la producción campesina y agroecológica de la alimentación del pueblo venezolano. Esta tiene dos acepciones en la activación de la fuerza productiva, por una parte, en lo concreta el regreso al campo, y la segunda la activación de los productores urbanos en la ciudad.

En los momentos actuales, donde las contradicciones y la lucha de clase se agudizan, van naciendo directamente en las comunidades de Caracas diferentes experiencias que asumen que en la ciudad también se puede producir, también se puede cosechar.

Consideraciones finales

El enfrentamiento al sistema alimentaria capitalista, conocido como agronegocio, requiere la producción de nuevos espacios participativos en una fuerte disputa territorial. Presentamos en este capítulo un estudio profundo del momento de la construcción de la soberanía alimentaria en el municipio Libertador de Caracas. Llegamos a nuestras consideraciones finales en cuatro tópicos esenciales para seguir construyendo la geografía alimentar bolivariana:

- a) La creación de un proyecto de desarrollo local para contribuir a la soberanía alimentaria en Caracas favorece la producción de alimentos para la población, donde se impacta desde las comunidades con formas de distribución y comercialización que contribuyen en la alimentación de la población en esos territorios.
- b) Las valoraciones cualitativas y cuantitativas demostraron la validez de la implementación del proyecto de desarrollo local para contribuir a la soberanía alimentaria en Caracas, donde se evidencia un incremento considerable en la actividad agrícola en la ciudad en los últimos 10 años, tiempo que coincide con la implementación del bloqueo a Venezuela.
- c) Se aprecia que el papel de los movimientos socioterritoriales en su activación como fuerza productiva ha permitido el avance y la territorialización de la agricultura urbana como estrategia

en la producción de alimento desde lo local que apunta hacia una Caracas soberana.

- d) Dentro de la perspectiva del suelo urbano y la implementación de la agricultura urbana se produce una disputa territorial en el primer y segundo territorio, el derecho a la alimentación y a la producción de alimentos en la ciudad parece estar limitado, ante esta necesidad los movimientos socioterritoriales han desarrollado diferentes estrategias que llevan a modificar las relaciones sociales en su entorno, transformando así el propio territorio.

Aún son pocas las experiencias contra hegemónicas al sistema agroalimentario capitalista, Cuba y Venezuela son dos ejemplos nacionales, pero en cada país de América Latina y Caribe hay millones de semillas de experiencias campesinas e indígenas en la defensa de sus territorios, así como se hace en Venezuela. La lucha por la soberanía alimentaria en Venezuela se suma a todas las luchas territoriales por la comida saludable.

REFERENCIAS

ALBAN, R., ARTEAGA, M. Y HERRERA, F. La agricultura urbana en Caracas: diagnóstico de los espacios agroproductivos desde una perspectiva socioecológica. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, 14(80), 1-19. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cdr14-80.aucd>. 2017.

BRITO, F. **Historia económica y social de Venezuela**. Caracas: Biblioteca Central de Venezuela Tomo II. 1996.

CHÁVEZ, H. Selección de discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela Hugo Chávez Frías, Tomo VII “Año del Salto Adelante. Hacia la construcción del Socialismo del siglo XXI”, Caracas, Ediciones de la Presidencia, 2005.

CHÁVEZ, H. **Las comunas y los cinco frentes para la construcción del socialismo**. Aló Presidente Teórico nº 1, Caracas, Ediciones MinCi. 2009.

CHÁVEZ, H. **El socialismo del siglo XXI**. Caracas: Ediciones MinCi. 2011.

CUNILL, P. **Geohistórica de la Caracas Insurgente**. 2. ed. Fundación Centro Nacional de Historia. Impreso. 2012.

- DE LA PLAZA, S. **El petróleo en la vida venezolana.** Caracas Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela. 1974.
- FERNANDES, B. Entrando nos territórios do Território. In: **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.
- FERNANDES, B. Sobre a tipologia de territórios. In: **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.
- FIGUEROA, R. **La agroindustria subordina al campo venezolano.** Academia Nacional de Ciencias Económicas. 1989.
- FREITES, L. GRANADA, I. **Venezuela:** Disputas agro-alimentarias: Desafíos actuales para la ciudad productiva. Portal web Biodiversidad en América Latina, Caracas. 2017.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Encuesta Nacional del Consumo de Alimentos en Venezuela. Disponible en: http://www.ine.gov.ve/index.php?option=com_content&view=category&id=114&Itemid=38#. 2015.
- INSTITUTO NACIONAL DE PARQUES. PARQUES NACIONALES Y MONUMENTOS NATURALES. Disponible en: <http://www.inparques.gob.ve/cms/main/galeria#features>. 2010.
- LOC – LEY ORGÁNICA DE LAS COMUNAS. **Gaceta Oficial**, nº 6.011. República Bolivariana de Venezuela. 2010.
- MARX, C.; ENGELS, F. **Manifiesto comunista.** S. L. Ediciones Elaleph, 2000.
- MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias.** São Paulo, Brasil: Editora Unesp, 2017.
- MPPRE. **Prensa:** Plan Pueblo a Pueblo recibe oficialmente premio de soberanía alimentaria 2019 en la Comuna Panal 2021. Disponible en: <https://mppre.gob.ve/2020/01/08/plan-pueblo-venezuela-premio-soberania-alimentaria-alianza-estadounidense/>. 2021.
- ROSET, P., BARBOSA, L. **Territorialização da agroecologia na via campesina.** In: AGROECOLOGIA, Boletim n. 39/ Ecoeco Edição Especial. Disponible en: <https://www.biodiversidadla.org/Documentos/Territorializacao-da-Agroecologia-na-Via-Campesina>.
- SANSOLO, D. **A Paisagem como categoria geográfica de análise.** VII Encontro Nacional da Anpege: Espacialidades Contemporâneas: o Brasil, A América Latina e o Mundo, Niteroi: Anpege/UFF, 2007.
- SPUTNIK. **Pueblo a Pueblo:** el plan popular para combatir la falta de alimentos en Venezuela. Portal de noticias. Disponible en: <https://sputniknews.com>.

lat/20210811/pueblo-a-pueblo-el-plan-popular-para-combatir-la-falta-de-alimentos-en-venezuela-1114995100.html. 2023.

VIDAL, P.; ANSALDO, M.; y CEA. J. C. Hugo Chávez y los principios del Socialismo del Siglo XXI: una indagación discursiva (2005-2013). **Izquierdas**, Santiago, Santiago, n. 42, p. 224-250. 2018.

WEXELL, L. Economía Venezolana (1899-2008). **La lucha por el petróleo y la emancipación**. Fundación Editorial el perro y la rana. ISBN: 978-980-14-0412-5. Caracas Venezuela. 2009

A LUTA POR OUTRO USO E APROPRIAÇÃO DA NATUREZA

Reforma agrária e agroflorestas na produção de alimentos e territórios saudáveis

FERNANDA APARECIDA MATHEUS

CARLOS ALBERTO FELICIANO

Na atualidade cada vez mais as questões ambientais têm sido pautadas pela sociedade na perspectiva de compreender o papel da ciência e as consequências do uso de determinadas tecnologias na conformação das paisagens e territórios. Nesse contexto, propomos o debate sobre o uso e a apropriação dos bens da natureza, de modo particular aspectos relacionados aos solos e aos processos de luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil. Para tal compreendemos como fundamental sistematizar as experiências relacionadas aos Sistemas Agroflorestais (SAF) em áreas de assentamentos e buscar identificar aspectos que possibilitem a proposição de outro modo de uso e apropriação dos bens da natureza, desde a perspectiva da concepção de Reforma Agrária Popular (Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2014).

Os SAFs têm sido cada vez mais utilizados no Brasil, para produção de alimentos e matérias-primas, como lenha, madeira para construções e outros produtos não madeiráveis, se difundido amplamente por diversas comunidades de pequenos agricultores, agricultores tradicionais e assentamentos de reforma agrária (Steenbock *et al.*, 2013). Nas áreas de reforma agrária, as práticas de SAF têm sido discutidas,

experimentadas e implementadas com maior ênfase nas últimas duas décadas inseridas no debate sobre os desafios ambientais, econômicos e sociais da reforma agrária para produção de alimentos saudáveis.

Em âmbito nacional, de acordo com depoimentos das participantes do Encontro Nacional de Mulheres do MST, realizado entre os dias 5 e 9 de março de 202, em Brasília, com participação de 3.500 delegadas, nas áreas de reforma agrária as práticas de SAF têm sido discutidas, experimentadas e implementadas com maior ênfase nas últimas duas décadas, inseridas no debate sobre os desafios ambientais, econômicos e sociais da reforma agrária para produção de alimentos saudáveis. Durante o evento foram organizados espaços de oficinas, apresentação de experiências, mostra e comercialização da produção agroecológica e agroflorestal realizada pelas mulheres em áreas de assentamentos, corroborando o discurso das participantes.

No estado de São Paulo identificamos 32 iniciativas empreendidas em 25 áreas de assentamentos, distribuídas em 21 municípios. Dentre as ações executadas merece atenção especial o projeto Agroflorestar, desenvolvido pela Associação de Produtores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis (Cooperafloresta), com apoio da Petrobrás Brasileiro S.A. (Petrobrás), através do programa Petrobrás Ambiental, com o objetivo de difundir experiências agroflorestais em assentamentos de reforma agrária e comunidades tradicionais, nos estados de São Paulo e Paraná. Especificamente em São Paulo, o projeto Agroflorestar fomentou a formação, capacitação e implantação de unidades-áreas de assentamentos nas regiões de Itapeva, Iaras, Itapetininga, Promissão e Ribeirão Preto. Formalmente, o projeto teve início em 2011 e se encerrou em 2016. Porém, a dinâmica iniciada está sendo continuada e ampliada pelas famílias e organizações participantes, enfrentando os limites e desafios ocasionados pela falta de políticas públicas de apoio.

Este trabalho é resultado da práxis acadêmica e política da autora e do autor, ao longo de uma década. Em 2014, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupou a Estação Experimental de Itapeva, reivindicando o imóvel para o assentamento de famílias sem terra. Naquela ocasião, frente à negativa do governo estadual, sob alegação de que se tratava de uma área com a finalidade de

experimentação, educação e conservação ambiental e, portanto, não poderia ser destinada para a reforma agrária, um grupo de técnicas(os) e pesquisadoras(es), juntamente com a direção do MST, iniciou a construção de uma proposição para criação de um piloto de assentamento, onde as famílias assentadas pudessem conciliar atividades agrícolas, com ações de reflorestamento e exploração sustentável de espécies nativas (Matheus; Matheus, 2018). Disto abriu-se uma brecha de negociação entre MST e governo do estado de São Paulo, e parte dessa discussão foi sistematizada e analisada teoricamente durante a pesquisa desenvolvida no Programa de Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, da Universidade Estadual Paulista – Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (Unesp/IPPRI) – e resultou na dissertação de mestrado intitulada “Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas pelo capital no Sudoeste Paulista” (Matheus, 2018).

Posteriormente, houve a participação em atividades de intercâmbio e implantação de unidades agroflorestais no assentamento Pirituba II, municípios de Itaberá e Itapeva (SP) e assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável Luiz David Macedo, município de Apiaí (SP), no âmbito do projeto Agroflorestar (2015-2016) e em eventos como o VI Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, em julho de 2014; Seminário Estadual de Agroecologia e Agroflorestas, em abril de 2015, em Ribeirão Preto (SP) e Encontro Nacional das Mulheres Sem Terra, em março de 2020, em Brasília. Juntamente com o estudo teórico-conceitual empreendido durante a pesquisa de doutorado, que culminou na escrita da tese “Agroecologia como movimento socioterritorial: um estudo sobre circuitos curtos de comercialização e Reforma Agrária Popular no estado de São Paulo” (Matheus, 2023), contribuíram para a compreensão da amplitude da concepção de agroecologia, em especial no tocante aos sistemas agroflorestais no contexto da discussão sobre a necessidade de construir um programa de reforma agrária, visando não somente atender aos interesses das famílias sem terra, mas também de cumprir uma função socioambiental para o conjunto da sociedade, produzindo alimentos saudáveis a partir de técnicas, tecnologias e práticas socioeconômicas não degradantes.

Apropriação e uso dos bens da natureza, agroflorestas e reforma agrária

Para desenvolver as ideias elencadas neste trabalho, partimos da interpretação de que na sociedade capitalista a ação humana sobre o meio físico (Suertegaray; Nunes, 2001) tem sido pautada pela lógica da produção do lucro sem maiores preocupações e compromissos com os efeitos sobre o ambiente e consequentemente sobre a vida humana (Mészáros, 2007), contexto em que se inserem as históricas práticas de devastação socioambiental adotadas pelo latifúndio e não apenas continuadas, mas ampliadas pelo agronegócio.

Transformações produzidas sobre o ambiente com impactos degradantes, em escala macro e micro, são resultantes da concepção de apropriação da natureza pela lógica da mercantilização que transforma os bens da natureza em mercadoria na busca pela maior lucratividade do capital (Suertegaray; Nunes, 2001), dinâmica esta que orienta a ação do capital na agricultura, que ao longo da história do Brasil, que teve o latifúndio como pilar de sustentação e a partir do aprofundamento da confluência de interesses com o capital industrial e financeiro, conformou, nas últimas décadas, o que na atualidade denominamos de agronegócio (Delgado, 2006).

A partir dessa interpretação, compreendemos os processos de luta pela terra e pela reforma agrária no Brasil como parte da dinâmica de conflitos e disputas territoriais (Fernandes, 2018) relacionada à perspectiva de construir outras rationalidades e possibilidades de apropriação e uso dos bens da natureza, de modo particular dos solos, comprometidas com o cuidado com os bens comuns e o bem comum da humanidade (Houtart, 2011).

Segundo Fernandes (2018), na atualidade há três vertentes de interpretação sobre a reforma agrária no Brasil. Uma que entende que nunca houve uma efetiva intervenção estatal a partir de tal programa, outra que afirma que há uma política em curso nesse sentido e ainda uma terceira que defende que já não há mais necessidade desta. Nesse meandro, a abordagem adotada neste artigo se sustenta na construção conceitual proposta por Fernandes (2018), de que a reforma agrária no

Brasil não está superada, porque esta não foi realizada de modo suficiente para democratizar o acesso à terra, ao trabalho e aos alimentos para o conjunto da população brasileira.

Para Fernandes (2018), no Brasil ao longo dos últimos quarenta anos está sendo realizada uma reforma agrária que se concretiza na criação de assentamentos, como resultado do processo de luta pela terra empreendido pelos movimentos socioterritoriais, ao mesmo tempo que esta não se realiza, como projeto de Estado. Ou seja, mesmo não estando historicamente no rol de prioridades dos governos, tem sido materializada como ação estatal para a resolução localizada de conflitos em resposta à pressão das organizações de trabalhadores e trabalhadoras, sem, contudo, promover ampla transformação na estrutura de posse, uso e propriedade da terra.

Pesquisadores como Germer (2007) também questionam a reforma agrária em execução no país, sem, entretanto, desconsiderá-la por completo, e afirmam os processos de lutas dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais sem terra como forma não só de obter conquistas pontuais, mas também de manter em pauta a reivindicação por mudanças estruturais.

Para Germer (2007), um amplo processo de reforma agrária deve restabelecer o sentido social e econômico de uma política destinada à redistribuição da riqueza no meio rural; reorientar as políticas agrária, agrícola e econômica em função de atender as necessidades das massas majoritárias da população brasileira e não do agronegócio. De acordo com Delgado (2007, p. 60), “tal processo solicita um arranjo de organização produtiva, relação de trabalho e práticas ecológicas, susceptíveis de gerar um produto/renda potenciais, inteiramente distintas da economia do agronegócio”.

A partir dos argumentos elencados por Germer (2007), Fernandes (2007; 2018) e Delgado (2007), podemos compreender que o Brasil não realizou uma reforma agrária nos moldes dos processos implantados em vários países no século XX, como forma de desenvolver as forças produtivas no âmbito do sistema capitalista (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2014), mas as precárias condições de vida, de trabalho, de moradia e de alimentação da população brasileira

mantêm a reforma agrária na pauta de luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, que através de ações políticas obtêm conquistas pontuais, materializadas na criação de assentamentos.

A reforma agrária no século XXI, pelo fato de não ser um projeto de Estado, tem encontrado muitas dificuldades e limites para se concretizar, entretanto os trabalhadores e trabalhadoras têm reinventado formas de lutas e organização do trabalho e da vida comunitária e ampliado os sentidos da luta pela terra. Assim, à reivindicação e afirmação da necessidade da distribuição de terras, como meio para democratizar a estrutura fundiária e de poder, se agrega a proposição de outra lógica de produção de alimentos baseada na agroecologia e no respeito e cuidado com a natureza, aspectos que podemos observar no programa de reforma agrária popular aprovado pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2014) na ocasião da realização do seu VI Congresso Nacional, em fevereiro de 2014, e nas ações de reflorestamento que vêm sendo empreendidas pela instituição, como o Plano Nacional: plantar árvores e produzir alimentos saudáveis, iniciado pelo MST em fevereiro de 2020 (Ferreira, 2020).

Para Machado e Machado Filho (2014), a agroecologia como um modo de fazer agricultura, para além do uso de técnicas e tecnologias não degradantes, abarca dimensões políticas, econômicas, sociais, ecológicas e culturais e pressupõe a ação humana sobre o meio físico de maneira criativa e responsável, no intuito de promover os cuidados com os bens comuns e o bem comum da humanidade.

Pelos relatos das experiências desenvolvidas nas áreas de acampamentos e assentamentos e comunidades tradicionais¹, as práticas agroecológicas, dentre as quais estão inclusos os sistemas agroflorestais, certamente representam exemplos da ação humana sobre o solo, modificando-o de modo a não promover degradação (Steenbock *et al.*, 2013).

Segundo Primavesi (2002), Machado e Machado Filho (2014), o solo é o pilar fundamental para a realização da agroecologia, o que converge diretamente com os princípios dos sistemas agroflorestais.

¹ Relatos sistematizados a partir dos debates, oficinas e apresentação de experiências durante o Encontro realizado entre os dias 5 e 9 de março de 2020, em Brasília, com participação de 3.500 delegadas.

Entre os princípios fundamentais dos SAFs, Corrêa Neto *et al.* (2016) ressalta a importância da introdução de árvores nos sistemas produtivos, com a finalidade de realizar diversas funções ambientais: disponibilizar material vegetal para manter os solos cobertos; fornecer matéria orgânica ao sistema; promover condições para o desenvolvimento da micro e mesovidas do solo; trazer água e nutrientes das camadas mais profundas para a superfície; diminuir a intensidade dos ventos e consequentemente a perda de água pelas plantas por meio da evaporação e evapotranspiração.

Bezerra, Franco e Esquerdo (2018) analisam os SAFs em áreas de assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo no contexto das práticas agroecológicas e afirmam que tais sistemas produtivos contribuem com a qualidade de vida e a alimentação das famílias assentadas e das populações no entorno dessas comunidades, além de colaborar com serviços ambientais de recuperação e conservação de águas e solos, sequestro de carbono, fornecimento de matérias-primas, como lenha e madeira para construções, e servir de abrigo para pequenos animais.

O caso da fazenda da Barra, onde o assentamento Mário Lago foi implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 2007, é bastante representativo para discutir as diferenças de concepção que orienta as formas de uso e apropriação dos bens da natureza pelo latifúndio e pelo agronegócio ou pelos assentamentos de reforma agrária.

O imóvel de 1.548,48 hectares, um dos maiores latifúndios do município de Ribeirão Preto (IHA, 2017), de propriedade da Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira, arrendado para Usina da Pedra, na década de 1990, apresentava diversas irregularidades ambientais. Por esta razão, segmentos da sociedade se mobilizavam para cobrar o cumprimento da função social da área, em conformidade com a Constituição Federal, que prevê a possibilidade de destinação para fins de reforma agrária de imóveis que não cumprem critérios relacionados à produtividade e à legislação ambiental e trabalhista (Aguiar, 2011), fatores que contribuíram para a desapropriação da área e criação do assentamento Mário Lago. De acordo com entrevistas, ações do Ministério Público Estadual denunciavam práticas degradantes como

desmatamento de área de Reserva Legal sem prévia autorização, drenagem do rio Pardo para produção de cana-de-açúcar e plantação de soja e cana-de-açúcar em áreas de preservação permanente às margens do corpo hídrico.

Nessas mesmas terras, atualmente um grupo de famílias trabalha com produção agroecológica em sistema agroflorestal, em lotes em torno de 1,5 hectares, após um longo processo de lutas e a ocupação da área por famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terras. A implantação dos SAFs faz parte do cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado entre movimentos sociais, instituições públicas e de representação de vários setores da população urbana de Ribeirão Preto, que condicionou a criação do assentamento à adoção de ações de recuperação ambiental de áreas degradadas pelo latifúndio, com o desenvolvimento de uma agricultura baseada no monocultivo da cana e o uso intensivo de agrotóxicos na zona de recarga do Aquífero Guarani (Nunes; Silva, 2016), (Costa; Nunes; Aguiar, 2016).

Logo, pelos aspectos analisados anteriormente, podemos compreender que a lógica de organização territorial e de intervenção no ambiente ditada pela dinâmica de apropriação e uso do solo baseada no latifúndio é distinta da lógica encontrada em áreas de assentamentos originados dos processos de lutas pela terra e pela reforma agrária, o que fica evidente nas tentativas em desenvolver sistemas de produção de alimentos saudáveis associados às práticas de recuperação e conservação ambiental, como é o caso da agroecologia exercitada através dos SAFs.

Construindo práticas não degradantes de intervenção no ambiente

As análises sobre as intervenções humanas no ambiente e as tecnologias utilizadas para tal apontam um processo de degradação não somente das paisagens, mas também dos sistemas produtivos e da vida em todas as suas dimensões, de modo que, na atualidade, está colocado o desafio da produção de tecnologias e práticas sociais, territoriais, políticas e econômicas que possibilitem uma intervenção o menos predatória possível e que inclusive contribua para os processos de regeneração da biodiversidade.

Nesta acepção, o solo não é apenas o substrato inanimado que cumpre o papel de dar suporte às plantas. Ao ser considerado como um organismo vivo e manejado com o objetivo de promover a biodiversidade e a conservação das águas, possibilita uma produção agrícola diversificada e saudável, influenciando na saúde humana e ambiental (Primavesi, 2016). Para a autora, os cuidados com o solo interferem diretamente na saúde das pessoas e consequentemente na construção de uma sociedade saudável em sua integralidade.

António Guterres, secretário geral das Nações Unidas, declara, em mensagem comemorativa ao Dia Mundial de Combate à Desertificação², que mundialmente 70% dos solos foram transformados pela atividade humana e 3,2 bilhões de pessoas são afetadas pela degradação destes. Frente a isso, Guterres (2020) afirma ser possível, com ações e solidariedade internacionais e práticas sustentáveis, reverter tal quadro e promover solução a grandes desafios enfrentados pela humanidade, como a migração forçada, a fome e as mudanças climáticas, e contribuir para se alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A partir deste enfoque, os cuidados com o solo tornam-se elementos primordiais para a realização da agroecologia, como a síntese da estreita relação entre recuperação e conservação de solos e águas com a produção de alimentos saudáveis, geração de trabalho e renda e enfrentamento à crise ambiental.

Para Primavesi (2016), solo vivo depende das condições de manejo que garantam sua boa estrutura, agregação, porosidade, aeração, infiltração de água, disponibilidade de matéria orgânica, condições de vida para meso e microfauna, o que contrasta com a lógica de realização de uma agricultura baseada na monocultura, com vistas à obtenção de margens de lucros cada vez maiores e em períodos de tempo cada vez mais curtos. De acordo com Primavesi e Primavesi (2018), na coletânea *A biocenose do solo na produção vegetal: deficiências minerais em culturas, nutrição e produção vegetal*, o sucesso de uma agricultura se deve

2 Dezesete de junho, Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca, foi instituído pela ONU em 1955, com a finalidade de promover a conscientização a respeito da importância de ações no sentido de combater a desertificação e a seca.

aos cuidados com o solo em longo prazo e não de intervenções pontuais e imediatas, visando apenas à próxima colheita. Primavesi (2016) destaca que em um sistema de produção que compreende o solo como um organismo vivo, a matéria orgânica não é, em si, fonte de nutrientes, mas um componente do sistema que possibilita as condições para que as plantas possam potencializar a absorção e o uso dos nutrientes disponíveis e de resistir às adversidades ambientais (Primavesi, 2002). É o princípio do solo vivo.

Nesse sentido, têm sido desenvolvidas as experiências com a introdução de sistemas produtivos em áreas de assentamentos de reforma agrária, com vistas à produção através dos SAFs, integrando o conjunto de debates sobre democratização do acesso à terra e aos bens da natureza e a produção de alimentos saudáveis, com base na agroecologia.

De acordo com entrevistas, o processo de implantação dos SAFs em áreas de assentamentos está intrinsecamente relacionado aos desafios de estruturação de condições para o beneficiamento, escoamento e comercialização desta produção, de tal forma que possibilite a remuneração satisfatória do trabalho das famílias envolvidas. E constata-se que alguns assentamentos enfrentam dificuldades pela distância de grandes centros consumidores, como é o caso do assentamento Gleba XV de novembro, nos municípios de Euclides da Cunha e Rosana, região do Pontal do Paranapanema, diferentemente do assentamento Mário Lago, localizado próximo a um grande centro consumidor. Em ambas as situações, assim como em outros assentamentos onde se desenvolvem iniciativas com SAF, o que se verifica é a busca por alternativas que facilitam o desenvolvimento de formas alternativas de comercialização, como feiras, entregas de cestas de produtos e a articulação através do sistema CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura).

Tais modalidades de comercialização denominadas circuitos curtos de comercialização, ademais de proporcionar condições materiais para a produção agroflorestal, também fortalecem aspectos da solidariedade entre o campo e a cidade, bem como promovem o comprometimento dos consumidores com a dinâmica de produção do alimento, despertando a consciência ecológica e o debate sobre agroecologia e questão ambiental entre as populações urbanas, se constituindo

em um meio para a espacialização e territorialização da produção agroecológica em sistemas agroflorestais.

Segundo Corrêa Neto *et al.* (2016), o objetivo dos SAFs é estimular processos naturais de regeneração dos solos e águas e sucessão natural da vegetação por meio de policulturas, visando potencializar o uso da área, tanto em termos do uso do solo, quanto da captação de energia solar, aspecto elementar para o aproveitamento de água e de nutrientes, além de reproduzir dinâmica semelhante aos ecossistemas naturais (florestas).

De acordo com depoimentos registrados durante o trabalho de campo, o eucalipto e a bananeira são duas espécies muito importantes nos SAFs, tanto para o fornecimento de matéria orgânica, fundamental para a manutenção da micro e mesofauna, quanto para a mobilização de nutrientes e água da subsuperfície para a superfície, aspectos essenciais para a manutenção da vida do solo, da umidade e da fertilidade do sistema de produção. Para manter os solos sempre cobertos, os agricultores cultivam em canteiros agroflorestais; com capim em suas entrelinhas, periodicamente a gramínea é cortada e colocada sobre os canteiros.

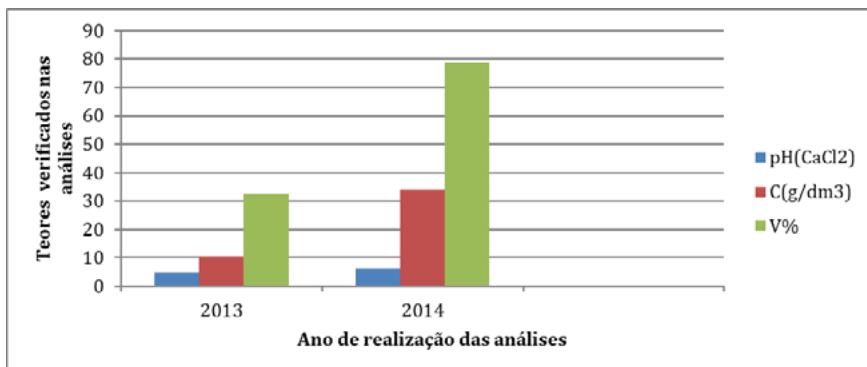
As experiências do assentamento Mário Lago atualmente são referências em cultivos a partir de sistemas agroflorestais. E já é possível averiguar modificações e alterações nas características físico-químicas dos solos manejados.

De acordo com Corrêa Neto *et al.* (2016), esse procedimento faz parte de uma metodologia de pesquisa construída pelas famílias assentadas, técnicos da Cooperafloresta e pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) (Embrapa Floresta) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), “para entender o que acontece com a produção de matéria vegetal, com a fertilidade do solo e com a dinâmica dos ciclos e processos ecológicos ao longo do crescimento das agroflorestas” (Corrêa Neto *et al.*, 2016, p. 33).

Na Figura 1, podemos observar, pelos dados do gráfico, a elevação dos níveis de pH, carbono e proporção de bases trocáveis no sistema manejado com base nos princípios dos SAFs. Em outros termos, no

curto período de tempo de 1 ano transcorrido após implantação dos canteiros agroflorestais, houve uma significativa melhora nas condições de fertilidade do solo e das condições que possibilitam maior capacidade da planta em absorver e utilizar os nutrientes disponíveis.

Gráfico 1 – Gráfico comparativo dos níveis de pH, carbono (C) e saturação por bases (V%), no período de 1 ano no assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto (SP)



Organização: Matheus, F. A. (2020).

Fonte: Côrrea Neto *et al.* (2016).

Os dados do Gráfico 1 fazem menção às amostras coletadas no assentamento Mário Lago, no lote do assentado José Ferreira, conhecido como Paraguai, que tem se destacado no processo de implantação de sistemas agroflorestais, experimentação e capacitação de outros agricultores, agricultoras, técnicas, técnicos, pesquisadoras e pesquisadores. Esta é uma das razões pelas quais os dados obtidos a partir de amostras coletadas em seu lote servem de referência para as análises da evolução dos canteiros implantados.

Uma metodologia importante para a difusão da discussão e da experimentação em agroflorestas tem sido a realização de intercâmbios entre as famílias assentadas, e o assentamento Mário Lago contribui, recebendo grupos de outras comunidades, compartilhando e aperfeiçoando a práxis coletivamente. Para exemplificar tal assertiva, mencionamos a realização do Seminário Estadual de Agroecologia e

Agroflorestas, de 24 a 26 de abril de 2015, no referido assentamento, que contou com a participação de assentados e assentadas, estudantes e técnicos de várias regiões do estado de São Paulo para estudo, avaliação, planejamento e visitação às unidades agroflorestais e trocas de mudas e sementes.

Para além dessa iniciativa, diversas outras têm despontado no país, como foi observado a partir dos relatos de experiências, durante o Encontro Nacional de Mulheres Sem Terra. No estado de São Paulo, levantamento bibliográfico e trabalhos de campo possibilitaram a identificação de diversas iniciativas com práticas agroflorestais em áreas de assentamentos. Em algumas situações, as famílias assentadas e as organizações envolvidas utilizaram a estratégia de acessar recursos de mais de um projeto para concluir ou dar continuidade ou ainda ampliar a mesma unidade de SAF (Nunes; Silva, 2016).

De acordo com Ramos Filho, Szmrecsányi e Pelegrinni (2010), os processos de capacitação em agroecologia e agroflorestas, mesmo que não resultem na efetiva implantação de unidades de SAFs propriamente ditas, despertam os agricultores para a adoção de práticas como a manutenção da cobertura do solo e do plantio de adubação verde. Os autores relatam ainda que os processos de adoção dos princípios e metodologias agroflorestais são heterogêneos em escala, em tempo e metodologias, levando em consideração as realidades locais.

Buscando traçar um perfil das experiências desenvolvidas e em andamento em áreas de assentamentos no estado de São Paulo, realizamos um intenso trabalho de revisão bibliográfica e um trabalho de campo, o que nos permitiu identificar 35 iniciativas de implantação de SAF, em 30 assentamentos, no período de 2004 a 2016, envolvendo 26 municípios.

Quadro 1 – Relação de unidades agroflorestais em áreas de assentamentos no estado de São Paulo

Assentamento	Município	Nº de unidades implantadas	Período	Fonte de recursos acessada
Ipanema	Iperó	32	2004	Não identificado
Porto Feliz	Porto Feliz	Não identificado	2007-2011	Não identificado
Margarida Alves	Mirante do Paranapanema	5	2009-2012	PDRS3
Roseli Nunes	Mirante do Paranapanema	3	2009-2012	PDRS
Antônio Conselheiro	Mirante do Paranapanema	2	2009-2012	PDRS
Paulo Freire	Mirante do Paranapanema	2	2009-2012	PDRS
Simón Bolívar	Getulina	23	2011	PDRS
Antônio Conselheiro	Guarantã	23	2011	PDRS
Engenho II	Presidente Epitácio	15	2011	PDRS
Pirituba	Itaberá/Itapeva	8	2011	EMBRAPA/ INCRA
Pirituba	Itapeva	1	2011	Instituto Giramundo/ INCRA
23 de Maio	Itapetininga	18	2011-2012	Não identificado

3 Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável-microbacias, articulado pelo governo do estado de São Paulo, com recursos do Banco Mundial, com o objetivo de integrar as cadeias produtivas ao mercado (São Paulo, 2017; São Paulo, 2020).

Assentamento	Município	Nº de unidades implantadas	Período	Fonte de recursos acessada
Mário Lago	Ribeirão Preto	80	2012	Petrobrás Ambiental/ Agroflorestar
Elizabeth Teixeira	Limeira	2	2013	Próprios
Mário Lago	Ribeirão Preto	78	2013-2017	PDRS
Carlos Lamarca	Sarapuí	Não identificado	2013-2015	PDRS
23 de Maio	Itapetininga	Não identificado	2013-2015	PDRS
Ipanema	Iperó	Não identificado	2013-2015	PDRS
Bela Vista	Iperó	Não identificado	2013-2015	PDRS
Porto Feliz	Porto Feliz	Não identificado	2013-2015	PDRS
São Roque	Porto Feliz	Não identificado	2013-2015	PDRS
Sepé Tiarajú	Serrana	35	2014	PDRS
Vergel	Mogi Mirim	19	2014	PDRS
São Bento	Mirante do Paranapanema	Não identificado	Não identificado	Petrobrás Ambiental
Santa Rita	Euclides da Cunha Paulista	Não Identificado	Não identificado	Petrobrás Ambiental
Vale Verde	Teodoro Sampaio	Não identificado	Não identificado	Petrobrás Ambiental
Água Sumida	Teodoro Sampaio	Não identificado	Não identificado	Petrobrás Ambiental
Pirituba	Itapeva	20	2015	Petrobrás Ambiental/ Agroflorestar

Assentamento	Município	Nº de unidades implantadas	Período	Fonte de recursos acessada
Luiz David Macedo	Apiaí	15	2015	Petrobrás Ambiental/ Agroflorestar
Luiz Beltrame	Gália	25	2015	Petrobrás Ambiental/ Agroflorestar
Rosa Luxemburgo/ Loiva Lourdes/ Zumbi dos Palmares	Agudos/Borebi/ Iaras	25	2015	Petrobrás Ambiental/ Agroflorestar
Sumaré	Sumaré	4	2015	CNPq
Milton Santos	Americana/ Cosmopolis	6	2016	ESALQ/USP
Dandara	Promissão	Não identificado	2022	AES Brasil e Weforest
Egídio Bruneto	Lagoinha	Não identificado	2023	Próprios

Organização: Matheus (2023).

Fonte: Trabalhos de campo; Canuto (2017); Gonçalves (2012); São Paulo (2017); São Paulo, (2020); Silva *et al.* (2014); Nunes e Silva (2016); Santos *et al.* (2016); Bezerra; Franco; Sousa-Esquerdo (2018); Universidade de São Paulo (2018); Mazalla Neto e Rocha (2016); Gonçalves, Ruas e Benedetti (2017); Ferracini, Marques e Kageyama (2017); Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2020); Toma *et al.* (2013); ; Matheus (2023).

Pelos dados expressos no Quadro 1, podemos caracterizar a especialização e territorialização dos SAFs em áreas de assentamentos no estado de São Paulo a partir de quatro momentos: 2004-2009, com predomínio de ação na região de Sorocaba, municípios de Porto Feliz e Iperó, onde não é possível identificar a fonte de financiamento; 2009-2012, em processo ainda bastante centralizado na região de Sorocaba, a partir de financiamento com recursos do PDRS; em Ribeirão Preto já se verificava a atuação da Cooperafloresta com o projeto Agroflorestar financiando pelo programa Petrobrás Ambiental, e nos municípios de

Itaberá e Itapeva os recursos são provenientes do Incra; 2013-2017, quando ocorre uma ampla dinâmica de espacialização e territorialização, com destaque para a região do Pontal do Paranapanema e, de modo especial, o município de Mirante do Paranapanema; nesse período é marcante a atuação do PDRS e da Petrobrás Ambiental; já o período de 2022-2023 demarca a resistência das famílias assentadas em dar continuidade ao trabalho, após o desmonte das políticas públicas de apoio e fomento para a reforma agrária e a agroecologia.

Quanto ao número de unidades implantadas, assim como o número de famílias participantes, não foi possível identificar com precisão, devido à ausência de informações nas fontes consultadas Araújo *et al.* (2017); São Paulo (2017; 2020); Silva *et al.* (2014); Nunes e Silva (2016); Santos *et al.* (2016); Bezerra, Franco e Esquerdo (2018); Marques, Martins e Almeida (2018); Mazalla Neto e Rocha (2016); Ferracini, Marques e Kageyama (s.d.); Toma *et al.* (2013); Franco, Oliveira e Álvares (2017). Vale ressaltar a necessidade de um esforço posterior de aferição destes através de trabalho de campo e ampliação da revisão bibliográfica.

Outra observação se refere à inexpressividade de fontes de financiamentos existentes para apoiar formas de agricultura desenvolvidas a partir da concepção de SAF. Os dados nos mostram que os principais provedores de recursos para fomentar tais práticas foram: o Programa Petrobrás Ambiental; o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS), coordenado pelo governo do estado de São Paulo, com recursos do Banco Mundial, com o objetivo de integrar as cadeias produtivas ao mercado; Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), através de fundos do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) (São Paulo, 2017; São Paulo 2020; Ferracini; Marques; Kageyama [s.d.]). Em 2022, diante da impossibilidade de acesso a apoio estatal, observamos uma iniciativa desenvolvida no assentamento Dandara, pelo Núcleo de Cultura e Extensão em Educação e Conservação Ambiental (NACE-PTECA/ESALQ/USP) e Cooperativa dos Produtores Campesinos (Coporocam), com recursos de compensação ambiental, arrecadados junto às empresas privadas AES Brasil e Weforest (Matheus, 2023). Buscando a autossustentação das iniciativas, nos últimos anos, as

famílias assentadas têm organizado eventos, em que as/os participantes apoiadoras/es contribuem com determinado valor em dinheiro para participar da implantação ou manejo de um SAF, como a oficina de planejamento participativo em sistemas agroflorestais agroecológicos no Vale do Paraíba, que ocorreu nos dias 30 de abril e 1º de maio de 2022 (Matheus, 2023).

A pluralidade das experiências é verificada pelo número de organizações envolvidas na discussão e implantação, entre organizações não governamentais (ONGs), como Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPE); instituições de pesquisa, como a Embrapa; de ensino, pesquisa e extensão, como universidades públicas, com destaque para a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); movimentos sociais, principalmente o MST e o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), órgão responsável pela política fundiária estadual, incluindo a criação de assentamentos estaduais (São Paulo, 2017; São Paulo 2020; Ferracini; Marques; Kageyama [s.d.]).

Para Morandi (2017), as experiências de SAF apresentam uma riqueza de diversidade em termos de práticas e discussões conceituais e representam os diferentes olhares necessários para uma construção social, que visam à promoção econômica dos produtores e simultaneamente qualidades ecológicas que beneficiam toda a sociedade.

A motivação para a implantação de unidades de SAF está relacionada a aspectos sociais, econômicos e ambientais. De modo geral, visa conciliar a recuperação de áreas degradadas pelo monocultivo e pelo uso intensivo de agrotóxicos e mecanização decorrentes do modelo de agricultura praticado pelo agronegócio antes da destinação da área para criação de assentamentos (Ramos Filho; Szmrecsányi; Pelegrinni, 2010) com a produção de alimentos e matérias-primas para autoconsumo e comercialização no mercado local (Gonçalves, 2017).

Os principais limitantes enfrentados pelas experiências, segundo os autores, são de ordem ambiental, ocasionados pelo desequilíbrio no sistema, resultado do histórico de uso da área antes da criação dos assentamentos, que se traduz em baixa diversidade, degradação do solo nas áreas onde SAFs estão sendo ou foram implantados (Ferracini;

Marques; Kageyama [s.d.]); (São Paulo, 2017); (São Paulo, 2020). O que acarreta perdas com ataque de formigas e dificuldade no controle da vegetação espontânea, de modo particular, é o capim braquiária. Os autores citam, também, a descontinuidade dos projetos como uma das dificuldades enfrentadas para a consolidação das experiências iniciadas, pois impossibilita a expansão da iniciativa e deixa os agricultores sem acompanhamento técnico.

De modo geral, podemos concluir que essas práticas, embora demonstram certa expressividade em termos numéricos e indubitavelmente representem um esforço das famílias assentadas em realizar uma agricultura distinta dos padrões ditados pelo latifúndio-agronegócio, ainda são iniciativas dispersas territorial e temporalmente, e não há uma política pública articulada com o objetivo de incentivar a produção agroflorestal.

Considerações: os desafios na construção de novos paradigmas

É comum analisarmos os aspectos da intervenção humana nos solos no sentido de perceber as consequências negativas ao ambiente e à sociedade, o que de fato é imprescindível diante da lógica de mercantilização dos bens da natureza. No referente à produção agrícola, isso representa um sistema produtivo degradante, baseado no latifúndio, na monocultura e no uso intensivo de fertilizantes sintéticos e agrotóxicos. Contudo, faz-se necessário ressaltar que outras formas as relações sociedade-natureza e de apropriação e uso dos bens da natureza são possíveis, ademais de necessárias.

Na atualidade, a tecnologia se apresenta como ferramenta utilizada para acelerar e intensificar a intervenção na natureza, produzindo transformações de caráter degradante sobre a natureza, paradigma da apropriação dos bens da natureza como mercadorias, com consequências não apenas locais, o que nos remete a uma reflexão sobre a necessidade de produzir tecnologias a partir de outro paradigma no sentido do uso e apropriação dos bens da natureza, dos meios de produção e dos resultados do trabalho e da produção científica e tecnológica. Aspectos que tentamos problematizar ao longo deste texto, propondo a análise dos assentamentos de reforma agrária, de modo particular,

aqueles que têm atuado no sentido de construir práticas agroecológicas, incluindo os SAFs, como possibilidade de construir práticas não degradantes de intervenção na natureza.

As práticas de produção baseadas nos princípios da agroecologia, donde se incluem as agroflorestas, como as que têm sido desenvolvidas no assentamento Mário Lago e se estendido a diversos outros assentamentos no estado de São Paulo e no Brasil, se contrapõem à lógica de produção degradante pautada pelo agronegócio e contribuem para o avanço da práxis do MST no sentido de construir a concepção de Reforma Agrária Popular.

Com parcisos recursos e ausência de políticas públicas para apoiar um modo diferente de fazer agricultura, um ponto importante observado ao longo das pesquisas é a relação entre agroecologia e agroflorestas com a organização de circuitos curtos de comercialização, como feiras, cestas de produtos agroecológicos e sistema CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura), práticas que contribuem para a geração de renda para as famílias assentadas, como também para divulgar as experiências junto a setores urbanos da sociedade, ampliando o alcance do debate sobre a relevância dos processos de reforma agrária econômica, social e ambientalmente, como uma alternativa real para construção de parâmetros que orientem a relação sociedade-natureza e a apropriação e uso dos recursos naturais com base nos princípios do respeito e cuidado.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, N. et al. Projeto de desenvolvimento Sustentável/Microbacias: o papel das capacitações e parcerias na promoção dos sistemas agroflorestais. In: CANUTO, J. C. (Editor técnico). *Sistemas agroflorestais: experiências e reflexões*. Brasília, DF: Embrapa, 2017.
- BEZERRA, L. P.; FRANCO, F. S.; ESQUERDO, V. F. S.; BORSATTO, R. **Participatory construction in agroforestry systems in family farming:** ways for the agroecological transition in Brazil. Londres: Taylor & Francis, Agroecology and Sustainable Food Systems, p. 1-21, 2018.
- CORRÊA NETO, N. E. et al. *Sistemas agroflorestais agroecológicos em assentamentos da reforma agrária*. Associação dos agricultores agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis – COOPERAFLORESTA. Barra do Turvo, 2016.

COSTA, F. G. V.; NUNES, P. J.; AGUIAR, V. J. Estratégias de implantação e manejo de sistemas agroflorestais em áreas de reserva legal coletiva de grande extensão no assentamento Mário Lago-Ribeirão Preto (SP). **Congresso Brasileiro de Sistemas Agroflorestais**. Cuiabá, out. 2016.

DELGADO, G. C. **O que significa o agronegócio no Brasil**. Brasília: Ipea, 2006.

DELGADO, G. C. Uma proposta para desenvolvimento dos assentamentos. **Reforma Agrária**, v. 34, n. 2, jul./dez. 2007.

FERNANDES, B. M. La experiencia brasileña de lucha por la tierra e la reforma agraria. In: FERNANDES, B. M.; RINCÓN, L. F.; KRETSCHMER, R. (org.). **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires; São Paulo: CLACSO; Fundação Perseu Abramo, 2018. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/actualidad_reforma_2018.pdf. Acesso em: 10 abr. 2020.

FERNANDES, B. M. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Reforma Agrária**, v. 34, n. 2, jul./dez. 2007.

FERRACINI, O. G.; MARQUES, P. E. M.; KAGEYAMA, P. Y. Sistemas agroflorestais em assentamentos rurais: perspectivas em torno de uma produção multifuncional. **VI Simpósio de Reforma Agrária e Questões Rurais**. Disponível em: <https://m.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Trabalhos%20Completos/8_Agroecologia%20e%20modelos%20diferenciados%20de%20desenvolvimento%20rural/8C_Agroecologia%20e%20modelos%20diferenciados%20de%20desenvolvimento%20rural/2_Ot%C3%A1vio%20Ferrarini.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2020.

FERREIRA, J. **100 milhões de árvores**: conheça o plano nacional de plantio do MST, MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 7 fev. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/02/07/100-milhoes-de-arvores-conheca-o-plano-nacional-de-plantio-do-mst/>. Acesso em: 28 out. 2020.

FRANCO, F. S.; OLIVEIRA, J. E.; ÁLVARES, S. M. R. Construção participativa do conhecimento agroflorestal e monitoramento de indicadores de sustentabilidade em assentamentos rurais na região de Iperó, SP. In: CANUTO, J. C. (Editor técnico). **Sistemas agroflorestais**: experiências e reflexões. Brasília, DF: Embrapa, 2017.

GERMER, C. O sentido histórico da reforma agrária como processo de redistribuição da terra e da riqueza. **Reforma Agrária**, v. 34, n. 2, jul./dez. 2007.

GONÇALVES, P. K.; RUAS, N. B.; BENEDETTI, J. F. A. Agroflorestas em média escala para agricultura familiar e desenvolvimento rural: a experiência do projeto plantando águas na região de Sorocaba. In: CANUTO, J. C. (Editor técnico). **Sistemas agroflorestais**: experiências e reflexões. Brasília, DF: Embrapa, 2017.

GUTERRES, A. **Degradação dos solos afeta 3,2 bilhões de pessoas, alerta ONU**. Discurso na ONU. IHU Online, 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/600096-degradacao-dos-solos-afeta-3-2-bilhoes-de-pessoas-alerta-onu>. Acesso em: 19 jun. 2020.

HOUTART, F. **Dos bens comuns ao “bem comum da humanidade”**. Bruxelas/Bélgica: Fundação Rosa Luxemburgo, 2011. Versão em português: CONCEIÇÃO, R. L. C. Disponível em: info@rosalux-europa.info. Acesso em: 30 maio 2015.

MATHEUS, F. A. **Agroecologia como movimento socioterritorial**: um estudo sobre circuitos curtos de comercialização e Reforma Agrária Popular no estado de São Paulo. 2023. 314 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2023.

MATHEUS, F. A. **Ciência, terra e poder**: uso e apropriação territorial das terras públicas pelo capital no Sudoeste Paulista. 2018. 197 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2018.

MATHEUS, F. A.; MATHEUS, A. C. **Assentamentos agroecológicos em terras públicas**: em debate o princípio da função socioambiental da terra pública. In: Anais VIII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais, Araraquara, 2018. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/Sessao6A.html. Acesso em: 20 out. 2023.

MARQUES, P. E. M.; MARTINS, M. G.; ALMEIDA, B. **Relatório de atividades de extensão realizadas no ano de 2017**. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2018. Disponível em: https://www.esalq.usp.br/svcex/sites/default/files/grupos-extensao-anexos/edited_Relatorio%20de%20Atividades%20-%20TERRA%20%282017%29.pdf. Acesso em: 20 nov. 2020.

MAZALLA NETO, W.; ROCHA, L. M. Sistemas agroflorestais sob os olhares dos agricultores e agricultoras: extensão agroecológica no acampamento Elizabeth Teixeira, Limeira-SP. **VII Simpósio sobre reforma agrária e questões rurais**. Universidade de Araraquara, 2016. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simpentario-reforma-agraria-questoes-rurais/sessao5b/sistemas-agroflorestais-olhares-agricultores-agricultoras.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2020.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MORANDI, M. A. B. Apresentação. In: CANUTO, J. C. (Editor técnico).

Sistemas agroflorestais: experiências e reflexões. Brasília, DF: Embrapa, 2017.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERA. Programa Agrário do MST. Documento aprovado no VI Congresso do MST. São Paulo: MST, 2014.

NUNES, J. O. R. et al. A Influência dos métodos científicos na geografia física. **Terra Livre**, São Paulo, ano 22, v. 2, n. 27, 2006.

NUNES, P. J.; SILVA, T. B. Implantação de sistemas agroflorestais: a experiência do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 46, n. 3, maio/jun. 2016.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo.** A agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 2002.

PRIMAVESI, A.; PRIMAVESI, A. **A biocenose do solo na produção vegetal & Deficiências minerais em culturas.** Nutrição e produção vegetal. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

RAMOS FILHO, L. O.; SZMRECSÁNYI, T.; PELEGRINNI, I. B. C.

Biodiversidade e reforma agrária: uma experiência agroecológica na região canavieira de Ribeirão Preto, **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n. 13, 2010.

SÃO PAULO (Estado). **Panorama da instalação dos sistemas agroflorestais no estado de São Paulo – PDRS.** São Paulo: Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, [2020]. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/cbrn/2016/10/EPBio_Neide.pdf. Acesso em: 3 jul. 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Relatório.** IV intercâmbio do Projeto Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS. São Pedro-SP, set. 2017.

SANTOS, R. V. *et al.* Agroecologia como ferramenta de transformação social em assentamentos rurais: avaliação do processo de implantação de 25 unidades de referência em sistemas agroflorestais no assentamento Luiz Beltrame de Castro em Gália, SP. **VII Simpósio sobre reforma agrária e questões rurais.** Universidade de Araraquara, 2016.

SILVA, J. P. *et al.* Experiências em agroecologia no assentamento Pirituba II. **VI Simpósio sobre reforma agrária e questões rurais.** Universidade de Araraquara, 2014. Disponível em: https://uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2014/Arquivos/08/8A_Agroecologia%20e%20modelos%20diferenciados%20de%20desenvolvimento%20rural/6_Jonas%20Silva.pdf. Acesso em: 3 jul. 2020.

STEENBOCK, W. *et al.* **Agrofloresta, ecologia e sociedade.** Curitiba: Kairós, 2013.

SUERTEGARAY, D. M. A.; NUNES, J. O. R. A natureza da Geografia física na geografia. **Terra Livre**, São Paulo, n. 17, 2001.

TOMA, R. S. *et al.* Evolução temporal do comportamento físico-hídrico do solo de um sistema agroflorestal no Vale do Ribeira (SP). **Scientia Florestalis**, Piracicaba, v. 41, n. 98, jun. 2013.

UNITED NATIONS COVENTION TO COMBATE DESERTIFICATION. **The Convention.** Disponível em: <http://www.unccd.int/convention/menu.php>. Acesso em: 19 jun. 2020.

PUEBLO CHILENO Y PUEBLO MAPUCHE, UNA ALIANZA POSIBLE Y NECESARIA

OSVALDO MIGUEL SEPÚLVEDA SILVA
SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES

Durante el llamada estallido social Poner entre comas durante 2019 los pobladores le cambiaron el nombre y los usos a las calles y plazas, derribado estatuas de héroes patrios, generado intervenciones artísticas, recitales, reuniones, ferias libres, etc. En un proceso que podríamos identificar como de reterritorialización, la sociedad chilena, volvió a estar presente, unida, diversa y participativa el retorno, del pueblo a las grandes alamedas, como decían las últimas palabras del discurso de Salvador Allende al dejar su vida en el palacio de la Moneda.

Sin embargo, a este proceso virtuoso de organización le siguió una de las peores pandemias que ha sufrido el mundo en los últimos años, lo que cambió drásticamente las oportunidades que se habían abierto para el pueblo. A la pandemia se le sumó la ya tradicional alianza de todos los partidos políticos para resguardar el neoliberalismo, y al acuerdo de paz del 15 de noviembre, donde participaron todos los sectores políticos, no fue otra cosa que un acuerdo “entre gallos y media noche”.

Para vencer el derrotismo que prevalece en el aire, nos centramos en este artículo en el proceso de larga duración de nuestra

historia, entre más arraigada en la historia sean los argumentos de una nueva realidad, más posibilidades tiene de perdurar en el tiempo.

Es sabido que Chile ha sido un ejemplo del modelo neoliberal, instalado desde la dictadura militar desde 1973, lo que significó la transformación total de todas sus áreas productivas, que en el campo de la agricultura significó la casi total ocupación de las tierras cultivables por el agronegocio nacional y transnacional en un proceso llamado “contrarreforma agraria”. Este proceso no es aislado del resto de las transformaciones económicas que sufrió el país durante las décadas que siguieron al golpe militar, a saber, la serie de privatizaciones de todas las áreas de la economía. Es así, como la pérdida del campesinado está relacionado directamente con una forma de vida que ve en los grandes centros comerciales y supermercados, la forma de suplir las necesidades de alimentación de la población, los que a su vez están articulados con el agronegocio internacional dejando poco margen de acción para el desarrollo del sujeto campesino, no solo en las grandes ciudades si no en todo aquel territorio, donde la pequeña o mediana agricultura ha sido reemplazada por algún monocultivo forestal o agrícola u otra área de producción que acapare la tierra.

¿Cómo una sociedad adicta a los grandes centros comerciales puede ser capaz de transformar su cotidianidad? ¿Qué hay en el fondo de esa búsqueda necesaria para esta transformación? ¿Qué elementos de este nuevo escenario confluyen efectivamente hacia un cambio, no solo constitucional y jurídico, sino también hacia un cambio de la matriz educativa, social y productiva? ¿En este sentido cuál es la relación que existe entre la reapropiación del espacio público y el desarrollo de nuevas formas de producción de la vida? y, por último, ¿Dónde o cuándo el pueblo mapuche y el pueblo chileno coinciden en estas preguntas?

Son muchas más las interrogantes que uno podría enunciar en esta introducción, sin embargo, hay un tema que del que nos queremos hacer cargo, el proceso de descolonización o de “mapuchización” que hoy se observa en parte del pueblo chileno. Miles de banderas mapuche, incluso superando a las banderas chilenas se ven flamear por las calles en un claro gesto, ya no solo de empatía con la causa del pueblo mapuche, si no que ya de identificación, o como quiera llamarse a este proceso

de búsqueda que trae consigo una serie de prácticas históricas que este pueblo indígena guarda en su relación con la tierra, el trabajo con ella, el respeto a la naturaleza y la producción en pequeñas unidades campesinas.

Para esto, indagaremos en los años de la reforma agraria, dado que es cuando, según sostenemos, es el tiempo histórico ideal para observar la relación de ambos pueblos en una lucha en común. Intentaremos desarmar ese entramado histórico indagando en el proceso de descampenización que acompañó a la instauración del modelo neoliberal en Chile, de modo de entender como la transformación de la agricultura en Chile se condice con la hegemonía neoliberal presente hasta nuestros días.

Un poco de historia del campesinado en Chile

Este será un pequeño esbozo de historia del campesinado para dar un marco referencial que ayude a entender la particularidad de este actor social en la historia de este país. Para ello, ocuparemos la obra de José Bengoa **Historia Social de la Agricultura** (1991), historiador que tiene la gracia de estudiar los dos temas principales de nuestro trabajo investigativo, el campesinado y la **Historia del Pueblo mapuche** (1985). El autor fue siguiendo un camino desde la historia social del campesinado propuesta por Mario Góngora, que explica en gran parte la identidad chilena a través de su análisis de la hacienda colonial desarrollada en su tesis **Origen de los inquilinos de Chile Central** (1960) que expuso como matriz histórica del pueblo chileno, historiando las raíces de nuestra identidad mestiza.

Estos historiadores, podríamos afirmar luego de años de publicadas sus obras, suscriben al paradigma que ve la cuestión agraria como un asunto estructural ya que ven en el campo el origen de la sociedad mapuche y chilena y, por tanto, aunque ellos no lo afirman de manera explícita, es desde el campo donde observan las salidas para la superación del capitalismo.

La historia colonial de Chile se distingue del resto del continente por su condición de lejanía y aislamiento respecto a los centros del

comercio español en América. El hecho de ser la más lejana posesión colonial y además vivir afligida por la “desgracia” de albergar uno de los pueblos originarios más resistentes a la colonización, hacía de Chile un lugar indeseable para colonos. Esto generaba también una relativa autonomía administrativa, consecuencia de esta misma lejanía. El régimen burocrático imperial no lograba alcanzar la totalidad del continente y los territorios del sur del, entonces, Reino de Chile, tenían las características de frontera imperial, es decir, un lugar donde la presencia de pequeños y medianos campesinos resguarda a grandes haciendas, presentes en el chile de la zona central. De esta manera, la producción colonial tenía un colchón para protegerse de los ataques de mapuche, que cada cierto tiempo asolaban los territorios buscando recuperar lo que los soldados españoles les habían arrebatado. En este contexto, señala José Bengoa en *La comunidad perdida* (1997), surgen dos territorios diferenciados: en la zona central el imperio de la gran hacienda colonial, en lo que hoy corresponden a las regiones de la mayor explotación del agronegocio del país, sobre todo producto de la participación del capital financiero, estas son las regiones de Coquimbo, Valparaíso, Metropolitana y O’Higgins; mientras que el Maule, el Ñuble y el Bío-bío, quedarían conformadas como regiones fronterizas, ya que al sur de ellas se ubica el territorio de la nación mapuche, o Wallmapu, en lengua indígena. En estas regiones de frontera se desarrolló, a diferencia de la hacienda colonial, la cultura campesina popular de Chile, una cultura rica que no tan solo supo preservar los productos y los modos de producción propios de un campesinado de raíz indígena, sino que también lo ha sabido expresar estéticamente gracias al aporte de poetas y cantores populares provenientes de esta zona de Chile, el llamado “Chile profundo”. Es el origen de nuestra Violeta Parra, de los poetas Pablo Neruda y Pablo de Rokha, como así también es el origen de líderes militares como Bernardo O’Higgins, y personas indeseables, pero también parte de la historia de Chile, como Augusto Pinochet.

El territorio chileno en la época colonial, y durante los primeros cien años de vida independiente del país, limitaba al sur con el Wallmapu o territorio mapuche que mantenía tratados limítrofes tanto con el Imperio Español como con su heredero, el Estado de Chile. Pero estas

fronteras permeaban la influencia mutua de ambas culturas que veían en el campo chileno una zona de mixtura donde, sobre todo, ambos sistemas campesinos se entrelazaban en culturas, trabajos, semillas y sobre todo, formas de producir la vida, prevaleciendo uno u otro sistema dependiendo de la cercanía al capital, representado en estos años por la gran hacienda colonial descrita en profundidad por los citados autores, Góngora y Bengoa.

Para comenzar a hablar de esta región fronteriza hablaremos de Violeta Parra que representa una fuente inagotable del kimün y rakisúam, conocimiento y pensamiento de la cultura mapuche. La relación de Violeta con el Wallmapu está documentada y registrada en audios que son un tesoro del Ülkantun, cantos mapuche, rogativas y romances que pudo rescatar con su famosa grabadora. Elisa Loncón, conocida por su rol de presidenta de la Convención Constituyente en 2005 escribió junto a otras autoras, Paula Miranda y Allison Ramay, el registro de estas entrevistas donde se devela la influencia que estas conversaciones con lonkos, machis y Ülkantufes, tuvieron en su obra. La rogativa y la idea del agradecimiento a la tierra, se reflejan en canciones como “Gracias a la vida” o el “Gavilán” que es una muestra de la influencia de la música misma en las composiciones de Violeta. Violeta es un puente entre ambas culturas, un puente que se construyó a sí misma como tal hacia la vida campesina e, inevitablemente, hacia la cultura mapuche.

El vínculo entre mestizo y mapuche no es nuevo. Desde la expulsión que los terratenientes efectuaron tanto de mapuche como de mestizos a principios de la República, producto de la llegada de nuevos capitales, los destinos de estos pueblos quedaron unidos y oprimidos por un mismo Estado. Los agentes estatales, desconociendo los tratados que tanto españoles como chilenos firmaron con representantes mapuche, el último de ellos, ya consolidado el Estado en 1825, se dedicaron desde la década de 1850 a expulsar por vía violenta a las comunidades de sus tierras, en un proceso que Illanes (2020) llamó la “frontera rota”. Desde ahí, pasando por la reforma agraria, y hasta las recuperaciones a las forestales, mapuche y mestizo han compartido el destino, de los “expulsados a los caminos de la patria” otro

concepto que plantea Illanes, y, donde entendemos esta relación entre mapuche y mestizo. Las largas listas de asesinados y expulsados de sus tierras desde la matanza de Ranquil en 1934 en adelante, comienzan a mostrar que la cantidad de mapuche y no mapuche, según consignan sus apellidos, se mezclaban, en listado de detenidos, asesinados o involucrados contra algún “nuevo dueño de la tierra”. Illanes en su libro “Movimiento en la Tierra” rastrea estos sucesos, pero no llega a elaborar una explicación, ya que su tema principal no es el de la “mapuchización” de la sociedad.

En el caso de la zona central, la hacienda colonial en Chile muestra el origen de dos identidades sociales propias de la clase obrera, el inquilino, arraigado a la tierra, con estabilidad para habitar y producir su alimento, pero sometido al patrón por sus deudas económicas y morales; y el peón, libre para trabajar donde quiera o donde pueda, pero a la vez con la inestabilidad de quien se busca la vida. Claramente, el actor que completa este cuadro es el patrón del fundo, el dueño de la tierra, quienes han conservado desde tiempos coloniales la propiedad agrícola, sobre en el valle central.

La historia de la posesión y propiedad de la tierra en el Chile central es la historia de una sociedad hidráulica que construye sus relaciones de poder sobre la necesidad de riego y de las obras de canalización. Es por esto que Chile es uno de los pioneros en la legislación sobre derechos de uso y propiedad del agua, siendo desde finales del siglo xix hasta nuestros días un derecho que se transa en el mercado. El inicio de esta historia es la “Sociedad de Canalistas del Maipo” la primera empresa privada en Chile, que fraudulentamente acaparó para sí la propiedad del Canal San Carlos, primer y más importante canal de regadío que regaba y, hasta hoy existe evidencia de ello, las tierras de la región metropolitana, hoy capital de Chile, convirtiendo un valle semiseco en el valle más fértil del país. Desde su inauguración en 1830 hasta 1860 la Sociedad de Canalistas del Maipo logró acaparar, gracias al endeudamiento y luego a través de sus propios medios coercitivos, la casi totalidad de las grandes y medianas propiedades agrícolas del Valle del Maipo y del Mapocho, los dos principales ríos de la capital del país, y al poco tiempo ya estaban expandiendo sus dominios al resto

de la zona central. Situación parecida ocurrió en el resto del Valle Central, instalando no con mayor fuerza, pero sí con mayor hegemonía, que en el período colonial, la estructura de la hacienda, como espacio productivo agrícola.

La hacienda en Chile es un elemento fundante de la sociedad mestiza, por lo menos en la zona central. Durante el período colonial y hasta bien avanzado el siglo xx, sus dominios no tan solo fueron comerciales, sino que también, y sobre todo, ideológicos, ya que se posicionó una “casta” descendiente de los antiguos conquistadores de origen vasco-castellano en el territorio sometiendo a los campesinos que trabajaban para ellos. Durante algunos períodos los patrones iban a vivir a las grandes ciudades y las haciendas quedaban cuidadas por sus inquilinos. Los inquilinos eran también los encargados de hacer crecer las haciendas, los patrones les otorgaban tierras fuera de la hacienda, los campesinos trabajaban la tierra durante un tiempo, haciéndola productiva, lo que luego era aprovechado por el patrón que movía su cerco agrandando su propiedad y expulsando más afuera a los inquilinos, lo que al cabo de un par de años volvía ocurrir (Góngora, 1974).

Esta sumisión ocurrirá en el campo aún también durante el siglo xx, mientras que en la ciudad los derechos comenzaban a involucrar a poblaciones que antes estaban excluidas, como los obreros, luego las mujeres, y así progresivamente, similar al resto de los países latinoamericanos, crecían los sindicatos, pero los campesinos quedaban siempre fuera de todo aquello. Una especie de alianza entre burguesía local y proletariado urbano mantenía fuera de la ciudadanía a los trabajadores del campo, negándoles por ley el derecho a sindicalización. Cuestión que va a permanecer igual hasta el año 1967. Sin embargo, ya en el año 1958 comienzan las primeras recuperaciones de tierra que ven al Estado y a la Iglesia Católica como agentes mediadores. Las haciendas reunían a una gran cantidad de trabajadores, pero el sistema de vida era cada vez más precario por los bajos precios que mantenía para que la población urbana no sufra de escasez. Por todo esto la reforma agraria en Chile tuvo un gran arraigo en la población, sobre todo en la zona central, la entrega de tierras fue la gran bandera de lucha de una

generación que vivía en el campo y que logró un poder de organización para enfrentarse a los patrones. Durante la década de los años 60 y hasta el golpe de Estado de 1973 Chile había elegido modernizar el campo colectivizando la producción, generando cooperativas y respetando la pequeña propiedad agrícola.

El pueblo mapuche era uno más en este proceso, ya que no existía la diferenciación entre mapuche y campesino, esta alianza o asociación natural habría logrado nutrir el movimiento popular chileno y mapuche, con un proyecto político que convocaba a ambos pueblos por igual, sin embargo, la izquierda, el marxismo o los militantes no estaban a la altura de este desafío. La dominación en Chile, al decir de Illanes es un proceso de conquistador/colonial patronal hacendal, por lo que el componente descolonizador es un punto aparte dentro de esta relación y debe abarcarse en su complejidad si se pretende avanzar hacia el horizonte de la liberación en nuestro territorio. Al poco tiempo de recorrido el proceso de la reforma agraria los mapuche habían sido asimilados por las organizaciones de izquierda como un sujeto histórico sin identidad ni cultura, o con un claro menosprecio de ella. Así lo cuentan las memorias de Julián Bastías (2010), militante del MIR durante los años 60 y 70, donde reconocía que daba poca importancia a las historias que le contaban los peñi que vivían con él durante su trabajo clandestino, la cosmovisión del mapuche era vista, hasta hoy, como leyendas sin importancia, que son vistas con escepticismo por una izquierda occidental e ilustrada.

Durante los años de conmemoración de los 40 años del golpe militar se establecieron diálogos sobre el proceso de la Unidad Popular (MILOS, 2013), estos encuentros reunieron a personas que habían participado del gobierno de Allende o eran cercanos a la aplicación de las políticas de su gobierno como Jacques Chonchol e historiadores como Julio Pinto o Mario Garcés, todos los relatos convenían que nunca existió una política pensada para el pueblo mapuche ni en el proceso de reforma agraria, ni en otras leyes que consideraran la particularidad del pueblo mapuche en el proceso revolucionario chileno. De alguna manera, la colonización no fue un tema para vencer la dominación, bueno, pasaron años para que personas como María Angélica Illanes pusiera el punto sobre este tema.

No haremos acá ficción de la realidad, pero sabemos que el proceso de, haber continuado, se hubiese encontrado con las preguntas sobre la cuestión agraria, ¿colectivizar los campos significaría proletarizarlos? ¿Qué políticas o qué camino hubiera seguido Chile en su proceso de recampenización? No tenemos como saberlo, pero sí sabemos de la fuerte cultura campesina chilena del siglo xx. Nacida de la relación de peones e inquilinos escapados de las haciendas, como si fueran quilombolas de origen mapuche, un poco menos o un poco más mestizo, pero manteniendo el trabajo con la tierra tradicional, relaciones sociales horizontales, y un conjunto de normas heredadas del pueblo mapuche, configuran una economía que supo aguantar la colonización española y que supo crecer y subsistir, a pesar de la presión que significó la hacienda colonial y el proceso colonizador en general de los agentes del Estado imperial y luego chileno a ambos lados de la frontera del río Bio-bio.

Las organizaciones campesinas construyeron una reforma agraria que fue sin duda, un núcleo de organización importante para el conjunto de las transformaciones que existían en el Chile de la Unidad Popular. La existencia del conocimiento sobre el territorio, preexistente en la cultura mestiza y mapuche, fue una ventaja para la organización de las tomas de fundos, a pesar de la tozudez del militante de izquierda venido de Santiago. No tan solo en el valle central, sino también en Wallmapu, estas unidades productivas, fueron ejemplos de organización y concientización del sujeto campesino, son muchas las fuentes que quisiéramos nombrar acá, pero dejaremos solo la sugerencia de la música de Víctor Jara, que representa a muchos chilenos y chilenas con letras que hablan sobre el campo y la lucha por la tierra, canciones que nos ayudan a comprendernos mejor como latinoamericanos, ya que a desalambrar, la canción que creó Daniel Viglietti, fue tomada por el pueblo chileno como propia en la voz de Víctor.

La recuperación de fundos fue un proceso que vio en el dueño del fundo el capitalismo, y expulsándolo a él, instauraron formas colectivas del trabajo con la tierra que podríamos asociar a la corriente proletaria del paradigma de la cuestión agraria, quizás de forma natural, muchos de los campos recuperados, continuaron funcionando de manera similar a como había sido la hacienda colonial.

Sabemos que los “afectados” por la socialización de tierras eran en su mayoría grandes terratenientes, aunque algunos antecedentes existan sobre medianos propietarios que fueron expropiados, no son una generalidad importante, por lo que difícilmente podríamos ver en ese proceso algo parecido a lo que ocurrió en la unión soviética estalinista. Ese proceso, de industrialización, despojo e instauración del agronegocio correspondió a la imposición del neoliberalismo que tuvo lugar durante la Dictadura Militar, proceso que en Chile adquirió el nombre de “contrarreforma agraria”.

El golpe militar en el campo chileno y la contra reforma agraria

Es deducible que los territorios mayormente movilizados del proceso fueron, a la vez, los que mayormente sufrieron la represión militar, territorios donde hoy se emplazan, sin ninguna vergüenza hoteles de cadenas transnacionales, parques nacionales o el agronegocio. Daremos dos ejemplos de esto, un caso en Chile y otro en Wallmapu. La comuna de Paine, en la zona central de Chile, emplazada en las fértiles tierras del valle del Maipo, logró un nivel de organización y trabajo de vanguardia, ejemplos de lo que se conoce como poder popular, tuvo la lamentable cifra de 70 detenidos desaparecidos), dentro de ellos, el caso de más impactante repercusión mediática fue el hallazgo de “los hornos de Lonquén” donde fueron encontrados en un antiguo horno de ladrillos más de 40 dirigentes campesinos, de esta y otras comunas vecinas, siendo el primer caso que se hizo público donde se encontraron cuerpos de asesinados por la dictadura recién en el año 1978. Sin embargo, no fue este el primer caso donde se encontraron osamentas en Paine. luego de la matanza del fundo “El Escorial” de Paine en octubre de 1973, fueron encontrados 4 ejecutados políticos en los cerros vecinos, según cuenta la reconstitución de escena, ya heridos de múltiples disparos, los trabajadores, entre ellos Héctor Castro, a quien reivindicamos en este relato compartido por mi tía Marta Castro, su hermana,

Heridos, fueron obligados a subir el cerro para ser rematados por la espalda, los cadáveres, despedazados. Cerca de 4 meses después fueron encontrados por vecinos, los cuerpos fueron maltratados al punto de estar irreconocibles, sin embargo, uno fue tapado y cubierto para que sirviera de evidencia y demostración de la残酷 con la que fueron asesinados. 18 fueron los detenidos en este fundo todos simpatizantes y participantes de las acciones del MIR, el movimiento de izquierda revolucionario, quien contaba con un destacado militante que ordenaba las acciones en las asambleas, pero que, en el momento de la acción represiva del ejército, ninguno de ellos estaba en los fundos. No existió la más mínima capacidad de reacción frente a la respuesta de los terratenientes, y quienes murieron, una vez más en la historia, fueron los campesinos. (Relato familiar de Marta Castro)

Siguiendo las reflexiones de mis tíos Marta y Luis Montenegro, relacionados familiarmente con la comunidad del fundo el escorial, la idea de tomarse el campo fue parte de un movimiento que se generó en el territorio de Paine, donde la mayoría de los campos comenzaron a colectivizarse, sin tener en cuenta las relaciones de poder que existían al interior de cada fundo y comunidad y la capacidad de los campesinos de poder defender lo recuperado.

El otro caso que queremos comentar es el de la comuna de Neltume, en ese lugar se creó el Complejo Forestal y Maderero Panguipulli¹ explotación forestal recuperada por el pueblo mapuche y mestizo de la región cordillerana del Willimapu, que luego del golpe militar fue a enfrentarse a las fuerzas del Estado en distintos intentos, incluyendo guerrilla y enfrentamientos directos, ese lugar hoy alberga uno de los hoteles más lujosos en medio de paisajes paradisiacos y árboles milenarios.

En la memoria de estos árboles descansa la memoria de decenas de campesinos mestizos y mapuche de distintos territorios del Willimapu, el sur de Chile, trabajadores forestales de lugares tan lejanos como

¹ Más información sobre este lugar en www.memoriavivacom sitio de la organización de familiares y vecinos de la víctimas aca mencionadas

Frutillar, Valdivia, Chiloé o el Alto Bio-bio, fueron asesinados en el proceso de restitución de parte de las mejores tierras, si bien, la resistencia en este lugar fue inmediata, tampoco contaba con los medios para poder enfrentar la arremetida del estado con sus helicópteros y tanques, que inundaron tan tranquila localidad cordillerana. Hoy en día, una familia alemana y sus socios usufructúan de estas tierras, acrecentando cada año su fortuna gracias a sus complejos hoteleros.

El Estado chileno, como parte de la implementación del neoliberalismo en este país, comenzó un proceso de “restitución” de tierras a los grandes terratenientes, ocupando el mismo organismo que había sido usado para la reforma agraria, la CORA.

El proceso de contrarreforma tuvo enormes repercusiones en la vida de las familias campesinas. Las tierras expropiadas, conocidas como área reformada, volvieron al gobierno. De acuerdo a los registros de CORA (Corporación de Reforma Agraria), de un total de 9.965.868 hectáreas, un 28% fue restituido a sus dueños, un 32% fue licitado, un 0,7% fue traspasado a instituciones y sólo un 33% fue entregado a los campesinos, quienes debieron postular a ella bajo un sistema de puntajes. (Armijo, 2000, p. 1).

Bajo el cartel de continuar la política de entrega de tierras, la CORA continuó funcionando, pero con el objetivo de entregar tierras a los grandes terratenientes. Los campesinos, desarticulados, torturados, perseguidos asesinados sufrieron la peor parte de los primeros años de violencia de la dictadura, el período que va desde el mismo día 11 de septiembre de 1973 hasta el año 1978, cientos de campesinos dirigentes y simpatizantes del proceso de organización del campesinado y la reforma agraria fueron llanamente exterminados de las maneras más cruentas. No solo en el campo del valle central, si no también, y en gran cantidad, muchos dirigentes fueron asesinados en el sur de Chile, principalmente en el territorio mapuche, donde, como comentamos arriba, el campesinado y el mapuche formaban un solo grupo social que luchaba por la tierra y se organizaba para su producción.

Sin oposición el gobierno articuló un proceso de contrarreforma agraria que trajo capital financiero de diversas partes del mundo para

“modernizar” el campo, creando lo que sería la versión chilena del agronegocio, compuesto por capital financiero, con infraestructura subvencionada por el Estado y métodos modernos de plantación extensiva de frutas y uvas para vino, que ha sido desde entonces la principal fuente de exportación del agronegocio en Chile. Sin ninguna oposición la “restitución de tierras” fue más allá de la restitución y avanzó, sobre todo, en territorio mapuche, donde, al igual que los campesinos de la zona central, sin capacidad de respuesta frente al ejército desplegado en el territorio nacional, los intereses del capital financiero no solo desarrollaron el agronegocio, sino también la plantación de pinos y eucaliptus que, bajo un decreto con fuerza de ley, desde 1974² han invadido el territorio mapuche de las regiones de la Araucanía y los Ríos, también apoyados y subvencionados por el Estado, en su afán por aplicar las políticas económicas de la Escuela de Chicago.

De esta manera y como parte de una nueva concepción económica y geográfica las tierras quedaron sembradas en el sur con árboles para la producción de celulosa y en el valle central, de agronegocio de frutas y vino. Por esta razón el campesinado quedó reducido a su mínima expresión histórica, desde tiempos coloniales el campesinado había ocupado las orillas de los ríos, las faldas de los cerros y otros sectores excluidos del territorio nacional. Sin embargo, gran parte de la población aún consume de sus productos, pues, de manera marginal y sin que el Estado le de mayor importancia, la feria libre, seguía y sigue ocupando su lugar, expandiéndose al mismo tiempo que el Estado que, en su afán de obtener lucro y segregación en la construcción de viviendas, creaba periferias que demarcaban la marginalidad, abandonados de los servicios del Estado y los mercados, en estos espacios crecieron las ferias creciendo con ellas, la pequeña y mediana producción campesina se hace aún necesaria y posible. Las poblaciones populares al ser desplazadas más allá de la periferia, como, si fuéramos los inquilinos de nuevos fundos, encontramos en sus extremos, al campo, las pequeñas chacras y huertos de campesinos

2 Más información en : <https://www.conaf.cl/centro-documental/decreto-ley-n-701-de-fomento-forestal/>

que habían logrado conservar su tierra, gracias a esta misma condición de marginalidad, así mismo ocurrió en otras ciudades, donde la cultura mapuche fue desarrollando lo que hoy se conoce como el proceso de revitalización cultural mapuche. La pequeña agricultura familiar, aquella excluida durante muchos años de los mercados por su lejanía y por la dificultad que significa llevar sus productos, ahora tenía a sus consumidores muy cerca, y los años 90 fueron un período de expansión de las poblaciones y las ferias, fomentando este tipo de consumo, en tierras que Chile, en el Valle Central, destacan por la diversidad y la calidad de sus frutos.

No cabe duda, luego de observar el proceso que el avance del capitalismo sobre el campo en Chile fue un proceso donde fue necesario un golpe militar para implantar el agronegocio, y no la simple consecuencia de la inserción de capital y desarrollo tecnológico, contradiciendo lo planteado por algunos autores clásicos de la cuestión agraria (Felicio 2011), el campesinado chileno, mestizo, mapuche, de origen en ese inicial proceso de expropiación originaria del proceso de construcción de Estado, con sus sucesivas restituciones, como el golpe de Estado, ha resistido por el contrario, existe todavía y persiste, ya que gran parte de él esta arraigado profundamente en los más antiguo de nuestra cultura, la cultura mapuche y guarda en sí, una fuerza que trasciende el interés por acomodarse en una sociedad de consumo y ese sustento ideológico se lo debemos al caudal de conocimiento que ha guardado el pueblo mapuche y mestizo de las zonas de campo de que pequeña y mediana propiedad, pero así también en los inquilinos, que hasta hoy existen en las, aun colonizadas, tierras del sur de chile. En este apartado quisimos plantear argumentos más amplios, para poder abarcar la experiencia de ambos pueblos, entendiendo los sueños y pesadillas que han tenido campesinos mapuches y mestizos en su resistencia al capitalismo y en la protección del itrofill mognen, lo que nos da muestra de lo poco escuchado y comprendido que fueron los pobladores por el movimiento político que dirigía el proceso.

La relación neoliberal campo-ciudad

En la década del 80 en la ciudad de Santiago de Chile, se vivió, conjuntamente al proceso represivo de la dictadura un proceso de expansión de la ciudad que visto a lo largo del tiempo, uno podría definir como un proceso de “higienización” (Foucault, 2006) de la ciudad. Bajo el pretexto de “erradicar campamentos”, y motivados en parte por el terremoto que afectó a Santiago el 1985, el gobierno militar llevó a cabo una estrategia de desarraigamiento y precarización de la familia chilena enviándolos a vivir a las periferias de la ciudad, creando con esto guetos de pobreza. La familia trabajadora chilena fue enviada a vivir a kilómetros de la capital, sin trabajo, sin escuelas, sin servicios del Estado en general y sin ningún interés del mercado por proveer de servicios a estas poblaciones. Desarraigados, alejados de sus familias, los chilenos sufrieron el abandono de un sistema que vendía progreso, pero que generaba pobreza y marginalidad.

Esta nueva marginalidad inundó los antiguos campos abandonados ya por la hacienda colonial. Hectáreas de campos emplazados en las mejores tierras del país fueron dedicadas a la vivienda social que colindaba con tierras de campesinos, que caracterizar como de agricultura familiar, grupos que habían resistido durante años la expansión de la hacienda y luego los procesos de urbanización. Esta ruralidad, urbanizada, o esta urbanización ruralizada (Armijo, 2000), convive aún todavía con la periferia, generando una relación campo – ciudad diferente a la tradicionalmente observada por científicos sociales, donde los pobladores pueden acceder a productos del campo de buena calidad, a buen precio y al a vez el pequeño campesinado puede vender sus productos cerca y sin intermediarios. Esta situación, al cabo de una década se expandió por distintas regiones del Valle Central de Chile, donde el mercado inmobiliario cambió los usos de suelos agrícolas para su uso residencial, operación que en la mayoría de los casos responde a un proceso fraudulento donde un grupo de terratenientes herederos del campo colonial aliados con las autoridades nacionales y locales cambiaron su rubro creando inmobiliarias y empresas constructoras con el afán de multiplicar su capital en proporciones que cuestionan su calidad moral, ya que endeudaron a cientos de miles de familias.

chilenas por décadas, empobreciendo al extremo sus condiciones de vida. De este mismo proceso nace uno de los primeros movimientos sociales postdictadura en Chile, el movimiento de pobladores, que no pudo desarrollarse de otra manera que no sea emplazándose en el espacio público para reclamar su derecho a la ciudad.

Más allá de la periferia, el agronegocio del campo modernizado convivía con la ciudad sin mayor problema, las viviendas sociales agrupan a trabajadores rurales que deambulan de campo en campo en los trabajos temporales, al igual que el peón del período colonial, sin derecho a sindicalización, sin un lugar donde arraigarse, recorriendo todo el Valle Central desde el norte chico en la región de Coquimbo hasta la región del Maule, la mayoría trabajadores de la fruta, que es lo que mayormente requiere trabajo temporal en la poda, cosecha, raleo, etc. El inquilinaje quedó reducido al tipo de trabajo que requiere una mayor instrucción o confianza de las, ahora, “empresas agrícolas”, trabajos como el manejo del riego o el tratamiento con agrotóxicos.

Al sur de la zona central, en territorio mapuche, el poderío del negocio forestal sitiaba a las comunidades, reduciendo la agricultura tradicional campesina a expresiones marginales, un dato que podemos citar es el ejemplo de la comuna de Lebu, en la provincia de Arauco, en esta comuna el 80% de la tierra es ocupada por plantaciones de pinos y eucaliptus.

La industria forestal no solo afectó el suelo agrícola del territorio, sino que también un tipo de producción tradicional que hoy denominaríamos agroforestal, recolección de frutos y hongos del bosque que estacionariamente se aprovecha y fomenta como una fuente más de la diversidad de alimentos presentes en esta mapu. El movimiento mapuche es en esencia, al igual que el movimiento de pobladores, un movimiento socioterritorial, pues su preocupación principal es la recuperación de la tierra, pues sin ella, no existe el mapuche, pues mapuche significa gente de la tierra. Cuestión que el neoliberalismo en Chile intentó con distintas estrategias eliminar de la cultura del mestizo, desarraigando a propósito, negándole el derecho a la ciudad y al buen vivir, ese desarraigo, y la consecuente individualización del obrero, con jornadas de trabajo extensas y muy lejos de sus casas.

Apuntes sobre la revuelta social de Chile en 2019

Las y los estudiantes secundarios de Santiago organizados de manera previa durante una semana evadieron el pasaje del metro con un éxito cada vez más importante, esto provocó la represión policial y la consecuente respuesta del pueblo movilizado en las calles que una vez más guiados por la juventud rebelde, se tomó las calles para expresar el profundo y ya maduro rechazo al sistema neoliberal identificado con la palabra abuso. El período de bonanza neoliberal nunca fue tal y lo que se fue acumulando en Chile durante los años que siguieron a la dictadura tiene olor a frustración a promesas incumplidas y una serie de procesos inconclusos que se arrastran en lo más profundo del pueblo. Durante octubre y noviembre de 2019 chilenos y mapuche se manifestaron de distinta manera y con distintas temáticas, pero entre estas movilizaciones hemos podido notar una serie de aspectos que juzgamos como significativos para nuestro análisis. Por ejemplo, la acción de campesinos sobre los cursos de agua, para liberar sus caudales, lo que ha hecho volver el agua a valles que desde hace años estaban secos, no producto de la sequía y el cambio climático como lo plantea la prensa oficial, sino por el abuso del sistema de venta de derechos de agua. Antes que esto explotará, Bengoa planteaba que:

el interés es llamar la atención sobre el modo en que se reúnen en un mismo sistema agroalimentario elementos propios de una globalización cada vez más a gran escala y sin limitaciones, producto de los tratados de libre comercio —en el caso de Chile, muy abiertos y generosos con el capital internacional—, y aumentos de productividad, sanidad animal, control de plagas, etc., y sus consecuencias sobre procesos de concentración de capital, descampesinación y también reforzamiento de las condiciones de trabajo campesinas, que podemos incluso denominar como re-campenización, y desastres medioambientales, como ocurre con la escasez de agua. (Bengoa, 2019).

Frente a la falsa escasez, la organización y la movilización de los campesinos ocupó la acción directa de masas para liberar los ríos, que,

sobre todo en la zona central mantienen sometido el campo a los intereses del capital transnacional.

Otro aspecto que distinguió el proceso fue cómo la movilización social se territorializó en la ciudad, abriendo las plazas públicas para el mercado de pequeños agricultores y artesanos que cada fin de semana se instalaba en las plazas de los pueblos a vender sus productos, lo que antes era de los delitos más perseguidos por alcaldes, el espacio público fue un espacio en disputa entre la soberanía del pueblo y la imposición del orden neoliberal. Esta situación en algunas comunas del sur de Chile fue un proceso aún más interesante, pues ahí llega la producción del campesinado mapuche, sin dejar de mencionar la importancia de los artesanos que también concurrían a los llamados por ocupar la ciudad como centro de intercambio, ya que muchas de estas ferias también practican el trafkin, o trueque. Este nuevo espacio, que surge como protesta, abre una ventana de la ciudad hacia el campo, pero principalmente una ventana del pueblo obrero urbano hacia el campesinado, aumentando su capacidad de desarrollo.

En el proceso de territorialización de las demandas, otro de los movimientos que ha destacado es la ocupación de tierras, ya sea por pobladores mestizos como por el pueblo mapuche, urbanas o rurales, estas tomas se multiplicaron, el caso que tenemos más cercano es el de la ciudad de Osorno, en el sur del territorio mapuche, donde en una ciudad de poco más de 100 mil habitantes ha habido numerosas tomas de terrenos, en esta ciudad, mapuche y mestizo, están unidos en su lucha por la tierra, ya sea para vivir y/o para sembrar.

Durante el período de movilización social se ha tomó todas las ciudades, respondiendo a las necesidades de cada uno de los territorios, en parte, porque ha habido espacios públicos donde los pueblos hemos podido conversar, el espacio público ha cumplido su rol de desarrollar sujetos sociales que pueden tomar acciones colectivas, ya sea través del cabildo de la tradición mestiza, como a través del trawun mapuche.

La “mapuchización” de la sociedad chilena alianzas y territorio

El dato puntual para titular este apartado de esta manera, es la marea de banderas mapuche, la wenufoye, en las protestas sociales. En muchos casos superando las banderas chilenas, este hecho ha tenido distintas interpretaciones, que pasaremos a revisar.

El reconocido alcalde de Recoleta, miembro del Partido Comunista de Chile, Daniel Jadue, ve en esto un proceso de empatía con “los más abusados”. Pero para nosotros no es solo empatía, era empatía hace 25 años atrás cuando el mapuche era visto como un sujeto nuevo en la movilización social postdictadura. Pero vemos que es necesario ahondar en esta empatía para observar que hay en el fondo.

El sociólogo José Bengoa, consultado en estos días a raíz de la misma pregunta sobre la bandera mapuche en las movilizaciones plantea:

Creo que es un asunto polisémico que requiere múltiples interpretaciones. Llama la atención que, a veces, en una marcha se vean más banderas mapuches que chilenas. Hay gente que dice que representa el carácter mestizo o latinoamericano de nuestra sociedad. Pero también es apoyo a la causa mapuche, porque no es cualquier bandera. Un pueblo no tiene bandera, una nación tiene bandera. Y también representa libertad. (Bengoa, 2019).

Como leemos en Bengoa es mucho más que simple empatía, es el fondo del mestizaje, es la herencia del deseo de libertad de un pueblo presente en la mayoría de la población chilena. Es una bandera que se levanta con un objetivo político de tomar los espacios y, por tanto, el territorio. Es un gesto de ocupación de los espacios marcados por imágenes coloniales que es reemplazado por una simbología ancestral, la presente en la wenüfoye, la de los héroes mapuche que resistieron al Imperio Español, la que reemplazó a la imagen de héroes patriotas en distintas plazas a lo largo del país, al parecer al territorializarse la lucha del mestizo chileno, se encuentra en la lucha con su identidad original.

Pero veamos que opinan desde el pueblo mapuche. Desde un principio los comentarios emitidos por algunos líderes mapuche dejaban ver

una línea divisoria entre los pueblos, principalmente por no ver en los chilenos este afán por territorializar la lucha, cuestión que es inherente al pueblo mapuche, como planteamos arriba. Uno de los puntos que pensamos divide aguas es la conclusión final que los movimientos políticos que conducen el “estallido chileno” han sacado del proceso, la necesidad de una nueva constitución, cuestión que no es prioridad para el mapuche. Esto es expresado por el lonko Alberto Curamil, conocido hace poco por haber obtenido el llamado “nobel” de la ecología, pero que no pudo recibir por haber estado preso por el Estado chileno, el consultado por los escaños reservados en la asamblea constituyente, plantea:

Creo que de alguna manera quieren institucionalizar nuestros pueblos, las instituciones del estado son las que hoy reprimen acá en nuestro territorio son ellos los que encarcela y asesina a nuestros hermanos, en ese sentido nosotros no buscamos participación de ese tipo o de esa naturaleza, nosotros decidimos defender nuestro territorio y eso lo vamos a hacer en nuestro Azmapu, aunque sean duras las consecuencias, pero creo que la existencia es mucho más importante que tener un escaño reservado ante una institución del Estado (...) para nosotros es un orgullo que la bandera mapuche sea considerada en esta movilización dentro del estallido social, sin embargo, creo que el pueblo mapuche tiene una trayectoria de lucha, en el cual ha sido admirado en toda Latinoamérica, y si hoy la sociedad chilena lo consideró para poder representar su demanda o manifestarse en la calle, creo que eso también nos llena de orgullo, porque ellos reconocen esta lucha que el pueblo ha enfrentado durante siglos (...) Nosotros como alianza territorial tenemos un objetivo que tiene relación con la reconstrucción de la nación mapuche, dentro de aquello, hay un tratado que el Estado chileno en su gobierno de 1825 lo vulneraron y hasta el día de hoy eso ha significado un conflicto permanente en ese sentido nosotros estamos por la recuperación de nuestro territorio y sería bueno que el estado si quiere hablar de participación o integración, primero tiene que reconocer ese tratado que ellos vulneraron, que ellos sobrepasaron borrando todos esos acuerdos, en ese sentido nosotros nos mantenemos firme acá y si ellos quieren buscar alguna solución creo que yo que parte por ahí. (Curamil, 2019).

El Lonko Curamil hace referencia al tratado de Tapihue de 1825, parlamento que se llevó a cabo durante el gobierno de Ramón Freire. El gobierno de Freire se caracterizó por ser de corte liberal, estableciendo por ley alianzas para establecer el orden pocos años después de las últimas batallas de la Independencia, por lo que era el mejor interlocutor durante el proceso de Construcción de Estado, el acuerdo, que destaca por su fraternidad, planteaba la hermandad de ambos pueblos bajo el respeto de la frontera del río Bio-bio para todos los efectos legales, como así obligaciones comerciales y militares mutuas, incluyendo la participación en escuelas.

Perspectivas

Lo primero que podemos decir es que, tras hacer un pequeño balance bibliográfico, centrado más que nada en la historia del campesinado, la contrarreforma agraria y la modernización del campo, es decir, sin ahondar en la extensa bibliografía existente respecto al tema, se puede concluir que las investigaciones en torno al campesinado han sido marginales en la producción local de la geografía e historia en Chile. La producción que existe es más bien dispersa y analiza monográficamente territorios particulares sin poner el tema de la tierra en la mesa para discutirse, no así la producción en torno al conflicto chileno-mapuche, donde el problema central es la propiedad y posesión de la tierra.

El estallido social o revuelta popular chilena se condujo hacia la área a de los partidos políticos, y el pueblo una vez mas, quedó como observador. En este embrollo, el mapuche, mucho antes de la desilusión del pueblo chileno, advirtió la farsa que se estaba montando, ya que la principal práctica revolucionaria del pueblo mapuche, la lucha por la tierra no estaña incluida en ningún cambio constitucional. Es por esto que buscar los puntos de encuentro frente a un mismo enemigo que sería el Estado y el capitalismo, hoy es fundamental para la lucha de ambos pueblos que parecen estar irremediablemente unidos.

Lo bueno es que este no es un proceso inédito en la historia de Chile, la referencia que tenemos es que durante el período en que se desarrolló la reforma agraria, ambos pueblos se fundieron en un mismo

proyecto, en uno de los procesos más virtuosos de la historia no solo de Chile, sino de Latinoamérica, como lo fue la Unidad Popular. Hoy, que la sociedad chilena reflexiona sobre lo que podría haber ido y lo que fue el proceso de revuelta popular, la lucha de ambos pueblos vuelve a encontrarse en los caminos de las reivindicaciones territoriales y en la búsqueda de una identidad en común en el que ambos actores sociales tienen mucho que conversar aún.

Otra conclusión que podríamos incluir es la ausencia del debate sobre la tierra en la producción de intelectuales chilenos actuales, al revisar la bibliografía latinoamericana sobre el acontecer latinoamericano del campesinado, no encontramos mayores referencias al proceso chileno, sin duda debido al avasallador avance del capitalismo neoliberal sobre el campo en este país, dejando la cuestión de la tierra solo relacionada con el pueblo mapuche y, aun así, de manera secundaria. Sin duda, la producción de los intelectuales de un país se relaciona con lo que pasa con su contexto, y el debate sobre el campo en Chile fue algo que quedó enterrado bajo las botas militares de la dictadura. Sin embargo, una relectura de los procesos actuales abre el camino para el intercambio de saberes y el cuestionamiento a lo establecido por la dictadura y los posteriores gobiernos neoliberales.

REFERENCIAS

- ARMIJO, Gladys. *La faceta rural de la Región Metropolitana: entre la suburbanización campesina y la urbanización de la élite*. EURE: Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales, Santiago, v.26, n.78, 2000. Santiago. Disponible en: <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-7161200007800007>. Accedido en: 24 abr. 2023.
- ARMIJO, Gladys. La urbanización del campo metropolitano de Santiago: crisis y desaparición del hábitat rural. *Revista de Urbanismo*, Santiago, n. 3, 2000.
- BASTÍAS, Juan. *Memorias de la lucha campesina*. Santiago, LOM ediciones, 2016.
- BENGOA, José Entrevista a diario electrónico **La Tercera el 18 de diciembre de 2019**. Accesible en https://culto.latercera.com/2019/12/18/pueblos-originarios-nuevaconstitucion/?fbclid=IwAR0o9SkCs0bMXBfF_a3lV1fDlfQohn69bsUuGdm9TemUxi1Ly3cEg4OSrM Accedido en: 24 abr. 2023.
- BENGOA, José. *La Comunidad Pérdida*. Santiago: Catalonia, 2009.

BENGOA, José. Historia Social de la agricultura. Santiago: Ediciones Sur, 1988.
Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación (1991). **Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación.** Santiago: Secretaría de Comunicación y Cultura, Ministerio Secretaría General de Gobierno de Chile. [Links]

CURAMIL, Lonko Alberto. **Entrevista en CNN Chile**, 19 de diciembre de 2019, disponible en https://www.cnnchile.com/lodijeronencnn/entrevista-alberto-curamilultima-mirada_20191220/ Accedido en: 24 abr. 2023.

CHILE. Comisión Nacional de Verdad y ReconciliaciónChile. Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación. Informe RettigCorporación Nacional de Reparación y Reconciliación (Chile). Informe de la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación: volumen 2, tomo 3 . Disponible en Memoria Chilena, Biblioteca Nacional de Chile <https://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-85803.html>.

FELICIO, Munir Jorge. Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário. Orientador: Bernardo Mançano Fernandes. 2011. 214 f. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Presidente Prudente, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Seguridad, territorio, población.** Buenos Aires : Fondo de Cultura Económica, 2006

GÓNGORA, Mario. **Origen de los inquilinos de la Zona Central.** Santiago: Universidad de Chile, 1960.

ILLANES, María Angélica. **Movimiento en la tierra. Luchas campesinas, resistencia patronal y política social agraria.** Chile 1927-1947. Santiago: LOM, 2019

JADUE, Daniel. **Entrevista en Rt publicado el 16 de diciembre de 2019.** Accesible en: <https://actualidad.rt.com/programas/entrevista/336948-alcalde-chile-daniel-jadueestallido-social?fbclid=IwAR1jFwuwdPIThVImTCmBLhs9OeZ6ihq9v8dUcg62s46ULFlyfAwV3lRyo> Accedido en: 24 abr. 2023.

LONCÓN, Elisa. **Violeta Parra en el Wallmapu.** Santiago, Pehuén, 2017.

MILOS, Pedro. Chile 1970, Memoria a 40 años”. Santiago, Ediciones Universidad Andres Bello, 2013.

ANTES DO TERRITÓRIO

Ró, Categoria A'uwé/Xavante

MAÍRA TAQUIGUTHI RIBEIRO

JOSÉ SOBREIRO FILHO

A contribuição de Santos e Silveira (2001) sobre a formação e uso do território brasileiro está sedimentada na escolha de um método dedicado ao encontro das variáveis explicativas essenciais. Aos auspícios do desenvolvimento teórico elaborado em “A natureza do espaço”, que advogou pela indissociabilidade, solidariedade e contraditoriedade dos sistemas de ações e sistemas de objetivos num quadro histórico, bem como pela abordagem das técnicas, a proposta periodizou e revelou a forma, o lugar, os sujeitos, os motivos, as finalidades e muito mais acerca dos usos do território. A famigerada leitura se ateve mais fielmente à formação e ao uso do território para cumprir de maneira peculiar a função de contribuir na explicação do Brasil desde a Geografia. Uma vez que os povos indígenas não foram analisados, não houve aproximação ou tradução do legado e das relações ancestrais na produção do que se entende por espaço e “natureza”.

É salutar reconhecer a imensa contribuição teórica, analítica e metodológica do livro, da autora, do autor. Mas é imprescindível à Geografia brasileira se questionar sobre o que havia antes, as existências e reexistências operadas pelas retomadas da atualidade, assim como os saberes e as formas de produção do espaço-tempo. Quais as

categorias ancestrais eram ou ainda são utilizadas pelos povos originários? Quais as suas cargas de materialidade, abstração e implicações práticas? Poderíamos dizer que existem? São anciãs? São geográficas? São profanas em decorrência do alijamento dos espaços de consagração que remontam aos saberes coloniais? Elas são a continuidade, a descontinuidade e cativas dos refúgios: os territórios.

A lei de terras de 1850, por exemplo, permitiu a sua comercialização, e a fronteira agrícola não se comportou de maneira muito diferente, uma vez que a ganância acarretou em uma marcha fúnebre que sepultou grupos e povos com as mais diversas formas de saber e categorias que de uma forma ou outra se relacionam com o espaço. Não somente a ganância e a espoliação em faces jamais vistas na terra foram realizadas, mas também um território que se formou mameluco, cafuzo, indígena, quilombola etc. Um território singular, incapaz de ser explicado sem o reconhecimento de suas diversas originalidades. Aqui, onde se faz a ciência no Sul, as categorias também são cafuzas, são mestiças, devem ser originárias e muito mais. São elas destinadas, por excelência, a traduzir quem são os sujeitos.

Ao que denominamos América cabem também as “árvores de seu próprio bioma” para que a importação não leve ao erro de colocar em xeque a compreensão de suas especificidades. Essa é apenas uma parte do problema, uma vez que não é tão somente o sistema científico que reproduz a espoliação de saberes. Acima de tudo, na atualidade, por tocarem de uma forma ou de outra nos mesmos espaços de interesse do capital agrário brasileiro, as categorias e seus criadores sobreviventes jamais saberão até quando serão ainda povoadas ou apenas serão nomes de lugares oriundos de outro tempo histórico.

É fundamental refletir e denunciar que antes da criação do território na América, os povos indígenas não precisavam do território, inclusive para se refugiar. É no bojo de uma sociedade devotada ao capital que o território tornou-se imprescindível, imediato e, portanto, foi tomado de empréstimo exatamente por ter o sentido mais próximo do que a real necessidade pediria ou permitiria, face à baixa capacidade cognitiva geral da sociedade branca/colonial acerca dos povos indígenas. Isso traduz como o Estado ainda não demonstra habilidade e/

ou interesse em lidar com formas outras, sendo uma instituição des-preparada e que atende desigualmente aos sujeitos.

Sua luta não se restringe somente à colonização e seus conflitos culturais, mas aos conflitos produzidos por uma sociedade de classes que envolve de diferentes maneiras os povos indígenas e suas epistemologias. A perspectiva diversa sobre território para Fernandes (2009) contribui para a compreensão dele tanto sob a feição de Estados Nacionais quanto representado na propriedade privada, na imaterialidade e nas relações socioespaciais e socioterritoriais que, porventura, podemos relacionar com a existência dos povos indígenas no Brasil. Dialogando com a economia política, reconhece a disputa territorial enquanto expressão da luta de classes, sendo a conflitualidade a denominação desse processo estrutural.

O território é também a tradução mais próxima de uma luta diante de sociedades violentas e espoliadoras do atual tempo histórico. Ele se manifesta numa tênue medida entre o veneno e o remédio para sujeitos que praticam e refletem sobre outras categorias que existem e resistem a despeito dos espaços do poder “legitimador” da ciência. Não é somente uma categoria que foi tomada de empréstimo para cumprir uma finalidade cultural ou para abrigar as categorias profanas, mas também um conjunto de sujeitos que são alvos da dinâmica da luta de classes no campo.

Tão colonial quanto o desprezo, o extermínio e a censura, analisá-las e discuti-las também o são, porém necessários. Por serem espaciais, são as categorias mais relegadas, assim como os métodos das florestas. Ao implementarmos a perspectiva da dialética materialista como método, identificamos o espaço geográfico atravessado por lógicas espaço-temporais não totalmente contempladas pelas categorias coloniais comuns da Geografia. Acessamos as categorias ancestrais aos territórios, as anciãs e profanas, aquelas que são as categorias que vieram do mato, pois o mato também é lugar de onde vem a produção de conhecimento.

A realidade que nos oportunizou experienciar e construir essa discussão veio exatamente da fronteira agrícola no estado do Mato Grosso. Sua configuração territorial é consequência de um processo violento e concentrado que se caracterizou por rápidas modificações

no espaço. Essas impetuosas transformações espaciais, denominadas de *place framing* por Ioris (2017), decorreram especialmente do intenso processo de colonização experienciada a partir de 1960 e, em maior grau, na década seguinte, através dos programas desenvolvimentistas de integração nacional da ditadura militar.

Os programas de abertura da fronteira agrícola e do capital no Centro-Oeste basearam-se no incentivo à produção agropecuária e à modernização da agricultura. Inicialmente, houve o incentivo estatal para a implantação de grandes empreendimentos agropecuários, enquanto nos anos da década de 1970 foram impulsionados os projetos de colonização privada coordenados com a produção mecanizada de grãos, atraindo migrantes sulistas. Além da concessão de incentivos fiscais e de crédito rural, os programas estimularam um modelo baseado em insumos agrícolas, na mecanização e em novas tecnologias (Oliveira, 1997). Complementarmente, o governo investiu em infraestrutura através da construção de estradas, armazéns, linhas de transmissão e pistas de pouso, funcionando como um maestro ou um organizador para que os objetivos fossem alcançados. Muitos desses projetos de colonização deram origem aos atuais municípios de Mato Grosso, como Primavera do Leste, situada a 230 km da capital e um dos expoentes do agronegócio na região sudeste do estado.

No período militar, o lema “terra sem homens para homens sem terra” resumiu os esforços governamentais para a expropriação e privatização dos territórios dos povos originários ou ocupados por comunidades tradicionais, por meio de projetos de colonização e empreendimentos agropecuários. No entanto, uma vez que a ocupação estava consolidada, o discurso da terra em abundância e liberada para todos foi substituído pela necessidade de uma produção eficiente e de alta tecnologia do agronegócio como o único caminho a seguir (Ioris, 2017). Como resultado, foi intensificada a concentração da terra e da riqueza, bem como a mecanização e tecnificação crescente no campo, diminuindo os postos de trabalho e transformando o campo mato-grossense num grande vazio populacional habitado por monoculturas.

Como resultado do *place framing* vivido nas décadas de 1960 e 1970 – uma fase crítica e decisiva na disputa pelo estabelecimento de

uma nova ordem espacial – ocorreram mudanças radicais na paisagem, no território, nas relações sociais e nas dinâmicas econômicas que se sucederam no estado de Mato Grosso. Os conflitos envolvendo povos indígenas foram parte integrante desses momentos e acompanham até hoje o novo espaço produzido. Segundo a plataforma Terras Indígenas no Brasil¹, organizada pelo Instituto Socioambiental (ISA), Mato Grosso possui 79 Terras Indígenas, nos diferentes estágios de regulamentação. Essas TIs ocupam cerca de 21,6 milhões de hectares², o que representa aproximadamente 24% do território estadual, nas quais vivem 45.065 indígenas, de acordo com o último Censo Demográfico, de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse contexto, os A'uwe, conhecidos como xavantes, têm uma relevância estratégica, uma vez que se trata do povo mais populoso do estado de Mato Grosso com as Terras Indígenas mais densamente povoadas, conforme os dados do Censo de 2010³.

Suas nove Terras Indígenas, fragmentadas no leste mato-grossense e habitadas por 19.797 pessoas, conforme Censo de 2022, são resquícios do seu antigo “domínio territorial”, no entanto, reduzido e entrecortado por cidades, fazendas e estradas. São como ilhas, que formam um arquipélago, não apenas pela sua origem comum do “território” ancestral, mas que interagem constantemente entre si e, também, com o mar ao redor. Essas ilhas se interconectam também por serem espaços nos quais o Ró resiste vivo e interconectado com o povo a'uwe. Partindo do estudo da categoria Ró, própria do povo a'uwe, esta pesquisa tem o objetivo de descrever e analisar as drásticas alterações ocorridas no entorno da Terra Indígena (TI) Sangradouro/Volta Grande, em especial no município de Primavera do Leste, por meio da territorialização do agronegócio e suas consequências na territorialidade desse povo.

1 Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/>. Acesso em: 16 abr. 2023.

2 Este dado não é exato, uma vez que algumas Terras Indígenas têm suas áreas compartilhadas com outros estados.

3 O Censo do IBGE de 2022 ainda não apresentou dados populacionais discriminados por etnia.

Metodologia

Este texto traz parte dos resultados da pesquisa de mestrado da autora sob orientação do coautor (Ribeiro, 2023). Foram utilizadas as seguintes bases técnicas: revisão da literatura; análise documental de publicações de organizações indígenas, indigenistas e ligadas ao agro-negócio; trabalho de campo; entrevistas semiestruturadas e abertas; levantamento de dados secundários e produção de mapas. O trabalho de campo foi desenvolvido ao longo de 18 viagens de trabalho da autora como servidora indigenista da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) em Terras Indígenas, totalizando 68 dias, entre agosto de 2021 e setembro de 2022. A pesquisa utilizou elementos, aspectos e princípios da observação participante e da pesquisa-ação adaptados ao contexto do desenvolvimento da pesquisa de campo junto ao trabalho técnico profissional.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito indígenas a'uwẽ adultos, sendo três mulheres, e um servidor não indígena aposentado da Funai. O roteiro, individualizado para cada entrevistado focou em questões específicas, como a história de vida, as práticas socioespaciais no território, a relação com fazendeiros da região, o significado de conceitos centrais identificados na língua a'uwẽ etc.

Aprofundamos a descrição do processo histórico de ocupação e territorialização do agronegócio no em torno da TI Sangradouro/Volta Grande, onde vivem 1.817 pessoas (IBGE, 2022) em 64 aldeias nos seus 100.280 hectares. Esta TI possui um histórico de arrendamentos ilegais e projetos para o plantio de soja e outras *commodities* no seu interior. Os mapas apresentados foram elaborados com o software QGIS nas versões 3.12, 3.16 e 3.22, a partir de dados primários e secundários. O recorte espacial do estudo abrangeu seis municípios: em três deles está situada a TI Sangradouro/Volta Grande: General Carneiro, Poxoréu e Novo São Joaquim; dois são municípios limítrofes à TI: Primavera do Leste e Tesouro; e o município de Santo Antônio do Leste, que, apesar de não ser limítrofe, encontra-se contornado pelos municípios estudados e sua exclusão significaria uma lacuna espacial. Para o estudo mais detalhado do processo histórico de territorialização não indígena

e da dinâmica de ocupação do solo, focamos no município de Primavera do Leste, por ser uma referência regional e um polo econômico estadual e por sua interação com a TI Sangradouro, uma vez que seu perímetro urbano localiza-se a cerca de 50 km dessa TI.

A base para esse levantamento foram os dados fornecidos pela Coleção 7 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil (Mapbiomas, 2022a) e pela Coleção 1 de Mapeamento da Superfície de Água do Brasil do Projeto MapBiomas (Mapbiomas, 2022b). Trata-se de um projeto multi-institucional colaborativo que produz mapas anuais de cobertura e uso do solo a partir de processos de classificação automática aplicada a imagens de satélite Landsat através da plataforma *Google Earth Engine*. Utilizamos os dados gerados nos módulos de uso e cobertura de solo, de irrigação e de superfície d'água para todos os anos disponíveis pelo projeto até o momento da escrita deste artigo, ou seja, de 1985 a 2021. Padronizamos a utilização prioritária dos dados do Mapbiomas para as diferentes análises da dinâmica da ocupação do solo na área de estudo para que a base de informações fosse comparável e também compatível com os mapas elaborados.

Referencial Teórico

Para apreender a realidade observada de modo crítico enquanto processo, assumimos duas categorias teórico-metodológicas centrais, conforme Netto (2011): a totalidade e a contradição. A concepção de totalidade nos permite assumir que os processos observados são complexos e devem ser estudados com profundidade nas suas inúmeras contradições, relações e articulações. Na análise, buscamos identificar as contradições que resultam das dinâmicas e relações que se estabelecem neste cenário de disputa territorial. Destacamos, assim, os conflitos – identificando-os, descrevendo-os –, pois são eles indicadores das contradições presentes nos processos observados.

Compreendemos o conflito como parte aparente de uma conflitualidade, ou seja, “o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista” (Fernandes, 2008, p. 5). O conflito, portanto, materializa o processo de

conflitualidade, não sendo nem seu início nem seu fim, mas um momento violento que expõe a exclusão e a resistência dos envolvidos. Reconhecemos que existe uma conflitualidade inerente na relação assimétrica entre os povos indígenas e a sociedade não indígena no Brasil. Uma das expressões visíveis dessa conflitualidade – latente – são as paisagens em sua maioria contrastantes entre os territórios indígenas e seus vizinhos. Essas paisagens, por sua vez, são reflexos de territorialidades divergentes.

Concebemos o território como o espaço fragmentado, diferenciado por meio do domínio e da influência que identifica aqueles que o detêm e exclui os demais. Para Marcelo Lopes de Souza, os “territórios são relações sociais projetadas no espaço mais do que espaços concretos, estes sim os substratos materiais da territorialidade” (Lopes de Souza, 2000, p. 87). Partimos da conceituação de Raffestin de que o território é “um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (1993, p. 144).

As relações e os trabalhos projetados no espaço que o diferenciam e constroem o território são resultado, em maior ou menor grau, das territorialidades dos coletivos que mantêm relação de poder com esse espaço e entre si. A territorialidade aparece como a expressão da concepção territorial de determinado grupo, carregada de intencionalidades. Entretanto, somente intencionalidade não produz território, a territorialidade do grupo se expressa concretamente limitada ou potencializada pela sua condição social e histórica, a partir da leitura da realidade e das suas contradições. Dessa maneira, a territorialidade a’uwẽ se expressa através das suas práticas socioespaciais que se tornam práticas socioterritoriais; porém, estas e a sua soberania no território também estão condicionadas por interação, resistência, fragmentação, confinamento, sedentarização e/ou subordinação a uma sociedade não indígena e capitalista dominante ao seu redor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do espaço ao Ró

A partir de Gomide (2009), que estudou em profundidade o entendimento do espaço e da territorialidade a'uwē em sua tese, e de publicações da Associação Indígena Warã, observamos que se convençãoou, entre não indígenas, a aproximação da compreensão a'uwē de espaço, ou mesmo de território, como *Ró*, por vezes também traduzido como Cerrado. Em uma publicação dessa associação, os anciões Adão Top'tiro e Thiago Tseretsu, da TI Sangradouro, explicam *Ró* a partir da relação entre os xavantes e o Cerrado,

O xavante depende do Cerrado e o Cerrado depende do xavante. Os animais dependem do Cerrado e o Cerrado depende dos animais. Os animais dependem do xavante e o xavante depende dos animais. Isso é o Ró. Ró significa tudo para os caçadores xavantes: o Cerrado, os animais, os frutos, as flores, as ervas, o rio e tudo mais. [...] Antigamente, o Ró era assim: havia a aldeia, em volta a roça, em volta as frutas, em volta a caça junto com os espíritos, em volta mais caça e mais caça sempre junto com os espíritos (Warã, 2000).

A definição de *Ró* trazida pelos dois anciões a'uwē deixa implícita uma noção de totalidade e de interconexão, no qual o a'uwē é parte central dessas relações. Quando questionada sobre o significado de *Ró*, Indiana Petsirei'õ Dumhiwe, jovem da TI Parabubure, explicou que “Ró é quando você se refere a um espaço, tipo um mato, Natureza, ou mesmo o espaço do universo, o *Ró* depende de como você coloca na sua fala também”⁴.

Esse depoimento reforça a compreensão do espaço a'uwē como totalidade e, ainda, com forte relação com a “Natureza”, utilizando as palavras de Petsirei'õ, ou o “Cerrado”, nas palavras de Tseretsu e Top'tiro. Porém, quando os anciões Top'tiro e Tseretsu caracterizam

4 Entrevista com Indiana Petsirei'õ Dumhiwe realizada em 31 de dezembro de 2021.

Ró, não se referem a um bioma ou a uma fitofisionomia específica, que nós chamamos de Cerrado; trata-se de uma categoria muito mais ampla cuja tradução buscou aproximar, mas, ao mesmo tempo, simplificar. Da mesma forma, natureza é um conceito construído pelo pensamento ocidental carregado pelo peso da dicotomização e da hierarquização próprias desse pensamento. Ou seja, ao falar de natureza, já consideramos uma oposição desta com os seres humanos e ainda com a cultura, concepção que não está necessariamente presente em outras sociedades.

Ró, no entanto, encerra uma polissemia. Um dos seus significados mais precisos e objetivos é definido no dicionário Xavante-Português: “lugar, lugar de moradia, lugar de nascimento, terra nativa” (Lachnitt, 2003, p. 59). Um dos nossos interlocutores explicou que se usa *Ró* para indicar um lugar específico em qualquer circunstância.

A potência do lugar está justamente em ser o âmbito micro onde se desenvolvem as relações humanas e das pessoas com o espaço. É no lugar que se constrói o espaço percebido e vivido, ou em outras palavras as práticas espaciais e os valores simbólicos e subjetivos que ressignificam o espaço. É no lugar que se estabelecem as relações de afeto, mas também de dominação e de resistência. Routledge (1992 *apud* Sobreiro Filho, 2019) levanta três elementos teóricos do lugar: o local (as relações sociais constituídas), a localização (onde esses processos se desenvolvem) e o senso de lugar (os elementos subjetivos e simbólicos envolvidos). O lugar se apresenta, por um lado, como um conceito importante para a concepção espacial a’uwẽ e, por outro lado, como um conceito geográfico central para a análise da relação espacial dos a’uwẽ com o espaço, propriamente por ter foco nos microprocessos. Petsirei’õ explicou que

o *Ró* pode ser uma moradia ou pode ser um espaço, ou pode ser um espaço imenso ou a pessoa pode se referir ao espaço do universo, entende, é o espaço onde a pessoa está também, é uma referência (Ribeiro, 2023, p. 54).

Concluímos que *Ró* assume uma concepção espacial muito ampla. É ao mesmo tempo o espaço como totalidade e o lugar como

especificidade. Há, portanto, uma multiescalaridade presente em *Ró*, que é situado no lugar de vida ao mesmo tempo que conecta o espaço do local ao bioma e ao universo. A partir da complexidade e da polissemia contidas em *Ró*, assumimos que a categoria de espaço geográfico não é suficiente para o significado de *Ró*, que se configura como uma categoria espaço-temporal própria desse povo, categoria esta que é criada e reinventada a partir da *práxis* própria a'uwe, pois *Ró* só existe enquanto experiência concreta. Compreendemos que, por englobar o lugar onde se vive, as conexões e inter-relações, abrangendo ainda a totalidade do universo, seria mais apropriado referirmos a *Ró* como o “próprio mundo xavante”, como aponta Gomide (2009, p. 317).

Concebendo *Ró* como o mundo, fica evidente a sua aproximação, quando traduzido pelos próprios a'uwe, com conceitos ocidentais como Cerrado ou Natureza. O Cerrado é histórica e idealmente a totalidade abrangente do seu universo. Nele, interagem os universos humano, não humano e sobre-humano, e os vivos, mortos e imortais. Como esclarecido por nossos interlocutores, *Ró* não abrange a cidade, as estradas ou as extensas lavouras desmatadas. Se hoje em dia o complexo que chamamos de Cerrado já não é onipresente, ele também é reivindicado pelos a'uwe como o seu espaço, o seu mundo, *Ró*. Geograficamente, isso significa dizer que há uma centralidade do Cerrado para a produção do espaço a'uwe e uma íntima relação desse povo com esse bioma. Adicionalmente, que sua concepção espacial parte do lugar interconectado, nas diferentes escalas espaciais, com os distintos elementos que compõem essa totalidade.

Ao afirmar que *Ró* é mais do que o lugar, o espaço, as relações sociais, o Cerrado ou ainda a Natureza, mas que se trata de tudo isso ao mesmo tempo, ou seja, do próprio mundo a'uwe, buscamos dar o peso justo dessa medida. Sob a ótica, especialmente dos anciãos que vivenciaram *Ró* na sua plenitude, a destruição do *Ró*, que vem sendo provocada paulatinamente pelos não indígenas, deve ser compreendida como um processo relacionado à própria destruição do mundo a'uwe. Esse contínuo e progressivo “fim do mundo” exige uma adaptação e alteração extrema do modo de ser e de estar no mundo por esse povo.

Esta relativa sobreposição entre *ró*, cerrado e mundo parece sofrer certo descompasso provocado pelas mudanças do mundo vivido. Assim, as áreas no entorno das terras indígenas *a'uwẽ*, que antes eram vasto cerrado e hoje são mares de terra nua, de lavoura ou de pasto, já não podem ser chamadas de *ró*. A título de hipótese a ser investigada, é possível afirmar a existência de certa relação reflexiva entre este colapso linguístico e o “colapso mundial” vivenciado reiteradamente pelos *a'uwẽ* com a aproximação dos *waradzu* (Wa'râiwÊ Urebé *et al.*, 2022, p. 59).

Mato Grosso, paisagens divergentes

A destruição do *Ró* está relacionada às rápidas transformações espaciais em Mato Grosso nas décadas de 1960 e 1970 em decorrência do avanço da territorialização do agronegócio. Oliveira (2007) situou a construção do conceito de agronegócio para denominar uma agricultura tipicamente capitalista. Assim, o agronegócio é compreendido dentro do processo de industrialização da agricultura para a produção de mercadorias, reorganizando a estrutura agrária e as relações sociais no campo. Fernandes (2013) acrescentou que o agronegócio é um complexo de sistemas, criado a partir da lógica das relações capitalistas, cuja base é agropecuária, mas integra-se também aos sistemas industriais, mercantis, financeiros, tecnológicos e ideológicos.

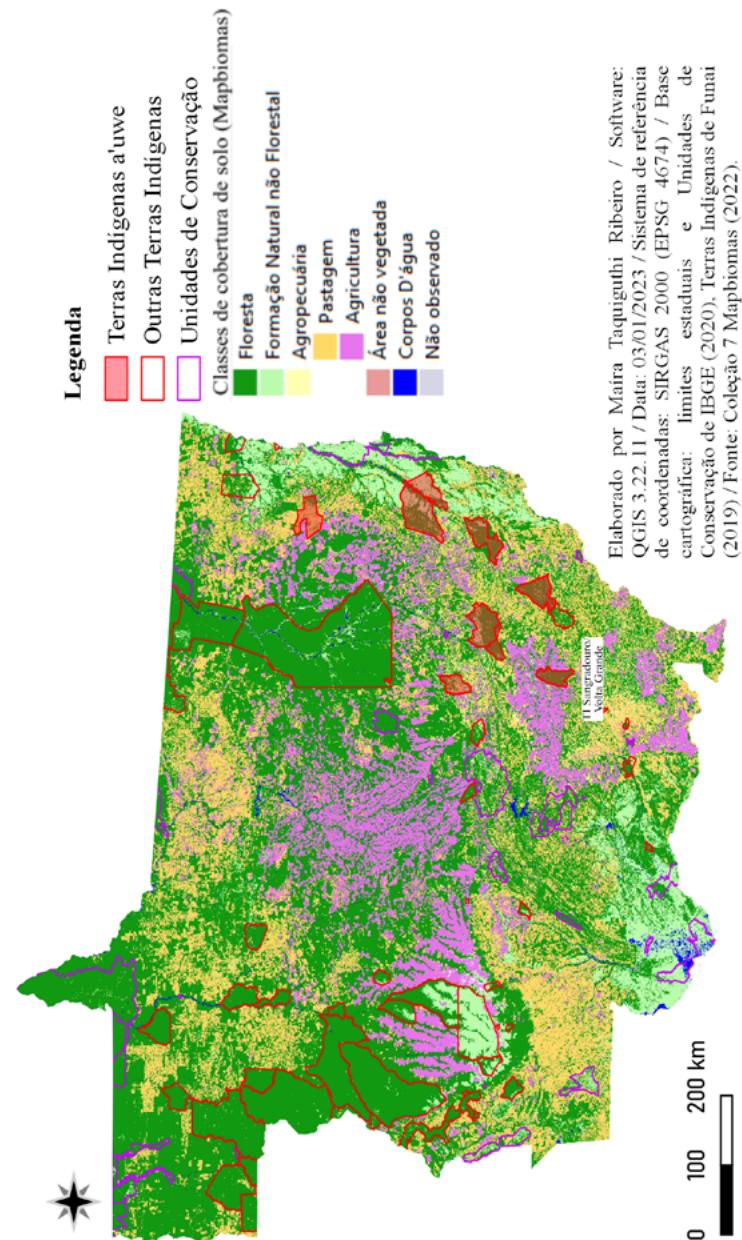
O agronegócio baseia-se numa produção em larga escala, que explora e degrada os recursos naturais, com grande dependência de capital, crédito e insumos externos, para a comercialização de *commodities*. Se na língua inglesa esta palavra originalmente significa “mercadorias”, no jargão econômico passou a denominar produtos primários uniformes de baixo valor agregado que podem ser produzidos e comercializados em qualquer parte do mundo de maneira padronizada. Isso também permite que a produção de *commodities* seja direcionada ao mercado industrial global e, consequentemente, seu preço seja determinado em bolsas de valores. Pelas suas características, as *commodities* materializam a noção de capital sem pátria e que avança sobre todas as coisas. O estado de Mato Grosso especializou-se na produção de *commodities*, o que tem produzido um espaço marcado pelo contraste de paisagens.

O Mapa 1 representa o uso e cobertura do solo no ano de 2021. De maneira visualmente didática, o mapa facilita a compreensão de que o Mato Grosso é composto por um mosaico de três grandes grupos: a) áreas com concentração de pastagens (em amarelo); b) áreas com concentração de lavouras (em rosa); e c) por fim, áreas com vegetação nativa conservada, localizadas em Unidades de Conservação, mas majoritariamente em Terras Indígenas (em diferentes tons de verde). As Terras Indígenas em Mato Grosso estão localizadas principalmente no extremo oeste do estado, no qual formam um maciço conectado, e na bacia do Rio Xingu, que também une extensas áreas demarcadas. As nove Terras Indígenas a'uwē se destacam no leste do estado como áreas relativamente grandes de vegetação nativa geograficamente isoladas.

A representação do mapa tornou explícita a centralidade das Terras Indígenas para a conservação ambiental. Esta afirmação pode parecer trivial, porém devemos salientar que as Terras Indígenas não são Unidades de Conservação nem possuem legalmente algum compromisso de proteção ecológica. A conservação ambiental observada nesses territórios está mais vinculada à forma de ocupação e de vida daqueles que os habitam, os povos originários. A partir dos seus modos próprios e coletivos de viver, produzir, se relacionar e de compreender o mundo, os povos indígenas são estratégicos tanto para o equilíbrio ecológico e climático regional quanto na resistência ao avanço desenfreado do agronegócio.

Ao observar as áreas de concentração de lavoura no Mapa 1, notam-se quatro principais manchas de avanço, que estão ocupadas em sua maioria por soja: 1) na região Médio-Norte, que engloba municípios como Sinop e Lucas do Rio Verde; 2) no Sudoeste, no qual Tangará da Serra é um dos expoentes; 3) no Nordeste, próximo ao Parque Indígena do Xingu, principalmente nos municípios de Querência e Canarana; e 4) na região Sudeste, onde estão localizadas Primavera do Leste e a Terra Indígena Sangradouro/Volta Grande.

Uso e cobertura do solo no Estado de Mato Grosso em 2021



Fonte: Ribeiro (2023) a partir da Coleção 7 Mapbiomas 2022

A busca por lucro na produção de soja conduz a uma corrida pelo aumento da produtividade, mas também pela expansão da sua área, cujo avanço encontra cada vez mais barreiras por falta de terras disponíveis. As projeções do Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea) é de que, nos próximos dez anos, aumente a área de soja dos 11,47 milhões de hectares plantados em 2022 para 16,50 milhões em 2032, um incremento de mais de 30 % (Kempa *et al.*, 2022). Nessa corrida, o agronegócio não pode admitir publicamente que tal expansão venha a ocorrer através do desmatamento de novas áreas:

É importante ressaltar que o incremento das áreas agrícolas no estado irá ocorrer, principalmente, sobre as áreas de produção pecuária, no qual em 2021 somaram 14,13 milhões de hectares aptos para conversão de pastagem em agricultura no estado de Mato Grosso. Apesar da mudança nos padrões de utilização de área, a produção de carne bovina tende a crescer no estado e alcançar a marca de 1,88 milhões de toneladas em 2032, devido aos investimentos em tecnologia e genética animal (Kempa *et al.*, 2022, p. 19).

O próprio instituto ligado ao agronegócio demonstra em seu texto a fragilidade da sua argumentação para explicar o prognóstico de aumento das áreas de soja e da produção de carne sem supressão de cobertura nativa. Para solucionar este cálculo inverossímil, justifica-se o aumento da produtividade do gado tão somente através de “investimentos em tecnologia e genética animal”, sem considerar que, por sua própria lógica, a área seria ainda menor do que a atual – já que a expectativa é de que uma parte das pastagens se transforme em lavoura de soja.

Afora os explícitos pontos cegos nesse planejamento, o mapeamento elaborado pelo Imea indica as áreas de pastagens mais aptas para conversão para agricultura (Kempa *et al.*, 2022). Segundo o levantamento, grande parte dessas áreas está localizada no norte do estado. Há relativamente poucas áreas classificadas como muito favoráveis para a expansão da soja nas regiões Sudeste e Nordeste, ou seja, que afetam diretamente o território a'uwē. Se essa constatação indica que o foco da expansão do agronegócio será direcionado para outras áreas do estado, também pode provocar uma pressão para o avanço do

desmatamento sobre áreas “conservadas” localizadas nessas manchas, representadas principalmente pelas TIs a’uwẽ.

Territorialização do agronegócio e destruição do Ró nas TIs Sangradouro/Volta Grande

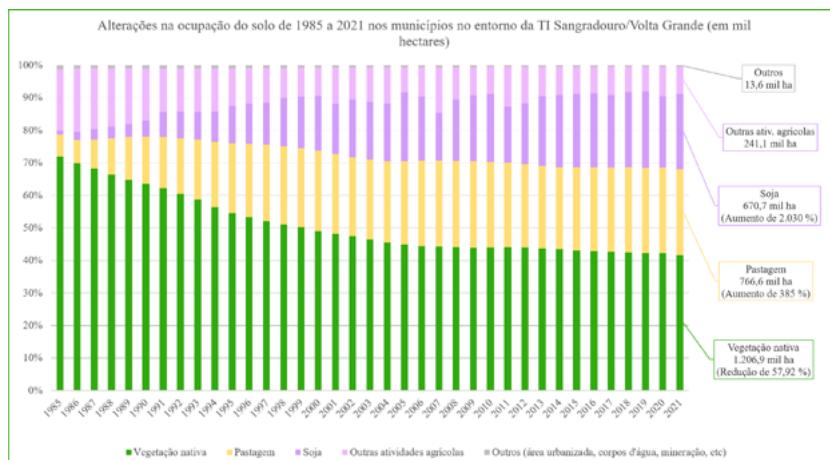
Neste momento, aprofundamos o entendimento daquela “mancha” da soja na região Sudeste observada no Mapa 1. O modelo de desenvolvimento baseado na modernização conservadora, com a mecanização da agricultura centrada na produção de *commodities* sem alterar a estrutura agrária, resultou numa realidade profundamente desigual. Consequentemente, a destruição do Ró pela expansão do agronegócio resultou numa intensa devastação ambiental.

A partir de dados da Coleção 7 do Projeto Mapbiomas, organizamos as alterações ocorridas de 1985 a 2021 (Figura 1), exibindo as representações da ocupação do solo a cada cinco anos, e no Gráfico 1, com as áreas de ocupação de cada categoria representada em barras percentuais anuais. Em 1985, as imagens do satélite Landsat já detectavam o avanço no desmatamento do entorno da Terra Indígena, com a agricultura de grãos e pastagens. Os dados do Mapbiomas indicam que, àquela altura, 28,1% da área dos seis municípios estudados já havia sido desmatada. As lavouras estavam concentradas principalmente próximo ao projeto de colonização Cidade Primavera, que se tornaria município apenas no ano seguinte.

É possível verificar um contínuo e acelerado avanço das áreas de pastagens e de lavoura nos próximos anos até início da década de 2000, quando o agronegócio esteve espacialmente consolidado e houve um arrefecimento na velocidade do desmatamento. Nota-se que atualmente quase inexistem áreas de pastagem favoráveis para conversão em lavouras neste recorte espacial. No entorno da TI Sangradouro, a dinâmica típica da fronteira ocorre a partir de um eixo central do município de Primavera do Leste. O desmatamento das “bordas” dá lugar a pastagens para a criação de gado bovino, direcionado principalmente para a produção de carne. Com o passar dos anos – após a consolidação da área desmatada, a organização da mão de obra, a melhoria na infraestrutura e nas

estradas etc. – as pastagens foram convertidas em lavouras, numa dinâmica na qual o centro da área de estudo é ocupado por lavouras e as bordas por pastagens e fragmentos de vegetação nativa. Pelas imagens, é possível notar que áreas de pastagens convivem com alguns desses fragmentos, enquanto as lavouras dominam praticamente toda a área em que se estendem, provavelmente em razão da sua produção mais intensiva, mecanizada e tecnificada, que exige a retirada total da vegetação nativa.

Gráfico 1 – Alterações na ocupação do solo de 1985 a 2021 nos municípios no entorno da TI Sangradouro/Volta Grande (em mil hectares)



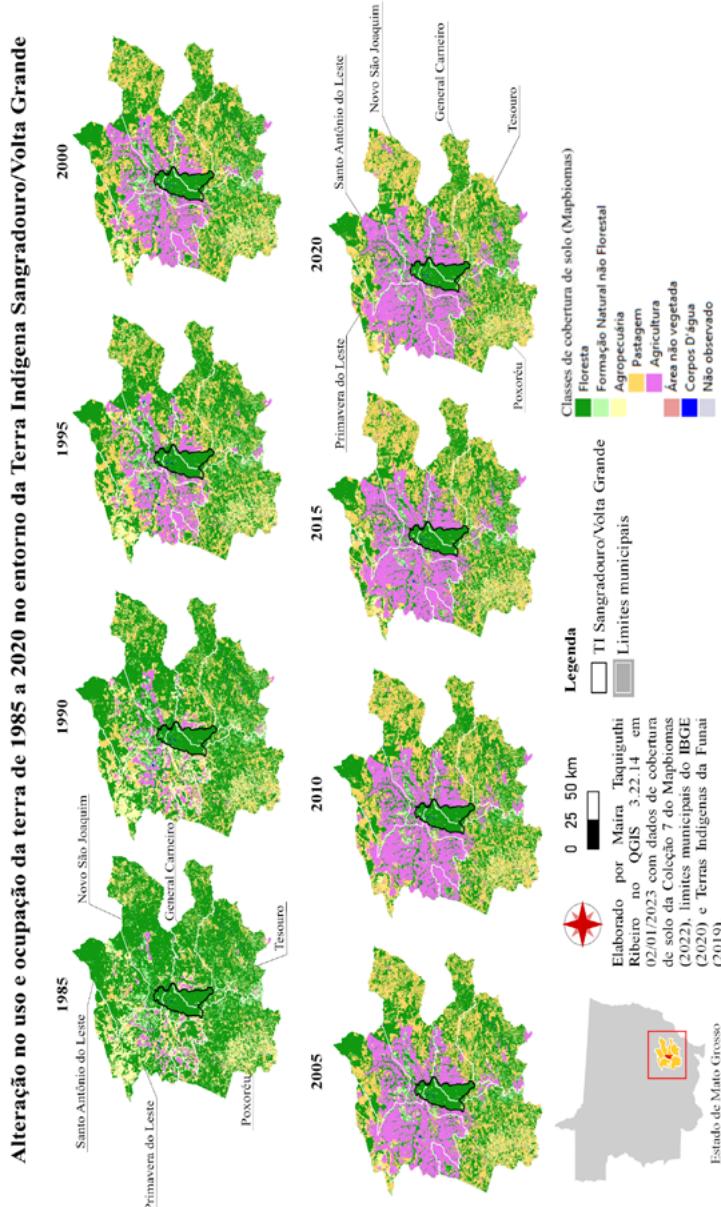
Fonte: Ribeiro (2023) a partir da Coleção 7 Mapbiomas 2022

O que salta aos olhos na Figura 1, no entanto, é a localização da TI Sangradouro bem “no meio” dessa territorialização do agronegócio de soja. Ao estudar o Ró, em suas manifestações espaço-temporais, e as dimensões espaciais e territoriais do povo a’uwē, é evidente o conflito material e epistemológico entre suas práticas e concepções espaciais frente àquelas *waradzu* (não indígena), baseada na propriedade privada capitalista, numa relação autoritária e etnocida por parte destes últimos. Já quando observamos o avanço do agronegócio sobre o Ró e o território a’uwē, é notório que esse avanço encerra uma agressiva disputa territorial. A partir da década de 2000, a TI Sangradouro tornou-se um grande

fragmento, não apenas do cerrado, mas um resquício de Ró enquanto mundo a'uwẽ, rodeado por uma territorialidade completamente estranha à sua, direcionada primariamente à produção de mercadorias para a obtenção de lucro. Essa racionalidade está presente nas oscilações da área anual dedicada à soja, que, por sua vez, refletem as oscilações nos preços da *commodity* nas bolsas de valores. No gráfico 1 vemos que, quando houve diminuição na área plantada de soja, não houve diminuição da área total de lavouras, ocorre apenas um deslocamento de um para outro cultivo, sem alterar a tendência de aumento no seu percentual de ocupação. Essa dinâmica interfere na produção de alimentos que abastece o consumo interno, uma vez que o preço das *commodities* determina também a área plantada de alimentos para o consumo interno.

Após rápido crescimento nos anos 1980 e 1990, a área de pastagens nesses seis municípios permaneceu relativamente estável desde 2005, ocupando entre 25 e 26% da área total em cada ano analisado. Em contraposição, a área ocupada por lavouras apresentou uma tendência de crescimento contínuo, ocupando 31,5% da área estudada em 2021. Sob a estabilidade da porcentagem anual esconde-se o fato de que as áreas de pastagens estão sendo deslocadas enquanto a soja substitui a produção nas porções mais aptas para a sua produção. Por sua vez, a destruição da vegetação nativa, embora tenha diminuído o ritmo, reincidiu (Gráfico 2). Em 1994, ocorreu o maior desmatamento anual da série histórica estudada, equivalente a 65.825 hectares. A partir de 2004, o desmatamento diminuiu e chegou a números negativos em 2010 e 2011, algo inusitado. No entanto, em 2021, houve um incremento acentuado no desmatamento, chegando a 129,11 km², maior índice desde 2004.

Figura 1 – Alteração no uso e ocupação da terra de 1985 a 2020 no entorno da Terra Indígena Sangradouro/Volta Grande



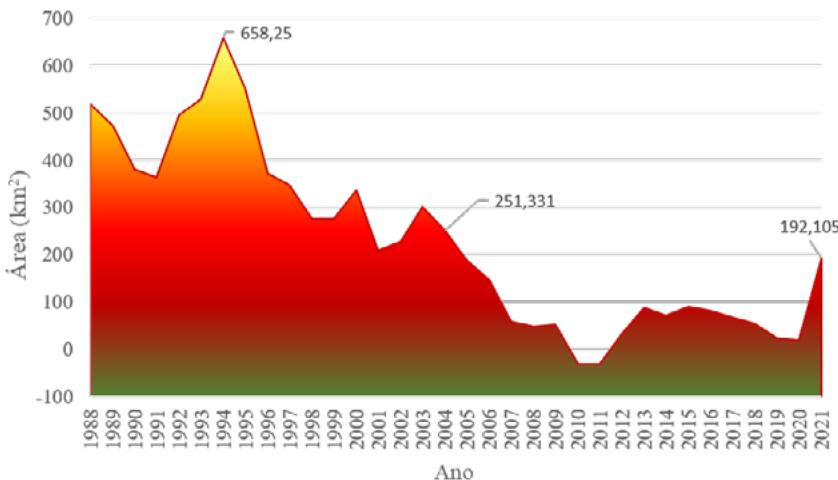
Fonte: Ribeiro (2020), a partir da Coleção 7 Mapbiomas 2022.

Tanto a redução do desmatamento a partir de 2004 quanto a sua intensificação durante o governo Bolsonaro, observados na área de estudo, também apareceram nos dados de desmatamento para toda a Amazônia Legal no período. Podemos relacionar essa redução no desmatamento no início da primeira década de 2000 com a implementação do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). Instituído em 2004, inovou ao transformar o combate ao desmatamento em uma ação interministerial que integra diferentes políticas públicas, coordenada pela Casa Civil até 2013 (Ribeiro, Pupo, 2020). O desmatamento de novas áreas na Amazônia Legal diminuiu ano a ano e permaneceu abaixo dos 8 mil km² de 2009 a 2018, segundo dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), conforme o Gráfico 3. Desde 2014, a curva voltou a ascender, processo intensificado durante o governo Bolsonaro, de 2019 a 2022, que atingiu um desmatamento de 13.038 km² em 2021.

Enquanto o desmatamento ocorreu de forma acelerada, principalmente até o início da década de 2000, a quantidade de superfície de água passou a diminuir principalmente a partir desse período, atingindo a menor área em 2021, conforme dados da Coleção 1 de Mapeamento de Superfície de Água do Projeto Mapbiomas (2022b) (Gráfico 4). Este é um recorde, superado ano a ano, desde 2014 nessa região e cuja curva descendente pode ser observada desde 1996.

É visível a preocupante redução da água superficial na virada de 1999 para 2000, pois houve redução de 30% em apenas um ano. Ainda que não tenhamos elementos suficientes para desvelar esse fenômeno, até porque ele não é o foco deste estudo, destacamos dois processos que não passam despercebidos. O primeiro é o desmatamento contínuo, mas bastante acelerado até o início da década de 2000, como já discutido. Um segundo inicia nesse mesmo período, com a crescente instalação de pivôs de irrigação de lavouras, em especial soja, cujo plantio irrigado passa de 1.823 hectares em 1999 para 38.182 em 2021 (Gráfico 5).

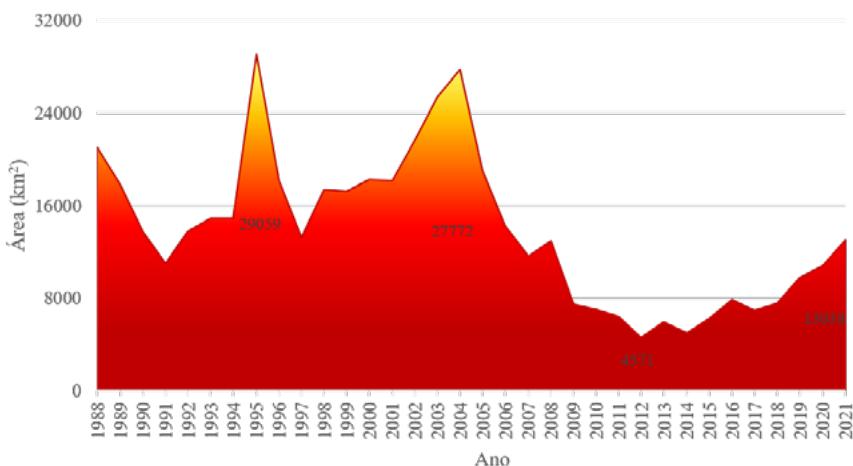
**Gráfico 2 – Desmatamento anual na área de estudo de 1988 a 2021
(em km²)**



Fonte: Ribeiro (2023) a partir da Coleção 7 Mapbiomas 2022.

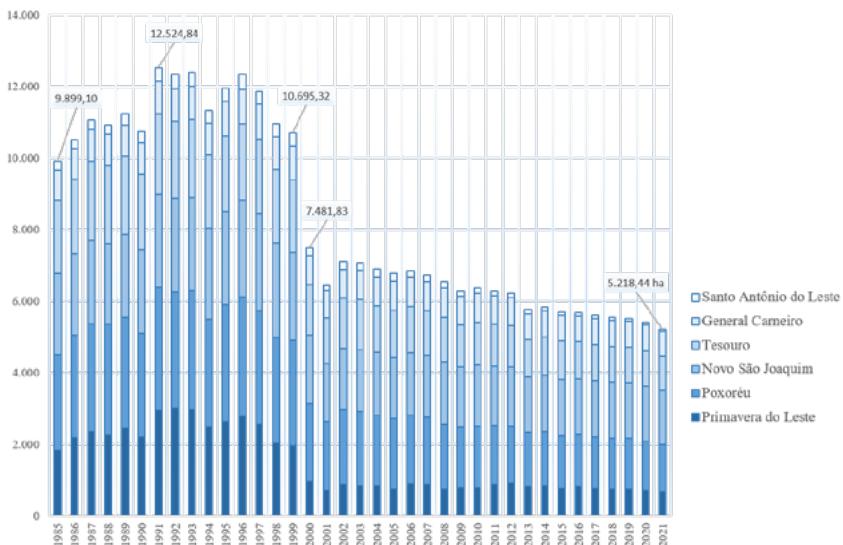
VOLTAR
SUMÁRIO

Gráfico 3 – Desmatamento anual na Amazônia Legal de 1988 a 2021 (em km²)



Fonte: Ribeiro (2023) a partir de dados do Prodes de 2022.

**Gráfico 4 – Superfície de água nos municípios do entorno da TI
Sangradouro/Volta Grande de 1985 a 2021 (hectares)**

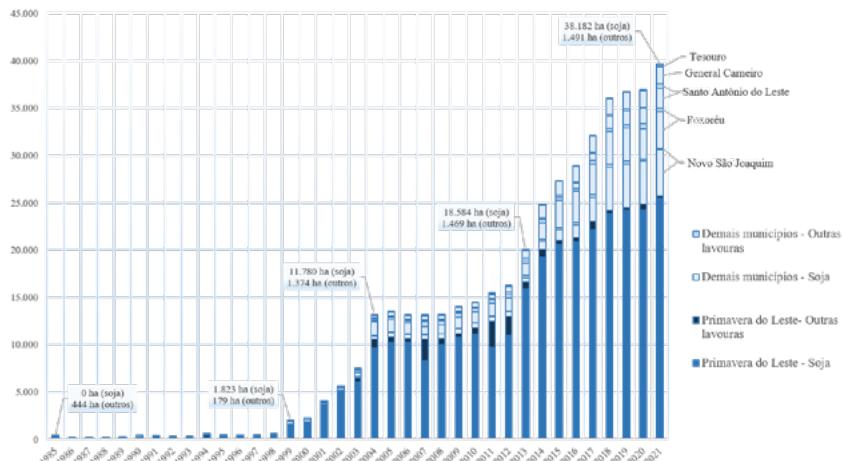


Fonte: Ribeiro (2023) a partir da Coleção 1 – Mapeamento de Superfície de Água Mapbiomas de 2022.

Os pivôs centrais são a principal tecnologia de irrigação em larga escala empregada na região. Consistem em um braço mecânico que gira a partir de um ponto fixo, vinculado a uma fonte de água que irriga uma área circular. Pelo seu formato circular, os pivôs centrais são facilmente identificados por imagens de satélite. A captação pode vir de água subterrânea, por poço artesiano, ou de água superficial, diretamente de um rio ou represa. É um maquinário que exige outorga do órgão ambiental federal ou estadual e de alto custo de instalação e manutenção. Ainda assim, nos locais onde há disponibilidade de água, trata-se de um sistema que possibilita a produção em tempos de estiagem. Assim, o pivô central permite a intensificação do uso dos meios de produção e da força de trabalho para a produção de mercadorias, acelerando a rotação de capital e, logo, intensificando a extração de mais valia. Assegura ainda bons preços, pois vende-se na “contrassafrá”. Apesar do alto custo de instalação, o uso da água, estabelecido de acordo com a vazão disponibilizada na outorga, é gratuito.

Sem dúvida, o pivô central é emblemático quanto à apropriação privada da água para a produção de mercadorias pelo agronegócio. Soma-se ainda a frágil fiscalização que permite a intensificação da espoliação, quando os pivôs são instalados de maneira ilegal ou degradando o ambiente. Renato Martins (2017) denunciou em sua tese a construção, em Goiás, de represas para a captação de água para os pivôs centrais em áreas de veredas, que são campos alagados que recebem o nome pelos a'uwē de *tsadarā* e *uiwedehu* (quando há buritizais), suprindo ou degradando este importante ecossistema e fitofisionomia.

Gráfico 5 – Irrigação por pivô central nos municípios do entorno da TI Sangradouro/Volta Grande de 1985 a 2021 (em hectares)



Fonte: Ribeiro (2023) a partir da Coleção 1 – Mapeamento de Superfície de Água Mapbiomas de 2022.

Em Primavera do Leste, a maior parte dos pivôs centrais está localizada às margens do Rio das Mortes e do Rio Cumbuco, indicando que a captação para os sistemas ocorre por água superficial. O encontro desses rios, onde há alta concentração de pivôs centrais, ocorre poucos quilômetros antes de o Rio das Mortes entrar na TI Sangradouro/Volta Grande, como ilustra o Mapa 2. Borges, Morais e Mendoza (2022) levantaram a existência de 219 pivôs centrais no município de Primavera do Leste, enquanto os dados do Mapbiomas (2022b) indicam uma área de 25.509 hectares de soja irrigada no município em 2021. Nesse mesmo

ano, Primavera do Leste apresentou 681 hectares de superfície de água, o menor nível desde o início do mapeamento. Em 1985, o município possuía 1.826 hectares, o que denota uma perda de 62,7 % da água superficial em 36 anos (Mapbiomas, 2022b).

Além dos pivôs centrais, o Rio das Mortes e seu afluente Rio Cumbuco são alvo de três projetos em andamento de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), propostos pelo Grupo Bom Futuro, localizados nessa mesma região de encontro dos dois rios. O processo ainda inicial de Estudo do Componente Indígena e consulta às comunidades tem gerado tensão e desentendimento interno na TI Sangradouro entre os grupos indígenas a favor e contra o empreendimento.

Mapa 2 – Concentração de pivôs centrais no encontro dos rios Cumbuco e das Mortes



Fonte: Ribeiro (2023) com imagem de 17/07/2020.

Além disso, grupos a'uwẽ das Terras Indígenas São Marcos, Areões e Pimentel Barbosa, também banhadas pelo Rio das Mortes, reivindicam participação na consulta sobre os empreendimentos. Apenas a TI Sangradouro é considerada no processo de licenciamento ambiental,

pois a normativa interministerial nº 60, de 24 de março de 2015, determina como de impacto direto aquelas comunidades localizadas até uma distância de 40 km do empreendimento; as demais não são consideradas para consulta, estudo de impacto e compensação. Em carta assinada em 2020, os indígenas argumentam que o Rio das Mortes é um rio “sagrado” para o povo a’uwē como um todo e que o processo de consulta somente da TI Sangradouro “trabalha na divisão de nosso povo” (CIMI, 2020). Nesse discurso, nota-se a configuração de arquipélago dos territórios a’uwē, de comunidades autônomas que se unem para lutar por um objetivo comum que envolve os diferentes territórios demarcados distantes entre si, porém compreendidos de forma sistêmica e complementária na gestão territorial.

Estes são apenas três projetos em andamento dentre as 75 barragens para geração de energia sistematizada por Magno Silvestri (2019), seja em fase de projeto, construção ou operação, com incidência direta ou indireta nas diferentes Terras Indígenas a’uwē. Tais empreendimentos/projetos estão localizados nas bacias dos rios Garças (15), das Mortes (37) e Xingu (18). O pesquisador levantou diversos outros conflitos territoriais que afetam o povo a’uwē como um todo, considerando a concentração fundiária, os empreendimentos de infraestrutura, a superexploração do trabalho e da natureza. Alguns estão interconectados.

Em 2020, eram 15 empreendimentos lineares afetando os territórios a’uwē, tais como linhas de transmissão, hidrovias, ferrovias ou rodovias. As rodovias federais BR-070, que limitam a TI Sangradouro/Volta Grande, e a BR-158, que limita as TIs Areões e Pimentel Barbosa e corta a TI Marãiwatsédé, foram construídas no período da ditadura militar, no qual não se realizavam consultas às comunidades atingidas e compensação ambiental. Os conflitos relacionados são:

Com o registro de casos de atropelamento e, em diferentes situações, [tem] estimulado a construção ou consolidação de núcleos urbanos, transformando as relações interétnicas e intraétnicas e provocando novos arranjos socioespaciais nas regiões de ocorrência (Silvestri, 2020, p. 327).

A produção de energia elétrica e principalmente a construção e melhoria de vias de transporte são fundamentais para a competitividade da soja brasileira no mercado global. Conforme publicação da Embrapa Soja sobre o alto custo de transporte da soja mato-grossense até os portos,

o tratamento desse obstáculo à competitividade da sojicultura nacional dependerá de investimentos em diversidade e integração dos modais de transporte, como o corredor BR163 – Rio Tapajós e a ligação da Ferrovia de Integração Centro-Oeste com as Rodovias BR80 e BR158 (Hirakuri; Lazzarotto, 2014, p. 63).

A BR-080 e a BR-158 – já existentes, ainda que com trechos não asfaltados – cruzam o território a’uwẽ, delimitando parte das suas Terras Indígenas. Já o desenho planejado para a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO) passa perto de quatro TIs a’uwẽ: Areões, Pimentel Barbosa, Marechal Rondon e Parabubure.

Além do alto custo do transporte, segundo a Embrapa Soja, os principais gargalos para a produção de soja também incluem a baixa capacidade de armazenamento, a infraestrutura limitada, a ineficiência operacional dos portos, a alta carga tributária e elevadas taxas de juros (Hirakuri; Lazzarotto, 2014). Trata-se de uma precisa lista de reivindicações direcionadas ao Estado para a execução de obras de infraestrutura e para a redução de impostos e taxas. Nesse sentido, o desenvolvimento do agronegócio também está condicionado à dotação de infraestruturas que aperfeiçoem os canais de escoamento da produção, como rodovias, hidrovias e ferrovias, que, por sua vez, atingem diretamente os povos indígenas.

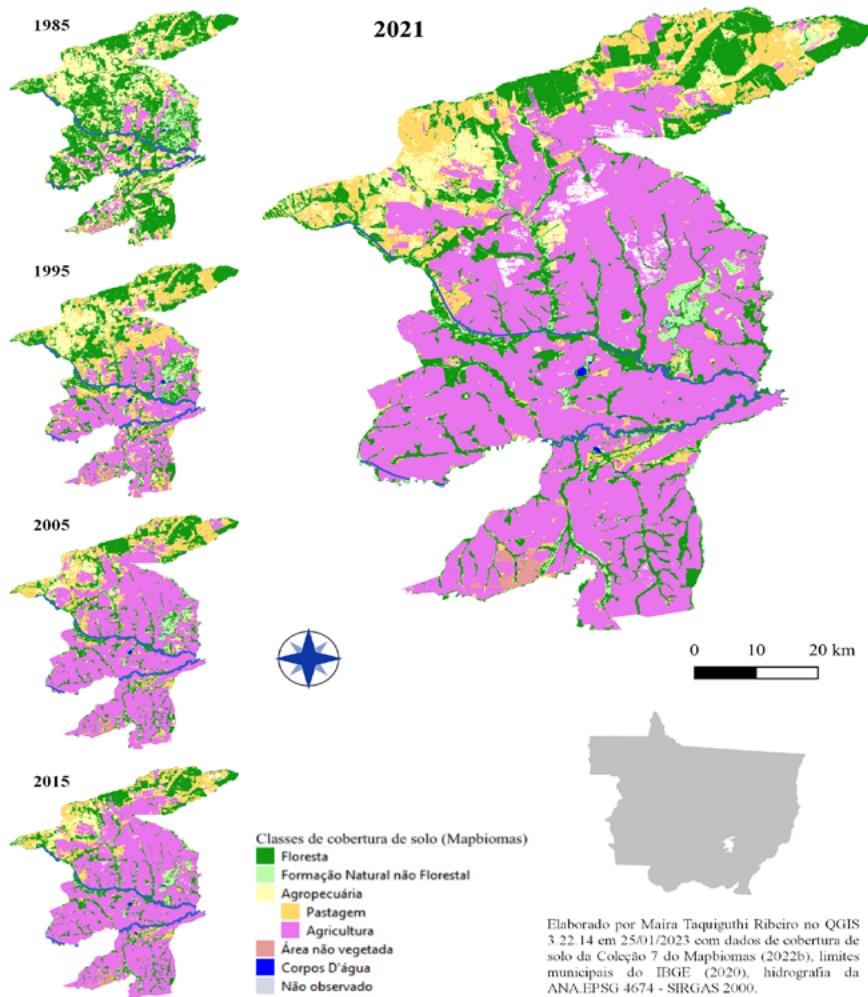
Em Primavera do Leste, a área aberta para lavoura ocupa quase toda a extensão municipal, e a degradação ambiental é ainda mais acentuada do que o observado no recorte dos seis municípios estudados (Mapa 3). Os dados disponíveis pelo Mapbiomas (2022a) indicam que, em 2021, havia 359.470,23 hectares de lavoura em Primavera do Leste, ou 65,71% do território municipal, dos quais 81,39 % eram destinados ao plantio de soja (Gráfico 6). O município possuía naquele ano apenas

23,37 % da sua área ocupada por vegetação nativa. Esse percentual é menor do que o mínimo estipulado para Reserva Legal em propriedades localizadas no bioma Cerrado na Amazônia Legal, como é o caso da área de estudo. A Lei nº 12.651, conhecida como Novo Código Florestal e aprovada em 2012, determina que, nesses locais, 35% da área das propriedades rurais deve estar coberta por vegetação nativa.

Essa situação é provavelmente resultado de crimes ambientais⁵, o que não significa necessariamente que existam irregularidades. O novo Código Florestal anistiou todo o desmatamento realizado até 2008 para propriedades com até quatro módulos fiscais, o equivalente a 240 hectares em Primavera do Leste. Além disso, a bancada ruralista conseguiu incluir, na mesma lei, a formalização de uma “burla” para aquela determinação. Pelo novo Código Florestal, o proprietário pode “compensar” a Reserva Legal faltante em sua propriedade, adquirindo ou arrendando outra propriedade no mesmo bioma que tenha “excedente” de Reserva Legal. Esse dispositivo traz em si o potencial – ainda incipiente – de criar um “mercado de compensação”, no qual a negociação sobre as florestas preservadas estimula a especulação imobiliária de áreas até então marginais. Dessa forma, um proprietário de Primavera do Leste pode valer-se de terras baratas improdutivas e inacessíveis para compor sua Reserva Legal, até mesmo em outro estado, desde que dentro do bioma Cerrado.

5 Imóveis ambientalmente irregulares não estão aptos a realizar licenciamento ambiental e acessar financiamento bancário, de acordo com o Código Florestal.

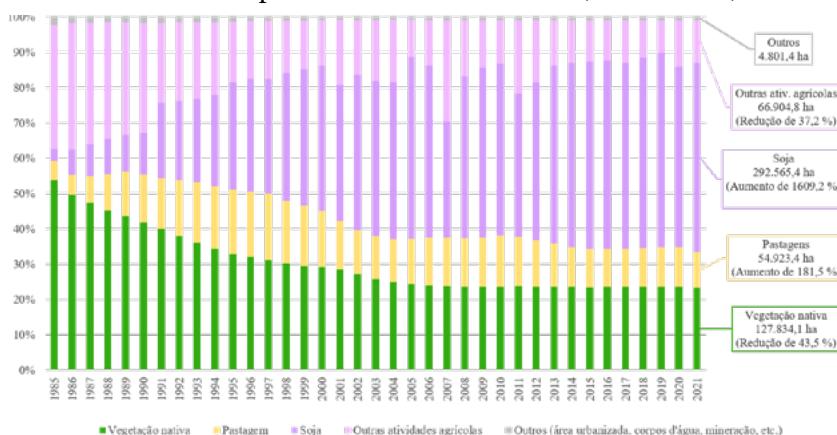
Mapa 3 – Alteração no uso e ocupação da terra de 1985 e 2021 no município de Primavera do Leste



Fonte: Ribeiro (2023) a partir da Coleção 7 do Mapbiomas de 2022.

Esta legislação simplifica a complexidade ecológica do bioma e das especificidades locais a uma mera troca comercial entre propriedades com maior ou menor renda da terra⁶, visando maximizar lucros. Nesse sentido, o Projeto Mapbiomas identificou ao menos quatro fitofisionomias gerais, dentro do bioma Cerrado, no município de Primavera do Leste: cerrado, floresta, campos alagados e campos. Cabe destacar que os a'uwē detalham mais tipos de fitofisionomias no que chamamos de bioma Cerrado do que a classificação científica corrente (Carrara, 1997 *apud* Gomide, 2009). O desmatamento dessas diferentes fitofisionomias de 1985 a 2021 pode ser observado no Gráfico 7.

Gráfico 6 – Alterações na ocupação do solo de 1985 a 2021 no município de Primavera do Leste (em hectares)



Fonte: Ribeiro (2023) a partir da Coleção 7 do Mapbiomas de 2022.

6 Marx (2017) demonstra que existem três tipos de renda da terra, como pagamento ao proprietário da terra por sua condição de monopólio da propriedade privada capitalista, mesmo não produzindo valor em si. A renda absoluta é a parte de mais-valia que deve ser revertida para o proprietário por ter o monopólio sobre a terra. A renda diferencial I é o pagamento resultado da produtividade diferencial em função de diferenças relativas à terra, como fertilidade e localização, que permitem gerar lucro extraordinário àquele que a explora. A renda diferencial II também é obtida pelo lucro extraordinário, porém, desta vez resultante da diferença de produtividade em função dos investimentos naquela terra, por exemplo, pela incorporação de adubos, irrigação etc.

Gráfico 7 – Cobertura nativa em hectares no município de Primavera do Leste, MT 1985 a 2021 (em parênteses é apresentada a porcentagem da área remanescente de cada fitofisionomia em 2021 em relação ao que havia em 1985)



Fonte: Ribeiro (2023) a partir da Coleção 7 do Mapbiomas de 2022.

Nesse período, o grau de desmatamento de cada uma dessas fitofisionomias variou, com uma destruição mais acentuada do Cerrado, que apresentou uma redução de 32,1% em 2021 em relação ao que havia em 1985, e dos campos, dos quais restaram somente 10,8%. Enquanto muitas formações florestais no Cerrado estão localizadas em matas de galeria, que, juntamente com os campos alagados, coincidem em sua maioria com as Áreas de Proteção Permanente (APP), as fitofisionomias de cerrado e campos estão localizadas em áreas sem restrição ambiental para seu desmatamento. Além disso, o município caracteriza-se por suas áreas relativamente planas de fácil mecanização.

Complementarmente, não podemos minimizar a contaminação – da água, da terra e do ar – em razão das atividades do agronegócio, como o uso intensivo de agrotóxicos que provocam poluição química, e dos enormes maquinários que compactam o solo. Segundo estudo de Pignati *et al.* (2017), o cultivo de soja utilizava em média 17,7 litros de agrotóxicos por hectare em 2015. Num cálculo simplificado, essa média resultaria no uso de 5,18 milhões de litros de agrotóxico apenas para os 292 mil hectares de soja identificados pelo projeto Mapbiomas em Primavera do Leste em 2021. Esse município figurou entre os 24 que mais utilizaram agrotóxicos em todo o Brasil em 2015, ainda de acordo

com Pignati *et al.* (2017). Esse estudo observou uma correlação nos municípios mato-grossenses entre maior consumo municipal de agrotóxicos e maior ocorrência de intoxicações agudas, incidência de má-formação fetal e mortalidade por câncer infanto-juvenil.

Considerações finais

Hoje tem soja, tem gado, tem estrada, tem monocultivo, tem agronegócio e tem riqueza sendo produzida no *Ró*, para além e chegando depois dele. Atualmente, o *Ró* está atravessado pelo território e seus territórios. De um modo geral, os dados estudados revelam um quadro ambiental bastante dramático para o entorno da TI Sangradouro/Volta Grande, e especificamente para o município de Primavera do Leste, localizado “rio acima” da Terra Indígena. Sua degradação material e subjetiva se manifestaram ao longo das quase quatro últimas décadas, em que houve uma perda da cobertura vegetal, substituída por pastagens e por lavouras para produção de *commodities*. Nos seis municípios do entorno, houve uma redução da cobertura de vegetação nativa de 58,4 %, porém, Primavera do Leste já desmatou 76,6 % da área municipal.

Seus saberes e relações passaram a acompanhar a realidade e a se confrontar com ela. Conceitos e espacialidades que habitavam o *Ró* já não se representam igualmente. A água, por exemplo, hoje é utilizada para suprir a ambição do agronegócio e tem como consequência o assoreamento de córregos e o desaparecimento de nascentes em decorrência da instalação dos pivôs de irrigação, implicando na degradação de uma categoria viva. Para que isso seja evitado, categorias, como o *Ró*, encontram nas lutas de seus portadores e promotores a coexistência e o refúgio no território, sendo solidárias e antagônicas. A constituição dos territórios indígenas são também espaços mais hospitalários para suas categorias e saberes espaçotemporais, embora carreguem limitações.

Dentro desses refúgios existem saberes que antecedem o território. *Ró* é uma categoria autóctone a'uwē complexa, profana, ancestral e polissêmica, que pode nomear o lugar de vida ou a terra sem limites, e, em última instância, pode ser compreendida como o próprio mundo

a'uwē. Esse mundo tem sido destruído rapidamente, em especial a partir dos projetos de integração nacional da ditadura militar da década de 1960 e com o novo fôlego espoliador do agronegócio. Tal processo intensifica a conflitualidade e a disputa territorial, colocando em risco sujeitos e saberes em prol da produção de *commodities*.

REFERÊNCIAS

- BORGES, P. H. M.; MORAIS, P. H. M; MENDOZA, Z. M. S. Demanda e disponibilidade hídrica para sistemas de pivô central na microrregião de Primavera do Leste – MT. **Open Science Research**, VIII, v. 8, p. 91-111, 2022.
- CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Associações Xavante questionam “condução ilegítima” de consulta sobre hidrelétricas que afetam seus territórios. **Conselho Indigenista Missionário**, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/03/xavante-questionam-conducao-ilegitima-consulta-hidreletricas-territorios/>. Acesso em: 15 dez. 2022.
- FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (ed.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. 2008. Editora Unicamp, Campinas, p. 173-224.
- FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. 2013. v. 1, 343 f. Tese (Livre docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.
- GOMIDE, M. L. C. **Marãna Bödödi – A territorialidade xavante nos caminhos do ró**. 2008, 436 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- HIRAKURI, M. H.; LAZZAROTTO, J. J. **O agronegócio da soja nos contextos mundial e brasileiro**. Londrina: Embrapa Soja, Documentos, n. 349, 2014. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/104753/1/O-agronegocio-da-soja-nos-contextos-mundial-e-brasileiro.pdf>. Acesso em: 1º dez. 2022.
- IORIS, A. R. Places of agribusiness: displacement, replacement, and misplacement in Mato Grosso, Brazil. **Geographical Review**, 107 (3): 452-475, Jul. 2017.
- KEMPA, M. M.; GAUER C. J.; GASCH, V. M. et al. (org.). **Imea Outlook 2032**. 1. ed. Cuiabá, MT: Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária, 2022. 42 p. Disponível em:
- <https://imea.com.br/imea-site/arquivo-externo?categoria=lancamentos&arquivo=rel-conjunturaeconomia&numeropublicacao=1>. Acesso em: 12 jan. 2023.

LACHNITT, G. **Dicionário xavante/português**, Romnhitsi'ubumro a'uwe mreme – waradzu mreme. Campo Grande: Missão Salesiana de Mato Grosso/Universidade Católica Dom Bosco, 2^a ed., 2003.

LOPES DE SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MAPBIOMAS. **Coleção 7 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso de Solo do Brasil**. 2022a. Disponível em: <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org>. Acesso em: 16 abr. 2022.

MAPBIOMAS. **Coleção 1 do Mapeamento da Superfície da Água do Brasil**. 2022b. Disponível em: <https://plataforma.agua.mapbiomas.org>. Acesso em: 17 jan. 2023.

MARTINS, R. A. **O agrohidronegócio do pivô central no estado de Goiás: expansão, espacialização e a consequente degradação do subsistema de Veredas**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: o processo global da produção. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017, livro 3, volume 4.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 59 p.

OLIVEIRA, A. U. **A fronteira amazônica mato-grossense**: grilagem, corrupção e violência. 1997. 500 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 184 p.

PIGNATI, W. A.; SOUZA E LIMA, F. A. N.; LARA, S. S.; CORREA, M. L. M.; BARBOSA, J. R.; LEÃO, L. H. C.; PIGNATTI, M. G. Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 10, p. 3281-3293, 2017.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RIBEIRO, M. T.; VAZ PUPO, M. A Política ambiental no pós-golpe: ofensivas e resistências a partir da diversidade de modos de existir. In: PEREIRA, A. R.; BUDÓ, M. N.; DEBONA, V. (org.). **Ensaios de resistência**: retrocessos, denúncias e apostas sobre o Brasil golpeado. Belo Horizonte: Dialética, 2020. p. 194-219.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVESTRI, M. **Conflitos territoriais e a r-existência do povo a'uwẽ-Xavante: luta pela terra e pelo território no leste mato-grossense.** 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

SOBREIRO FILHO, J. Pequeno ensaio geográfico sobre movimentos sociais, movimentos socioterritoriais e outras teorias geográficas para a crítica econômica. In: SILVA, P. J.; SPOSITO, E. S.; SANTANA, M. U. (org.). **Geografia e economia: relações e interfaces.** Campo Grande: Editora da UEMS, 2019. p. 145-160.

WA'RÃIWÊ UREBETÉ, O.; MONTEIRO, E. S. G.; RIBEIRO, M. T. *Waradzu höimana ware õdi*, a vida dos brancos é muito complicada: relatos a'uwe uptabi sobre as mudanças e os destruidores do ró. **Revista de Antropologia da Ufscar**, v. 14, n. 2, p. 52-81, jul./dez. 2022. Disponível em: <http://www.rau.ufscar.br/wp-content/uploads/2023/07/14.2-04.pdf>.

WARÃ. **Tsõ'Rebtonã Ró Hâ:** salve o Cerrado. São Paulo: Associação Xavante Warã, 2000. 2 f.

CULTURA AMBIENTAL DA COMUNIDADE CAIÇARA DA BARRA DO UNA, PERUÍBE-SP

Vulnerabilidades e Alternativas de Preservação da Pesca Artesanal

JOSÉ MARCIO DOS SANTOS

FÁBIO FERNANDES VILLELA

Os Caiçaras são comunidades formadas pela mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizadores portugueses e, em menor grau, dos escravos africanos, conforme Diegues (1999, p. 42-46). Os caiçaras, segundo o autor, apresentam uma forma de vida baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato. Essa cultura se desenvolveu principalmente nas áreas costeiras dos atuais estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e norte de Santa Catarina. A ideia central desta pesquisa é compreender a “cultura ambiental” dos Caiçaras. Nesse sentido, partimos do trabalho de Villela (2016), onde o autor pesquisou a cultura ambiental no território caipira do Noroeste Paulista-SP.

O conceito de “cultura ambiental” expressa a unidade da sociedade, do indivíduo e do meio ambiente. A vida se desenvolve em um sistema ambiental que abrange o passado, o presente e o futuro através da memória, da realidade e da imaginação. A cultura ambiental é uma síntese das condições do ambiente natural e da paisagem projetada, em todas as suas relações entre si e com aqueles que as vivenciam num momento da história e em determinado ambiente social, econômico,

político, ecológico e cultural (Villela, 2016). Do final do século XX ao limiar do XXI, o conceito de “cultura ambiental” foi desenvolvido por diversos pesquisadores, dentre eles: Salinas (1988; 1992), Cárdenas (2002), Pérez-Rubio (1994; 2003), Cruz (2002), Quesada (2002), Cruz, Romero e Hernández (2007), Bery (2009), Irizarri (2010) e Villela (2016; 2019; 2020 ; 2021).

As comunidades caiçaras, conforme Diegues (1999, p. 42), se formaram nos interstícios dos grandes ciclos econômicos do período colonial, fortalecendo-se quando essas atividades voltadas para a exportação entraram em declínio. A decadência destas, principalmente as agrícolas, incentivou as atividades de pesca e coleta em ambientes aquáticos, sobretudo os de água salobra como estuários e lagunas. No interior desse espaço caiçara surgiram cidades como Parati, Santos, São Vicente, Iguape, Ubatuba, Ilhabela, São Sebastião, Antonina, Paranaguá, que, em vários momentos da história colonial, funcionaram como importantes centros exportadores.

Neste trabalho, o “território caiçara” abrange a Mata Atlântica do Estado de São Paulo, a qual abriga o Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins (MUCJI). Dentro dessa área, comunidades caiçaras tradicionais enfrentam conflitos decorrentes da implementação da legislação de criação das UCs e Proteção Integral. Este trabalho tem por objetivo analisar a vulnerabilidade da cultura da pesca artesanal diante das legislações ambientais restritivas e propor alternativas de preservação da “cultura ambiental” caiçara da Barra do Una, em Peruíbe-SP. A metodologia utilizada foram análises bibliográficas e pesquisa participativa durante as reuniões e rodas de conversas na comunidade. Os resultados da pesquisa destacam a importância de monitoramento e revisão das normas de gestão nas UCs e a utilização de organizações associativas como instrumentos de ação coletiva. A cultura da pesca artesanal vai além da simples extração de recursos naturais, sendo também um elemento essencial da “cultura ambiental” das comunidades caiçaras.

Mapeando a Cultura Ambiental da Comunidade Caiçara da Barra do Una em Peruíbe-SP

A Estação Ecológica Juréia Itatins, localizada no Sudeste brasileiro, foi estabelecida por meio do Decreto Estadual n. 24.646/1986 e da Lei Estadual n. 5.649/1987, que modificou seus limites, com base na Lei n. 6.902/1981, que autoriza a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental em todo o território nacional (Brasil, 1981). O propósito dessas medidas é garantir a integridade dos ecossistemas e da fauna e flora presentes na região, com foco em seu uso para fins educacionais e científicos (São Paulo, 1986; São Paulo, 1987). Além disso, visam à proteção contra o crescente interesse de diversos setores econômicos na área, especialmente no campo imobiliário e turístico, e o interesse, na época, do Governo Federal na construção de uma usina atômica. Segundo Diegues (2004),

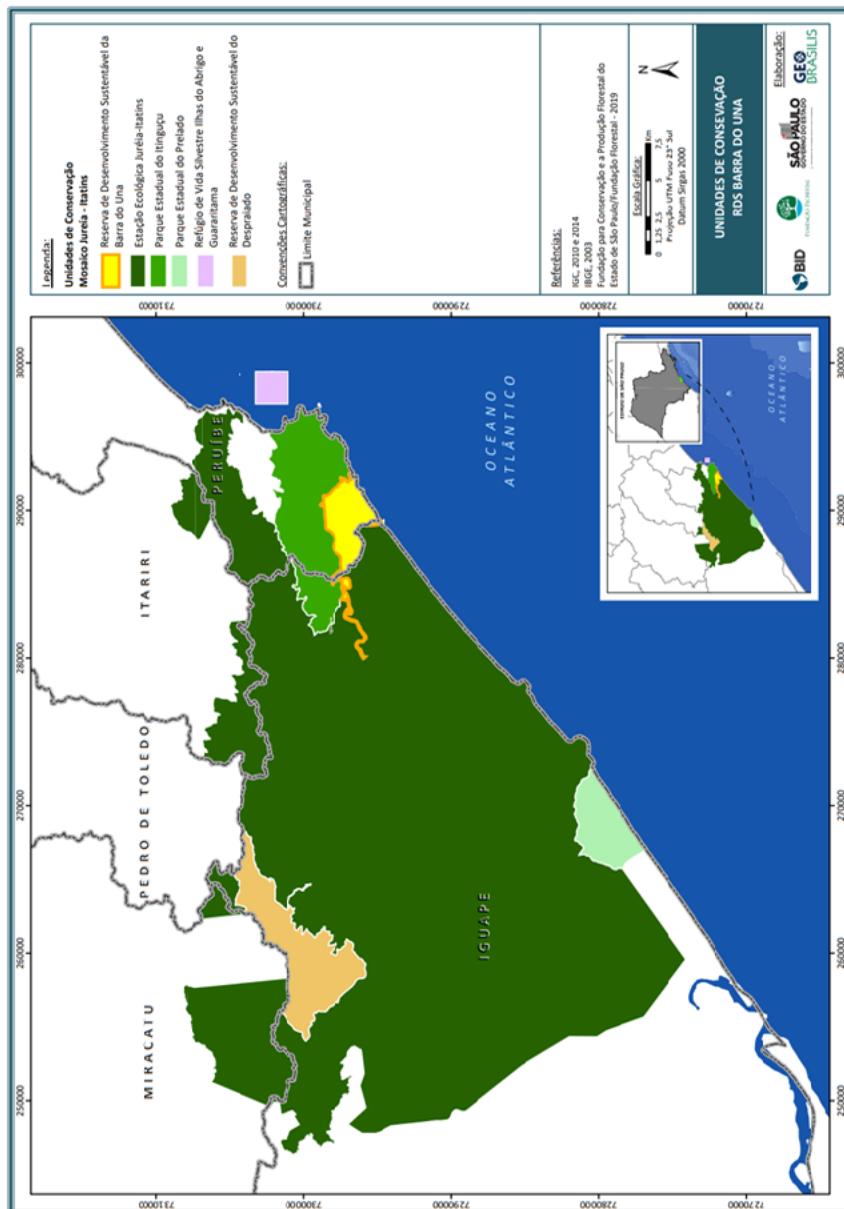
em 4 de julho de 1980 a Nuclebras (Empresa Nuclear Brasileira S/A), através de decreto federal, declara todo o Maciço da Juréia e Paranapuã, bem como a extensa planície costeira circundada pelo Rio Una do Prelado, como terras de utilidade pública para fins de desapropriação, para a implantação de usinas nucleares na Ponta do Grajaú. Ocorreram nas cidades próximas como Iguape e Peruíbe passeatas em protesto à construção da usina atômica. Também na cidade de São Paulo ocorreram várias manifestações.

E um dos impasses após a criação foi em relação à permanência dos moradores locais que já habitavam a área antes de sua designação como Estação Ecológica. Durante quase 20 anos ocorreu um amplo processo de discussão com os moradores e a sociedade, com o objetivo de garantir a permanência das comunidades existentes no interior da EEJI, e em conformidade com a Lei n. 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), bem como o decreto federal regulamentar (Brasil, 2000; Brasil, 2002), finalmente foi alcançado um consenso. Esse consenso culminou na proposta e aprovação, pelo legislativo de São Paulo, da Lei Estadual n. 12.406/2006, que criou o Mosaico de Unidades de Conservação Juréia-Itatins. Porém, a

Procuradoria Geral de Justiça ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN), argumentando ter havido “vício de origem”¹. Essa lei foi revogada, passados cerca de dois anos de sua criação. Em 2009, as associações de moradores e outras entidades pressionaram as autoridades e a Fundação Florestal, órgão gestor vinculado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, reiniiciou as discussões fazendo uma nova proposta de reclassificação para o Mosaico da Juréia, que foi aceito e finalizado em 2013, com a Lei n. 14.982/2013 (São Paulo, 2013). Depois da reclassificação, as áreas protegidas previstas na lei estão compostas por dois Parques Estaduais (Parque Estadual do Itinguçu e Prelado), duas Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS – Barra do Una e Despraiado), uma Área de Proteção Integral (Estação Ecologia Jureia Itatins) e o Refúgio da Vida Silvestre (Abrigo Guararitama). Essas áreas estão compostas por diferentes habitats bem heterogêneos (manguezal, ambiente marinho, costão rochoso, zonas de praias e ambiente dulcícola), abrigando uma elevada biodiversidade. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una abrange uma área de aproximadamente 1.487 hectares, apresentando ambientes estuarinos, como costão rochoso, e ambiente de praia. A Estação Ecológica da Jureia Itatins (EEJI) abrange uma área com 79.270 hectares. A vegetação nessa área é constituída pela floresta de Mata Atlântica, com vegetação de restingas, mata de encosta, matas ciliares, apresentando clima subtropical.

1 O termo *vício de origem* refere-se especificamente a uma situação em que um projeto de lei é apresentado pelo poder legislativo quando, de acordo com a Constituição, deveria ser de iniciativa do Poder Executivo.

Mapa 1 – Mapa do Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins



Fonte: Geo Brasilis (2020).

A partir da primeira aplicação da legislação ambiental na Estação Ecológica Juréia-Itatins, em 1986, priorizando restrições e proibições em relação ao uso do território e práticas tradicionais, houve impactos significativos nas comunidades caiçaras da região. Uma das primeiras restrições foi imposta às atividades agrícolas tradicionais (Almeida, 2013; Andriolli *et al.*, 2014; Campos, 2001). A proibição das roças alterou o sistema social caiçara, uma vez que a agricultura desempenhava um papel não apenas na alimentação, mas também na organização coletiva do trabalho caiçara, envolvendo mutirões, reuniões familiares e comunitárias não remuneradas, acompanhadas de comidas típicas, manifestações musicais e danças como o fandango. Segundo o Iphan (2012, p. 1),

o Fandango caiçara é considerado patrimônio da cultura Imaterial Brasileira, por ser pensado como uma expressão musical, coreográfica, poética e festiva, presente no litoral dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Possui um conjunto de práticas que envolvem trabalho, divertimento, religiosidade, música e a dança, prestígio e rivalidades, saberes e fazeres.

Essas restrições também afetam as práticas tradicionais da pesca artesanal, gerando impactos adicionais sobre as comunidades caiçaras. Segundo Souza (2019), “a pesca artesanal apresenta características seculares, sendo uma das primeiras técnicas de extração de recursos aquáticos”. Para o autor,

a pesca artesanal apresenta características seculares, sendo uma das primeiras técnicas de extração de recursos aquáticos. Pescadores artesanais são profissionais que exploram o ambiente aquático com equipamentos simples, com baixo nível tecnológico, utilizando embarcações de até 12 metros de comprimento e uma ampla variedade de petrechos de pesca. A atividade pesqueira artesanal em comunidades tradicionais fomenta um importante papel no desenvolvimento social e econômico dos pescadores, pois disponibiliza alimento e emprego para populações que fazem da pesca seu meio de subsistência, gerando segurança alimentar (Souza, 2019).

Ainda, segundo Diegues (1983), a pesca artesanal é uma atividade realizada em pequena escala por comunidades locais, que utilizam métodos tradicionais e práticas de pesca adaptadas ao ambiente costeiro e marinho em que ocorrem. Essa forma de pesca se caracteriza pela conexão profunda entre os pescadores e seu ambiente, bem como pela transmissão de conhecimentos e técnicas de pesca de geração em geração. Para o autor,

a pesca artesanal brasileira possui numerosas e complexas especificidades e leva em consideração fatores sociais, políticos, institucionais, econômicos e ambientais intrínsecos a cada local. Seus usuários utilizam diversos meios de produção (petrechos, embarcações e estratégias) para capturar diversos recursos geralmente pouco abundantes, em um meio em constante mudança (Diegues, 1983).

A cultura da pesca artesanal, quando conduzida de maneira ecológicamente responsável, integra práticas de pesca sustentáveis, preservação da biodiversidade e segurança alimentar, promovendo, assim, a harmonia entre as atividades humanas, a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento da cultura ambiental local. Segundo Villela (2016),

As relações entre homem-sociedade-natureza condicionam e são condicionadas pela “cultura ambiental”, da qual se deve partir para compreender a consciência dos indivíduos e grupos comunitários. As mudanças de atitudes só podem ser alcançadas com uma cuidadosa investigação da “cultura ambiental” das comunidades, alicerçada em uma estratégia formativa ambientalista.

A pesca artesanal representa um modelo alternativo ao sistema predominante da pesca industrial, que se destaca por sua operação em larga escala, frequentemente utilizando frotas e embarcações de grande porte equipadas com tecnologia avançada. Esse sistema industrial é caracterizado por uma notável capacidade de produção, o que resulta em volumes substanciais de captura. No entanto, é importante destacar que tal prática industrial pode ter impacto ambiental significativo

devido à captura em massa de peixes, o que, por sua vez, pode levar à sobrepesca e à degradação dos ecossistemas marinhos.

A comunidade da Vila Barra do Una é constituída por pescadores artesanais que mantêm a tradição da pesca há mais de um século. Estudos realizados na década de 1960 destacaram a importância da pesca, mencionando que o excedente do pescado era salgado e vendido no mercado em Peruíbe (Mourão, 2003). Uma comparação entre o sistema pesqueiro artesanal nas décadas de 1999-2000 e 2013-2014 demonstrou uma redução na idade média dos pescadores, afetando a tradição da pesca artesanal (Molitzas, 2015). Estudos recentes indicam que os pescadores artesanais estão diversificando suas atividades para obter renda, e alguns até mesmo abandonaram a pesca. Conforme Ferreira e Raimundo (2016),

o turismo, atualmente, aparece como a principal fonte de renda, articulado com as demais atividades tradicionais. Dentre as atividades turísticas que movimentam a economia local está a pesca esportiva, na qual os pescadores participam como piloteiros e guias dos barcos de pesca, alugam barcos e vendem iscas nativas de camarão pitu.

“Apesar da redução da importância da pesca em comparação com o turismo, os valores, crenças e percepções ainda desempenham um papel fundamental na vida da comunidade” (Ramires, *et al.*, 2004). A atividade pesqueira artesanal tradicional continuou sendo o principal meio de sociabilidade para a reprodução social e cultural da comunidade Vila Barra do Una desde o período de proibições e restrições na Estação Ecológica Jureia-Itatins.

Metodologia e Referencial Teórico

Para compreender os conflitos e disputas territoriais caiçaras, assim como para examinar os conhecimentos ligados à pesca artesanal tradicional, incluindo as dificuldades de captura em áreas não autorizadas pelas normas e leis ambientais, foi conduzida de forma inicial uma pesquisa que envolveu consultas a sites oficiais federais e estaduais,

decretos, análises de portarias normativas, literaturas e artigos científicos, além da aplicação de pesquisa por observação participante durante as reuniões e rodas de conversas na comunidade. Conforme aponta Fernandes (2009), a disputa territorial ocorre pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios, ou seja, controlando as suas territorialidades. Exemplos são os estudos de geógrafos e sociólogos que analisam essas disputas e conflitualidades. A pesquisa participante caracteriza-se pela interação entre pesquisadores e membros das situações investigadas (Gil, 2008). Segundo o autor,

a observação participante, ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Nesse caso o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo (Gil, 2008, p. 122).

Este trabalho fundamenta-se na necessidade de compreender a “cultura ambiental” dos indivíduos e grupos comunitários do noroeste paulista para a possibilidade de desenvolvimento sustentável (Cf. Villela, 2016). As relações homem-sociedade-natureza condicionam e são condicionados pela “cultura ambiental”, da qual se deve partir para compreender a consciência dos indivíduos e grupos comunitários. As mudanças de atitudes só podem ser alcançadas com uma cuidadosa investigação da “cultura ambiental” das comunidades, alicerçada em uma estratégia formativa ambientalista.

Enquanto referencial teórico, o conceito de “cultura ambiental” é retomado a partir das pesquisas de Salinas (1988; 1992), Cárdenas (2002), Pérez-Rubio (1994 e 2003), Cruz (2002), Quesada (2002), Cruz, Romero e Hernández (2007), Bery (2009), Irizarri (2010) e Villela (2016; 2019; 2021a; e 2021b). O conceito de “cultura ambiental”, para Irizarri (2010), define um “sistema de conhecimento, experiências, motivações, valores, atitudes relativas ao meio ambiente”. Nesse conceito estão intrinsecamente ligadas as formas de consciência social: a política, a ética, a religião, a estética, a jurídica, a filosófica e a científica. No

conceito de “cultura ambiental” estão implícitas crenças e ideias que se convertem em forma regular de pensamento e de ação prática na atividade social.

A comunidade da Barra do Una possui uma rua principal, que é onde se localizam os principais bares e peixarias da comunidade, bem como um campo de futebol, um dos restaurantes de comida local, a Escola Municipal de Ensino Fundamental, (Emef Barra do Una) e um posto de saúde. A escola da comunidade possui uma infraestrutura muito simples, não possui secretaria, sala de professores, biblioteca, auditório, laboratório nem acessibilidade. Dois professores capacitados ensinam duas turmas de estudantes com idades variando de 6 a 10 anos. A partir do Ensino Fundamental II, os estudantes são transferidos para uma escola localizada no Bairro Guaraú.

No entanto, o transporte é um desafio, pois é feito por meio de ônibus de linha que atende à comunidade e é considerado precário e instável. O transporte sofre com problemas frequentes, tais como quebra de ônibus, alagamentos nas estradas e atrasos, o que pode afetar a frequência dos alunos residentes na escola. De acordo com relatos da comunidade, uma equipe médica visita a Vila Barra do Una semanalmente. Infelizmente, as condições precárias dos locais de atendimento prejudicam a qualidade do serviço médico, desencorajando a adesão da população a esses serviços. Consequentemente, muitos moradores são obrigados a se deslocar até o Bairro do Guaraú para receber atendimento adequado em uma Unidade Básica de Saúde.

Na rua principal, considerada pelos moradores, localiza-se a Capela de Santo Antônio, ao seu lado o Centro Comunitário onde se realizam as festas tradicionais como a festa da tainha, realizada pela última vez no inverno de 2024. No Centro Comunitário são realizadas reuniões do Conselho Deliberativo da RDS/BU, que após a pandemia do coronavírus passou a ser realizada virtualmente e atualmente, são realizadas de forma híbrida. Poucas casas adiante, há uma Igreja Evangélica da comunidade para realização de cultos pelo pastor. Nas proximidades do Bar do Seu Walter (falecido em 2/11/2022), do Bar da Cida e da Peixaria Garça Grande estão importantes locais de socialização dos moradores e pescadores artesanais que participam da captura dos recursos pesqueiros na RDS/

BU. Sentados nas mesas de bar e/ou apoiados no balcão da peixaria ou mesmo em pé na rua de areia e saibro é que esses pescadores dialogam sobre as condições ambientais, os aspectos associados à captura e à comercialização do pescado.

Alguns jovens da comunidade trabalham na temporada como guarda-vidas civis na Praia do Una, a qual tem apresentado registros de afogamentos que muitas vezes resultam em mortes, principalmente na foz do Rio Una, conforme relatos. A ausência de cobertura de serviço de telefonia e internet é uma reclamação constante dos moradores que precisam contratar serviços privados, instáveis e caros para acessar. O portinho de pesca que fica no extremo oposto ao mar na rua principal é também um local relevante na socialização dos conhecimentos e atualização cotidiana da captura de pescados. O portinho se localiza em um lote de uma família tradicional caiçara, onde também funcionam uma pousada, um restaurante e há atividades destinadas ao turismo, como pesca esportiva, venda de iscas de camarão pitu, aluguel de barcos e contratação de saídas de pesca. A maioria dos pescadores de pesca artesanal da Vila Barra do Una deixa seus instrumentos de pesca no portinho ou se desloca de suas casas empurrando um carrinho de mão com suas redes, galões de gasolina e óleo até o píer de madeira que fica dentro do portinho. Além da renda oriunda da pesca artesanal os moradores caiçaras trabalham nas casas de veraneio. O turismo movimenta a economia local na temporada de verão, que aumenta nos fins de semana e feriados prolongados. Os principais atrativos turísticos da comunidade são o estuário do Rio Una, a Praia da Barra do Una, as trilhas através dos costões rochosos que dão acesso à Praia do Caramborê e à Desertinha. Também estão inseridas na RDS/BU.

No dia 12 de julho do ano corrente, os moradores se reuniram para participar da Pré-Conferência Municipal de Segurança Alimentar, organizada e conduzida pelo Departamento de Agricultura da Prefeitura de Peruíbe. Antes da realização da reunião, foi disponibilizado um tempo para a apresentação do projeto de pesquisa que aborda a vulnerabilidade da cultura da pesca artesanal diante das legislações ambientais, com foco nas intervenções na comunidade Vila Barra do Una. Após a apresentação do estudo, foi promovida

uma roda de conversa com os moradores, com o objetivo de coletar informações e obter uma visão abrangente sobre o objeto de estudo da pesquisa, além de verificar as percepções da comunidade, especialmente dos pescadores(as) locais e seus descendentes, a fim de compreender as perspectivas e realidades atuais.

A participação na pré-conferência contou com a presença de 13 pessoas, sendo seis moradores e pescadores locais, e teve duração aproximada de quatro horas. Durante as discussões, um dos pescadores relatou as dificuldades enfrentadas ao longo das décadas devido às leis e normas que prejudicam a atividade da pesca artesanal, tornando a captura do pescado mais desafiadora. A fiscalização da atividade pesqueira, as legislações que restringem e proíbem a pesca tradicional em períodos de defeso foram consideradas, na percepção dos pescadores, equivocadas pela Fundação Florestal, uma vez que a técnica de pesca utilizada é de baixo nível tecnológico. Não poder pescar no período de defeso afeta diretamente a soberania alimentar e a renda das pessoas da comunidade. Além disso, foi mencionado que o avanço do mar sobre o rio Una do Prelado aumentou a pluma salina, afastando algumas espécies de peixes que dependem da água salobra do estuário para reprodução. Além desse aspecto, a intensidade da força das marés alterou a geomorfologia costeira, causando assoreamento na boca da barra do rio, o que agravou ainda mais a reprodução dos peixes no estuário. Conforme o documento do Sigam (2023, p. 43),

por volta de 1958, houve a abertura de um canal no baixo curso do rio (sendo o velho percurso denominado Volta Morta), com a finalidade de encurtar um percurso de cerca de 10 km na navegação. Este canal, que possuía cerca de 50 metros de largura, cortou um cordão praial, criando uma ilha denominada Ilha do Ameixal. A abertura deste canal (atualmente com 400 metros de largura) trouxe modificações para o Rio Una. O novo canal passou a ser o leito preferencial do rio, fazendo com que houvesse assoreamento de áreas de mangue e da própria barra do rio, modificando a morfologia do estuário na foz. Por ocasião da maré vazante, o rio torna-se extremamente raso, impossibilitando a navegação até de pequenos botes.

No entanto, as leis continuam as mesmas, sem as devidas adequações. Segundo os pescadores, algumas espécies de peixes estão buscando áreas mais distantes e profundas do rio para se reproduzirem, porém os pescadores só podem pescar nos pontos permitidos pelas normas estabelecidas pelo Estado. Caso contrário, correm o risco de serem multados e presos pela Polícia Ambiental. Um dos pescadores mencionou que seu filho, de 18 anos, não tem interesse em seguir a atividade de pesca. Esses relatos evidenciam os desafios enfrentados pelos pescadores artesanais caiçaras da comunidade e a preocupante tendência de perda de interesse e continuidade dessa prática entre as gerações mais jovens, colocando-a em risco de extinção.

A Fundação Florestal, em 30 de agosto de 2019, por meio da empresa GeoBrasilis, desenvolveu um Plano de Utilização individualizado para a RDS da Barra do Una. Esse documento tem por objetivo registrar as atividades da Unidade de Conservação e estabelecer entre a população caiçara e o órgão gestor acordos quanto às atividades tradicionalmente praticadas, o manejo dos recursos naturais, o uso e a ocupação da área e a conservação ambiental, considerando-se a legislação vigente, as necessidades de gestão e as demandas da população tradicional. O Plano de Utilização também aborda conflitos relacionados à inclusão e exclusão de moradores, o comércio interno e externo, o monitoramento do descumprimento das regras acordadas e os modos de acesso à Reserva. A metodologia utilizada foi o diagnóstico participativo por meio de oficinas participativas para coleta de informações, elaboração de mapas descriptivos e visitas de campo para definição dos usos dos espaços da RDS pela população caiçara.

Tendo em vista esse importante instrumento de gestão e considerando os pontos relatados pelos participantes na pesquisa de observação participante, foi realizada de forma exploratória e analítica uma leitura do Plano de Utilização com foco nas categorias preestabelecidas de pesca artesanal, conflitos, gestão e ordenamento territorial e gestão da pesca. É importante destacar que o Plano de Utilização é um documento estabelecido por meio do Decreto Federal n. 98.897, de 30 de janeiro de 1990, bem como pelas Instruções Normativas ICMBio n. 01, de 2007, e ICMBio n. 29, de 2012, que regulamentam as diretrizes,

normas e procedimentos das Reservas de Desenvolvimento Sustentável. Esse plano representa uma das etapas iniciais na elaboração de um Plano de Manejo participativo, que lamentavelmente ainda não foi desenvolvido pelo Estado e pela Fundação Florestal. O Plano de Manejo desempenha um papel crucial na gestão local, visando harmonizar a conservação da natureza com o bem-estar das comunidades locais. Ele busca o equilíbrio entre a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que serve como guia estratégico para a administração de ecossistemas, *habitats*, fauna e flora. Desse modo, o Plano de Manejo não apenas promove a preservação da biodiversidade, mas também orienta a utilização responsável dos recursos naturais, a proteção de áreas sensíveis e a promoção do uso sustentável dos recursos naturais em benefício das gerações presentes e futuras.

Resultados e Discussão

Os resultados preliminares dessa pesquisa destacaram a necessidade de um monitoramento e revisão contínuos das normas de gestão nas Unidades de Conservação, assim como a necessidade de instrumentos de ação coletiva para atingir os objetivos pretendidos dos pescadores artesanais. Durante o contato inicial com os(as) moradores(as) e pescadores(as), foi observado que o conhecimento associado à pesca artesanal tradicional ainda é preservado. No entanto, foi observado também que os limites geográficos associados à criação do mosaico limitaram as atividades culturais pesqueiras em áreas específicas, aumentando as dificuldades na captura de peixes em locais não autorizados pelas normas e legislações ambientais, resultando em conflitos e disputas territoriais entre a população caiçara e o Estado (Abramovay, 2012).

O grupo de pescadores observados possui vasta experiência, com todos atuando na atividade pesqueira há mais de 15 anos. O estuário do Rio Una foi o ambiente mais citado como local de pesca, seguido pelos ambientes marinho e dulcícola (Souza, 2019). Foi identificada uma distinção entre os pescadores que atuam no estuário e aqueles que pescam no mar, sendo que um dos pescadores tem preferência pela pesca em ambiente marinho. A maioria dos pescadores observados tem

forte conexão com o ambiente estuarino, valorizando seus ciclos naturais de correntes, marés e fases da lua (Ramires, 2004; Martins, 2021). Dessa forma, podemos caracterizar a Vila Barra do Una como uma comunidade que vive entre a mata e a costa litorânea, reafirmando sua sólida identidade com a cultura da pesca artesanal caiçara.

A análise das conversas com o grupo indicou que a pesca ainda é uma das principais atividades econômicas dos interlocutores. A observação visual das características ambientais é importante na identificação dos melhores pontos de pesca. Logo, ser pescador é dominar conhecimentos e técnicas transmitidos entre as gerações e continuar lutando pelos seus direitos de comunidade tradicional.

Um dos principais resultados alcançados nesta fase de estudo foi a decisão dos moradores e pescadores(as) em participar mais das atividades da Associação dos Pescadores Artesanais da Barra do Una, que é, de fato, um importante instrumento de luta para a manutenção do território e a preservação dos direitos da comunidade caiçara. Através dessa organização associativa, o povo caiçara tem a oportunidade de se unir, fortalecer suas vozes e buscar soluções para os desafios que enfrentam. Ao optarem por participar e movimentar esta organização, os Caiçaras demonstram sua determinação e vontade de resistir às pressões externas e preservar sua cultura, modos de vida e território (Lima e Prado, 2021).

No estudo realizado sobre a pesca artesanal no Plano de Utilização da RDS Barra do Una, no subtítulo “4.2 Pesca artesanal e extrativismo de recursos aquáticos”, foi observada uma descrição técnica enfocando a mão de obra auxiliar nas atividades dos pescadores artesanais, composta por membros da família, como filhos ou irmãos, sendo predominantemente do sexo masculino. A idade média dos pescadores é de 54 anos, variando entre 26 anos como mínimo e 77 anos como máximo. Em relação à naturalidade, a maioria nasceu em comunidades que fazem parte da área da Estação Ecológica Jureia-Itatins, enquanto outros são oriundos de municípios vizinhos, como Iguape. No entanto, o papel da mulher como parte integrante das atividades pesqueiras, incluindo o preparo e a comercialização, não foi mencionado em nenhum momento nesse documento. Além disso, não foram abordados nem destacados

os conhecimentos e as práticas tradicionais dos pescadores. Não foram identificadas medidas de controle de captura, todavia foram implementadas medidas de restrição limitando as atividades de pesca na Unidade de Conservação, permitindo apenas até o Cacunduca, um dos pontos de pesca ao longo do rio. Foi estabelecido que as embarcações devem ser cadastradas e, em caso de novas embarcações, devem ser autorizadas pela gestão; a produção pesqueira deve ser informada ao programa de monitoramento de desembarque do Instituto de Pesca; o mapa deve ser falado e construído na oficina participativa do dia 17 de setembro de 2019 para elaboração do Plano de Utilização; não foi incluída a área marinha, porque encontra-se sob o regramento das Área de Proteção Ambiental Marinha (APAs), mas segundo os pescadores essas regras também limitam o território da população caiçara. Já ao longo do Rio Una, em ambiente dulcícola não foi proposto nenhum tipo de zoneamento para ser incluído no Plano de Utilização.

No tema Pesca, no Quadro 1, intitulado “Mapeamento dos Conflitos Barra do ” (Oficina Participativa de 22/10/2019 do Plano de Utilização), também foi observada uma descrição técnica dos pontos de conflito, incluindo a ausência de placas informativas sobre o tamanho dos peixes estabelecidos na legislação, autorização para transitar na Praia do Una, autorização para os pescadores acamparem nas margens dos rios, necessidade de compreensão da hidrodinâmica do córrego formado pelo Mangue; quanto aos conflitos entre a pesca artesanal e a pesca esportiva, devido ao horário entre 17h e 07h, quando os pescadores armam as redes, com a utilização de iscas vivas inadequadas e não adquiridas na RDS Barra do Una, entendo que a maioria dos conflitos mencionados acima poderia ser classificada como conflitos territoriais e/ou sociais que poderiam ser resolvidos por meio de ações administrativas, investimentos em infraestrutura e flexibilização por parte do poder público, reconhecendo a população caiçara como parceira na preservação ambiental. Outros conflitos identificados, como a ausência de acordos de pesca na Unidade de Conservação ao longo do Rio do Una e os conflitos relacionados aos limites e regras das Áreas de Proteção Ambiental Marinha Litoral Centro e Litoral Sul (APAMLC e LS), é uma reclamação recorrente dos pescadores artesanais porque restringe o acesso aos recursos pesqueiros,

gerando conflitos com impactos socioambientais, econômicos e culturais significativos. É importante destacar que o evidente conflito territorial, que perdura por décadas, não é mencionado uma única vez no Plano de Utilização. Veja o mapeamento dos conflitos do plano:

Quadro 1 – Mapeamento dos conflitos Barra do Una

Síntese por tema	
Tema	Detalhamento
Pesca	Ausência de placa informativa do tamanho dos peixes estabelecidos na legislação Autorização para transitar na Praia do Una Autorização para os pescadores acamparem nas margens dos rios Compreensão da hidrodinâmica do Córrego formado pelo Mangue Conflitos entre a pesca artesanal e esportiva, devido ao horário entre as 17h e as 7h. Horário em que os pescadores armam as redes Utilização de iscas vivas inadequadas e não adquiridas na RDS Barra do Una. Ausência de acordo de pesca Conflitos dos limites e regras por causa das Áreas de Proteção Ambiental – APA Marinha, Centro e Sul
Turismo	Ausência de parcerias com as agências de turismo que realizam passeios sem o acompanhamento de monitor ambiental local, portanto, ausência de parcerias entre os receptivos Presença de veículos nas praias
Infra-estrutura	Saneamento precário Oscilação da energia elétrica Necessidade de melhoria nas condições de acesso e manutenção limitada da Estrada do Una Necessidade de melhoria na gestão local dos resíduos sólidos Telecomunicação instável (celular, telefone fixo e internet) Necessidade de melhoria nas condições do transporte público local (ônibus – administrado pela empresa Jundiá)

Síntese por tema	
Tema	Detalhamento
Habitação	Área com Ação Civil Pública ocupada por morador tradicional Exploração comercial do ocupante Proibição de reforma e construções novas
Comunidade Tradicional	Desconhecimento dos benefícios da comunidade tradicional e os possíveis conflitos legais com o Snuc
Social	Presença de drogas Abuso de autoridade e postura inadequada da Polícia Ambiental

Fonte: Geo Brasilis, 2020.

Vale ressaltar que o quadro com o mapeamento de conflitos elaborado na RDS Barra do Una foi construído durante a oficina realizada em 22/10/2019, sendo revisado e aprovado na reunião do conselho em 4/12/2019. O abuso de autoridade e a postura inadequada da Polícia Ambiental na fiscalização, mencionados no Quadro de Identificação de Conflitos do Plano de Utilização, destinado a garantir o cumprimento das leis e instruções normativas, juntamente com a proibição da pesca em locais tradicionalmente conhecidos pelos caiçaras, a proibição do uso de artes de pesca tradicionais e os períodos de defeso, também foram observados na pesquisa de observação participante como conflitos prejudiciais para a atividade pesqueira.

A restrição territorial da pesca artesanal, seja em ambientes marinhos, estuarinos ou em rios de água doce, sob regulamentações rígidas, já resultou na desterritorialização de muitas famílias caiçaras. Segundo Fernandes (2009) “a desterritorialização refere-se ao processo pelo qual as pessoas, comunidades ou culturas perdem suas conexões ou vínculos com um local específico, muitas vezes devido a mudanças sociais, econômicas, políticas ou ambientais”. Portanto, é de extrema importância encontrar uma solução equilibrada que permita a continuidade da cultura da pesca artesanal caiçara na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) da Barra do Una.

Conclusões

Essa pesquisa possibilitou compreender a “cultura ambiental” da comunidade caiçara da Barra do Una, Peruíbe-SP. Foi possível perceber que a pesca artesanal tem raízes históricas e é uma das primeiras formas de extração de recursos aquáticos desenvolvidas pela humanidade. Os pescadores artesanais são profissionais que utilizam técnicas simples e equipamentos de baixa tecnologia para explorar os recursos aquáticos. Na comunidade caiçara da Vila Barra do Una, essas práticas pesqueiras são passadas de geração em geração há décadas e suas atividades demonstram uma relação estreita com os recursos naturais do local, baseada nos conhecimentos e práticas tradicionais desenvolvidos ao longo do tempo.

É de extrema importância reconhecer o valor dos conhecimentos produzidos pelos pescadores artesanais no dia a dia de suas atividades. Esses conhecimentos incluem aspectos ecológicos, como respeito pelos períodos de reprodução das espécies, técnicas de manejo sustentável e preservação dos ecossistemas aquáticos. Ao valorizar e promover esses saberes tradicionais, é possível fortalecer a identidade cultural das comunidades caiçaras, preservar o modo de vida tradicional e contribuir para a conservação dos recursos naturais e a gestão sustentável da biodiversidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril, 2012.
- ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A. (org.). **Nova cartografia social de povos e comunidades tradicionais do Brasil**: comunidades tradicionais caiçaras da Jureia, Iguape-Peruíbe. Manaus: UEA, 2013.
- ANDRIOLLI, C. S.; FRANCESCO, A. A. de; POSTIGO, A. de A.; CASTRO, R. R. de. Ações, discursos e conflitos no território: o caso dos caiçaras da Jureia. **Olam: Ciência & Tecnologia** (Rio Claro. Online), v. 1, p. 269-297, 2014. Disponível em: <https://www.trama.ufscar.br/acoes-discursos-e-conflitos-no-territorio-o-caso-dos-caicaras-da-jureia/>. Acesso em: 11 jan. 2024.
- BERY, M. G. **La cultura ambiental y el promotor cultural**: una mirada necesaria en la comunidad “El Tivoli” en Santiago de Cuba. Santiago de Cuba: Universidad de Oriente, 2009. 80 p. Dissertação (Master en Desarrollo Cultural Comunitario)

– Programa de Pós-graduação em Desarrollo Cultural Comunitario, Facultad de Humanidades, Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, 2009.

BRASIL. Lei n. 6.902, de 27 de abril de 1981. Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6902.htm. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. Decreto n. 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as Reservas Extrativistas e dá outras providências, 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990/decreto-98897-30-janeiro-1990-330978-norma-pe.html>. Acesso em: 11 jan. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – Snuc. Lei n. 9985/2000 e Decreto n. 4.340/2002. Brasília: SBF: CID, 2006. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4340-22-agosto-2002-451270-norma-pe.html>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CAMPOS, S. V. Mudanças sociais e conservação na Estação Ecológica da Jureia-Itatins: o caso do Despraiado. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

CÁRDENAS, E. Por una teoría para transformar el ambiente. **Arquitectura y Urbanismo**, vol. XXIII, n. 3, Ispjae, La Habana, 2002, p. 8-15.

CRUZ, R. **Ruta crítica para el desarrollo de las percepciones como indicador de la cultura ambiental comunitaria.** Santiago de Cuba: Universidad de Oriente, 2002. 120 p. Dissertação (Master en Desarrollo Cultural Comunitario) – Programa de Pós-graduação em Desarrollo Cultural Comunitario, Facultad de Humanidades, Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, 2002.

CRUZ, R.; ROMERO, E.; HERNÁNDEZ, M. Educación ambiental y cultura: su convergencia en la construcción simbólica de la naturaleza. **Revista Educación Ambiental para el Desarrollo Sostenible**. Paris: Unesco, 2007.

DIEGUES, A. C. **Populações humanas na Estação Ecológica Jureia-Itatins.** Série Documentos e Relatórios de Pesquisa n. 2. Nupaub-USP, Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 2. São Paulo, 2004.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar.** São Paulo: Cemar USP, 1983.

DIEGUES, A. C. (org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 1999.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERREIRA, P. T. A.; RAIMUNDO, S. Conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila Barra do Una em Peruíbe (SP). *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 150-167, ago. 2016.

GEO BRASILIS. **Plano de Utilização da RDS Barra do Una**. Elaboração dos Planos de Desenvolvimento Sustentável da RDS Barra do Una e Despraiado – Unidades de Conservação de Uso Sustentável que compõe o Mosaico da Jureia-Itatins. 2020. Disponível em: < https://smastr16.blob.core.windows.net/fundacaoforestal/sites/243/2020/07/produto-02_plano-de-utilizacao-barra-do-una_versao-final_compressed.pdf >. Acesso em 11 de jan. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IPHAN. Fandango caiçara. Portal do Iphan: Patrimônio Imaterial – Bens Registrados, 2012. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/657/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

IRIZARRI, L. S. El desarrollo de una cultura ambiental en el contexto comunitario de Cuba. 2010. Universidad de Granma, Jiguaní, Cuba. Centro de Trabajo: Sede Municipal Universitaria. Disponível em: www.monografia.com. Acesso em: 30 jun. 2014.

LIMA, A. de S. de; PRADO, D. M. do. O viver caiçara: um patrimônio cultural ameaçado pela política ambiental na Jureia (SP). *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, n. 12, julho 2021. Disponível em: < <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/ea5587a7/dcfd/4a2d/8335/a4fe670b4b0c.pdf> >. Acesso em: 12 jan. 2024.

MARTINS, M. S. L. A (re)existência da pesca artesanal pesqueira e a comunidade tradicional caiçara na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una (Peruíbe, SP): uma abordagem etno-oceanográfica para detalhar interações, 2021. *Anais da 32ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Disponível em: <https://www.32rba.abant.org.br/arquivo/downloadpublic0>. Acesso em: 12 jan. 2024.

PÉREZ-RUBIO, C. V. El diseño ambiental en Nuestra América: colonización o liberación. Archipiélago. Revista Cultural de Nuestra América. México, v. 11, n. 41, 2003. p. 54-57.

PÉREZ-RUBIO, C. V. Y el perro ladra y la luna enfria. Fernando Salinas: diseño, ambiente y esperanza. México: Unam, UAM-A, UIA, 1994.

QUESADA, M. de. La cultura ambiental comunitaria: un reto de la integración escuela-comunidad. Santiago de Cuba: Universidad de Oriente, 2002. 125 p. Dissertação (Master en Desarrollo Cultural Comunitario) – Programa de Pós-graduação em Desarrollo Cultural Comunitario, Facultad de Humanidades, Universidad de Oriente, Santiago de Cuba, 2002.

RAMIRES, M. Etnoecología caiçara: o conhecimento dos pescadores artesanais sobre aspectos ecológicos da pesca. *Biotemas*, 20 (1): 101-113, março de

2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/biotemas/article/view/20785/18880>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SALINAS, F. La cultura ambiental de nuestra América. *Arquitectura y Urbanismo*, v. 13, n. 2, ISPJAE, La Habana, 1992. p. 25-32.

SALINAS, F. De la arquitectura y el urbanismo a la cultura ambiental. Guayaquil: Facultad de Arquitectura y Urbanismo, Universidad de Guayaquil, 1988.

SÃO PAULO. Decreto Estadual n. 24.646, de 20 de janeiro de 1986. Cria a Estação Ecológica de Jureia-Itatins e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, v. 96, 1986. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SÃO PAULO. Lei Estadual n. 5.649, de 28 de abril de 1987. Cria a Estação Ecológica da Jureia-Itatins e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, v. 97, n. 079, 1987. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SÃO PAULO. Lei n. 12.406, de 12 de dezembro de 2006. (Declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em Ação Direta de Inconstitucionalidade). Criou a Estação Ecológica da Jureia-Itatins, exclui, reclassifica e incorpora áreas que especifica, institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Jureia-Itatins, regulamenta ocupações, 2026. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SÃO PAULO. Lei n. 14.982, de 8 de abril de 2013. Altera os limites da Estação Ecológica da Jureia-Itatins, na forma que especifica, e dá outras providências. Artigo 1º Ficam excluídas dos limites da Estação Ecológica da Jureia-Itatins, criada pelo decreto n. 24.646, de 20 de janeiro de 1986, e pela lei n. 5.649, de 28 de abril de 1987 . Disponível em: <https://www.imprensaoficial.com.br/>. Acesso em: 12 jan. 2024.

SIGAM. Meio físico marinho. Sistema Integrado de Gestão Ambiental (Sigam). Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo (SMA) (2023). Disponível em: https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Repositorio/511/Documentos/APAM_LS/3.1.2_MF_Marinho_APAMLS_OK.pdf. Acesso em: 13 jan. 2024.

SOUZA, T. R. de. Dinâmica da pesca artesanal na Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una – Peruíbe/SP. São Paulo. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação Sustentabilidade de Ecossistemas Costeiros e Marinhos – Universidade Santa Cecília, 2019. Disponível em: https://unisanta.br/arquivos/mestrado/ecologia/dissertacoes/Dissertacao_TIAGORIBEIRODESOUZA367.pdf. Acesso em: 12 jan. 2024.

VILLELA, Fábio F. Cultura ambiental en la educación del campo: proyectos de trabajo, nuevas tecnologías y saberes tradicionales del territorio campirano,

en el estado de São Paulo, Brasil. **Estudios Sociales. Revista de Alimentación Contemporánea y Desarrollo Regional**, Hermosillo, v. 31, n. 57, e211043, jun. 2021a. Disponible en: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2395-91692021000100116&lng=es&nrm=iso. Accedido en 27 dic. 2023.

VILLELA, Fábio F. **Cultura ambiental na educação do campo**: o território caipira como espaço de educação de jovens e adultos (EJA). *E-book VII Conedu (Conedu em Casa) – v. 1*, Campina Grande: Realize Editora, 2021b. p. 627-643. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/74153>. Acesso em: 27 dez. 2023, 9h12.

VILLELA, Fábio F. Educação de jovens e adultos na educação do campo: trabalhando com projetos, incluindo mulheres na cultura ambiental do território caipira. In: MARQUES, Antonio F.; CAPELLINI, Vera L. M. F. (org.). VII CBE – Congresso Brasileiro de Educação, 2019, Bauru-SP. **Anais do VII Congresso Brasileiro de Educação. Educação Pública como Direito: Desafios e Perspectivas no Brasil Contemporâneo**, 2019. v. 1. p. 1-11. Disponível em: <https://bit.ly/48cS5pQ>. Acesso em: 27 dez. 2023.

VILLELA, Fábio F. Cultura ambiental no território caipira: história e saberes tradicionais das mulheres do noroeste paulista. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 323-350, 2016. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/200>. Acesso em: 27 dez. 2023.

GIGANTES À BEIRA MAR

**As resistências dos pescadores do litoral oeste
do Ceará contra as eólicas estrangeiras**

MONALISA LUSTOSA NASCIMENTO

CLIFFORD WELCH

Diante de um evidente caos climático e ambiental, as realidades começam a mudar drasticamente. Falar da necessidade de descarbonização das matrizes energéticas tornou-se central nas principais agendas políticas e ambientais no mundo todo. O tom da nova fronteira do capitalismo é desenhar a saída para este problema, via produção de energias renováveis, eólica e solar. Entretanto, quando este arranjo global chega aos territórios, produz ainda mais conflito e destruição. Isso porque são escolhidas, dentro do manto do Desenvolvimento Sustentável, as zonas de sacrifício para a chamada “mitigação” dos danos climáticos, uma narrativa eficaz que o sistema capitalista, através dos Estados e das corporações transnacionais, difundiu para justificar novos *modus operandi* para lucrar com a exploração da natureza, causando como “danos colaterais” a destruição de povos e comunidades tradicionais. Neste artigo, podemos compreender os impactos no território e no subjetivo dos povos que vivem às margens de imensas torres eólicas, quais seus sonhos, suas noções de desenvolvimento e suas resistências. Do litoral oeste do Ceará, as comunidades tradicionais pesqueiras de Barra das Moitas e Morro dos Patos revelam a face ameaçadora de parques eólicos da CPFL Renováveis,

cujo capital chinês via State Grid são apenas mais alguns entre tantos parques eólicos distribuídos no litoral cearense, dos quais a grande maioria pertence ao capital estrangeiro. Observamos este movimento de estrangeirização da energia eólica como um subterfúgio utilizado pelas empresas, sobretudo ocultando a real origem do capital. Esses “inimigos invisíveis” são contrastados com as sempre visíveis torres, gigantes à beira-mar, no seu incessante movimento, conduzindo os ventos e ruídos entre vilarejos tradicionais e barquinhos de pescadores.

ORAÇÃO À NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES

*Ó Senhora, ó mãe dos navegantes
Viajando no mar de tempestades
Te chamamos, invocamos, suplicamos
No abrigo deste altar ó mãe procura
Luminoso farol dos viajantes.
A barquinha na vida deste mar
Ilumina que somos navegantes
Na procura de seu eterno lar.*

Assim as senhoras rezavam o terço. Os homens com os rostos franzidos dos anos de sol e sal do mar acompanhavam o coro da novena à Nossa Senhora dos Navegantes. A pele de todos reluz avermelhada, negra, bronzeada. O calor na beira da praia se mistura com as luzes fraquinhas, quentes, brilhando na pele dos idosos. Misturados, são filhos de negros e indígenas Tremembé que estão enraizados no litoral oeste do Ceará. Aos 80 anos, seu Neri descansava na calçada de casa, de frente pra igrejinha, observando o movimento dos fiéis. Ele me disse que já tinha nascido naquela terra. Todos são muito sérios, desconfiados, cabisbaixos. O sentimento de medo é quase palpável no ar. Não existem palavras que possam descrever o fim de tarde quando cheguei a Morro dos Patos. A estrada de barro vermelho, as janelinhas coloridas e entreabertas nos alpendres onde se estendiam redes de tucum. As pessoas evitando falar ou fazer contato visual. Os velhos olhavam de canto, atravessados, e eu segurava um diário na mão.

A novena recomeçou mais alto, Dona Rita participava da reza com o terço na mão. O canto das mulheres, a reza das mulheres, suas vozes místicas

e profundas se mesclavam com o barulho ao fundo. Lembrava um avião que nunca pousa, um helicóptero que voa ao longe, lembrava as ondas do mar quebrando furiosas, um mar bravo que nunca descansa. Às vezes esquecíamos. O cérebro acostumava com o som ao redor, para alguns minutos depois se dar conta da sua existência e recomeçar tudo de novo. Muitas vezes causava confusão na mente. Cansaço. Não conseguia pensar direito com aquele barulho constante, não muito alto, mas sempre presente. Às vezes estava dentro de casa, enquanto tomava um café e olhava no fundo do quintal, lá estavam elas, girando. Caminhava até a casa da Cidinha com as crianças e do seu alpendre podia ver o mar brilhando a luz da manhã mais quente de agosto, mas quando olhava pro lado... lá estavam as gigantes, imponentes, cortando o vento.

As torres eólicas cercam todo o vilarejo, da praia ao fundo dos campos. Não há caminho que se olhe e não se veja uma torre gigante, girando, girando, girando incessantemente como um lembrete que o futuro já chegou ali. No breu da noite, as luzes das torres eólicas piscavam vermelhas, como se todo o vilarejo estivesse cercado de faróis que piscavam durante toda a noite um sinal de alerta, de ameaça. Quando fechei os olhos pra dormir, não conseguia. Ainda ouvia ao longe o som eterno do vento cortado pelas torres, vum, vum, vum ... cochilava. O som entrava nos meus sonhos e eu podia ouvi-lo mesmo enquanto sonhava. Acordava no meio da noite, vum, vum, vum, vum... que gente é essa que consegue viver assim?

Diário de Campo, Morro dos Patos, 18 de agosto de 2022

Foto 1 – Entrada de Morro dos Patos, Itarema.
Litoral Oeste do Ceará. 2022



Foto: Monalisa Lustosa, 2022.

A mitigação das mudanças climáticas é o novo propulsor de uma economia verde que se expande por todo o globo e impacta diretamente na formação de um modelo de desenvolvimento sustentável, sendo uma das suas facetas o que denominamos neste artigo de *territorialização dos ventos*. A corrida pela descarbonização das matrizes energéticas, em escala global, impulsiona a transição energética a partir de fontes renováveis, o que, no atual rearranjo geopolítico mundial, inaugura uma nova fronteira de acumulação do capital, pois, a partir da transição energética guiada pelo capitalismo, a economia verde se torna mais uma face do controle de terras e dos recursos naturais.

Rompendo com o agrocentrismo no controle de terras, a territorialização de megacomplexos eólicos no Nordeste do Brasil reorganiza e aprofunda hierarquicamente o espaço nordestino enquanto reserva de energia (Lima, 2022), as dinâmicas de estrangeirização de terras, apropriação dos recursos naturais pelo capital internacional, e acentua as conflitualidades no território. Assim, o desenvolvimento territorial e sustentável que norteia a transição energética essencialmente corporativa acaba sendo gerador da *territorialização dos ventos*, enquanto

processo de multiplicação de territórios de complexos eólicos em áreas de comunidades tradicionais pesqueiras, camponeses, quilombolas e povos indígenas, a partir de uma lógica onde se criam as zonas de sacrifício ao desenvolvimento.

Esse desenvolvimento sustentável, guiado por uma agenda internacional de transição energética e corrida pela mitigação das evidentes mudanças climáticas, elege os espaços alvos de controle do território e dos recursos naturais pelo capital estrangeiro, sendo, muitas vezes, o responsável direto pelos impactos e ameaças aos modos de vida tradicionais e rurais no Brasil, enquanto produz uma narrativa de mitigação das mudanças climáticas, que em verdade não se traduz na realidade.

Em busca de compreender quais as implicações em territórios tradicionais desta corrida por um modelo capitalista de produção de energia eólica, nos levamos a pensar nos caminhos para construir uma transição energética justa, popular e sustentável a partir das visões dos povos e comunidades tradicionais e rurais. Para isso, as imersões nas visões dos povos resistentes aos parques eólicos em seus territórios tradicionais nos guiam a partir das suas percepções sobre desenvolvimento, sustentabilidade e principalmente de como se sentem diante de imponentes torres que os cercam dia e noite.

Assim, desenvolvimento enquanto palavra-chave deste artigo é discutido por sua promoção da desterritorialização de povos tradicionais e originários do Nordeste e mais especificamente do litoral cearense, alvos primeiros da disputa territorial contra a implantação de complexos eólicos em territórios tradicionais.

Atualmente, segundo a Sistema de Informações de Geração, (SIGA) da Agência Nacional de Energia Elétrica (2023) há mais de 172 parques eólicos outorgados para operar em todo o Estado do Ceará. Concentrados no litoral, a grande maioria dos parques está territorializado em cidades cujo índice de pobreza e extrema pobreza são alarmantes. Um exemplo é a cidade de Trairi, que tem em torno de 280 torres eólicas (ainda de acordo com a SIGA, Aneel até 2023, excluindo as que já estão outorgadas, mas que ainda não foram construídas) espalhadas pela cidade. São 280 torres eólicas, imponentes e gigantes, no trabalho incessante com o vento, entre povos tradicionais

pesqueiros e toda sorte de pobreza ao redor. É interessante perceber esse contraste entre o moderno e o miserável, principalmente quando essa modernidade deveria ser a solução para a miséria e se torna mais uma de suas causas. Trairi figura como uma das cidades com alto índice de fome, segundo pesquisa feita pelo jornal *Diário do Nordeste* (2022). É claro que nem a fome nem a pobreza vão sumir do Ceará a partir dos megaprojetos eólicos no estado. Entretanto, as fragilidades encontradas em um território assolado pela pobreza, analfabetismo, subemprego e outras violências se transformam em oportunidades para o capital internacional reivindicar os espaços onde reproduzir o Desenvolvimento Sustentável.

O desenvolvimento sustentável é agora a sua principal bandeira para tomar para si a narrativa das transformações do mundo. O *modus operandi* do controle de territórios pelo capital estrangeiro na última década tem travado importantes disputas em torno das narrativas sobre as mudanças climáticas, construindo pontes entre a estrangeirização e as principais políticas que definem as ações globais diante das mitigações dos impactos no clima e no meio ambiente. E, assim, a economia verde lança a corrida pelos territórios “vazios”, onde o capital possa se alastrar por meio da despossessão de territórios não moldados à sua imagem. A disputa pelo conceito de desenvolvimento territorial é traçada a partir da resistência de povos cujas bases de desenvolvimento são pensadas desde abaixo, compreendendo a terra e o mar como seu território tradicional e suas diferentes formas de territorialidade.

A resistência das comunidades tradicionais neste ponto é consequência da conflitualidade, e a conflitualidade é constituída pelas relações de dominações e resistências (Fernandes, 2013). Para tanto, duas comunidades tradicionais do litoral oeste do Ceará foram escolhidas para trabalho de campo e estudo de caso, não como exemplos de desterritorializações ou despossessão, mas como exemplos vivos, atuantes no ontem, hoje e amanhã, da resistência para a defesa de seus territórios tradicionais e suas formas de ocupação e uso do território, seja em terra, seja em águas. Os dois casos aqui trazidos compilam entrevistas realizadas a partir de história oral, percepções próprias e fidelidade nas narrativas, falas, contextos e vivências.

As comunidades são exemplos latentes de resistências nos seus diversos modos e intensidades, mostrando também que a resistência é uma constante, que nunca dorme, que nunca descansa. Viver em territórios tradicionais, abençoadas pela rica biodiversidade e abandonados pelo Estado, as faz alvos fáceis do “desenvolvimento” posto de cima pra baixo. A insegurança fundiária foi o primeiro contexto de luta que as comunidades tiveram que enfrentar, a conflitualidade de serem invisíveis em sua própria terra, invasores do lugar onde nasceram, cresceram, multiplicaram, de manterem para lá das fronteiras de seus territórios a narrativa fantasiosa pregada por um modelo de desenvolvimento sustentável predatório e a serviço da utopia capitalista.

Para exemplificar a territorialização dos ventos em territórios de comunidades tradicionais, as comunidades escolhidas para estudo de caso estão nas margens de complexos eólicos da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) Renováveis, empresa pertencente à State Grid, estatal chinesa. O que se objetiva demonstrar com esses estudos de caso não são somente as resistências desses povos às novas formas de acumulação capitalista, mas também o cenário geopolítico desenhado para a transição energética. A China encontrou caminho aberto no Brasil para, mesmo que não crie originalmente, seja mantenedora e igualmente responsável pelas dinâmicas de despossessão e acumulação por espoliação, por violência, iniciadas por outros atores locais ou internacionais.

A resistência desses povos é a manutenção de seus Territórios de Esperanças, a despeito de mirarem no horizonte as gigantes torres eólicas movendo-se cada vez mais perto. As entrevistas tão ricas e cheias de subjetividades buscaram captar desses povos seus próprios conceitos de desenvolvimento e de território alinhados aos seus traumas passados, lutas do presente e sonhos do futuro. E é essa história que precisa ser contada.

Barra das Moitas: “Desenvolvimento é uma promessa em vão”

O desenvolvimento deles é só enganação pra nós, é só uma promessa em vão... quando eles chegam é como se você fosse ganhar um pedacinho do céu, mas não tem nada a ver com essa realidade, ou seja, é só eles enriquecer e nós ficar mais pobre... É um projeto de morte pra gente, de

fracasso... (Jairo, pescador artesanal, agricultor e trabalhador do turismo comunitário de Barra das Moitas, agosto de 2022).

Barra das Moitas é uma comunidade tradicional de mais de um século de existência. Localizada no litoral oeste do Ceará, no distrito de Moitas, município de Amontada, foi e é alvo de conflitos por disputa pela terra e pelos seus recursos naturais desde o início da década de 1990. A partir de 1992, explodiu em Barra das Moitas um conflito chamado pelos moradores de “conflito dos 25 hectares”, uma disputa sangrenta e violenta pelos 25 hectares na frente do mar da comunidade contra um empresário de fora do Ceará que utilizaria o território para a construção de um *resort* de luxo. O conflito marcou o início de uma luta ferrenha pela proteção da comunidade tradicional de Barra das Moitas que dura até os dias atuais.

**Foto 2 – Roça coletiva, Barra das Moitas.
Amontada, litorial oeste do Ceará, 2022**



Foto: Monalisa Lustosa, 2022.

Foto 3 – Porto dos pescadores de Barra das Moitas, Ceará, 2022

Foto: Monalisa Lustosa, 2022.

A realidade tem se forçado contra as famílias como paredões compressores. Os ventos das margens do rio Aracatiaçu presenciam a disputa por dois modelos distintos de vida que são desproporcionalmente equivalentes e, ainda assim, a resistência de uma comunidade centenária de pescadores artesanais tem sido crucial para manter longe de suas dunas, as torres eólicas do desenvolvimento capitalista.

Barra das Moitas fica a menos de 400 m de distância do Complexo Eólico Icaraizinho da CPFL Renováveis implantado em 2009, uma das maiores investidoras em parques eólicos do Brasil e que pertence à gigante estatal chinesa State Grid. Entretanto, o projeto inicial da empresa era a construção do parque eólico dentro do território da comunidade, o que ocasionou não o primeiro, mas um dos conflitos entre a comunidade e os atores invisíveis da desterritorialização via megaempreendimentos. A resistência da comunidade contra a expulsão logrou sucesso diante do acúmulo de resistências no território, da mobilização da comunidade e da associação dos moradores, levando o caso até a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Em entrevistas realizadas com representantes da associação dos moradores, pescadores artesanais, camponeses e trabalhadores do turismo da comunidade tradicional de Barra das Moitas, a história é contada a partir das notícias sobre a tentativa de chegada do Complexo Eólico Icarazinho no território.

Em uma noite, reunidos no alpendre da casa de Dona Ica, uma senhora de mais de 70 anos, matriarca de uma das famílias mais combatentes durante os períodos de conflito na comunidade, os filhos da Dona Ica me contaram, em forma de entrevista, que, na verdade, muito gentilmente pareceu uma conversa na varanda, sobre as suas vidas, sobre as suas lutas e seus planos pro futuro. As redes de tucum e de retalhos trançados, tecidas pela própria Dona Ica, que é artesã da comunidade, estavam espalhadas pelo alpendre colorindo o ambiente mesmo numa noite tão escura. Ao som das palmeiras e coqueiros, no barulho do vaivém de uma torre eólica, fui servida de um café na cuia de coco seco com tapioca, enquanto os mais velhos se acomodavam entre as redes de tucum decidindo entre eles quem tinha a memória mais certeira para me responder às perguntas.

Dona Ica sentou ao meu lado com um trançado de palha que ela fazia com rapidez, vez ou outra respondia alguma coisa sem deixar o trançado de lado. Começamos então a conversa que tento retratar aqui o mais fielmente possível. Os pescadores artesanais e barqueiros de passeios turísticos chamam-se Jairo, Edvaldo e Neto, e responderam às primeiras perguntas sobre a chegada das eólicas, além de falar um pouco sobre o que a comunidade entende como o desenvolvimento que o capitalismo desenha para estes territórios e seus próprios conceitos de desenvolvimento e de território.

Diário de Campo, entrevista gravada, 14 de agosto de 2022

Pergunta: Como foi que chegou pra vocês isso das eólicas na comunidade?

Jairo: Mas a eólica nós tivemos uma conquista importante porque a gente não admitiu na nossa duna, na nossa área. Na época a gente evitou que ela se instalasse aqui, porque se fosse estaria tudo perdido. E taria tudo privatizado, era pra ser dentro do nosso território... as pessoas tomaram conhecimento dessas eólicas aqui, a associação se manifestou com a

comunidade, a comunidade foi até a Assembleia (legislativa) e falamos com João Alfredo (PSOL – CE), que levou pra Assembleia. Ele era deputado estadual dos direitos humanos, ele levou pra lá e não foi aceito na nossa área, foi colocado em outra área, isso desde 2002, ela começou a se instalar aqui em 2009, 2010. Esse parque já tem mais de 10 anos. Mas eles vinha observar aqui, fazer estudo, mas quando não conseguiram instalar aqui foram buscar outro proprietário.

Pergunta: Em relação às dunas, quais seriam os impactos se os parques tivessem sido instalados aqui?

Jairo: Ou seja, o primeiro impacto é que nós não teria acesso, ela seria privatizada e nós não teria acesso. Só pra você ter noção, Monalisa, o projeto pra se instalar os parques gerou emprego temporário de menos de 2 anos e acabou-se o emprego, a área foi privatizada e acabou o emprego. E pra ter uma noção eu tô com cinco anos trabalhando de passeio de barco ganhando um dinheirinho aqui e a área fica ali pro nosso lazer, ela é nosso trabalho e serve pro lazer da nossa comunidade. Nós temos uma pequena lagoa de água doce, uma pessoa da comunidade fez e serve pra toda a comunidade. Essa duna ela é hoje o nosso trabalho, a gente apresenta pro nosso cliente, mostra pra tirar as fotos, como é bonito pra levar e é nosso lazer também e nós teria perdido isso. Se caso tivesse ali (as eólicas), hoje nós não teria acesso porque lá ia ser uma área privatizada da eólica, seria da CPFL. Nós tinha perdido total liberdade de ter acesso a nossa área, que é as dunas. Que em alguns momentos, essas dunas num bom inverno, nós vamos ter as dunas e lagoas.

Jairo faz uma pausa pensativo: Eles produzem a energia pra eles roubando das nossas energias, a palavra certa é essa...

Neto: Na verdade essas energias nem são explorada pela gente, disseram que a energia ia ficar mais barata quando começasse essas eólicas, só que ficou foi mais cara.

Edvaldo: Disseram que essa energia nem fica aqui. Eu vi num jornal que essas energia ia pros Estados Unidos ou pra Europa por causa da poluição, num sei cuma é, e que tão abandonando os carro à gasolina por causa do

combustível e agora tão usando carro a energia, os carro elétrico. E essa energia vai toda pra fora pra eles carregar os carro, as bateria dos carro.

Pergunta: O senhor ainda tem um sonho?

Neto: Eu tenho... eu tenho sonho. Meu sonho é... são muitos, muitos sonhos. Mas meu maior sonho é ver todo mundo feliz aqui, todo mundo feliz. É meu maior sonho. É um sonho e é uma necessidade.

Morro dos Patos: Território do medo, Território da esperança

E daí pra cá com tanta história que eu tô dizendo é que vem o medo. Dessa firma chegar querendo se apossar, querendo se apropriar dessa área que é tão pequena... com tanta gente dentro. Aí a gente imagina: Será que mais tarde eles vão tirar este povo daqui todo mundo? E pra onde nós vamo? E se botar um parque eólico aqui dentro? Se botar só dá pra eles! Se botar só dá pra aquela firma, num dá pra nós morar! Por isso que a gente até hoje tá querendo debater que não pode aceitar. Num se sabe até quando nós vamo alimentar isso, porque pode que seja botado na lei, né, na marra! Mas nós nunca pode dizer que aceita! Porque se nós disser que aceita nós tamo entregando. né? Então, se alguém quiser tomar, então toma, mas ninguém deu! É isso que eu queria dizer, a nossa resistência começou desse jeito (pescador artesanal e agricultor do Assentamento de Morro dos Patos, Itarema, Ceará, agosto de 2022).

Morro dos Patos é uma comunidade tradicional que é por definição mais fechada, mais desconfiada, mais silenciosa. Muito disso se deve à sua vivência de ameaça constante ao território, que, além de menor territorialmente, é completamente cercado, de ponta a ponta, pelo Complexo Eólico Pedra Cheirosa da CPFL Renováveis. Ao redor, torres eólicas avançam no sentido curvo como se os cercassem entre dunas e águas. Isolado, o povo de Morro dos Patos foi ficando invisível.

A noite em Morro dos Patos é ainda mais curiosa. Reveladora. As torres piscam luzes vermelhas que parecem um sinal de alerta. Durante a noite é possível ver o cerco de luzes que se fecha ao redor de Morro dos Patos. Eles seguem a vida como se já estivessem acostumados

com o som e a visão estarrecedora. Para os visitantes, impossível ignorar ou habituar-se. É um espanto constante.

Durante a noite alguns sentam nas calçadas, conversam com os vizinhos, realizam as novenas ou se reúnem no salão da associação dos moradores. É um povo definitivamente místico. Misturam e sincrétizam as diferentes religiões e, para passar o tempo, falam sobre as lendas e folclore do mar, do mangue e da vila. Acreditam nas entidades e espíritos da região. É neles que se apegam para resistir ao sentimento de invisibilidade, à violência de serem ignorados, excluídos. Esquecidos na beira do mar.

Foto 4 – Morro dos Patos, Itarema. Litoral oeste do Ceará, 2022



Foto: Monalisa Lustosa, 2022.

Diário de Campo, entrevista transcrita, 18 de agosto de 2022.

Pergunta: O senhor nasceu e criou-se aqui tudo pescando?

Seu Neri: Foi, tudo pescando. Criei uma família de 10 filhos aqui.

Pergunta: Naquela época o senhor não tinha medo de ser expulso daqui, não?

Seu Neri: Tinha não. Meu pai é daqui, eu nasci aqui. Essa terra aqui é daqui até naquela estrada, é de lá pra cá, subindo e descendo. É tudo Morro dos Patos. O cercado é coletivo, tudo é coletivo. No cercado faz a roça, feijão, milho, batata. O feijão ninguém compra porque nós faz, a farinha nós faz aqui, a gente só compra o que não sabe fazer (risos). Vendia o peixe aqui mesmo, ou levava pro Itarema. Cavala, escama, serra, peixão assim, tinha pra comer e voltava com dinheiro. Ia comprando açúcar, o arroz. Todo dia ia pescar, às vezes voltava só no outro dia. O povo daqui é sadio porque o peixe que a gente come aqui, o pescador come peixe fresco, todo gostinho bom. O peixe ruim que a gente come aqui é peixe do gelo, ruim, caro. Pescador aqui não come peixe do gelo, é saindo da água e indo pra panela! Eu num dava pra morar no sertão não, eu nunca me engracei de morar em sertão não. Me acostumava não. Pra sair daqui tem que morrer primeiro, eu num saí até agora.

Enquanto tomávamos café ao pé de um tronco de madeira no quintal de uma das últimas casas da vila, percebi que o quintal dava vista para a praia e os pescadores já haviam retornado. O grolado, comida típica e de raízes originárias feita da tapioca com coco ralado, foi servida com farofa de peixe, enquanto o café e a morea descansavam no tronco. O sol começou a se pôr na vila e todos sentados ao redor do tronco resolveram me contar histórias e lendas. Filhos, netos, tios, todos de alguma forma possuem algum parentesco ou proximidade com a terra indígena Tremembé de Almofala em Itarema, e sua grande espiritualidade parecia ecoar pelos quintais daquela vila na beira de uma praia deserta, ao som de inúmeras torres eólicas.

Assim como Barra das Moitas, o Assentamento Morro dos Patos fica pelo menos 400 metros de distância das torres eólicas do Complexo

Eólico Pedra Cheirosa, que pertence à CPFL Renováveis/StateGrid. Mas, diferentemente da outra, neste assentamento as residências são muito mais próximas, causando todo tipo de experiência nos que vivem às margens de uma torre eólica.

Moradores relataram o medo de que as peças das torres caiam sobre suas casas, que o barulho às vezes causa pânico, confusão, causa estresse e prejudica o sono. Para além dos incômodos do dia a dia, a vista imponente das pás girando incessantemente é um lembrete diário da ameaça ao assentamento à beira-mar, que possui na sua última rua próxima à praia um monumento homenageando os mortos no conflito pela terra em Morro dos Patos.

Os conflitos velados coexistem com as conflitualidades latentes e palpáveis, que parecem imprensar Morro dos Patos contra um paredão de tecnologia e futuro, que insistem em convencê-los de que são ultrapassados, são obsoletos, subdesenvolvidos e atrapalham o caminho para o verdadeiro progresso. Ademais, existe também a luta contra um inimigo invisível, inominável, impessoal. Não se sabe contra quem lutar quando não se sabe a origem definitiva dos males que ameaçam Morro dos Patos, que chegam representados por políticos locais e empresas desconhecidas. E este é um reflexo do conflito mais latente em todos os espaços onde o capital transnacional se instala: o inimigo está em outro patamar de atuação, tão distante do local e do território que não se sabe contra quem, de fato, resistir. A tarefa de “rastrear o dinheiro” e a política que o materializa no território torna-se, portanto, imprescindível nas resistências de povos tradicionais e originários impactados diretamente por estas ações do global no local.

Diário de Campo, entrevista gravada, 18 de agosto de 2022

Pescador 1: Tem esse parque eólico que tá atingindo a gente, tem esse outro povo que tá atacando a gente, então tem esses dois pontos, tem o conflito da terra, tem esse conflito e tem esse outro impacto, aí nós vamo pra luta de novo...

Pescador 2: Esses cata-vento aí tá com uns cinco anos. Aí nós foi convidado toda as reunião, eu participei de cinco. Tinha naquela região ali dos Patos na igreja com os prefeito tudo que era pra conquistar nós e essa

localidade pra eles botarem aqui. Mentiam, diziam que o dinheiro era bom, toda conversa pra nós, aí nós ia pra reunião dizendo que nós não aceitava. Os menino podiam querer, mas nós num aceitava. Os amigo nosso aceitaram ali onde não é mais nosso, aí botaram cinco lá, pegaram, assinaram os documento pra cinco (torres eólicas), quando foi assinado que terminaram de botar, eles só tiveram uma, só são dono de 1 torre no terreno deles. Hoje eles só recebe de uma. Aí, quer dizer, nesse momento se nós cai nessa mentira, nois tinha ficado assim, eles tinham feito a mesma história. Nós num sabe pra onde que nós ia, aí nós sempre se saímo dessa jogada aí.

Pergunta: Alguém sentiu algum benefício de ter esses parques eólicos aqui?

Pescador 2: Teve não. Teve não. Aquela extrema que elas tão ali é a extrema do nosso terreno. Nós só tem isso aqui, né, pra lá tudo ali é dos outros. Pra lá teve um beneficiozim muito pouco. Aqui tinha uma ponte bem bonitinha ali, né, foi um benefício da eólica, foi tudo que eles fizeram pra essa localidade toda. Só aquilo ali. Eles disseram “eu tenho 80 mil pra vocês, porque onde nois chega nois tem que fazer um bem” e eu perguntei: “e o quê que precisa pra vocês darem esse dinheiro?” Aí eles respondeu: “precisa de todos os documento da associação que é pra nois divulgar que nois demo os 80 mil”. Aí nois mandemo ele levar o dinheiro. Porque vamo supor, eles num tinham dado nenhum presente nem pros minino que tinham riscado o terreno todinho de estrada e de torre, e queriam dar presente pra gente que eles num tinham bulido na terra? Achei estranho né.

Pergunta: E os impactos, vocês sabem dizer?

Pescador 2: Sim. Tem um amigo meu dessas torre aí que falou: “hoje eu acho isso uma poluição...” poluiu o terreno e eles não tão sendo beneficiado. “Quando eu to lá no meu alto, na minha casinha, eu não posso ficar lá por causa de tanta zuada.” Ele disse que é uma poluição. Aí nós tamo por aqui desse jeito passando essas coisas assim.

Pergunta: Vocês ainda têm medo de que queiram colocar parques eólicos aqui?

Pescador 2: Eu digo com consciência, eu digo pra esses companheiro aqui que são meus vizinho: agora que o medo cresceu pra mim. Agora que eu tô com medo. Na época que mataram um irmão meu eu não tive medo, porque nós tava correndo, pulando, todo tempo escondido, não tinha tempo de ter medo. Mas agora que tamo parado, agora eu tô com medo. Porque agora é que tem oião, agora é que tem coisa. Se você passasse um mês aqui você via pesquisa de todo jeito, pesquisa da terra, de gente imprensando nós. Agora que eu tô pensando: como é que vai ficar? E como eu vou deixar pros meus filho? Eu tô pensando assim, como é que eu vou deixar pros meus filhos... Por que que a lei só derruba a casa do pobre, num derruba a casa do rico? A lei só tem pra tirar do pobre, num tem pra tirar do rico. Qualquer dia chega e derruba essas casas. Aí por isso que eu digo, a gente sofre, né, eles entra até em assentamento grande, imagina aqui nós nesse assentamentozinho besta!

Pergunta: O que é desenvolvimento pra vocês? Se vocês pudessem desenhar o desenvolvimento de vocês, como é que ele seria?

Pescador 1: Falta emprego, trabalho, falta muita coisa. A terra é nossa segurança, mas quando a gente tá inseguro é isso, a gente fica todo o tempo com medo. É inseguro.

Pergunta: Qual o sonho do senhor pra cá?

Pescador 2: Meu sonho aqui é que nós tivesse liberdade... completa. Aí ia ser bom. Ter liberdade, sem ter medo.

As diferentes formas de resistência trazidas aqui mostram também que elas são resultado das diferentes formas de territorialidade, de ocupação e organização do território, e sobretudo do sucesso parcial que as comunidades tiveram em conseguir empurrar para os seus limites territoriais os complexos eólicos da CPFL Renováveis. Esse sucesso, em ambas as comunidades, foi constituído pelos históricos anteriores de luta, resistência, ocupações, pelos diferentes tipos de ameaça capitalista nacional e internacional aos povos tradicionais do litoral cearense e às alternativas encontradas por esses povos para continuar o bem-viver.

Trabalhando com conceitos como Territórios de Esperança, Território de Solidariedade ou Território do Desejo, Moreira e Targino

(2007) mostram como as contradições são formadoras desses territórios de luta, mas também a resistência da organização social que se recusa a se dobrar ou subordinar-se à dominação capitalista e hegemônica, ou como apontam: “pela bestialidade da exploração”. É o que todas as entrevistas ao longo deste trabalho mostraram, a capacidade das comunidades de se organizarem e produzirem a partir de suas próprias idealizações, possibilidades e forças, a partir de suas formas de construção e resistência no território, mantendo sobretudo a subsistência em seus próprios termos, a despeito dos assédios e promessas, e posteriormente das ameaças do Estado e do capital privado nacional e estrangeiro representado nesses casos pelas empresas de complexos eólicos.

Considerações finais

O principal objetivo deste capítulo foi mostrar as resistências e as resiliências silenciosas e cotidianas desses povos e territórios, que não fazem parte só de uma utopia do bem-viver que reside somente no horizonte, mas também de uma realidade tecida fio a fio nas rotinas desses trabalhadores das águas, do campo. Mesmo com as contradições. Mesmo com os desafios. Mesmo com as ameaças. Barra das Moitas e Morro dos Patos nos ensinam a enxergar a esperança e o fazer esperança com olhos mais ávidos e atentos, percebendo os detalhes. E para quem, como eu, teve o privilégio de pisar nestes chãos, a esperança também está nos cheiros e sabores refrescantes, nas águas correntes entre manhãs nas margens do Rio Aracatiaçu, nas noites quentes de lua em que os mais velhos me contavam lendas. As crianças correndo atrás de caranguejo e pescando no rio. A resistência é o caminhar calmo de Dona Ica, fazendo tranquilamente seu trançado de palha enquanto conta a sua história.

Bixinha, eu já corri demais nessa vida, viu? Eu já corri muito. Num tem precisão de eu correr mais não. Aqui minha vida é essa. Agora eu posso me descansar, mode que a vida num precisa ser corrida não, a gente num véve bem assim (Dona Ica, Barra das Moitas. *Diário de Campo*, agosto de 2022).

REFERÊNCIAS

- DIÁRIO DO NORDESTE. Mais da metade da população de 71 cidades do Ceará vive em extrema pobreza; veja mapa. [on-line]. jul. 2022. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/mais-da-metade-da-populacao-de-71-cidades-do-ceara-vive-em-extrema-pobreza-veja-mapa-1.3256482>. Acesso em: set. 2022.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: **A questão agrária do Brasil**: o debate na década de 2000./ João Pedro Stedile (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- HARVEY, David. **El nuevo imperialismo**: acumulación por desposesión. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- LIMA, José Auricélio Gois. **A natureza contraditória da geração de energia eólica no Nordeste do Brasil**. [livro eletrônico]. Fortaleza, CE. Editora da Uece, 2022.
- MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semiárido paraibano. **Revista Nera**, ano 10, n. 10, jan./jun. 2007.
- NASCIMENTO, Monalisa Lustosa. **A corrida pela transição energética: geopolítica da relação sino-brasileira no setor energético e a resistência dos povos tradicionais do litoral cearense**. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Unesp, 2023.
- PEREIRA, Lorena Izá. **De lo litoral al semiarido**: el Nordeste brasileño como región de expansión del acapamiento del territorio: el caso de la apropiación privada de los vientos. Rede Dataluta, Fundapaz e LandMatrix, 2021.

SOBRE OS/AS ORGANIZADORES/AS

ANA LUCIA DE JESUS ALMEIDA – Docente do Departamento de Fisioterapia da FCT – UNESP – Campus de Presidente Prudente. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: ana-lucia.almeida@unesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9962748780576097>

SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES – Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, da Faculdade de Filosofia e Ciências – FFC, da Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Marília (SP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: sas.fernandes@unesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5862333278372584>

YAMILA GOLDFARB – Presidente da ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária. Pós-doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: yamilageo79@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9851259111870951>

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

ARLONIO CAMPOS – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: E-mail: arlonioc@gmail.com

Lattes: Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9725577732222697>

BERNARDO MANÇANO FERNANDES – Docente do Departamento de Geografia da FCT – UNESP – Campus de Presidente Prudente. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e do Programa de Geografia da FCT/UNESP.

E-mail: mancano.fernandes@unesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2836764800084585>

CARLOS ALBERTO FELICIANO – Docente do Departamento de Geografia da FCT – UNESP – Campus de Presidente Prudente. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e do Programa de Geografia da FCT/UNESP.

E-mail: carlos.feliciano@unesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7821954899047629>

CARLOS MAGNO SOEIRO MENDONÇA – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Graduado em Pedagogia da Terra pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Militante do MST-MA.

E-mail: magno.mendonca@unesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6429833964075967>

CLIFFORD ANDREW WELCH – Docente no Departamento de História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP – Campus de Guarulhos. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: cawelch@unifesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9770627655517896>

ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA – Professor Adjunto da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0485680761513062>

FÁBIO FERNANDES VILLELA – Docente do Departamento de Educação do Instituto de Biologia, Letras e Ciências Exatas, IBILCE, da Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de São José do Rio Preto (SP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: fabio.villela@unesp.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8824200306813696>

FÁBIO SIMONI HOMEM DE CARVALHO – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: fabio.sh.carvalho@unesp.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3494781736122056>

FERNANDA APARECIDA MATHEUS – Doutora em Geografia pela FCT – UNESP – Campus de Presidente Prudente. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: manuelasaenz13@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1543203681224636>

JANAINA FRANCISCA DE SOUZA CAMPOS VINHA – Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro – UFTM (MG), Departamento de Geografia. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: janaina.vinha@uftm.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6596625386629962>

JOSÉ MARCIO DOS SANTOS – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: jose.marcio@unesp.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6748722644671846>

JOSÉ SOBREIRO FILHO – Docente no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília (UNB). Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da UnB e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: jose.sobreiro@unb.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1396729832633576>

LUIS ENRIQUE ORTUÑO HERNÁNDEZ – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Militante del Frente Bolivariano Francisco de Miranda.

E-mail: j.leoh87@gmail.com

MAÍRA TAQUIGUTHI RIBEIRO – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: maira.taqui@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1734355597802405>

MONALISA LUSTOSA NASCIMENTO – Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutoranda pelo Programa de Geografia da FCT/UNESP.

E-mail: monaliisalustosa@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4733388535472943>

NOELI WELTER TABORDA – Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Militante do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC

E-mail: noeli.taborda@unesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0635258840105069>

NOEMIA RAMOS VIEIRA – Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

E-mail: noemia.ramos@unesp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5587286962659763>

OSVALDO MIGUEL SEPÚLVEDA SILVA – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).
E-mail: osvaldo.maipo@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7435670833371755>

ROSANA CEBALHO FERNANDES – Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), da Universidade Estadual Paulista (UNESP).
Doutoranda em Educação na UNICAMP.
E-mail: rosanacfernandes40@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/076070822611214>

SOBRE O LIVRO

Formato: 16X23 cm
Tipologia: Minion Pro
Número de Páginas: 323
Versão: E-book / Físico

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.



C&A ALFA COMUNICAÇÃO

Rua Coronel Anacleto, nº 1298 – Setor Pai Eterno
CEP 75.388-235 – Trindade/GO
editoraalfacomunicacao@gmail.com

Com o livro “Desenvolvimento territorial: saberes e pesquisas territoriais na América Latina”, temos a grata satisfação de apresentar ao público em geral e aos pesquisadores da área de Geografia resultados de pesquisas realizadas por docentes e discentes do TerritoriAL, com a contribuição de educandos e egressos, alguns deles que agora retornam a casa, para a primeira turma de doutorado. Com 12 capítulos, traz a contribuição de pesquisas dissertativas concluídas entre 2022 e 2024, além de resultados de pesquisas de docentes. [...]

Organizado em duas partes, traz, na primeira parte, diálogo de saberes e reflexões teóricas sobre Geografia Agrária e os movimentos sociais do campo no Brasil. Na segunda parte, as pesquisas buscam compreender os movimentos sociais da América Latina e a questão indígena.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”



INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS UNESP

unesp
Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho
Cátedra UNESCO de Educação do Campo
e Desenvolvimento Territorial

unesco
Cátedra



TerritoriAL
Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial na
América Latina e Caribe

ISBN 978-85-5791-087-4